

# **SALAZAR E TCHOMBÉ**

## **O APOIO DE PORTUGAL AO CATANGA (1961 – 1967)**

**Rui Manuel Proença Bonita Velez**

---

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais**

**SETEMBRO DE 2010**



# SALAZAR E TCHOMBÉ

## O APOIO DE PORTUGAL AO CATANGA (1961 – 1967)



**Rui Manuel Proença Bonita Velez**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais

Orientação Científica

Professor Doutor António Horta Fernandes

**SETEMBRO DE 2010**

# ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS	iv
INTRODUÇÃO .....	1
Objectivo Geral .....	3
A Problemática .....	3
Questão Central e Questões Derivadas .....	5
Objectivos específicos .....	5
Metodologia .....	6
Orientação Teórica .....	6
Delimitação .....	10
Plano de Trabalho .....	10
CAPÍTULO I – A CONJUNTURA INTERNACIONAL .....	12
1. Um Mundo em Guerra Fria .....	12
2. Guerra Fria e Descolonização, Que Relação? .....	16
3. A Emergência da Questão Colonial na Organização das Nações Unidas (ONU) .....	19
4. A Conferência de Bandung .....	22
5. A Crise do Suez .....	23
CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO COLONIAL .....	25
1. A Revisão Constitucional de 1951 .....	25
2. A Entrada de Portugal na OTAN .....	29
3. A Entrada de Portugal na ONU .....	31
4. As relações com os EUA, “Ventos de Mudança” .....	32
5. A Questão de GOA .....	34
6. Os Movimentos Nacionalistas .....	37
CAPÍTULO III – A INDEPENDÊNCIA DO CONGO BELGA .....	41
1. Os Antecedentes .....	41
2. A Independência .....	42
3. O Caos Pós Independência .....	45
4. A Influência dos Grupos Políticos Angolanos do Congo nos Acontecimentos de Angola .....	48

5. O Posicionamento hesitante do Governo do Congo relativamente a Portugal .....	51
CAPÍTULO IV – A INDEPENDÊNCIA DO CATANGA .....	53
1. A Declaração de Independência .....	53
2. A Reacção dos Principais Actores .....	54
3. O Regresso de Tchombé .....	59
4. O Recurso aos Mercenários .....	62
5. Á procura de apoios – Rodésia, África do Sul e Portugal .....	63
CAPÍTULO V – O ENVOLVIMENTO PORTUGUÊS .....	69
1. As Motivações Portuguesas .....	69
2. O Pacto de Assistência Mútua .....	72
3. Ida de Técnicos Portugueses para o Catanga .....	74
4. Utilização do Aeródromo de Vila Luso .....	75
5. Equipamento Militar Português para o Catanga .....	76
a. Venda de Material de Guerra Obsoleto da Exército Português .....	77
b. Os Intermediários .....	78
(1) Sebastião Calheiros de Meneses .....	78
(2) Fornecimento de Material de Guerra às Autoridades do Catanga pela Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda. ....	80
(3) Norte Importadora, Lda. ....	80
6. A Questão do Caminho-de-ferro de Benguela .....	83
7. O Apoio Diplomático .....	84
8. Material do Catanga armazenado em Angola .....	86
a. Material de Telecomunicações .....	86
b. Material de Aeronáutica .....	87
c. Material de Guerra .....	88
d. Material Sanitário .....	89
e. Material de Equipamento Militar .....	89
f. Combustíveis .....	90
9. Numerário do Catanga em Angola .....	91
10. O Ano de 1964 .....	92
a. Material para o Governo de Leopoldville de Tchombé .....	93
b. Cedência de Aviões .....	95
11. Apoiar o Regresso de Tchombé .....	97

12. O Episódio da Visita de 1965 .....	99
13. O Epílogo .....	101
CONCLUSÕES .....	103
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	109
ANEXOS .....	119

## LISTA DE ACRÓNIMOS

1ª GM – 1ª Guerra Mundial  
2ª GM – 2ª Guerra Mundial  
AHD – Arquivo Histórico-Diplomático  
AMDN – Arquivo do Ministério da Defesa Nacional  
ANTT – Arquivos Nacionais da Torre do Tombo  
AOS – Arquivo de Oliveira Salazar  
AVIKAT – Aviação do Catanga  
Caminho-de-Ferro de Benguela – CFB  
CIA - Central Intelligence Agency  
CONAKAT – Confederação das Associações do Catanga  
COMEVAK – Comando de Evacuação do Catanga  
CVP – Cruz Vermelha Portuguesa  
CS – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
DRIL – Directório Revolucionário Ibérico de Libertação  
EUA – Estados Unidos da América  
EEP – Espaço Económico Português  
EIC – Estado Independente do Congo  
ENC – Exército Nacional Congolês  
FCA – Federação Centro-Africana  
FAP – Forças Armadas Portuguesas  
FLEC – Frente de Libertação do Estado de Cabinda  
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola  
GCC – Governo Central do Congo  
GGA – Governo-geral de Angola  
GRAE – Governo da República de Angola no Exílio  
IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares  
IDN – Instituto de Defesa Nacional  
MDN – Ministério da Defesa Nacional  
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros  
MNC – Movimento Nacional Congolês  
MPLA – Movimento de Libertação de Angola  
MU – Ministério do Ultramar

ONU – Organização das Nações Unidas  
ONUC – United Nations Operations in the Congo  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PIDE – Polícia Internacional do Estado  
RAS – República da África do Sul  
RDA – República Democrática Alemã  
SGDN – Secretaria-Geral de Defesa Nacional  
SCCI – Serviço de Coordenação e Centralização de Informação de Angola  
SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos  
UMHK – União Mineira do Alto Catanga  
UPA – União Nacional dos Povos de Angola  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, 10 de Setembro de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

---

Lisboa, 10 de Setembro de 2010

*À minha esposa Paula, sem ela este sonho não teria sido possível nem teria valido a pena.*

*Aos meus filhos, Carlota e Tomás, aos quais me dedico de corpo e alma.*

*Ao meu Pai, Manuel, e à minha Mãe, Lurdes, a quem muito devo.*

## AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço a todos os que contribuíram para que esta dissertação fosse realizada. A todos expresso o meu sincero agradecimento.

Ao Professor António Horta Fernandes pela disponibilidade para orientar esta dissertação e pelo seu espírito crítico que contribuiu, significativamente, para o produto final deste trabalho. Estou grato, acima de tudo, pela liberdade de acção que me concedeu e que terá sido decisiva para que esta investigação contribuísse, em muito, para o meu enriquecimento académico, cultural e pessoal.

Ao meu amigo Luís Barroso, Tenente-Coronel do Exército Português e prestigiado Professor do Instituto de Estudos Superiores Militares, pela sugestão do tema e por ter partilhado comigo a sua vasta experiência e conhecimentos destas temáticas.

Ao Arquivo Histórico-Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Arquivo do Ministério da Defesa Nacional que disponibilizaram, sem quaisquer tipo de restrições, todos os recursos solicitados para a realização desta investigação.

Ao Professor Tiago Moreira de Sá que se disponibilizou, numa fase inicial, para ler o projecto de investigação revelando, desde logo, a pertinência do tema que me propunha desenvolver. Na fase embrionária deste projecto as suas sugestões bibliográficas revelaram-se extremamente importantes para o desenrolar da investigação.

Ao Professor José Hermano Saraiva um especial agradecimento por, na sua preenchedíssima agenda, ter tido a amabilidade de ler o projecto de investigação e de manifestar a sua preciosa opinião sobre o mesmo, facto que muito me motivou.

À minha mulher, Paula, pelo apoio manifestado, pelos conselhos e comentários ao trabalho. Acima de tudo, pelo inestimável apoio familiar que preencheu as diversas falhas que fui tendo, por força das circunstâncias, e pela paciência e compreensão reveladas ao longo destes dois anos.

*Last but not least*, aos meus filhos, Carlota e Tomás, pela compreensão e ternura que sempre patentearam apesar da falta de atenção que muitas vezes terão sentido. Espero que tenha valido a pena o esforço e que a seriedade e o empenho com que encarei este desafio lhes possa servir de estímulo e de exemplo para fazerem sempre mais e melhor.

## RESUMO

Com este trabalho, pretendemos demonstrar o envolvimento que o governo português, na altura liderado por Oliveira Salazar, teve na atitude rebelde de Moisés Tchombé, quando este proclamou a independência do Catanga, contra o Governo Central do Congo e, também, para com a missão das Nações Unidas, a operar neste território africano. Apesar da frágil posição internacional de Portugal, que insistia na manutenção de uma política colonial contrária à dos movimentos independentistas que começavam a surgir nos territórios ultramarinos, teve uma grande influência no desenvolvimento da crise do Congo Belga, após a independência, desencadeada pelo movimento de secessão do Catanga liderado por Moisés Tchombé. Portugal teve sempre como orientação a necessidade de garantir o controle da fronteira norte e leste de Angola colocando, desta forma, o interesse nacional e a manutenção das suas colónias africanas, bem como do regime, como elementos centrais da sua política externa.

**Palavras-Chave:** Congo, Catanga, Portugal, Tchombé, Salazar.

## **ABSTRACT**

With this work, we intend to demonstrate the involvement that the Portuguese government, at the time led by Oliveira Salazar, was with the rebellious attitude of Moses Tchombé, when he proclaimed the independence of Katanga against the Central Government of the Congo, and also to the United Nation mission to operate in this African territory. Despite the weak international position of Portugal, who insisted on maintaining a colonial policy contrary to the independence movements that began to emerge in overseas territories, had a great influence on the development of the crisis of the Belgian Congo after independence, triggered by movement of secession of Katanga led by Moses Tchombé. Portugal has always had as a guideline the need to ensure control of the border north and east of Angola putting thus the national interest and the maintenance of its African colonies, and the regime, as central elements of its foreign policy.

**Keywords:** Congo, Katanga, Portugal, Tchombé, Salazar.

## INTRODUÇÃO

Portugal teve um interesse especial na crise do Congo quando Moisés Tchombé, líder do movimento de secessão do Catanga, declarou a independência unilateral desta região, relativamente ao governo central de Lumumba, em 11 de Julho de 1960.

A Guerra em África foi, sem dúvida alguma, um acontecimento marcante da nossa história contemporânea. Numa atitude, que não nos custa chamar de heróica, de defesa daquilo a que o Estado Novo chamava de Território Ultramarino, Portugal entrou numa guerra completamente sozinho.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial (2ª GM) incrementou-se o sentimento nacionalista e a ideia da descolonização começou a ganhar espaço. Por outro lado, os vencedores da 2ª GM, os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS), vendo no continente africano uma oportunidade para alargar a sua área de influência ideológica deram apoios, muito concretos, aos movimentos subversivos que lutavam contra a presença europeia. Pela primeira vez os tradicionais aliados de Portugal, em defesa de um movimento de descolonização, que começava a surgir no sistema político internacional<sup>1</sup>, deixaram Portugal completamente isolado.

A Conferência de Bandung, em 1955, marcou o ponto de partida do movimento dos chamados países não – alinhados, pela primeira vez, o Terceiro Mundo fez-se ouvir a uma só voz e os sentimentos anti-coloniais começaram a expandir-se nas suas zonas de influência.

Perante os novos ventos de mudança, a Organização das Nações Unidas (ONU) marcou também a sua posição, nomeadamente no período de 1956 a 1960, com o aumento da presença dos novos países africanos no seio desta organização, hostilizando os países que não mostravam voluntariedade em aderir aos movimentos de descolonização.

Outro marco importante foi a eleição do Presidente Kennedy, em 1961, que estabeleceu como prioridade da política externa dos EUA o apoio à descolonização, contribuindo, dessa forma, para um isolamento cada vez maior, daqueles que se recusavam a aderir a estes ideais, nos quais se incluía Portugal.

E foi neste contexto que a presença europeia, no continente africano, começou a ficar insustentável. O aparecimento de movimentos de guerrilha responsáveis pelos

---

<sup>1</sup> Segundo Cabral Couto o único nível de estudo das relações internacionais que as permite examinar como um todo é o nível sistémico, ou seja, o nível do sistema político internacional. COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, Vol. I, p. 13.

acontecimentos que conduziam à independência, abrupta, das colónias, passou a ser a nota dominante. Destes acontecimentos destacamos aquele que, para nós, viria a ter uma importância decisiva no desenvolvimento da situação de Angola, a independência do Congo Belga, em 30 de Junho de 1960.

O Congo Belga, antiga propriedade pessoal do Rei Leopoldo II, foi uma colónia belga que, em 1960, fruto do espírito anti-colonialista que reinava na cena política internacional da época, levou as autoridades belgas a decidiram-se pela independência. Num processo altamente atribulado, a independência dá-se em Junho de 1960, tendo sido Patrice Lumumba o Primeiro-ministro e Joseph Kasavubu o Presidente. Os acontecimentos seguintes, levados a cabo pelo recém-constituído Exército do Congo, ficaram marcados por pilhagens, perseguições, humilhações e violações aos militares do exército belga, nomeadamente a oficiais, que ficaram para supervisionar os primeiros tempos da independência, e também aos europeus que teimaram em ficar junto dos seus bens.

Este ambiente de terror foi propício para que Moisés Tchombé proclamasse a independência da Província do Catanga, região riquíssima do Congo, responsável por 60% da produção mundial de urânio e por 80% dos diamantes industriais. Foi solicitada, pelo governo central, na pessoa de Lumumba, a intervenção da ONU que, apesar de terem autorizado a criação de uma força para restabelecer a ordem, recusou-se a interferir nos assuntos internos do recém-criado Congo. A situação tornou-se insustentável com diversos movimentos partidários a disputarem o poder e, perante um cenário de guerra civil, a ONU deu autorização para que as suas tropas fossem para o terreno com a missão de fazer respeitar a lei e a ordem pública.

A partir daqui, todas as iniciativas para organizar um parlamento em Leopoldville, passaram por ignorar Tchombé e a sua rica região do Catanga. Daqui até Tchombé proclamar a independência desta região foi apenas um pequeno passo. O Confronto entre o poder central, apoiado pela ONU, e as forças apoiantes de Tchombé, essencialmente constituída á custa de mercenários, foi inevitável. A luta pelo poder no Congo estava outra vez ao rubro, desta vez, com a questão da secessão do Catanga no centro das atenções.

Com certeza que por detrás desta situação caótica, estiveram um conjunto de circunstâncias, das quais devemos destacar: o modo como independência decorreu, os interesses das potências vencedoras da 2ª GM em alargar a sua área de influência

ideológica, interesses económicos e, acima de tudo, a influência dos países vizinhos, dos quais destacamos Portugal.

A diplomacia secreta portuguesa passava por apoiar estas causas isoladas que, ao prejudicarem os seus inimigos, serviam indirectamente os interesses do Estado português. Esta foi a razão de algum protagonismo e intervencionismo, ainda hoje pouco conhecidos, que levou Lisboa, através da sua diplomacia, a intervir e ajudar causas tão diversas como a secessão do Catanga de Moisés Tchombé, política e militarmente a partir de Angola<sup>2</sup>.

## **Objectivo Geral**

O objectivo desta dissertação é analisar a posição portuguesa relativamente à Secessão do Catanga, dando-se especial relevo ao modo como o governo português apoiou Moisés Tchombé permitindo, a ambos, a manutenção dos seus interesses, definidos pelos respectivos regimes. Para Tchombé, a independência no que diz respeito ao governo central de Leopoldville; para Salazar, a reunião de mais apoios na luta anti-colonialista que colocava em risco, de forma implacável, a política portuguesa para os seus territórios ultramarinos, durante o período compreendido entre 1960 e 1967, muito particularmente, após a independência do Congo Belga.

Com esta dissertação não pretendemos fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre a forma como foi conduzida a política externa portuguesa durante esse período, mas sim descrever e analisar as opções políticas, que foram levadas a cabo pelo governo português, para atingir os seus fins. Procuramos, apenas e tão só, compreender o passado.

## **A Problemática**

No Outono de 1963 Tchombé fez uma visita relâmpago a Lisboa, e encontrou-se, no Forte do Estoril, com Oliveira Salazar. Durante este encontro, onde ambos os líderes trocaram ideias relativamente aos acontecimentos que dominavam a realidade política africana da época, a dada altura, Salazar pergunta a Tchombé como encara as relações com Portugal, ao qual este responde da seguinte forma:

---

<sup>2</sup> PINTO, Jaime Nogueira, *António de Oliveira Salazar (Outro Retrato)*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 196.

*“Não poderá, por motivos de política interna e externa, suprimir de súbito as bases, prender os cabecilhas do terrorismo, fechar a fronteira: fá-lo-á gradualmente, mas com a rapidez viável: conta entretanto com a compreensão do gabinete de Lisboa, a ajuda material que Angola possa fornecer, e sobretudo com os avisados e experimentados conselhos do chefe do governo português: e, se deseja a independência da África, quer sobretudo a paz porque sem esta é ilusório qualquer progresso e fictícia qualquer independência”<sup>3</sup>.*

Em meados de 1964, quando Moisés Tchombé é convidado a formar governo, Salazar entende bem a importância que para Portugal pode ter a manutenção de Tchombé em Leopoldville<sup>4</sup>. Em carta dirigida ao dirigente catanguês Salazar revela, de forma explícita, a visão que na altura tinha do quadro africano e da posição portuguesa:

*“... O Governo Português (...) compreende bem a extrema delicadeza da tarefa e do seu lado fará o possível porque não se suscitem quaisquer dificuldades, antes se preste o maior apoio. Agirá com a máxima prudência e descrição para não comprometer acção de W<sup>5</sup>., nem insistirá em atitudes externas que só possam ser empreendidas com riscos graves. Parece ao governo português que maiores e mais urgentes tarefas são tentar a pacificação das diversas regiões, estabilizar as populações para recomeço do trabalho normal, prover ao seu sustento se necessário, e a reactivação económica do país. Tudo mais depende disto. Mas se para tarefas económicas a OUA não interessa grandemente, é necessário boa vontade e confiança dos países africanos para que a atmosfera se restabeleça na região pelo que outras coisas devem ser sacrificadas a esse objectivo”<sup>6</sup>.*

Na realidade, o governo português, apesar das pressões que vinham do exterior, não tinha, de forma alguma, intenção de abrir mão das suas colónias, nomeadamente, Angola e Moçambique. A intenção do governo português era clara: evitar que os ideais liberais que começavam a proliferar em África, nomeadamente, com a independência do Congo, ganhassem raízes nas nossas colónias provocando, dessa forma, instabilidade no território angolano.

Nas duas passagens, a que nos referimos anteriormente, é perfeitamente claro a cumplicidade entre Tchombé e Salazar<sup>7</sup>, tendo este, não perdendo a oportunidade de apoiar aquele dirigente africano a atingir os seus objectivos, como forma de apoiar um governo favorável à política colonial portuguesa.

---

<sup>3</sup> NOGUEIRA, Franco, *Salazar, Vol. V, A Resistência (1958-1964)*, p. 539.

<sup>4</sup> NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 570.

<sup>5</sup> Na carta Salazar, por questões de segurança, refere-se a Tchombé por W. NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 570.

<sup>6</sup> NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 570.

<sup>7</sup> Opinião de Salazar sobre o político congolês era a seguinte: “Achei-o muito realista, muito bem informado, muito lúcido. No meu espírito, promovi-o a estadista branco”. NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 541.

## **Questão Central e Questões Derivadas**

Tendo em conta o objectivo geral da investigação e a problemática identificada surgiu-nos a seguinte questão central: **Face à frágil posição internacional de Portugal, porquê o apoio a Moisés Tchombé entre 1960 e 1967? E de que forma foi operacionalizado?**

Ao recorrermos a uma abordagem meramente histórica, baseada na descrição e explicação dos acontecimentos, pretende-mos explicar o posicionamento de Portugal, face ao contexto internacional da época, relativamente ao movimento de secessão do Catanga. De acordo com esta perspectiva, o factor tempo assume uma importância vital, uma vez que, o papel, a visão e a decisão dos estadistas, nomeadamente os portugueses, foram condicionados por uma conjuntura internacional que, acima de tudo, era a imagem de “um mundo em guerra-fria”<sup>8</sup>. Por conseguinte, emerge da questão central as seguintes questões derivadas:

1. Qual a conjuntura internacional da época? E qual o posicionamento de Portugal?
2. Qual a importância do Ultramar na política externa portuguesa?
3. De que forma é que a Independência do Congo Belga influenciou a política externa portuguesa?
4. Porque decidiu Portugal aliar-se ao movimento liderado por Moisés Tchombé?
5. Qual foi o envolvimento de Portugal na questão do Catanga?

## **Objectivos Específicos**

Para que se consiga estabelecer a ligação entre estes dois níveis de análise, pretendemos atingir os seguintes objectivos:

1. Determinar as razões que levaram Portugal a apoiar o movimento de secessão do Catanga.
2. Especificar o apoio político-diplomático que Portugal prestou a Moisés Tchombé.
3. Determinar o apoio militar que Portugal prestou Moisés Tchombé.

---

<sup>8</sup> NOGUEIRA, Franco, *Diálogos Interditos (A política externa portuguesa e a Guerra de África)*, p. XXVII.

4. Analisar o apoio e económico que Portugal prestou Moisés Tchombé.

## **Metodologia**

Inicialmente recorreremos à pesquisa bibliográfica. Aqui surgiu-nos o primeiro obstáculo, uma bibliografia escassa relativamente ao objecto da nossa investigação tornando-se obrigatório o recurso a fontes (primárias e secundárias), relevantes, que nos permitissem compreender, da melhor forma, o passado.

Para a realização deste trabalho de investigação consultámos, essencialmente, fontes do Arquivo Histórico-Diplomático (AHD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), do Arquivo de Oliveira Salazar (AOS), disponível nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTI) e do Arquivo do Ministério da Defesa Nacional (AMDN), em Lisboa, que nos garantiu grande parte da informação divulgada.

Foi no AHD que nos surgiu o segundo obstáculo. Depois de verificarmos qual a documentação necessária à nossa investigação, e depois de solicitarmos a sua consulta, verificámos que, muitos desses documentos estavam, ainda, classificados. A desclassificação foi solicitada, nomeadamente os Maços 1093 e 1095, tendo-se constatado que, na realidade, havia matéria, mais do que suficiente, que justificasse o interesse da nossa investigação.

Procurámos privilegiar a interpretação dos factos, de forma a garantir uma narrativa baseada em documentos elaborados na época ou, também, citando os “actores” directamente envolvidos. Podemos assim afirmar que esta abordagem está justificada, na mediada em que, a história de acontecimentos com relevância política e diplomática não se deve desligar das atitudes pessoais de quem é responsável pela condução da política externa de um país introduzindo-lhe, dessa forma o peso de quem decide<sup>9</sup>.

## **Orientação Teórica**

Ao longo dos anos, a investigação nas ciências sociais tem sido influenciada por certas tradições teóricas, desenvolvendo-se segundo padrões sucessivamente dominantes<sup>10</sup>. Neste sentido, no que concerne à orientação teórica escolhida, torna-se importante esclarecer o conceito de paradigma.

---

<sup>9</sup> MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, p. 14

<sup>10</sup> MOREIRA, Carlos Diogo, *Teorias e Práticas de Investigação*, p. 17.

Um dos primeiros autores a analisar o conceito de paradigma foi Kuhn, para este autor, um paradigma designa “*uma perspectiva teórica reconhecida e partilhada por uma comunidade científica de uma determinada disciplina, assente em dados adquiridos que precedem a disciplina em si e que orientam a investigação, no que diz respeito à: identificação e selecção dos factores a estudar, formulação de problemas e preparação dos métodos e técnicas de investigação*”<sup>11</sup>.

As Relações Internacionais têm na sua essência diferentes paradigmas interpretativos, consoante os distintos fluxos de interesses entre os Estados, sendo que os modelos interpretativos variam tendo em conta o enquadramento teórico que é dado. Neste sentido, cada Comunidade Académica adere a um paradigma para encontrar explicações acabando, dessa forma, por explicar a realidade de forma diferente.

Com o intuito de garantir à investigação e à análise uma maior objectividade, optámos por uma orientação teórica baseada no realismo político, em que a perspectiva de Estado unitário e racional constitui-se na principal unidade de análise<sup>12</sup>. Na verdade, o paradigma realista tem sido, de alguma forma, o paradigma dominante nas relações internacionais ao longo do tempo, e sobretudo a partir do século XVIII, através da consagração da soberania do Estado como actor unitário.

Para escritores como Hans Morgenthau e Raymond Aron, principais pensadores contemporâneos da corrente realista, a política internacional pode ser caracterizada como relações entre Estados num clima de permanente desconfiança e reserva, sem que nunca se possa excluir, em absoluto, a possibilidade de recorrer à guerra para preservar interesses fundamentais. A política internacional opera num quadro de anarquia, não significando desordem generalizada ou permanente, mas apenas que os Estados utilizarão todos os meios à sua disposição para promoverem os seus interesses e que, em última análise, nenhum Estado pode depender senão de si próprio<sup>13</sup>.

José Freire Antunes, também, à luz da teoria das relações internacionais, referiu-se, em muitos dos seus estudos, ao realismo político de Hans Morgenthau, para o qual a política internacional, como toda a política, é uma luta pelo poder que emana da natureza humana e exclui a solidariedade. Da mesma forma, Henry Kissinger, que foi um dos principais seguidores da teoria de Morgenthau, definiu o realismo como “*uma política externa baseada em cálculos de poder e de interesse nacional*”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Cit. por. MOREIRA, *Teorias e Práticas de Investigação*, p. 18.

<sup>12</sup> MALTEZ, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, p. 247.

<sup>13</sup> CRAVINHO, João Gomes, *Visões do Mundo (As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo)*, p. 35.

<sup>14</sup> Cit. por. ANTUNES, José Freire, *Portugal na Guerra do Petróleo (Os Açores e as Vítimas de Israel - 1973)*, p. 10.

Quer isto dizer que, relativamente a esta corrente, os Estados são os únicos actores racionais, uma vez que só estes, através dos seus diplomatas, é que podem exercer o interesse nacional de cada país, tornando o sistema internacional<sup>15</sup> numa “arena” onde se disputa o poder. Por outro lado, se o sistema internacional está dividido em Estados Soberanos, não havendo qualquer entidade suprema que esteja acima deles, o sistema é anárquico. É, neste sentido, que os realistas colocam o Estado-nação como actor principal e o poder no centro da política internacional.

Até ao momento, demos especial relevo à Anarquia Internacional e ao Estado, como elementos essenciais do realismo, no entanto, importa referir o enfoque que, a escola realista, também garante ao Poder.

A política internacional, tal como toda a política<sup>16</sup>, é considerada um jogo que consiste no uso e na procura de poder<sup>17</sup>, estando estritamente ligada a este conceito, enquanto entendida como forma de actividade ou *praxis* humana<sup>18</sup>. Para Raymond Aron, no campo das relações internacionais, poder “é a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político”, ou seja, não é um valor absoluto, mas sim, uma relação entre homens<sup>19</sup>. Para o autor R. Dhal poder é a capacidade de levar os outros a fazer o que, de outra forma, não fariam<sup>20</sup>. Neste sentido, para os realistas, o poder é simultaneamente o objectivo e o instrumento da participação no sistema internacional<sup>21</sup>, ou seja, deve ser entendido como a capacidade de sustentar a integridade dos interesses nacionais contra as investidas de outros actores do sistema internacional e, eventualmente, de os expandir<sup>22</sup>.

Num ambiente anárquico, em que os actores são, exclusivamente, os Estados são estes que asseguram a sobrevivência das pessoas, impondo a ordem a nível interno, desarmando e punindo quem transgredir, e procuram defender os cidadãos de um ataque externo participando no sistema internacional, ou seja, os Estados dependem de si próprios para a sua sobrevivência<sup>23</sup> que, segundo Morgenthau, é o fim principal do Estado<sup>24</sup>. Esta

---

<sup>15</sup> Hedley Bull define Sistema Internacional como um contexto no qual diferentes unidades envolvidas estão de alguma forma relacionadas entre si ao ponto de – na prática ou potencialmente – terem um impacto umas sobre as outras e afectarem mutuamente as decisões que cada uma toma. CRAVINHO, João Gomes, *Visões do Mundo (As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo)*, p. 60.

<sup>16</sup> Actividade ou conjunto de actividades que têm de algum modo, como termo de referência, a polis, isto é o Estado. BOBBIO, Norberto, *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, p. 160.

<sup>17</sup> CRAVINHO, *Visões do Mundo*, p. 142.

<sup>18</sup> BOBBIO, *Teoria Geral da Política*, p. 160.

<sup>19</sup> ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*, p. 99.

<sup>20</sup> Cit por. NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais (Uma Introdução à Teoria e à História)*, p. 71.

<sup>21</sup> CRAVINHO, *Visões do Mundo*, p. 142.

<sup>22</sup> MOREIRA, Adriano, “Enquadramento Político – Estratégico das Campanhas de África”, *Estudos Sobre as Campanhas de África*, p. 104.

<sup>23</sup> CRAVINHO, *Visões do Mundo*, p. 35.

participação pode incluir uma política de alianças ou uma teia de acordos defensivos<sup>25</sup> com o objectivo de incrementar e maximizar o seu poder no sistema.

Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Oliveira Salazar, definiu política externa como “o propósito de conseguir que o consenso nacional se transforme num consenso internacional; é afirmar e fazer respeitar a tipicidade de um grupo humano diferenciado no conjunto das nações: jamais se pode dar por concluída o que quer que seja: é uma luta constante. A política externa corresponde aos interesses permanentes de uma nação”<sup>26</sup>.

Dentro desta filosofia, e tendo em conta o objecto da nossa investigação, não poderíamos deixar de aprofundar, um pouco mais, o conceito de *national interest* que foi restaurado por esta corrente e que dominou toda a acção política durante a Guerra Fria<sup>27</sup>.

No século XVII, a França do cardeal Richelieu introduziu a abordagem moderna às relações internacionais, baseada no estado-nação e motivada pelo interesse nacional como propósito último<sup>28</sup>. Richelieu foi o pai do moderno sistema de estado. Proclamou o conceito da *raison d' état* e praticou-o em benefício do seu país. Sob os seus auspícios, a *raison d' état* passou a ser o princípio operacional da política francesa, da época<sup>29</sup>. A *raison d' état* afirmava que o bem-estar do estado justificava a utilização de todos os meios para o aumentar<sup>30</sup>, admitindo-se que, os fins, considerados superiores, justificariam os meios inferiores utilizados<sup>31</sup>.

Mais tarde, com Morgenthau, este conceito foi crucial para compreender, de uma forma clara, o mecanismo da política internacional. Este autor definiu interesse em termos de poder<sup>32</sup>, ou seja, a aquisição e o uso do poder como o principal interesse nacional de um estado, constatando-se, desta forma, uma estreita ligação entre a *raison d'etat* de Richelieu e o interesse nacional de Morgenthau, em que o sucesso da primeira depende, precisamente, da capacidade de determinar as relações de poder<sup>33</sup>.

É neste sentido que, Morgenthau, propõe que a diplomacia deixe de ser uma espécie de cruzada pelos valores, dado que os objectivos da política externa teriam apenas de defender o interesse nacional tendo por base um poder adequado, as forças armadas,

---

<sup>24</sup> MALTEZ, *Curso de Relações Internacionais*, p. 247.

<sup>25</sup> MALTEZ, *Curso de Relações Internacionais*, p. 35.

<sup>26</sup> NOGUEIRA, *Diálogos Interditos*, p. XI.

<sup>27</sup> MALTEZ, *Curso de Relações Internacionais*, p. 248.

<sup>28</sup> KISSINGER, Henry, “Diplomacia”, p. 11.

<sup>29</sup> KISSINGER, “Diplomacia”, p. 47.

<sup>30</sup> KISSINGER, “Diplomacia”, p. 47.

<sup>31</sup> MALTEZ, *Curso de Relações Internacionais*, p. 251.

<sup>32</sup> MORGENTHAU, Hans J., *Political Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, p. 5.

<sup>33</sup> KISSINGER, “Diplomacia”, p. 51.

entendido como instrumento da política externa, não deixando, no entanto de advogar a necessidade dos compromissos, mas desde que não ponham em causa um objectivo vital<sup>34</sup>.

## **Delimitação**

Como não poderia deixar de ser, a referência ao período em que acção política de Moisés Tchombé influenciou os destinos do seu país, nomeadamente na Província do Catanga, balizou a nossa investigação entre os anos de 1961 e 1967. No entanto, a título de excepção, poderemos ter que avançar ou recuar relativamente a estes marcos cronológicos, sempre que considerarmos necessário para a melhor compreensão dos acontecimentos abordados.

## **Plano de trabalho**

Organizámos o nosso trabalho tendo em atenção a orientação teórica que decidimos adoptar para o desenvolvimento deste episódio da política externa portuguesa. Iniciámos com a caracterização do ambiente político-estratégico que moldou as acções políticas dos governantes em causa e, posteriormente, analisámos a utilização dos instrumentos de poder, por parte do Estado português, sempre numa perspectiva de defesa dos seus interesses.

No capítulo um caracterizámos a conjuntura internacional do período em estudo, descrevendo o ambiente conflitual que caracterizou a Guerra Fria e a sua influência na questão da descolonização. Foram ainda estudados, neste capítulo, a emergência da questão colonial no seio da ONU e o aparecimento do movimento dos não-alinhados. Descreveu-se a evolução do sistema internacional após a 2ª GM e como este se revelou uma fonte de ameaças à defesa dos interesses nacionais em África. No capítulo dois apresentamos o Ultramar como a primeira prioridade da política externa portuguesa.

No capítulo três descrevemos os acontecimentos que marcaram a independência do Congo Belga e analisamos a acção dos grupos políticos angolanos, com origem no Congo.

---

<sup>34</sup> Os objectivos políticos, do ponto de vista da sua importância, podem ser classificados como vitais, importantes ou secundários. Os vitais são entendidos como indispensáveis à sobrevivência nacional, pelo que, se necessário o Estado mobilizará para a sua consecução ou preservação todos os recursos disponíveis, militares ou não-militares; um objectivo vital não é negociável. COUTO, *Elementos de Estratégia, Vol. I*, pp. 65-66.

No capítulo quatro abordamos a independência do Catanga e a aproximação de Tchombé a Portugal em busca de apoios.

No capítulo cinco tivemos como objectivo demonstrar como foram utilizados os instrumentos diplomáticos, militares e económicos no apoio a Tchombé, apresentando os acontecimentos que marcaram o envolvimento português na questão do Catanga.

Em termos de conclusões, podemos afirmar, resultado da nossa investigação que a atitude do governo português foi sempre no sentido de garantir a defesa dos interesses nacionais.

## CAPÍTULO I – A CONJUNTURA INTERNACIONAL

*“Se a guerra-fria é um embate frontal entre o bloco do Ocidente e o do Oriente, significa também a conquista de posições em áreas do mundo situadas para além dos dois blocos que se afrontam: o anticolonialismo produz a zona cinzenta, cujo domínio se busca. Para o efeito, os dois blocos além de disseminarem os seus ideais messiânicos, intensificam o duelo de popularidade em que um tenta bater o outro mediante concessões que se sobrepõem e excedem em ritmo acelerado. É a emergência do terceiro mundo.”<sup>85</sup>*

### 1. O Mundo em Guerra-fria

O maior conflito internacional ocorrido durante o século XX foi, sem dúvida, a 2ª GM. O resultado desta guerra hegemónica foi uma Europa praticamente destruída e cerca de cinquenta milhões de vidas perdidas, surgindo, em pólos opostos, duas potências que passaram a dominar a cena internacional, relevando as do velho continente para segundo plano. A derrota da Alemanha nazi e a necessidade de “preencher o vazio de poder”<sup>36</sup> que daí resultou, juntamente com objectivos distintos de ambos os lados<sup>37</sup> conduziu ao fim da grande aliança marcando, também, o início da Guerra Fria<sup>38</sup>, período também designado, segundo uma análise de Raymond Aron, pela expressão “guerra improvável, paz impossível”<sup>39</sup>.

Os vitoriosos, de um lado os EUA a liderar progressivamente todo o ocidente, do outro lado a URSS que, após a Conferência de Yalta<sup>40</sup>, controlavam toda a Europa

---

<sup>35</sup> NOGUEIRA, Franco, *Salazar, Vol. IV – O Ataque (1945-1958)*, p. 326.

<sup>36</sup> KISSINGER, *Diplomacia*, p.369.

<sup>37</sup> Kissinger explica de forma sucinta que objectivos distintos eram esses. Churchill procurava evitar que os russos dominassem a Europa Central. Estaline queria ser pago em territórios pelas vitórias militares soviéticas e pelo sofrimento heróico do povo russo. Truman empenhou-se, inicialmente, em manter a aliança unida, no entanto, no final do seu primeiro mandato já não existia qualquer vestígio de harmonia. KISSINGER, *Diplomacia*, p.369.

<sup>38</sup> Guerra-fria expressão utilizada pela primeira vez em 1947 pelo norte-americano Bernard Baruch e popularizado pelo editorialista Walter Lippmann BONIFACE, Pascal, *Atlas das Relações Internacionais*, p. 18.

<sup>39</sup> A Guerra era improvável porque a dissuasão nuclear impedia as super potências de transformar a Guerra-fria em guerra real e confronto armado directo. Mas a paz era impossível porque os objectivos dos dois actores principais eram antagónicos. Cit. Por BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 171.

<sup>40</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial, de 4 a 11 de Fevereiro de 1945, os líderes das potências aliadas reuniram-se no Palácio Livadia, na estação balneária de Yalta, para acordar um conjunto de medidas a serem implementadas com o objectivo de coordenar esforços contra a Alemanha e tomar decisões relativas à paz. KOOGLAN; LAROUSSE; SELECCÕES, *Dicionário Enciclopédico, Vol II*, p. 1655.

Oriental<sup>41</sup>, só tinham um objectivo: dividir a Europa em esferas de influência<sup>42</sup> deixando os europeus com poucas hipóteses para decidirem o seu destino<sup>43</sup>. Apresentava-se assim um sistema bipolar<sup>44</sup> que dividia a Europa em dois grandes blocos, sob hegemonia respectiva dos EUA e da URSS.

Deste sistema resultou concepções completamente distintas sobre o futuro da humanidade. Por um lado, Estaline pretendia que nenhum desafio interno pudesse voltar a ameaçar o seu domínio pessoal e que nenhuma ameaça externa voltasse a colocar o seu país em perigo<sup>45</sup>. Estabelecendo como referencial a doutrina comunista de Lenine, Estaline acreditava que, mais tarde ou mais cedo, o capitalismo entraria em derrocada não se tornando necessário uma confrontação directa com os americanos e britânicos para atingir os seus objectivos. A ideia não era restabelecer o equilíbrio de forças<sup>46</sup> no velho continente, mas sim dominá-lo de um modo completo, como Hitler o tentara<sup>47</sup>.

Já os Americanos, com o seu território praticamente intacto e com o trunfo estratégico da bomba atómica<sup>48</sup>, pretendiam, também, a segurança, mas, ao contrário de

---

<sup>41</sup> GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra, Moçambique 1964-1974*, p. 52.

<sup>42</sup> Recorrendo a Adriano Moreira conseguimos clarificar este conceito de esferas de influência, numa perspectiva que interessa para a nossa investigação. Adriano Moreira socorre-se da definição de Mondaini, segundo o qual define esferas de influência de certa potência como “o território que lhe é reservado quer para o exercício da própria actividade económica ou colonizadora, quer para uma eventual ocupação futura.” Segundo Adriano Moreira a esfera de influência que interessa à política colonial é a que se destina à ocupação. Neste campo podem apontar-se três espécies de esferas de influência: 1.º. Aquela que é definida por um Estado Soberano, sobre o seu próprio território, a favor de outro, a quem reconhece assim uma pluralidade de privilégios e que é válida para todos os Estados; 2.º a que se traduz em duas ou mais potências convencionarem que certas áreas territoriais, que aliás lhes não pertencem, ficam respectivamente reservadas à acção da potência indicada no tratado; por último, pode indicar-se a esfera de influência talhada unilateralmente e anunciada à comunidade das nações, normalmente, como acto que visa o anúncio de uma política imperialista ou de força. MOREIRA, Adriano, *Política Ultramarina*, p. 30.

<sup>43</sup> GADDIS, John Lewis, *A Guerra Fria*, p. 31.

<sup>44</sup> A polaridade é uma característica intrínseca das relações no sistema internacional, e diz respeito ao número e tipos de actores, bem como à distribuição das suas capacidades (poder). Se recorrermos a Morton Kaplan, este adopta o termo Sistema Bipolar Flexível para se referir a um cenário internacional onde existem apenas dois actores essenciais, também denominados de super-potências, e cujo exemplo histórico de base é a Guerra-Fria entre as décadas de 1960 e 1980 do século XX. IAEM, Variantes em seis modelos do Sistema Internacional de Morton Kaplan, in *International Politics and Foreign Policy*, p. 11-14.

<sup>45</sup> GADDIS, *A Guerra-fria*, p. 22.

<sup>46</sup> O Sistema de Equilíbrio de Poder, ou Sistema Multipolar, é o modelo clássico do sistema internacional, que possui como actores mais importantes um número ímpar e reduzido de potências ditas médias, e cujo contexto histórico apresentado é o Congresso de Viena (1814-1815), que consagrou como potências dominantes a Inglaterra, a Prússia, a Rússia, o Império Austro-Húngaro, e a França, e que perdurou como modelo de equilíbrio de poder até à Primeira Guerra Mundial. IAEM, Variantes em seis modelos do Sistema Internacional de Morton Kaplan, in *International Politics and Foreign Policy*, p. 03-10.

<sup>47</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 24.

<sup>48</sup> Abel Cabral Couto aborda esta questão ao analisar a Estratégia Nuclear. Segundo ele, durante anos as potências nucleares procuraram descobrir uma estratégia de guerra com armas nucleares. A ideia seria impraticável face à destruição que a sua materialização conduziria. Ninguém sairia vencedor. Daqui uma alteração qualitativa importante na estratégia: esta que, tradicionalmente, visou a melhor forma de fazer guerra, visa agora, a consecução de objectivos políticos pela força, mas evitando a guerra nuclear ilimitada. Se a guerra nuclear é demasiado terrível para ser efectivamente realizada, a dissuasão adquire uma importância

Estaline, não estava definida uma política a adoptar para a conseguir. E a razão prendia-se, precisamente, com a postura isolacionista<sup>49</sup>, que caracterizou a maior parte da história da sua política externa e que não poderia continuar a servir de modelo para o resto do mundo<sup>50</sup>.

Na Cimeira de Yalta, as negociações até nem correram mal. Estaline comprometeu-se a autorizar eleições livres na Europa de Leste tendo, de certa forma, deixado Roosevelt confiante relativamente às boas intenções do líder russo e, conforme prometido, deu ordem, às suas forças, para que se iniciasse a retirada do continente europeu.

Mas os objectivos de Estaline estavam à muito tempo definidos e, numa reviravolta sem precedentes, fez movimentar o exército vermelho, rompeu os compromissos assumidos sobre as eleições democráticas na Europa de Leste e invadiu a Polónia, a Bulgária, a Hungria e a Roménia, estendendo-se também ao Irão, à Grécia e à Turquia<sup>51</sup>. Colocou, desta forma, a descoberto toda a política expansionista soviética bem como os seus métodos totalitários, emergindo, ao mesmo tempo, entre os europeus a consciência de que as suas soberanias e liberdades estariam seriamente ameaçadas.

A atitude americana para com a Europa Ocidental, iria basear-se na lógica do “Plano Marshall” e da “doutrina Truman”<sup>52</sup>, um programa de recuperação económica dirigido, não contra qualquer país ou doutrina, mas sim contra os flagelos da fome, da pobreza, do desespero e do caos<sup>53</sup>. Era uma ajuda, segundo Marshall<sup>54</sup>, para evitar distúrbios políticos, para restaurar a economia mundial e para criar instituições livres<sup>55</sup>.

---

capital. Havendo, desta forma, dois aspectos distintos: uma estratégia de dissuasão e uma outra de emprego. Só há lugar para a segunda se a primeira falhar. COUTO, Cabral, *Elementos de Estratégia vol.II*, p. 11. Sobre o factor nuclear importa esclarecer, também que, a partir de certa altura, nomeadamente a seguir à crise dos mísseis de cuba, era de interesse de ambas as partes ultrapassar todas as clivagens de forma a impedir uma guerra nuclear. Enquanto os norte-americanos utilizam a palavra francesa «*détente*», que significa libertação de tensões, os Soviéticos utilizam a expressão «coexistência pacífica». BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 18.

<sup>49</sup> Kissinger também aborda esta questão do isolacionismo da política norte-americana. Os EUA ao longo da história produziram duas atitudes contraditórias relativamente à política externa. A primeira, e aquela a que nos queremos referir, é a de que a América cumpre melhor os seus valores aperfeiçoando a democracia interna, actuando, ao mesmo, tempo, como guia do resto da humanidade; a segunda é a de que os valores americanos impõem à América uma obrigação de cruzada por todo o mundo. O pensamento americano tem oscilado entre o isolacionismo e o empenhamento. KISSINGER, pp. 11-12. Lawrence Kaplan no 1.º Capítulo da sua obra, *NATO 1948*, também aborda, de forma detalhada, a tradição isolacionista norte-americana de 1800 a 1947. KAPLAN, Lawrence S., *NATO 1948*, p. 1-22.

<sup>50</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 26.

<sup>51</sup> ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar, o leão e a raposa*, p. 26.

<sup>52</sup> Presidente Democrata dos EUA de 1945 a 1953.

<sup>53</sup> Cit. por KISSINGER, *Diplomacia*, p. 395

<sup>54</sup> Num discurso dado pela rádio a 28 de Abril de 1947 o Secretário de Estado G. Marshall informava que o Ocidente atingira o ponto de não retorno na sua política com a URSS. «*Não podemos ignorar o factor tempo aqui envolvido. A recuperação da Europa tem sido bem mais lenta do que se esperava. Começam a tornar-se evidentes algumas forças*

No entanto, seria em Julho de 1947, num artigo anonimamente assinado por X (mais tarde identificado como George F. Kennan<sup>56</sup>), com o nome de “*The Sources of Soviet Conduct*”, publicado na revista *Foreign Affairs*, que viria a ser apresentado aquilo que seria a doutrina norte americana relativamente à estratégia soviética. Kennan, estabelecendo como referencial uma política de contenção, sugeriu um programa de auxílio político e económico à Europa Ocidental afirmando que: “*A principal componente de qualquer política dos Estados Unidos em relação à União Soviética deve ser uma paciente mas firme e vigilante contenção a longo prazo das tendências expansionistas da Rússia*”<sup>57</sup>.

Estavam assim reunidas as condições para a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte<sup>58</sup> (OTAN) que tinha, na sua origem, significados e objectivos paralelos, no domínio político-militar, aos do Plano Marshall no domínio político-económico. Neste sentido, a OTAN tinha como finalidade primária proteger a liberdade e segurança de todos os membros recorrendo, para o efeito, dos meios políticos e militares disponíveis, constituindo-se, deste modo, como uma organização internacional na qual os países membros conservam a sua total independência e soberania<sup>59</sup>.

A resposta, por parte dos soviéticos, deu-se em Maio de 1955 com a criação de uma organização semelhante, o Pacto de Varsóvia<sup>60</sup>, institucionalizando-se, assim, uma política de equilíbrio de forças entre estes dois blocos<sup>61</sup>.

Apesar dos inúmeros picos de tensão entre ambos os blocos terem existido, importa referir que o conflito<sup>62</sup> nunca originou um confronto armado. Não queremos, no

---

*desintegradoras. O doente está a morrer enquanto os médicos discutem. Por isso acho que a acção não pode ficar à espera de um acordo por exaustão (...) seja qual for a acção possível para resolver estes problemas prementes, ela deve ser tomada sem demora.»* Cit por KISSINGER, *Diplomacia*, p. 388.

<sup>55</sup> KISSINGER, *Diplomacia* p. 395.

<sup>56</sup> Funcionário conceituado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na embaixada americana em Moscovo. GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 39.

<sup>57</sup> Cit. por ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 27.

<sup>58</sup> O Tratado do Atlântico Norte foi assinado em 4 de Abril de 1949, tendo sido ratificado nos 5 meses seguintes. Materializa a estrutura política para uma aliança internacional estabelecida para prevenir ou repelir uma eventual agressão. O texto consiste em 14 Artigos e é antecedido de um Preâmbulo que sublinha a importância da Carta das Nações Unidas e estabelece as suas principais finalidades. SANTOS, Eduardo Silvestre, *A NATO no Século XXI*, p. 54.

<sup>59</sup> Designada também por Aliança Atlântica, constitui desde 1949 o sustento da segurança dos países da Europa Ocidental, tendo sido constituída para fazer face à ameaça soviética. Voltaremos analisar esta organização, no capítulo seguinte, na perspectiva dos interesses portugueses.

<sup>60</sup> Tratado, assinado em 1955 e renovado em 1985, que estabelecia uma aliança entre a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os seus países satélites no âmbito da política de defesa, em resposta à criação da NATO em 1949. Instituiu um compromisso de cooperação e assistência mútuas, associando a Albânia, a Bulgária, a Checoslováquia, a Republica Democrática Alemã (RDA), a Hungria, a Polónia, a Roménia e a União Soviética. Em 1968 a Albânia deixou de fazer parte da organização, o mesmo sucedendo com a RDA em 1990. A estrutura militar do Pacto de Varsóvia foi desmantelada em 1991. *Pacto de Varsóvia*. In Infopédia, (consultado em 5 de Fevereiro às 12h00). Disponível: <http://www.infopédia.pt>. consultado em 5 de Fevereiro às 12h00.

<sup>61</sup> GARCIA, *Análise de uma Guerra*, p. 52.

entanto, minimizar as reais possibilidades de um choque real entre os países, mas este factor garantiu à Guerra Fria a sua característica central, que foi a manutenção de um equilíbrio conciliatório entre russos e americanos, evitando-se, dessa forma, o extremar posições<sup>63</sup>. Deve-se referir, no entanto, que durante a Guerra Fria, desenrolaram-se inúmeros conflitos regionais, onde se disputavam zonas de vital importância estratégica e económica para a Europa<sup>64</sup> e que, rapidamente, se estenderam a regiões periféricas.

## 2. Guerra Fria e Descolonização<sup>65</sup>, que relação?

Os primeiros sinais independentistas surgiram com o declínio do colonialismo europeu<sup>66</sup>, algo que era impensável até ao início do século XX.

A Conferência de Berlim, que decorreu de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, marcou o ponto alto da construção do «sistema político euromundista», que subjogou a face do planeta à supremacia ocidental, muito particularmente, das democracias europeias de frente marítima<sup>67</sup>, desenvolveu uma visão imperialista e dividiu o continente africano entre as potências<sup>68</sup>, que ali detinham algum tipo de «ocupação ou mérito»<sup>69</sup>. Esta

---

<sup>62</sup> J. Freund define Conflito da seguinte forma: «O Conflito consiste num confronto intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico. Cit por. COUTO, *Elementos de Estratégia*, vol I, p.100.

<sup>63</sup> Recorrendo novamente a Abel Cabral Couto, e uma vez que estamos a falar de guerra, importa clarificar o seguinte aspecto: os conflitos entre estados não podem ser resolvidos a não ser pela guerra, se as vontades particulares não chegarem a acordo. Só a guerra pode, daí em diante, decidir não qual os direitos afirmados pelas duas partes são verdadeiros, mas qual dos dois direitos deve ceder face ao outro. Acrescente-se ainda, na linha deste pensador, que o conceito de Guerra-fria está associado ao emprego de todas as formas de coacção, em que, a coacção militar é a que tem menor primazia. COUTO, *Elementos Estratégia*, pp.107 e 151.

<sup>64</sup> Situação desencadeada pela primeira vez durante a Guerra da Grécia (1946). GARCIA, *Análise de uma Guerra*, p. 53.

<sup>65</sup> Da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70, os impérios coloniais europeus, africanos e asiáticos desapareceram. A descolonização apareceu, em primeiro lugar, como uma sucessão de emancipações políticas, uma vezes, outorgadas como maior ou menor vontade das metrópoles, outra vezes, duramente solicitadas ou arrancadas pelos povos dominados. BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 97. Ver Anexo A (A DESCOLONIZAÇÃO A PARTIR DE 1945).

<sup>66</sup> Colonização traduz-se na imposição de um poder superior alienígena sobre um povo e seu território, com sistema cultural diferente, em regra etnia diferente, e projecto político diferente. A relação que se estabelece, além do domínio político pelo colonizador implica que este leva eventualmente o capital e a técnica e exige a terra e o trabalho dos nativos. Este processo de expansão em regar é determinado pelo colonizador, que procura novos espaços, ou novas matérias-primas, ou novos mercados, ou apoios estratégicos. Tal colonialismo pode chamar-se colonialismo de espaço vital. MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, p. 518.

<sup>67</sup> MOREIRA, Adriano, *Estudos da Conjuntura Internacional*, p. 313.

<sup>68</sup> Eram elas: Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Portugal e Espanha.

<sup>69</sup> Na Conferência de Berlim ficaria acordado que apenas a ocupação efectiva, e não o simples descobrimento, dava direitos políticos sobre o território. EXPRESSO, *Atlas Universal de África*, p.66.

reunião, presidida por Bismark<sup>70</sup>, tentou estabelecer um equilíbrio entre o interesse nacional e o interesse comunitário, na medida em que, previa a não atribuição exclusiva de benefícios aos países colonizadores e, ao mesmo tempo, criou o princípio de «porta aberta» para o acesso aos mercados e às matérias-primas. Assistia-se, desta forma, e pela primeira vez, à «internacionalização do fenómeno colonial»<sup>71</sup>.

A partilha de Berlim foi, talvez, o último acto imperialista das denominadas potências europeias, desde então, nomeadamente a partir do século XX, envolver-se-iam em duas guerras hegemónicas que arrasariam as suas economias e as suas infra-estruturas. Foi precisamente um destes conflitos, a 2ª GM, que faria esgotar, de uma vez por todas, o colonialismo.

Com uma Europa esgotada e em ruínas, empenhada em tarefas de reconstrução, a sua presença nos territórios colonizados obrigaria cortes drásticos. Por outro lado, as colónias, que tinham combatido ao lado dos aliados, vislumbavam as fragilidades das suas metrópoles aumentando, dessa forma, o seu desejo de liberdade e, ao mesmo tempo, exigiram que este princípio fosse aplicado de forma a conseguirem a sua própria independência<sup>72</sup>.

O marco simbólico desta viragem, em relação aos sistemas coloniais, dá-se com a assinatura da Carta do Atlântico, a catorze de Agosto de 1941 por Roosevelt e Churchill<sup>73</sup>, em que, relativamente a esta matéria, ficou estabelecido que «cada povo tem o direito de escolher a forma de governo sob a qual deve viver»<sup>74</sup>. No entanto, o fundamento jurídico da descolonização, que seria o direito à autodeterminação dos povos, só ficaria consagrado na Carta das Nações Unidas, assinada na cidade de S. Francisco em vinte e seis de Junho de 1945<sup>75</sup>.

---

<sup>70</sup> Estadista prussiano. Ministro do rei da Prússia, Guilherme I, em 1862, foi um dos fundadores da unidade alemã. Dos inúmeros méritos que lhe são reconhecidos, destacamos a conquista da simpatia das classes operárias seguindo uma política de socialismo de estado e, ainda, o facto de ter conseguido, durante a sua vigência, fazer da Alemanha uma potência colonial. KOOGLAN; LAROUSSE; SELECCÕES, *Dicionário Enciclopédico – Vol. II*, p.1037.

<sup>71</sup> NOGUEIRA, Franco, *As Nações Unidas e Portugal*, p.14 e 15.

<sup>72</sup> BONIFACE, *Atlas das Relações Internacionais*, p.20.

<sup>73</sup> Importa referir que, apesar de Roosevelt e Churchill terem considerado os povos que foram submetidos ao terror nazi. A leitura de Churchill foi muito mais restritiva acabando por afirmar o seguinte: «*Eu desejo ser claro: o que se tem, guarda-se. Não me tornei Primeiro-Ministro de Sua Majestade a fim de proceder à liquidação do Império Britânico*». Cit por BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p.99.

<sup>74</sup> Cit por BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p.99.

<sup>75</sup> A Carta do Atlântico representava a consagração de um forte movimento da opinião pública americana, desencadeada durante a guerra, no sentido de conseguir a liberdade de acesso às matérias-primas e terminar com quaisquer discriminações na raça, na religião ou na cor. Não se tratava portanto de tomar directamente posição sobre o destino das situações coloniais, por que, segundo Adriano Moreira, a liberdade de os povos

O fim do colonialismo coincidiu, portanto, com o início da Guerra Fria que, apesar de não ter constituído questão central originou, numa fase inicial, um convergir de posições por parte dos blocos vencedores. A URSS cedo apoiou as reivindicações dos países colonizados, que começavam a tomar a designação de «Terceiro Mundo»<sup>76</sup>. Os EUA, por seu lado, também não estavam dispostos a defender o colonialismo europeu<sup>77</sup>.

O interesse pelo continente africano foi-se, no entanto, alterando. Enquanto a URSS, promovia eficazmente o anticolonialismo na Ásia e em África<sup>78</sup>, os americanos limitavam-se à solidariedade para com os aliados da Europa, predominando em Wasghinton, a partir da 2ª GM, uma visão “eurocêntrica” de África. Para o comum dos americanos África era «uma nebulosa de sinais fragmentários»<sup>79</sup>. Os EUA não podiam, de forma alguma, abandonar os seus tradicionais aliados: britânicos, franceses, holandeses e portugueses, só porque estes ainda mantinham possessões coloniais<sup>80</sup>. Apenas em 1957 com o apoio declarado pelo então senador Kennedy à independência da Argélia, esta questão alterou-se ligeiramente, permanecendo residual o interesse americano por África<sup>81</sup>.

Recorrendo a Jonh Lewis Gaddis conseguimos encontrar uma expressão que caracteriza bem a onda de independências, que surgiram em África entre 1957 e 1960<sup>82</sup>: “os

---

disporem de si próprios não significa que devam ser necessariamente encaminhados para a independência política. MOREIRA, *Política Ultramarina*, p. 159.

<sup>76</sup> Relativamente a esta expressão dizia, em 1969, Franco Nogueira: “Não é original a expressão terceiro mundo. Parece ser de raiz francesa a sua fonte, e foi Alfred Sauvy quem, em 1956, pela primeira vez a utilizou. Deu-lhe curso mundial generalizado a analogia com o terceiro estado, para assim se sugerir o paralelismo entre a terceira das ordens convocada aos Estados Gerais de 1789, e que era a derradeira nos planos social, político e económico, e o grupo de nações cujo núcleo inicial se reuniu em Bandung em 1955. Está hoje aceite, na terminologia internacional, a alusão ao terceiro mundo para significar o conjunto de povos que afirmam que os seus objectivos de desenvolvimento e progresso no plano interno como determinantes dos seus alinhamentos em política internacional.” Franco Nogueira reafirma, no entanto, a imprecisão desta definição e propõe-se fazer uma análise mais profunda para concluir o seguinte: “(...) Em qualquer caso, não será difícil nem arriscado prever para o terceiro mundo – conjunto de descolonizados e de subdesenvolvidos a que já se chamou as nações proletárias – um longo, muito longo, período de revoluções, guerras, golpes de estado, instabilidade interna, com epidemias e populações famintas, tudo sob o signo dos direitos humanos e do progresso económico, social e educativo”. NOGUEIRA, Franco, *Terceiro Mundo*, pp. 39 – 70.

<sup>77</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 130.

<sup>78</sup> Importa esclarecer que, segundo Adriano Moreira, a posição anticolonialista da URSS obedeceu a paradigmas diferentes, conforme o problema colonial era examinado em relação aos territórios sujeitos à soberania da Rússia, ou em relação aos territórios sujeitos à soberania de outras potências. MOREIRA, *Política Ultramarina*, p.166.

<sup>79</sup> ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 37.

<sup>80</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 130.

<sup>81</sup> Só em 1958 foi criado o África Bureau, uma divisão do Departamento de Estado exclusivamente vocacionada para os problemas continentais. ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p.38. Sobre o anticolonialismo dos EUA importa acrescentar o seguinte: Segundo Adriano Moreira o anticolonialismo americano revela-se apenas em face de cada caso concreto e não segundo uma teoria geral, favorecendo, por exemplo, o separatismo de Marrocos, mas apoiando o *status quo* na Argélia Por isso mesmo foi mais relevante o apoio que os EUA deram à declaração Universal dos Direitos do Homem do que o anticolonialismo que era defendido em face de cada situação concreta. MOREIRA, *Política Ultramarina*, p. 161.

<sup>82</sup> Para caracterizar melhor esta onda de independências deve-se referir que Inglaterra concedeu independência às suas colónias africanas de 1957 (Ghana – Costa do Ouro) a 1964 (Zâmbia), por sua vez, a França concede a independência Marrocos e à Tunísia em 1956 e à Argélia, esta apenas com a chegada de De

*fracos começavam a descobrir oportunidades para enfrentar os fortes. A natureza do poder estava a mudar porque o medo do poder, como ele era concebido tradicionalmente, estava a diminuir*". Ou seja, se por um lado, o interesse por África residia no receio que as escolhas destes Estados recém-independentes pudessem vir a alterar o equilíbrio de forças na Guerra Fria, por outro lado, a dificuldade em controlar estas pequenas potências, por parte de russos e americanos, era cada vez maior<sup>83</sup>.

Nesta onda de independências a que John Lewis Gaddis chamou "*o despertar dos mais fracos*", importa, para a nossa investigação, destacar a importância do Congo e, até mesmo perceber, como se estendeu essa importância até aos tempos da Guerra Fria. Para isso vamos-nos basear na análise de Franco Nogueira que, de uma forma clara, explica o valor estratégico do Congo e, ao mesmo tempo, o porquê desta região do continente africano ter suscitado, no contexto da Guerra Fria, tanto interesse a russos e americanos: "*Em Berlim foi reconhecido, na Acta Geral, a existência do Estado Independente do Congo, sob soberania do Rei dos Belgas. Mas as grandes potências verificaram que o seu acordo era apenas negativo: o Congo não poderia ser atribuído a qualquer dos grandes países: quem dominasse o Congo, dominaria a África Negra: porque o território, pelos seus recursos económicos e pela sua posição geográfica, é a chave do continente. Nas mãos de uma grande potência, financeira e militarmente forte, seria um perigo para as demais. Atribuído à Bélgica, e em regime de livre acesso para os restantes, não representava o mesmo risco. Foram estes aspectos esquecidos na altura da proclamação do Estado Congolês em 1960. E eles explicam em grande medida a luta que o leste e Oeste travam desde então: porque cada um dos blocos sabe que, sob pena de perder toda a África, não pode deixar ao outro o dominar exclusivo do território*"<sup>84</sup>.

### **3. A emergência da questão colonial na Organização das Nações Unidas (ONU)**

A precursora da ONU foi a Sociedade das Nações, também conhecida como «Liga das Nações»<sup>85</sup>, organização concebida em circunstâncias similares após a 1ª Guerra Mundial

---

Gaulle ao poder, em 1960. Os Belgas concederam a independência em 1960 ao Congo Belga. BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 103.

<sup>83</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, pp. 128-131

<sup>84</sup> NOGUEIRA, *As Nações Unidas e Portugal*, p. 15.

<sup>85</sup> No fim da guerra de 1914-1918, o Presidente Wilson dos EUA pretendeu submeter a Nova Ordem mundial aos chamados 14 Pontos, datados de oito de Janeiro de 1918. Este documento advogava a supressão da diplomacia secreta por acreditar que se na opinião pública conhecer o processo, não o deixará encaminhar para a guerra. Acrescentava a liberdade dos mares e também sustentava o princípio da autodeterminação para a reivindicação dos territórios submetidos, e o princípio das nacionalidades para a definição do Estado. Todavia a principal contribuição foi a criação da Sociedade das Nações, com sede em Genebra. Com o objectivo fundamental de favorecer a paz. Não teve grande destino e dissolveu-se com a 2ª Guerra Mundial. MOREIRA, *Teoria das Relações Internacionais*, p.514.

(1ª GM) e estabelecida em 1919, em conformidade com o Tratado de Versalhes<sup>86</sup>, para promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança. Face ao fracasso da Sociedade das Nações, uma vez que não conseguiu evitar a 2ª GM, os estados recriaram uma organização internacional que, entre vários objectivos, se propunha garantir a paz mundial.

As conversações para encontrar novas fórmulas que pudessem vir a consolidar a paz e, por outro lado, que definissem as bases da futura organização mundial, como é sabido, iniciaram-se antes do término da 2ª GM. Esta ideia foi manifestada pela primeira vez na Conferência de Moscovo, no ano de 1943, seguindo-se Dumbarton Oaks de vinte e um de Agosto a vinte e oito de Setembro de 1944 e por último Yalta, na Crimeia, em Fevereiro de 1945. Finalmente em Abril de 1945, em S. Francisco, foi convocada a Conferência da ONU. A Carta entraria em vigor no dia vinte e quatro de Outubro de 1945<sup>87</sup>.

Na redacção da Carta das Nações Unidas ficou estabelecido, de forma clara, a defesa do princípio da autodeterminação nacional e da libertação anti-colonial. Durante o pós-guerra, tendo como referencial o fenómeno alemão, o conceito de civilização perdeu a natureza discriminatória em termos raciais e adquiriu uma identidade política, assente em valores democráticos e, ainda, na defesa dos direitos humanos. O respeito pela soberania nacional, a promoção da democracia e, também, dos direitos humanos passaria, em termos de civilização, a ser o referencial para estabelecer o que era ou não aceitável<sup>88</sup>. Na verdade,

---

<sup>86</sup> Tratado de paz elaborado no final da 1ª GM pelas nações aliadas e cujo texto foi imposto à Alemanha vencida. A assinatura decorreu na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, em França, a vinte e oito de Junho de 1919, tendo o tratado entrado em vigor a 10 de Junho do ano seguinte. Para assegurar o entendimento político e a paz entre os países, o tratado previa a constituição da Sociedade das Nações, a redução do território alemão em cerca de 10% com a entrega da Alsácia e da Lorena à França, a desmilitarização da Alemanha e o pagamento por parte desta de pesadas indemnizações de guerra. *Tratado de Versalhes (1919)*. In Infopédia. (consultado em 24 de Fevereiro, 2010; 16horas). Disponível: [http://www.infopedia.pt/\\$tratado-de-versalhes-\(1919\)](http://www.infopedia.pt/$tratado-de-versalhes-(1919)),

<sup>87</sup> Em 30 de Outubro de 1943 foi assinado, em Moscovo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, Inglaterra, URSS e China uma Declaração das quatro potências, onde reconheciam, no ponto quatro, «a necessidade de estabelecer uma organização internacional baseada no princípio de uma igual soberania de todos os Estados pacíficos, grandes ou pequenos, com o fim de assegurar a manutenção da paz e a segurança internacional». As negociações subsequentes decorreram em duas fases: a primeira em Dumberton Oaks com a participação da URSS, Inglaterra e os EUA; a segunda de 29 de Setembro a 7 de Outubro, teve como participantes a China, a Inglaterra e os EUA. Em Yalta os 3 líderes (Roosevelt, Churchill, Estaline) detalharam o problema do voto. «1.º Cada membro do Conselho de Segurança (CS) um voto; 2.º As decisões do CS sobre questões de processo devem ser tomadas por uma maioria de 7 votos; 3.º As decisões do CS sobre outras questões devem ser tomadas por uma maioria de sete votos incluindo os membros permanentes, sob a reserva de que para decisões no âmbito do Cap. VIII quem tiver interesse no litígio deverá abster-se de votar». Ficou assim estabelecido o princípio de veto, de modo que o sistema do concerto europeu se inscreveu no seio da ONU para tratar questões reservadas do CS. MOREIRA, *Política Ultramarina*, p.159.

<sup>88</sup> GARCIA, Proença, *Os Movimentos Independentistas o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)*. (Consultado em 25 de Fevereiro, 2010; 17h00). Disponível: [http://www.triplov.com/miguel\\_garcia/htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/htm).

foi a partir da ideia de libertação dos países e territórios submetidos pela Alemanha entre os anos trinta e nove e quarenta e cinco, e do desejo de lhes permitir a livre escolha de Governos e instituições, que se firmou a noção de autodeterminação dos povos. E foi assim que “*se forjou uma nova política colonial das Nações Unidas*”<sup>89</sup>.

A Carta das Nações Unidas foi, segundo Adriano Moreira, o “*instrumento formal da descolonização*”<sup>90</sup>. Permitiu regulamentar uma questão que tinha ficado em aberto aquando da assinatura da Carta do Atlântico, que foi a questão dos *territórios não autónomos*. E fê-lo ao estabelecer dois sistemas básicos onde assentam toda a política ultramarina das Nações Unidas: um, tendo em conta o capítulo XI, “*Declaração Relativa a Territórios sem Governo Próprio*”; o outro, a partir do capítulo XII da Carta das Nações Unidas, os *Territórios em regime de Tutela*<sup>91</sup>. Tendo em conta o objecto da nossa investigação importa analisar o primeiro um pouco melhor.

O capítulo XI, que se refere aos territórios sem autonomia, é composto pelos Art.ºs. 73º e 74º. Nos termos do Art.º. 73º da Carta, reconhecia-se, por parte dos Estados membros das Nações Unidas a obrigação de assumiram as responsabilidades de administração dos territórios cujos povos ainda não tenham atingido, na sua plenitude, a capacidade de exercerem a sua própria governância, e ainda, reconhecerem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância. Assim, se analisarmos o Art.º. 73, pode-se ver que responsabilidades são essas: garantir, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional; desenvolver a capacidade destes para governo próprio, tomando em devida conta as suas aspirações políticas e auxiliando-os no desenvolvimento progressivo de instituições políticas livres; estimular o progresso de tais povos; transmitir com regularidade ao Secretário-geral, informações de carácter estatístico e técnico sobre as condições sócio-económicas e educacionais dos territórios abrangidos pelo sistema e que não estejam compreendidos naqueles a que se aplica o estabelecido nos capítulos XII e XIII da Carta<sup>92</sup>.

---

<sup>89</sup> NOGUEIRA, *As Nações Unidas e Portugal*, p. 25.

<sup>90</sup> MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, p. 355.

<sup>91</sup> NOGUEIRA, *As Nações Unidas e Portugal*, p. 26.

<sup>92</sup> GARCIA, Proença, *Os Movimentos Independentistas o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)*. (Consultado em 25 de Fevereiro, 2010: 17h00). Disponível: [http://www.triplov.com/miguel\\_garcia/htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/htm).

Foi, desta forma, que a Carta das Nações Unidas permitiu concretizar, de uma vez por todas, a “*internacionalização de todo o problema colonial*”<sup>93</sup>, reforçando a sustentabilidade dos movimentos independentistas, imprimindo-lhes cada vez mais um carácter irreversível<sup>94</sup>.

#### 4. A Conferência de Bandung

A Conferência de Bandung foi o catalisador das profundas e irreversíveis modificações a que se assistiu na estrutura da Sociedade Internacional. Bandung será o marco do aparecimento formal do Terceiro Mundo como uma unidade ideológica<sup>95</sup>.

A Conferência de Bandung realizou-se de dezoito a vinte e quatro de Abril de 1955<sup>96</sup>, na Indonésia. Estiveram reunidos oito países anti-comunistas (Etiópia, Iraque, Irão, Libéria, Paquistão, Filipinas, Sião e Turquia); oito países neutralistas (Afeganistão, Arábia Saudita, Egipto, Índia, Indonésia, Sudão, Síria, Iémen); onze países não alinhados (Birmânia, Camboja, Ceilão, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Marrocos, Nepal e Tunísia) e, ainda, observadores cipriotas, argelinos, palestinos, e da Universidade Hebraica de Jerusalém<sup>97</sup>. Os objectivos desta primeira Conferência dos Não Alinhados<sup>98</sup>, apesar de serem conjunturais, tinham um objectivo comum: a necessidade de afirmação da independência (...) e ainda o reconhecimento da importância de uma solidariedade activa com os povos de África<sup>99</sup>.

---

<sup>93</sup> NOGUEIRA, Franco, *O ATAQUE*, p.328.

<sup>94</sup> OLIVEIRA, César, *A Evolução Política*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 68.

<sup>95</sup> GARCIA, *Análise Global de uma Guerra*, p. 54.

<sup>96</sup> A ideia de constituir um movimento dos países recentemente independentes foi ganhando forma desde muito cedo. A primeira reunião realizou-se logo em 1947, ano da independência da Índia e do Paquistão, na Conferência sobre as Relações Asiáticas. Este primeiro movimento asiático continuou até à decisão de alargar o seu âmbito a todos os novos países, o que veio a consolidar-se numa reunião em Colombo, em Abril de 1954. A proposta saída desta reunião apontava para a necessidade de efectuar uma conferência das nações afro-asiáticas. Os cinco países do Grupo de Colombo – Índia, Sri Lanka, Birmânia, Paquistão e Indonésia – decidiram, convocar a grande assembleia para o mês de Abril de 1955, em Bandung na Indonésia. GOMES, Matos; AFONSO, Aniceto; GOMES, Matos, *Os Anos da Guerra Colonial, vol. I*, p.21.

<sup>97</sup> MOREIRA, Adriano, *Estudos da Conjuntura Internacional*, p. 24.

<sup>98</sup> Associação livre de países que, durante a Guerra Fria, não tinham nenhum compromisso formal com qualquer dos dois poderosos blocos antagónicos dirigidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética. A génese da formação deste grupo, conhecido pelo nome de Movimento dos Não Alinhados (MNA), encontra-se na divisão do mundo em dois blocos, o comunista e o capitalista, depois da Segunda Guerra Mundial, e no subsequente processo de descolonização. De facto, este movimento foi lançado a partir de 1960 por líderes de países cujo processo de independência relativamente às potências europeias eram ainda muito recente, e que se recusavam ligar a qualquer uma das duas superpotências. Entre estes homens destacaram-se Jawaharlal Nehru, da Índia, Sukarno, da Indonésia, Gamal Abdel Nasser, do Egipto, Kwame Nkrumah, do Gana, Sékou Touré, da Guiné e Josip Broz Tito, da Jugoslávia. O não-alinhamento não representava uma atitude de neutralidade, pois distinguia-se dela na medida em que implica uma participação activa nos assuntos internacionais. Desta maneira os seus adeptos afirmavam a necessidade de serem avaliadas cuidadosamente diversas matérias, recusando juízos pré-determinados. *Movimento dos Países Não-Alinhados*. In Infopédia (Consultado em 1 de Março de 2010 pelas 15h00). Disponível: [http://www.infopedia.pt/\\$movimento-dos-paises-nao-alinhados](http://www.infopedia.pt/$movimento-dos-paises-nao-alinhados).

<sup>99</sup> GARCIA, *Análise Global de Uma Guerra*, p. 55.

Pretendia-se mostrar a coesão que existia entre os países do Terceiro Mundo relativamente à soberania política das potências coloniais. Elevando o critério da cor da pele dos povos antes dominados, entendiam os participantes que a Ásia pertencia aos asiáticos e que a África devia ser governada pelos negros, o que punha fim a todo e qualquer processo de domínio dos povos brancos<sup>100</sup>. Para percebermos melhor esta ideia podemos sintetizá-la com as seguintes palavras: “*Houve a preocupação de fazer da Conferência de Bandung um grande conclave de povos de cor, em oposição à raça branca*”<sup>101</sup>.

O Comunicado final da Conferência, constituindo-se como um dos mais importantes da História Contemporânea, consagrou o dever de todos os povos libertados ajudarem os ainda dependentes a alcançar a soberania, tendo-se, também, considerado o colonialismo como um mal ao qual era preciso pôr fim rapidamente, uma vez que a sujeição dos povos à exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos humanos elementares e era contrária à Carta das Nações Unidas (a que a Conferência aderira inteira e plenamente), bem como à Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>102</sup>.

As repercussões desta cimeira no processo descolonizador foram notáveis, marcou o primeiro passo para institucionalização do Movimento dos Não-alinhados representando, dessa forma, uma crescente influência destes países nas relações internacionais depois de 1950<sup>103</sup>. A partir desta altura, com um novo actor colectivo no sistema internacional, mais de metade da população mundial participava de forma plena, como força política activa, na cena internacional e com uma consciência de identidade ainda mais sustentada.

## 5. A Crise do Suez

Entre os convidados de Bandung estava o Coronel Abdel Nasser<sup>104</sup> do Egipto, que posteriormente se revelaria o mais engenhoso dos não-alinhados<sup>105</sup>. Nasser ao aparecer na cena política internacional como o ditador militar do Egipto encarnou não só a causa da

---

<sup>100</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal 1951-1960*, p. 211.

<sup>101</sup> Cit. por MOREIRA, *Política Ultramarina*, p.61.

<sup>102</sup> MOREIRA, *Política Ultramarina*, p. 55. A expressão «direitos do homem», tão frequentemente utilizada nas declarações diplomáticas, disfarça profundas divergências no seu conteúdo. Pode-se esquematicamente opor uma concepção ocidental dos direitos do homem, universal e individualista, formalizada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos do Homem reuniu os direitos individuais e direitos sociais e culturais. BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p.117.

<sup>103</sup> FRASER, Cary, *Na American Dilema: Race and Realpolitik in América Response to the Bandung Conference, 1955*, p.

<sup>104</sup> Os Coronel Nasser juntamente com Tito e Nehru vão ter um papel importantíssimo no emergir do Terceiro Mundo, em plena Guerra Fria. Relativamente ao primeiro foi ele que concebeu o «neutralismo positivo» como instrumento de pressão alternativo sobre ambos os blocos, com a finalidade de obter o máximo de vantagens diplomáticas. Cit. Por GARCIA, *Análise Global de uma Guerra*, p. 54.

<sup>105</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 134

autodeterminação do povo egípcio, mas também a causa maior do nacionalismo árabe, ambas destinadas a colidir com os interesses britânicos no Médio Oriente<sup>106</sup>.

Em Julho de 1956, Nasser, presidente do Egipto, decidiu nacionalizar a Companhia do Canal do Suez, companhia essa que tinha maioritariamente interesses ingleses e franceses, o que veio desencadear uma série de acontecimentos que culminaram com o lançamento, a quatro de Novembro, de uma operação militar anglo-francesa em coordenação com Israel com a finalidade de reassumir o controlo do Canal<sup>107</sup>.

As pressões sobre o governo inglês e francês rapidamente fizeram-se sentir. A URSS lança um ultimato a Londres e Paris, e o governo de Moscovo ameaça com a utilização de armas nucleares. Por outro lado, os EUA reagiram com indignação<sup>108</sup>: acusaram Londres e Paris de deslealdade, de ruptura da frente atlântica e de atentado contra a ONU, obrigando Washington a tomar medidas de precaução militar. Já nos países do terceiro mundo assiste-se a uma onda de críticas e acusações a Inglaterra e a França; estas são acusadas de colonialismo e de imperialismo violento<sup>109</sup>.

Mal concebida, extemporânea e conduzida de forma incompetente, a invasão quase desfez a aliança da NATO<sup>110</sup> colocando em perigo a recuperação do prestígio da velha Europa. O Grande vencedor, porém, foi Nasser, que ficou com o canal, humilhou os colonialistas e colocou em choque as superpotências da Guerra Fria, consolidando, ao mesmo tempo, a sua posição como chefe incontestado do nacionalismo árabe. Teve ainda o mérito de conseguir demonstrar que a autonomia, em circunstâncias que podiam ter parecido adversas, começava a tornar-se possível. Era o início da tomada de consciência dos “*menos importantes*”<sup>111</sup>.

Relativamente a Portugal, e numa época em que a ONU combatia a permanência do colonialismo europeu em África, a crise do Suez apressou a luta dos estados que sonhavam com a independência política, desencadeando uma instabilidade que não tardaria

---

<sup>106</sup> WILLMOTT, H.P., *Malogro do Suez em A Guerra no Mundo*, p. 91.

<sup>107</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e as guerras da descolonização*, p. 68. In AAVV, *Nova História Militar de Portugal Vol. IV*.

<sup>108</sup> A operação militar montada conjuntamente pelo Reino Unido, França e Israel, para reagir à nacionalização do Canal do Suez, viu constituir-se uma aliança de facto entre Washington e Moscovo. Foi a primeira aparição do «condomínio»: apesar das suas divergências, ambos tinham interesses comuns, nomeadamente, o de partilhar o domínio do mundo. BONIFACE, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 176.

<sup>109</sup> NOGUEIRA, Franco, Salazar, *O Ataque (1945-1958)*, p. 430.

<sup>110</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 135.

<sup>111</sup> GADDIS, *A Guerra Fria*, p. 136.

a chegar aos Estados de soberania portuguesa, nomeadamente, a Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique<sup>112</sup>.

A descolonização, neste contexto de Guerra Fria, viria a ter uma importância fulcral para o regime português, face ao papel que teve no despoletar dos acontecimentos que viriam a pôr em causa a legitimidade da presença portuguesa nas suas colónias. Por este motivo iremos, de seguida, abordar a questão colonial portuguesa.

---

<sup>112</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1951-1960)*, vol. XVI, p. 181.

## CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO COLONIAL

*“Foi no contexto deste processo generalizado de descolonização que vieram a ter origem as grandes questões com que, na década de 50 e na de 60, se veio a confrontar o regime português e muito particularmente o seu líder incontestado. Pode mesmo afirmar-se que a questão colonial portuguesa foi o cerne dos problemas para cuja resolução o Estado Novo se revelou crescentemente impotente”<sup>113</sup>.*

### 1. A revisão constitucional de 1951<sup>114</sup>

A política colonial do Governo de Salazar, segundo o historiador Fernando Martins, baseou-se no princípio contraditório, mas não inexplicável, da existência e criação de uma *“totalidade portuguesa”*<sup>115</sup>. Foi no seguimento desta linha filosófica que o Acto Colonial<sup>116</sup>, parte integrante da constituição 1933<sup>117</sup>, bem como a revisão desta matéria constitucional no ano de 1951, criou, primeiro (e manteve inalterável depois) o carácter unitário dos vários territórios ultramarinos que compunham a nação<sup>118</sup>.

Nos termos desta revisão todo o território português ficava abrangido pela mesma lei fundamental. Para melhor concretizar esta integração desaparecia o conceito de colónia

---

<sup>113</sup> OLIVEIRA, César, *A Evolução Política*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 69.

<sup>114</sup> Esta revisão foi antecipada e convocada, sobretudo, para acabar com o acto colónia, por causa da «onda de descolonização» que começara a varrer no mundo. ROSAS, Fernando; BRITO, Brandão, *Dicionário do Estado Novo, vol. I, Dicionário do Estado Novo*, p. 22.

<sup>115</sup> Expressão utilizada por Franco Nogueira na sua *História de Portugal, 1933-1944, II Suplemento*, p. 235.

<sup>116</sup> A Viragem nacionalizante e centralizadora operada pela política colonial do Estado Novo teve como expressão institucional o Acto Colonial de 1930 publicado durante a interinidade de Salazar no Ministério das Colónias. O Acto Colonial foi aprovado pelo Decreto nº18570 de 8 de Julho de 1930, e a sua redacção definitiva pouco divergia do projecto inicial. Salazar destacou quatro traços fundamentais do Acto Colonial: a ideia de império, a maior concentração de poderes (quer no governo central, quer nos governos ultramarinos), a forte reivindicação de ordem nacional e a integração das colónias e metrópole «na unidade pluriforme da Nação Portuguesa». (...) O Acto Colonial abriu uma nova fase na história colonial portuguesa, identificada pela promoção da política imperial e a implantação de um modelo nacionalista e centralista, subordinando os interesses das colónias aos da Metrópole. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo, vol I*, p. 20.

<sup>117</sup> Efectivamente após o plebiscito de 1933, o Acto Colonial será republicado, passando a integrar o texto constitucional com o seu título VII («Do império colonial português»). ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo, vol I*, p. 203.

<sup>118</sup> Cit. por. ROSAS, Fernando, *História de Portugal, vol VII, O Estado Novo (1926-1974)*, p.486.

que era substituído pelo de província<sup>119</sup>, extinguindo-se, assim, a designação de Império Colonial Português, surgindo a de Ultramar Português. Era a adopção de uma política colonial integrista em substituição do esquema colonial clássico<sup>120</sup>.

Em virtude das pressões internacionais, os anos 50 representam o início de uma nova fase da política colonial do regime, marcado por várias medidas inovadoras tanto institucionalmente como economicamente. Esse esforço integracionista conduziria a um reforço drástico, e sem precedentes, da viragem para África, facto este que começou antes do desencadear da guerra colonial a partir de 1961<sup>121</sup>.

Relativamente às mudanças de conteúdo, deve-se assinalar as sucessivas reformas no regime de trabalho indígena<sup>122</sup>, tentando-se pôr cobro, no plano legal, ao recrutamento compulsivo daquelas populações (...). Pretendia-se, desta forma, proporcionar aos indígenas um conjunto de condições jurídico-formais que permitissem a estes comportarem-se como a maioria branca<sup>123</sup>. No entanto, o fim da discriminação apenas se concretizou com as reformas de Adriano Moreira, enquanto Ministro do Ultramar<sup>124</sup>. Estas serviram essencialmente, para, na cena internacional, o regime passar uma imagem de reformador relativamente à integração dos então designados indígenas<sup>125</sup>.

No entanto as principais mudanças fizeram-se sentir na esfera económica. O entendimento das colónias como extensões naturais do território metropolitano tinha, forçosamente, de levar o Governo de Salazar a autorizar a instalação das primeiras indústrias como alternativa económica à exploração do trabalho negro nas grandes fazendas agrícolas. Era importante demonstrar à comunidade internacional que o Governo Central empenhava-se no fomento económico das suas “províncias ultramarinas” como forma de as legitimar. Acrescia ainda que a industrialização dos territórios ultramarinos era

---

<sup>119</sup> A designação de província corresponde à necessidade de afirmar a unidade nacional perante a comunidade das nações, como à mesma preocupação corresponde o desaparecimento da expressão «Império Colonial». MOREIRA, *Política Ultramarina*, p. 290.

<sup>120</sup> OLIVEIRA, César, *A Evolução Política*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 71.

<sup>121</sup> Cit. por. ROSAS, *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, p.486.

<sup>122</sup> Desde a data de Elaboração do Estatuto dos indígenas, pelo Comandante João Belo, a evolução do próprio Estatuto requeria uma avaliação urgente. O Estatuto apoiava a imagem da discriminação e servia de argumento em ataques desferidos contra Portugal na ONU e na imprensa internacional, no sentido que em Portugal também havia discriminação. GARCIA, *Análise Global de uma Guerra*, p. 83.

<sup>123</sup> Já em 1956, Adriano Moreira, na sua obra *Política Ultramarina*, relativamente a esta questão, escrevia o seguinte: «A faculdade que o indígena tem de, voluntariamente e logo que tenha adquirido os usos e costumes pressupostos pela aplicação do direito público e privado português, optar pela lei portuguesa comum, ficando assim assimilado aos cidadãos originários, mostra como a igualdade do género humano continua a inspirar o nosso direito.» MOREIRA, *Política Ultramarina*, p. 295.

<sup>124</sup> Cit. por. ROSAS, *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, p.486.

<sup>125</sup> Uma das reformas que se deve destacar foi a abolição do «estatuto de indigenato». NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 325.

cada vez mais entendida como um factor determinante do desenvolvimento da economia da metrópole. Por conseguinte, os sucessivos planos de fomento<sup>126</sup> previam também para os territórios africanos, em especial para a Angola e Moçambique, medidas impulsionadoras do seu desenvolvimento paralelas às implementadas na metrópole. Assim, com o primeiro plano, em 1953<sup>127</sup>, Angola e Moçambique foram contempladas com avultados investimentos para a criação de infra-estruturas, sobretudo ligadas à produção de energia eléctrica e de cimento<sup>128</sup>.

A modernização do sector agrícola, por outro lado, tendo como objectivo uma grande produção de produtos tropicais e a extracção de matérias-primas, direccionadas para os mercados internacionais, foram também preocupações do 1º Plano de Fomento. Associado a este fomento económico, esteve o lançamento de projectos de colonização intensiva com população branca, materializando a política de colonização/povoamento agrícola do ultramar com populações brancas vindas da metrópole consolidando, dessa forma, a presença portuguesa em África<sup>129</sup>. Este fomento económico das colónias, a que se assistiu a partir dos anos 50, intensificou-se mais tarde, com a ideia de Salazar em construir um Espaço Económico Português (EEP)<sup>130</sup>. É com esta crença que se assiste nas décadas de 50 e 60, até 1974, à beneficiação de vias de comunicação, à construção de escolas, hospitais e, sobretudo, ao lançamento de obras grandiosas<sup>131</sup>.

Como é fácil de constatar o duplo carácter, ideológico e económico, contribuiu, de uma forma decisiva, para a recusa do Estado Novo em discutir a questão colonial. Esta convicção podia-se ler de forma explícita num dos discursos da época de Oliveira Salazar, dedicado ao tema «Portugal e Campanha anti colonialista», feito na Assembleia Nacional, em Novembro de 1960, onde ele expõe a sua tese: “*Quando a Nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais*

---

<sup>126</sup> Os traços fundamentais do modelo de desenvolvimento do Estado Novo, das suas preocupações adaptações e insuficiências podem ser detectados a partir da leitura das propostas de lei e projectos dos planos de fomento que enquadram o período em análise. SERRÃO; MARQUES, *Portugal e o Estado Novo*, p. 323.

<sup>127</sup> Aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, representou um conjunto de investimentos públicos a que foram afectados recursos financeiros, tratando-se, portanto, de um somatório de planos parciais. NUNES, Ana Bela; BRITO, José Maria Brandão, *Política Económica, Industrialização e Crescimento*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 323.

<sup>128</sup> Cit. por. ROSAS, *História de Portugal, vol VII, O Estado Novo*, p. 487.

<sup>129</sup> Cit. por. ROSAS, *História de Portugal, vol VII, O Estado Novo*, p. 486.

<sup>130</sup> O EEP constituiu um processo de procura de um maior inter-relacionamento dos diferentes espaços económicos nacionais (Metrópole e províncias ultramarinas), processo este que decorrerá entre 1962 e 1974 e que assenta no instrumento legislativo fundamental que foi o DL 44016 de 8-11-1961. ROSAS e BRITO, *Dicionário do Estado Novo, vol I*, p. 313.

<sup>131</sup> Cit. por. ROSAS, *História de Portugal, vol VII, O Estado Novo*, da p. 489.

tarde caracterizaram outras formas de colonização. Às populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão – a língua; aos que se degladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz, os estádios inferiores da pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia, sem desarticular a sua forma peculiar de vida. A ideia de superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas”<sup>132</sup>.

## 2. A Entrada de Portugal na OTAN

Oliveira Salazar olhava com grande desconfiança para a nova ordem mundial. Face ao esfriar da tradicional aliança bilateral luso-britânica<sup>133</sup>, estabeleceu como prioridade, em termos de política externa, avançar para uma aliança multilateral, onde os EUA tinham um papel preponderante, a OTAN.

Neste contexto, as relações com os EUA entre anos de 1945-61 são influenciadas por um conjunto de organizações que entretanto se constituíram, o que significa dizer que esta “*bilateralidade enquadrou-se num ambiente multilateral*”. A mais importante delas foi, sem dúvida, a OTAN. Por ela passou todo o enquadramento estratégico, militar e mesmo económico da relação com os EUA durante este período<sup>134</sup>.

O convite a Portugal, para se tornar membro fundador da Aliança Atlântica, assentou, essencialmente, em factores de geopolíticos e geo-estratégicos<sup>135</sup> estando na base do estabelecimento de um novo sistema de segurança mundial. Concebido numa perspectiva de fazer face à ameaça soviética, este sistema assentava em duas ideias força: a

---

<sup>132</sup> SALAZAR, Oliveira, *Portugal e a Campanha Anti colonialista*, p. 11.

<sup>133</sup> Importa clarificar a expressão “resfriar”. Segundo o historiador José Telo Portugal tentou uma aproximação à Inglaterra, a quem propôs um reforço da aliança através de um pacto de defesa permanente, que passava pela preparação de um plano de defesa de Portugal continental. A resposta demorou, mas traduziu-se numa rotunda negativa, entregue em 1947. Esta tendência era já clara e visível antes, uma vez que a Inglaterra foi a primeira a dizer que não podia apoiar, da forma que pretendíamos, grandes projectos de desenvolvimento portugueses. Era igualmente visível quando a Inglaterra se retirou dos Açores no pós-guerra e não mostrou qualquer desejo de manter uma presença nas ilhas portuguesas, mesmo simbólica, como Lisboa gostaria para tentar equilibrar o peso americano. Era, pois, claro a partir de 1947 que não só a Inglaterra não era um dos «grandes», como dava muito menos importância ao espaço português, na medida em que já não estava interessada em dominar o Atlântico como um todo. TELO, António, *Portugal e a NATO, dos Pirinéus a Angola*, p. 950.

<sup>134</sup> TELO, António, *Portugal, os EUA e a NATO*, p. 45.

<sup>135</sup> Factores geopolíticos/geoestratégicos são um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia. Cit. por DIAS, Mendes, *Geopolítica*, p. 222.

primeira no continente norte-americano, baseado no seu potencial estratégico<sup>136</sup>, retaguarda e auto-garantia do sistema; a segunda, no continente europeu, linha da frente e de defesa imediata, baseada nos países do Tratado de Bruxelas de 1948<sup>137</sup>. No entanto, para que este sistema funciona-se era absolutamente necessária não só a protecção dos flancos norte e sul, mas, essencialmente, a articulação entre a linha da frente e a linha da retaguarda. Foi este o motivo do convite a Portugal constituindo-se as ilhas dos Açores como um valor estratégico acrescentado<sup>138</sup>. Uma vez que, em caso de ataque vindo de leste, o chamado «*reforço rápido da Europa*» passava, inevitavelmente, pelos Açores<sup>139</sup>.

As consequências imediatas da entrada de Portugal na OTAN foram os acordos de cooperação militar assinados com os EUA. Na sequência do acordo bilateral sobre a base dos Açores, em 1948, e do *Mutual Defence Assistance Act* de 1949<sup>140</sup>, em Janeiro, assinou-se o acordo de «Auxílio Mútuo para a Defesa de Portugal e dos EUA» e em Setembro do mesmo ano o «Acordo de defesa entre Portugal e os EUA»<sup>141</sup>. Sendo assim, neste quadro de assinatura de acordos de cooperação, assistia-se, na década de 50, a um bom relacionamento luso-americano, emergindo, em termos de política externa, os EUA como o novo aliado preferencial. Para além deste aspecto importa ainda referir que, no seio da Aliança Atlântica, ao contrário do que acontecia na ONU, conforme iremos analisar de seguida, a política colonial nunca foi alvo de críticas, antes pelo contrário, funcionava, como um escudo de protecção face aos ataques internacionais<sup>142</sup>. Salazar tentou otimizar esta situação, garantindo para Portugal apoios que pudessem contrariar a contestação internacional relativamente à política portuguesa em África. Segundo António Costa Pinto,

---

<sup>136</sup> Potencial Estratégico é o conjunto das forças de qualquer natureza, morais e matérias, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia. COUTO, *Elementos de Estratégia vol. I*, p. 241.

<sup>137</sup> A ideia inicial, de constituir uma aliança defensiva alargada a vários países surge entre a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, traduzido no Tratado de Colaboração Económica, Social, Cultural e de Defesa de Bruxelas, de 1948, que previa a criação de um Organismo Militar de Defesa desta União Ocidental, cujo Comando-em-Chefe foi entregue ao Marechal Montgomery que instalou o seu Quartel-general em Fontainebleu. NUNES, TAVARES, *História da Aliança Atlântica: grandes períodos*, p. 30. In AAVV, *Portugal e os 50 Anos da Aliança Atlântica*.

<sup>138</sup> Segundo José Freire Antunes os Açores eram uma espécie de cinto de segurança do Estado Novo no contexto da Guerra Fria e asseguravam a Portugal uma protecção americana automática. Num relatório sobre Portugal preparado para o presidente Truman, em 1949, a CIA notava: «*De primordial importância são os Açores, situados na principal rota marítima e aérea do Atlântico Norte. O uso de facilidades aéreas e navais nos Açores seria altamente desejável para os EUA em caso de guerra com a União Soviética.*» ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 31.

<sup>139</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e NATO: 1949-1989*, pág. 804.

<sup>140</sup> TEIXEIRA, *Portugal e a NATO*, p. 810.

<sup>141</sup> SANTOS, Pedro, *Portugal e a NATO, A Política Colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*, p. 1.

<sup>142</sup> SANTOS, Pedro Manuel, *Portugal e a NATO*, p. 1.

a Aliança Atlântica foi para Portugal um poderoso instrumento de estabilidade da ditadura portuguesa<sup>143</sup>.

### 3. A Entrada de Portugal na ONU

Com a entrada de Portugal na ONU, em 1955, iniciou-se um novo período para a política externa portuguesa, caracterizada pela contestação internacional à política colonial do Estado Novo<sup>144</sup>, marcando o início de um ciclo de isolamento internacional<sup>145</sup>. Este acontecimento significou o fim da tolerância e o princípio da contestação internacional à política colonial do regime, marcando, a internacionalização da questão colonial portuguesa.

Desde 1946 que a URSS vetava a entrada de Portugal na ONU. Quando em 1955 Portugal passou a ser membro da ONU, o Governo de Oliveira Salazar insistiu numa política de reforço da autoridade portuguesa sobre os espaços ultramarinos e numa recusa, constante, de qualquer tipo de negociação que pudesse pôr em causa essa mesma autoridade. Para Portugal estava completamente fora de questão qualquer cedência perante as crescentes pressões internacionais. A questão ganhava ainda mais pertinência perante a habilidade de Salazar em transformar colónias em províncias para não ter que se submeter às disposições da Carta das Nações Unidas no que concerne aos territórios não autónomos.

É neste contexto, logo após a admissão portuguesa, que o Secretário-Geral da ONU enviou uma nota ao governo português questionando se, nos termos do artigo 73.º da Carta, Portugal administrava territórios em que se aplicava aquele princípio. Aplicando a regra fixada por ele próprio, Salazar sentiu-se à vontade para responder o seguinte: *“Portugal não administra territórios que possam ser incluídos na categoria indicada pelo artigo 73.”*<sup>146</sup>.

Recorrendo à explicação do historiador Fernando Martins, podemos compreender na perfeição, a posição do Governo português. Esta baseava-se na defesa do princípio

---

<sup>143</sup> PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português – A cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização (1961-1975)*, p. 27.

<sup>144</sup> TEIXEIRA, *Portugal e NATO*, p. 811.

<sup>145</sup> É importante referir que esta ideia do *“orgulhosamente sós”* não é consensual para alguns historiadores portugueses. Dos vários historiadores que rebatem esta ideia, destacamos António Telo, que em texto publicado em 1994, contrapõe à ideia de “isolamento” internacional de Portugal a de “mudança nos apoios internacionais”. Ou seja, a partir de 1960/1961, o Estado Novo terá compreendido que na prossecução da sua política colonial, não podia já contar os seus “apoios tradicionais” provenientes do “mundo anglo-saxónico” e que necessitava de arranjar “alternativas” a esse apoio, nomeadamente através da França e da República Federal Alemã”. RODRIGUES, Luís Nunes, *“Orgulhosamente Sós”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960.*

<sup>146</sup> Cit. por. ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 39.

segundo o qual, o Estado soberano designado por Portugal, não deveria ser confundido com o território europeu também com aquela designação. Isto porque a extensão territorial portuguesa remontavam, pela história e pelo direito, a 1612. Na legislação produzida sob o domínio filipino, podia-se ler que Portugal e as suas províncias não europeias, não distintas ou separadas do reino não lhe pertencem por união, mas fazem parte integrante desse mesmo reino. Portanto, sob o ponto vista do Estado português, e já no século XVII, aquele que tivesse nascido em GOA ou em Angola, era tão Português como aquele que tivesse nascido em Lisboa<sup>147</sup>.

Esta posição do Governo português levou a Assembleia-Geral da ONU, sob fortes pressões dos países do Terceiro Mundo, a colocar sobre a mesa a questão colonial portuguesa. A referida Assembleia não só não aceitou esta tese, como condenou sistematicamente a atitude colonialista portuguesa, pressionando Portugal a iniciar um programa efectivo de descolonização.

Seria esta a primeira de uma série de derrotas que, progressivamente, foram isolando os Portugueses e que se intensificaram, na década de 60, com o acesso à independência de dezoito novos Estados, todos africanos (à excepção de Chipre), que com a excepção da Mauritània, entraram imediatamente na ONU<sup>148</sup>. O Relatório do Comité especial (designado por Comité dos Seis<sup>149</sup>), a aprovação das Resoluções 1514 (que incorpora o relatórios do Comité dos seis sobre o estatuto dos territórios não autónomos) e 1542 (relativo aos territórios não autónomos portugueses) de 15 de Dezembro de 1960 culminou com o princípio do fim da jornada de defesa, predominantemente histórico-jurídica, patrocinada por Portugal na Assembleia-geral das nações Unidas<sup>150</sup>.

#### **4. As relações com os EUA, “Ventos de Mudança”**

O ano de 1961 representou para o regime de Salazar a soma de inesperados desaires. O ano dramático do regime é inaugurado, precisamente, com a chegada a Lisboa, a 23 de Janeiro, da notícia do assalto ao Santa Maria algures no Mar das Caraíbas<sup>151</sup>. Os

---

<sup>147</sup> Cit. por MARTINS, Fernando, *A Política Externa do Estado Novo*, p. 191.

<sup>148</sup> SILVA, Duarte, *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*, p. 6.

<sup>149</sup> Comité designado com o fim de deliberar, especifica e definitivamente, acerca da competência das NU para lidar com o problema colonial tal como disposto no Art.º 73, da Carta, nomeadamente, na sua alínea e). MARTINS, *A política Externa do Estado Novo*, p. 190.

<sup>150</sup> MARTINS, *A Política Externa do Estado Novo*, p. 190.

<sup>151</sup> Na madrugada de 22 de Janeiro de 1961 o paquete de luxo Santa Maria, da Companhia Nacional de Navegação, é tomado de assalto em águas internacionais, nas Caraíbas, pelo Comando único do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL – Organização de resistência anti-fascistas estruturada para a

acontecimentos evoluirão de uma forma extremamente desfavorável para o regime de Salazar que, subitamente, vive momentos dramáticos e vê a sua credibilidade interna e externa profundamente abaladas.

O golpe do general Botelho Moniz<sup>152</sup>, ministro da Defesa de Salazar, episódio que ficou imortalizado pela expressão “*Abrilada*”<sup>153</sup>, não atingiu os seus objectivos, não deixando, no entanto, de representar para o Estado Novo, aquela que seria a mais séria tentativa de o derrubar «por dentro»<sup>154</sup>.

O ano de 1961 marca também a chegada ao poder da administração norte americana de Jonh F. Kennedy. Este reformulou por completo a política externa do EUA<sup>155</sup>, nomeadamente, no que diz respeito ao continente africano, alterando, dessa forma, o relacionamento bilateral com Portugal. Nesta altura, a administração norte-americana assumiu uma política de apoio à autodeterminação e independência dos territórios coloniais, o que correspondeu a um choque com o governo de Oliveira Salazar que enfrentava, precisamente nesta altura, as primeiras revoltas armadas contra a presença colonial portuguesa em Angola<sup>156</sup>.

Nos primeiros meses de 1961 o debate sobre a questão colonial portuguesa assumiu, novamente, um enorme protagonismo. A vinte de Fevereiro de 1961, perante as consequências dos acontecimentos de quatro de Fevereiro em Luanda<sup>157</sup>, a Libéria (apoiada

---

acção directa armada), desencadeando a «Operação Dulcinea». O Plano congeminado pelo Capitão Henrique Galvão, consistia no desvio de um navio para ocupação da ilha espanhola de Fernando Pó, de onde se partiria para Luanda, rastilho de um levantamento insurreccional contra as ditaduras ibéricas. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo*, vol. I, p. 68.

<sup>152</sup> Este Golpe foi um pronunciamento militar para impor uma solução política para o Ultramar no sentido da autodeterminação. Botelho Moniz tendo conta a percepção do contexto internacional adverso e condicionar da atitude portuguesa em matéria colonial, pretendia destituir Salazar e, pelo menos aparentemente, liberalizar o Regime. Tendo como referência o estudo de Medeiros Ferreira sobre o *Comportamento político dos Militares-Forças Armadas e regimes políticos no século XX* este episódio, levado a cabo pelas chefias militares, representaria a maior insubordinação institucional da hierarquia militar. GARCIA, *Análise Global de uma Guerra*, p. 93.

<sup>153</sup> Nome pelo qual ficou conhecido este episódio da nossa história contemporânea.

<sup>154</sup> RODRIGUES, Luís Nunes, *Salazar e Kennedy, A Crise de uma Aliança*, p. 8.

<sup>155</sup> O momento em que se dá esta reformulação, para alguns historiadores não é consensual, nomeadamente para António Telo que no seu artigo “Portugal e a NATO” na revista *Nação e Defesa* escreve que Os EUA mudam de política para África em 1959, ou seja, no final da administração Eisenhower e não no começo da administração Kennedy, como normalmente se pensa. A razão de fundo da mudança, segundo Telo, explica-se de forma simples: era evidente que o movimento das autonomias ia chegar em força a África, pelo que os EUA não podiam continuar a evitar tomar uma posição de fundo sobre o problema. A opção americana era relativamente simples: ou apoiavam os movimentos das autonomias, ou este procuraria apoios de outros poderes, nomeadamente da URSS. TELO, *Portugal e a NATO, (1949-1976)*, p. 73.

<sup>156</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, “*Missão impossível*”: *A Administração Johnson E A Questão Colonial Portuguesa: O “Plano Anderson”*, p. 89.

<sup>157</sup> Revolta em Luanda com ataques à Casa de Reclusão Militar, ao quartel da Companhia Móvel da PSP e à Cadeia Civil. Os nacionalistas angolanos consideram os acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961 como o início da rebelião armada em Angola contra o colonialismo português e da luta pela independência. GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. I* p.33.

posteriormente por três dezenas de Estados africanos e asiáticos) requereu uma reunião urgente do CS para adoptar medidas imediatas destinadas a impedir que os direitos humanos continuassem a ser violados em Angola<sup>158</sup>. Dias depois, a dez de Março de 1961, o CS inscrevia a questão de Angola na sua agenda e, por sua vez, o MU, num comunicado sublinhava a existência de um plano internacional de subversão da África portuguesa<sup>159</sup>. A 15 de Março do mesmo ano a questão foi votada no CS da ONU, tendo votado a favor da resolução a Rússia, a Republica Árabe Unida, a Libéria, o Ceilão e os EUA. A França, a Inglaterra, a China, o Chile, o Equador e a Turquia abstiveram-se. Apesar de não ter sido aprovada, desta votação destacou-se o facto de, pela primeira vez, na história dos debates sobre a questão colonial portuguesa no seio da ONU, os EUA terem votado contra Portugal, vincando, de forma clara, a mudança que se vislumbrava na política norte-americana relativamente a Portugal e, acima de tudo, ao colonialismo português<sup>160</sup>.

É nesta linha orientadora que Oliveira Salazar profere, no final de Junho de 1961, na «Assembleia Nacional», um discurso intitulado «O Ultramar Português e a ONU» onde ele apresenta, de forma clara, a sua tese: “*O convite às autoridades portuguesas para cessarem imediatamente as medidas de repressão é uma atitude, digamos, teatral do Conselho de Segurança e que ele não tem a menor esperança de ver atendida, tão gravemente ofende os deveres de um Estado soberano*”<sup>161</sup>.

## 5. A Questão de GOA

Uma outra questão que se reflectiu directamente na evolução das relações luso-americanas, ainda em 1961, e que marcou também o início dos problemas com o império colonial português, foi a ocupação militar de Goa, Damão e Diu pela União Indiana<sup>162</sup>. A “questão de Goa”, conforme ficou conhecida, tratava-se da integração do Estado Português da Índia na União Indiana. Este debate, que teve a sua génese no pedido da União Indiana, formulado em Janeiro de 1953, para a abertura de negociações sobre Goa<sup>163</sup>

---

<sup>158</sup> SILVA, *O litígio entre Portugal e a ONU*, p. 12.

<sup>159</sup> NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 212.

<sup>160</sup> RODRIGUES, Luís Nuno, *O EUA e a Questão Colonial Portuguesa no seio da ONU*, p. 61-63.

<sup>161</sup> SALAZAR, Oliveira, *O Ultramar Português e a ONU*, p. 21.

<sup>162</sup> A 15 de Agosto de 1947, o Reino Unido retirava-se da Índia e nascia a União Indiana, cabendo a esta, segundo o artigo 2.º do Acto de Independência Indiana, a parte do território da Índia Britânica que não fosse atribuída ao Paquistão. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo – vol I*, p. 457.

<sup>163</sup> ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo – vol I*, p. 458.

e depois de uma ruptura diplomática em Junho do mesmo ano<sup>164</sup>, teve o seu ponto alto no ano de 1961.

A onze de Agosto de 1961, o governo português, com base em notícias inquietantes que chegavam da longínqua Índia, por intermédio da embaixada brasileira em Nova Deli, que representava os interesses portugueses na União Indiana, fez saber ao governo indiano que, em conformidade com a sentença do Tribunal Internacional de Haia, de doze de Abril de 1960<sup>165</sup>, Portugal adquiria o direito de passagem entre os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e o território de Damão litoral, aceitando que a União Indiana tivesse a faculdade de regulamentar o exercício desse direito sem no entanto o destruir<sup>166</sup>.

Durante o mês de Agosto Nehru<sup>167</sup>, chocado com a resposta de Salazar em relação a Angola na Primavera de 1961, fez várias declarações revelando-se disposto a recorrer à força na questão de Goa. Em onze de Agosto de 1961 declarava anexados os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli<sup>168</sup>, tornando desta forma, bem claras as intenções do governo indiano relativamente à sentença do Tribunal Internacional de Haia e, também, em relação à vontade expressa de anexar, pelo uso da força, se necessário, os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu.

Esta situação concretizou-se nos primeiros dias de Dezembro com a chegada, a Lisboa, de notícias que relatavam a movimentação de tropas ao largo de Damão e Diu e, ainda, o embarque de tropas em direcção à fronteira de Goa. Salvar o Estado Português da Índia era o objectivo e para o conseguir a diplomacia portuguesa serviu-se de todas as armas. Tentou-se uma tomada de posição por parte da administração norte-americana<sup>169</sup>, face a possíveis ataques por parte de estados vizinhos das colónias portuguesa e, a onze de

---

<sup>164</sup> A missão diplomática de Nova Deli em Lisboa foi encerrada por ordem do Governo Indiano e em 1955, após solicitação do governo indiano, dá-se o encerramento da embaixada portuguesa e de todos os consulados de Portugal. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo*, p. 458; SERRÃO; MARQUES, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 70.

<sup>165</sup> Em Dezembro de 1955 o Estado Português recorreu ao Tribunal Internacional de Justiça sediado em Haia. Logo no início das alegações, os advogados portugueses precisaram que Portugal pretendia apenas que a soberania da União Indiana não se exercesse de modo a impedir em absoluto a passagem entre os territórios referidos no corpo do texto. Após uma longa instrução do processo, o Tribunal proferiu a sua sentença a 12 de Abril de 1960 reconhecendo direito de passagem no respeitante a pessoas, mercadorias e funcionários civis. No entanto, nenhum exercício efectivo de soberania era contemplado. Por isso mesmo ambos os contendores proclamaram vitória, não havendo, por esse motivo, nenhuma substancial alteração. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo – vol I*, p. 458.

<sup>166</sup> NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 316.

<sup>167</sup> Primeiro-ministro da Índia independente, desde 1947.

<sup>168</sup> ROSAS; BRITO, *Dicionário de História do Estado Novo vol. I*, p. 459.

<sup>169</sup> Na opinião do historiador Luís Nuno Rodrigues este episódio de Goa foi interpretado pelo governo português como resultante da falta de firmeza por parte dos responsáveis políticos norte-americanos que, no entender, por exemplo, de Franco Nogueira, poderiam facilmente ter sido evitado. RODRIGUES, *"Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960.*

Dezembro, recorreu-se à antiga aliança inglesa<sup>170</sup>. As iniciativas conduzidas pela diplomacia portuguesa não tiveram o efeito pretendido e, a dezoito de Dezembro desse mesmo ano, forças militares indianas invadem Goa, Damão e Diu, subjugando facilmente as reduzidas guarnições militares portuguesas, sem que estas ofereçam-se grande resistência<sup>171</sup>.

Esgotados todos os eventuais apoios que poderiam deter a acção indiana, apenas restava tentar a acção da ONU, através de um pedido de reunião urgente o CS<sup>172</sup>, no sentido, de apresentar neste fórum, uma queixa formal contra a União Indiana consubstanciada na sua condenação desta acção, na ordenação de um cessar-fogo imediato e, ainda, na retirada das suas tropas para além das fronteiras dos territórios invadidos. Da discussão surgida resultaram dois projectos de resolução: um, apresentado pelo Ceilão, Libéria e Egipto, rejeitando a queixa portuguesa, que não obteve a maioria dos votos; e outro, apresentado pelos Estados Unidos, França, Inglaterra, e Turquia, pedindo a cessação imediata das hostilidades e a retirada das forças indianas dos territórios ocupados ordenando ambas as partes a resolverem os seus diferendos por meios pacíficos. Esta última resolução foi aprovada por maioria mas foi, ao mesmo tempo, vetada pela URSS<sup>173</sup>, tornando, dessa forma, inútil o apoio daqueles aliados a Portugal.

No rescaldo político da invasão de Goa, Salazar considerou o golpe sofrido como um dos maiores desastres da nação<sup>174</sup>. No entanto, num discurso proferido na Assembleia Nacional em três de Janeiro de 1962, Salazar não dava a questão de Goa por terminada. Ouvia-se então o chefe do governo português a pronunciar o seguinte discurso: “(...) *As razões que nos impediram de negociar a cedência dos territórios do Estado Português da Índia são as mesmas que em absoluto nos vedam de reconhecer a conquista. A União Indiana pôde fazer a guerra contra nós, mas não pode sem nós estabelecer a paz. Da mesma forma que não houve rendição de forças nem*

---

<sup>170</sup> O documento apresentado ao governo inglês a onze de Dezembro de 1961 dizia: «Tendo em conta as obrigações decorrentes e os compromissos assumidos na declaração luso-britânica de 14 de Outubro de 1899, que se encontra em vigor e tem sido reafirmado pela parte britânica em numerosas ocasiões subsequentes, e vista a ameaça de agressão militar iminente sobre o território de Goa, como é do conhecimento do governo britânico, o governo português dirige-se a sua ao governo de Sua Majestade e exprime o desejo de saber que meios pode o Reino Unido, nos termos do §2.º da referida declaração, pôr à disposição do governo português para, em conjunto com os meios portugueses, fazer frustrar a agressão aludida». NOGUEIRA, Salazar, *A Resistência (1958-1964)*, p. 358-359.

<sup>171</sup> A perda de Goa em 1961 revelou ao país e ao mundo que a solidariedade de americanos e ingleses (sobretudo destes) tinha os seus limites. Face a esta atitude vacilante a diplomacia salazarista tentou uma aproximação à França e à República Federal Alemã. Em termos de alianças não devemos esquecer do reforço da cooperação com a África do Sul e a Rodésia, embora de uma forma mais discreta. OLIVEIRA, Pedro Aires, *Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio*, In AAVV, *Edições Cosmos*, IDN, *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, p.144.

<sup>172</sup> SALAZAR, Oliveira, *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*, p.16.

<sup>173</sup> NOGUEIRA, Salazar, *A Resistência (1958-1964)*, pp. 373-374.

<sup>174</sup> As palavras de Oliveira Salazar em Janeiro de 1962 perante a Assembleia Nacional dizem tudo: «Toda a nação sente na sua carne e no seu espírito a tragédia que se tem vivido, e vivê-la no seu seio é ainda uma consolação, embora pequena, para quem desejaria morrer com ela». NOGUEIRA, Salazar, *A Resistência (1958-1964)* p. 387.

entrega de barcos, também não pode haver tratado que reconheça a soberania da União sobre aqueles territórios. Terá de aguardar-se que a comunidade internacional repare o agravo à soberania portuguesa e a reintegre nos seus legítimos direitos, para ser restabelecida uma situação normal.”<sup>175</sup> Esta tomada de posição fez com que, todo o processo relacionado com a perda do Estado Português da Índia, só ficasse concluído após a queda do regime<sup>176</sup>.

## 6. Os Movimentos Nacionalistas

Podemos dizer que a guerra subversiva surgiu na 2ª GM com o aparecimento dos movimentos de resistência à ocupação nazi mas foi apenas com os movimentos de descolonização do pós guerra, impulsionados pelas super-potências, que se passou “à subversão, à chamada guerra revolucionária em grande escala”<sup>177</sup>. Este tipo de guerra consistia numa luta contínua marcada por um contacto militar muito irregular e onde o objectivo passava, essencialmente, por desgastar psicológica e moralmente o adversário, de forma a retirar-lhe a vontade de combater<sup>178</sup>.

Em África, durante a década de 50, período em que reinava os ideais defendidos em Bandung, desenvolveu-se uma onda subversiva, que acreditava profundamente, segundo as palavras de Franco Nogueira, na “*formação de um novo mundo*”<sup>179</sup>. Foi neste cenário que ocorreu uma vaga de independências no continente africano na década de cinquenta,

---

<sup>175</sup> SALAZAR, Oliveira, *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*, p.23.

<sup>176</sup> Foi em 31 de Dezembro de 1974 que se assinou, em Nova Deli, o acordo diplomático que consagrou os factos pela parte portuguesa. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo vol. I*, p. 460.

<sup>177</sup> FERNANDES, Horta, *A Estratégia entra na idade adulta: Do Pós-Guerra à Contra-Subversão em África*, p.552. In AAVV, *Nova História Militar de Portugal*.

<sup>178</sup> Ainda relativamente a esta questão importa abordar dois conceitos que nesta fase do trabalho é importante clarificar: A guerra subversiva e a guerra revolucionária. No mesmo texto, Horta Fernandes, analisa este aspecto. Recorrendo ao manual da guerra subversiva do Exército apresenta uma definição de guerra subversiva como sendo “*uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção*”. Ainda com base no mesmo manual define guerra revolucionária, detalhada por pensadores marxistas, como “*uma guerra total, levada a efeito pelos países comunistas, com o fim de implantarem o comunismo em todas as nações*”, com base numa doutrina estabelecida para conduzir essa mesma guerra. Perante uma definição claramente ideológica a guerra revolucionária poderia ser imputada a um movimento radicalmente transformador da sociedade. Na época, os movimentos subversivos estavam ligados à guerra revolucionária, como era o caso da UPA que apesar de não estar conectado com a URSS, as autoridades portuguesas faziam questão de a julgarem da mesma forma. A guerra revolucionária tal como a guerra subversiva pode, desta forma, ser conduzida no interior de um território, levado a efeito por uma parte da população contra as autoridades estabelecidas, apoiada e reforçada do exterior, característica que, segundo Horta Fernandes, marcou a luta em África. Porém, e como já foi referido, a guerra revolucionária é conduzida tendo como referência uma determinada doutrina o que não sucede com a guerra subversiva. Ou seja a guerra revolucionária tem objectivos atingir o que por vezes não sucede com a subversiva que poderá, apenas, constituir um meio para conduzir uma guerra revolucionária. Desta forma uma guerra revolucionária engloba guerras subversivas, nem todas as guerras subversivas podem ser incluídas no conceito de guerra revolucionária. FERNANDES, Horta, *A Estratégia entra na idade adulta: Do Pós-Guerra à Contra-Subversão em África*, pp.568 -570. In AAVV, *Nova História Militar de Portugal*.

<sup>179</sup> NOGUEIRA, Salazar, *A Resistência (1958-1964)*, p.80.

destacando-se, a República do Gana, a Nigéria, a Somália, a Serra Leoa e o Tanganica impulsionando vivamente o movimento para a independência em África<sup>180</sup>.

A tarefa de isolar os territórios africanos do processo internacional de descolonização era praticamente impossível. Para além desta situação, importa referir, que o nacionalismo africano estava estreitamente ligado à tomada de consciência negra e manifestava-se numa pluralidade de formas, acabando a oposição às estruturas e ao próprio regime por se exprimir em movimentos anti-coloniais, que surgiam no meio estudantil, nas associações culturais e nas organizações religiosas, constituindo-se, estas organizações, como as principais precursoras dos movimentos independentistas<sup>181</sup>. A realidade política do continente africano iria, desta forma, sofrer grandes transformações.

Relativamente a Angola o primeiro destes movimentos a ser criado foi o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em Dezembro de 1956, e que resultou da fusão do Partido Unido da Luta Unida dos Africanos de Angola e do Movimento para a Independência de Angola, tendo vindo a ser presidido por Agostinho Neto. Posteriormente é criada a União Nacional dos Povos de Angola (UPA)<sup>182</sup>, liderada por Holden Roberto, tendo este sido um dos principais responsáveis pelas primeiras acções armadas no Norte de Angola<sup>183</sup>.

Para a nossa investigação, importa abordar esta questão segundo duas perspectivas: a primeira perspectiva, trata-se de tentar perceber quais foram as responsabilidades destes grupos políticos angolanos nos acontecimentos de Angola e, numa segunda perspectiva pretende-se analisar a influência que esta questão teve no agravar das relações bilaterais entre Portugal e os EUA. Relativamente à primeira questão voltaremos a ela no capítulo seguinte quando abordarmos a Independência do Congo Belga.

---

<sup>180</sup> OLIVEIRA, César, *A Evolução Política*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 69.

<sup>181</sup> O processo de criação dos movimentos de libertação das colónias portuguesas tem raízes fundas na I República. Com efeito em 1925, realizou-se em Lisboa o Congresso Pan-Africanista que se inscrevia numa campanha constante e até agressiva na imprensa operária acerca da exploração e das condições de vida das populações africanas. Por outro lado, após o termo da Segunda Guerra Mundial, seja em função da própria natureza da Carta do Atlântico onde Churchill e Roosevelt não deixavam dúvidas sobre o direito inalienável dos povos à independência e ainda pela participação das populações dos territórios coloniais na vitória sobre as forças do Eixo, era impossível para o movimento irreversível dos povos dos impérios coloniais para o acesso à independência. ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo*, vol. II, p.639.

<sup>182</sup> A UPA, criada em 1957, em Leopoldville, difundia o revivalismo do antigo Reino do Congo. O sue Líder Holden Roberto, nascido em São Salvador, com 36 anos em 1961, era um anticomunista, de formação protestante, e foi influenciado por Nkrumah e Lumumba. A sua grande preocupação, relativamente a Angola, era impedir a infiltração comunista. ANTUNES, *Salazar e Kennedy*, pág. 86. Em 1962 assume a designação de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e pouco tempo mais tarde, Holden Roberto, constituiu o Governo da República de Angola no Exílio (GRAE). OLIVEIRA, César, *A Evolução Política*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 81.

<sup>183</sup> ROSAS; BRITO, *Dicionário do Estado Novo* vol.II, p. 640.

Relativamente à segunda questão, esta constituiu mais um ponto de fricção entre o governo português e o americano, durante este período. Na realidade, os contactos entre os Estados Unidos e as organizações e líderes nacionalistas da África portuguesa, foram frequentes, particularmente intensos no que diz respeito à UPA, liderada por Holden Roberto<sup>184</sup>. Este foi inclusivamente recebido no Departamento de Estado ainda antes do início da guerra, em Dezembro de 1960, e, posteriormente, em Dezembro de 1961, tendo sido também recebido na embaixada dos Estados Unidos em Leopoldville e na delegação norte-americana junto das Nações Unidas. Por parte da administração norte-americana, nomeadamente do seu Secretário de Estado Dean Rusk, houve inclusivamente, ordens expressas para intensificar os contactos com Holden Roberto<sup>185</sup>.

Numa entrevista dada a 17 de Agosto de 1961, em Paris, por Holden Roberto ao historiador José Freire Antunes, o líder da UPA revelou uma conversa, que data de 1959, entre ele e o senador Kennedy, que espelha bem, a cumplicidade que existia entre este movimento de libertação e administração norte-americana: “ (...) *Estive duas horas a explicar a Kennedy o sentido da nossa luta em Angola. Concordámos que era preciso fazer alguma coisa para evitar que os comunistas tomassem conta do movimento de libertação de Angola*”<sup>186</sup>.

Como é óbvio esta opção política da administração norte-americana não passou despercebida ao governo português. Em Setembro de 1961, o governo português decidiu tornar públicos estes contactos entre os EUA e as organizações nacionalistas africanas. Fê-lo pela voz do seu novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, e numa reunião ministerial na OTAN. Numa longa exposição, Nogueira teceu comentários fortemente críticos ao comportamento da ONU, da OTAN e, muito particularmente, dos EUA. Neste último caso, Nogueira concentrou-se nos contactos que eram estabelecidos entre Holden Roberto e determinadas instituições e organismos privados norte-americanos. Estas denúncias não foram, porém, suficientes para fazer cessar este estreitar de relações que continuaram a ser desenvolvidos ao longo de 1961 e durante os anos seguintes<sup>187</sup>.

A política portuguesa, relativamente aos movimentos nacionalistas, materializou-se numa recusa intransigente em aceitar qualquer forma de diálogo ou uma solução pacífica para o problema da descolonização. O modo de actuação do regime traduziu-se numa repressão constante e violenta, destas formas de revolta no terreno, acabando por

---

<sup>184</sup> RODRIGUES, “*Orgulhosamente Sós*”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960.

<sup>185</sup> RODRIGUES, “*Orgulhosamente Sós*”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960.

<sup>186</sup> ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 52.

<sup>187</sup> RODRIGUES, “*Orgulhosamente Sós*”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960.

transformar os movimentos nacionalistas em movimentos de libertação e conduzir a resistência anticolonial à luta armada<sup>188</sup>.

A Questão Colonial constituiu, desta forma, durante este período, o centro das preocupações políticas do governo de Oliveira Salazar. Franco Nogueira<sup>189</sup>, braço direito do chefe do governo português, era um realista puro que se movia num palco em que os actores representavam «os egoísmos de cada Estado» e tinha, também ele, como «farol» o interesse nacional. Para Franco Nogueira<sup>190</sup>, o problema do Ultramar não tinha «terceiras soluções», uma vez que, face ao nosso posicionamento geográfico, sem o Ultramar não havia uma real independência nacional, na medida em que ficaríamos isolados numa situação extremamente fragilizada, nomeadamente, no que diz respeito à Espanha. Esta resistência cega à descolonização era, sem dúvida, uma posição difícil face às condenações a que se assistia na cena internacional<sup>191</sup>.

O Nacionalismo propagava-se, desta forma, rapidamente por todo o continente africano, era o próprio Presidente Kennedy que dizia: “*Chamem-lhe nacionalismo, chamem-lhe anticolonialismo, chamem-lhe o que quiserem, África está a viver uma revolução*”<sup>192</sup>. Para a nossa investigação interessa aprofundar um dos acontecimentos que melhor expressão deu às palavras de Kennedy: A independência do Congo Belga. Este acontecimento dá-se a trinta de Junho de 1960, tendo conduzido esta região de África para um abismo onde imperava anarquia e onde se envolveram, de forma incisiva, a URSS e os EUA. “*A Guerra Fria chegava às portas de Angola*”<sup>193</sup>.

---

<sup>188</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e as Guerras da Descolonização*, p. 83. In AAVV, *Nova História Militar de Portugal*.

<sup>189</sup> Franco Nogueira foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros na sequência da remodelação do Governo com que Salazar respondeu ao frustrado Golpe de Botelho Moniz. Franco Nogueira foi o mais político dos governantes que rodearam Salazar e ao longo do seu ministério foi aquele que esteve na primeira linha de defesa do regime e do Ultramar. A intransigência na defesa do Ultramar, a firme recusa em admitir qualquer tipo de negociação com os dirigentes dos movimentos de libertação, a negação de admitir um prazo, mesmo alargado, para Portugal conceder a autonomia e a independência às suas colónias, como insistentemente lhe solicitaram os governantes americanos, que têm levado alguns analistas a classificá-lo como um dos “ultras” do regime, se não o mais extremista de todos, resulta, mais uma vez, não de princípios ideológicos, mas da pura razão e da lógica. GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. 2*, p. 71.

<sup>190</sup> Importa relembrar, para melhor compreensão, os pilares da Política Externa portuguesa da época recordando as palavras de Franco Nogueira: “*Entre 1961 e 1969, havia uma política externa portuguesa, cujos fundamentos assentavam nas seguintes premissas: respeito pelo perfil histórico da nação, consciência da conjuntura internacional que se enfrentava e defesa dos interesses portugueses permanentes*”. NOGUEIRA, *Diálogos interditos*, pág. XIX.

<sup>191</sup> PINTO, Nogueira, *Salazar, o outro retrato*, pp. 189-190.

<sup>192</sup> Cit. por ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 42.

<sup>193</sup> ANTUNES, *Kennedy e Salazar*, p. 42.

## CAPÍTULO III – A INDEPENDÊNCIA DO CONGO BELGA<sup>194</sup>

*“A sangrenta guerra civil no Congo depressa adquiriu um significado mais vasto com o envolvimento de forças externas.”<sup>195</sup>*

### 1. Os Antecedentes

A história do Congo Belga, do pós 2ª GM, pode-se caracterizar da seguinte forma: *“a história de uma descolonização falhada”<sup>196</sup>*. Para melhor compreendermos esta ideia será necessário recuarmos uns anos.

A colonização do Congo ficou marcada por um conjunto de sucessivas etapas que foram responsáveis pela alteração do seu estatuto político e, inclusivamente, do seu nome, de Estado Independente do Congo (EIC) passaria a chamar-se Congo Belga.

O EIC, como inicialmente era conhecido, era uma colónia que não tinha uma metrópole, ou seja, era propriedade de um indivíduo, o rei Leopoldo II<sup>197</sup>, e não de uma nação. Nesta época, o Congo era um território enorme cuja ocupação belga só se fazia sentir nas poucas vilas que existiam. As exportações eram insignificantes, resumindo-se a uns escassos quilos de borracha, dentes de elefantes e também pequenas quantidades de ouro. Em 1889, Leopoldo II deixou em testamento a sua “propriedade” congoleza à Bélgica que, no entanto, levou vinte anos a aceitar essa herança<sup>198</sup>. Desde então, sob administração belga, rapidamente se tornou na mais próspera colónia africana, graças à extraordinária riqueza do seu solo e subsolo<sup>199</sup>.

Apesar desta região do continente africano ter estado sujeita a dois estatutos jurídicos diferentes, conforme foi referido, de 1885 a 1908 (EIC) e de 1908 a 1960 (Congo Belga), o país viveu um único estado de colonização caracterizado pela instalação de um

---

<sup>194</sup> Ver Anexo C (CONGO BELGA).

<sup>195</sup> JANKE, Peter, *O Banho de Sangue do Congo*, p.141. In AAVV. *A Guerra no Mundo*.

<sup>196</sup> KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra – Vol.II*, p. 233.

<sup>197</sup> Filho de Leopoldo I (Bruxelas, 1835- 1909), rei dos Belgas (1865-1909). Governou com liberalismo e criou em 1885 o Estado Independente do Congo, que em 1908 o parlamento anexou à Bélgica. KOOGAN; LAROUSSE; SELECCÕES, *Dicionário Enciclopédico, Vol II*, p. 1352.

<sup>198</sup> Numa Câmara de 131 deputados 54 votaram contra essa aceitação. SANTOS, Nuno, *O Problema da África*, p.11.

<sup>199</sup> SANTOS, *O Problema da África Actual*, p. 11

novo sistema de organização e gestão do espaço<sup>200</sup>, acompanhado por uma expansão social a que os belgas designaram por “paternalismo”<sup>201</sup>.

A preparação de uma elite política constituída a partir do universo estudantil congolês, foi algo que não foi previsto pelas autoridades belgas, muito pelo contrário. Na altura a participação dos negros no debate político era impensável, a contestação apenas era possível a partir de movimentos religiosos que proclamavam a tão ambicionada justiça aos negros, perfilhavam-se, deste modo, tempos explosivos que iriam marcar, de forma profunda, a história da independência do Congo Belga.

Recorrendo à imensa bibliografia sobre a história de África poderemos afirmar, de forma pacífica, que a colonização belga foi a mais cruel e a mais brutal de todas as que aconteceram neste continente. Na prática, a colonização belga materializou-se numa discriminação racial profunda, com leis altamente discriminatórias e medidas de segregação extremamente rígidas<sup>202</sup>.

## **2. A Independência**

A história da descolonização belga ficou marcada por uma sucessão de acontecimentos que tiveram lugar a partir do ano de 1955. O primeiro desses acontecimentos foi a visita a Leopoldville do rei belga, Balduino I, em Maio desse mesmo ano. Esta visita suscitou, inicialmente, uma enorme expectativa, quer aos africanos quer aos europeus<sup>203</sup>, no entanto, posteriormente, traduziu-se numa profunda desilusão cujo catalizador foi um discurso decepcionante marcado pelo seu carácter profundamente

---

<sup>200</sup> NDAYWEL, Isidore, *Histoire générale du Congo*, p. 312.

<sup>201</sup> Sobre esta questão importa esclarecer que dentro dos princípios “paternalismo” estabelecidos por Bruxelas, a vida das populações congoleas passou a ser pautada pelas autoridades. As povoações foram transferidas para junto das estradas, perderam as suas características peculiares, ao homem impôs-se o trabalho nas grandes empresas ou a cultura de determinados géneros alimentícios ou de exportação, repartindo-se os ganhos por via administrativa. As danças tradicionais foram, em quase todo o Congo, consideradas obscenas e, como tal, proibidas. A educação confinada às missões foi limitada à instrução primária. Sob os princípios do paternalismo os belgas impuseram ao Congo uma planificação que pautava, até ao absurdo, a vida privada dos nativos. Bruxelas manteve e defendeu uma segregação racial intransigente e obstinada. SANTOS, *O Problema da África Actual*, p. 11.

<sup>202</sup> Relativamente a este aspecto pode-se ainda acrescentar o seguinte: O sistema belga de colonização, baseado ao mesmo tempo no assimilacionismo de marcha lenta e no preconceito de separação das raças encontrava-se dilacerado entre múltiplas contradições. Parecia-se mais ou menos, com o sistema inglês e francês, de cujas características híbridas conservava sobretudo os defeitos. KI-ZERBO, *História de África-Vol. II*, p.234.

<sup>203</sup> Com efeito, enquanto os brancos esperavam concessões de maiores facilidades para a exploração dos recursos naturais da colónia e para apresentarem numerosas reclamações contra a administração colonial que estaria a abrandar as medidas repressivas contra os africanos, os congolese esperavam precisamente o contrário. Aguardavam uma melhoria substancial das suas económicas e sociais e sobretudo o abrandamento da segregação racial. SAPIM, Francisco, *A Luta pela Independência Catanga*, p.73.

assimilista. Mais tarde, em Dezembro do mesmo ano, foi apresentado um plano para trinta anos que tinha como objectivo a emancipação política da África Belga. Este plano, elaborado pelo professor belga A. J. Van Bilsen<sup>204</sup>, professor do Instituto Ultramarino de Antuérpia, economista e sociólogo de renome internacional, insistia na formação prévia de quadros, que garantissem uma transferência gradual de responsabilidade e de autoridade para as populações locais, e ainda, no estabelecimento de um sistema político federal baseado numa constituição que considerasse as particularidades étnicas, económicas, sociológicas e políticas da região<sup>205</sup>. Em Julho de 1956, o grupo *Conscience Africaine*, fundado pelo Abade P. Joseph Maloula<sup>206</sup> e animado por Joseph Iléo<sup>207</sup>, editou um manifesto no qual expressava claramente a abolição da discriminação racial, o reconhecimento da personalidade africana e o direito à liberdade de expressão e cultural. Pouco tempo depois da publicação deste manifesto, a Association du Bas-Kongo (ABAKO)<sup>208</sup>, uma associação cultural do grupo étnico bacongo<sup>209</sup>, fundada em 1950 e presidida por Joseph Kasavubu<sup>210</sup>, reivindicava uma maior emancipação política através da constituição de partidos políticos congolezes<sup>211</sup>.

Em 1957, a potência colonial belga organizou, pela primeira vez na história do Congo Belga, uma eleição popular, no entanto, o escrutínio não obteve o resultado pretendido; esta situação em vez de apaziguar as reivindicações populares ainda as acicautou mais. Mas foram os acontecimentos de 1958 que contribuíram para a aceleração do processo da independência. A Exposição Universal de Bruxelas foi o primeiro desses acontecimentos; esta reuniu no mesmo espaço os representantes de várias etnias e grupos culturais do Congo, permitindo a estes uma tomada de consciência relativamente à situação de “inferioridade” em que viviam e, ainda, motivá-los para uma vontade intrínseca de fazer

---

<sup>204</sup> A publicação do “Plano *Van Bilsen*” originou profundas discussões na Bélgica e no Congo, onde ficou patente o extremismo das posições tomadas pelos colonos brancos enquanto os congolezes não deixaram fugir a oportunidade de o discutir apaixonadamente. Cit por. SAPIM, *Catanga*, p. 73.

<sup>205</sup> KI-ZERBO, *História de África vol.II*, p. 236.

<sup>206</sup> Bispo Auxiliar de Leopoldville em 1959.

<sup>207</sup> Nasceu em 1922, em Leopoldville, seus pais eram originários do norte do Congo, fez os seus estudos de filosofia e de sociologia sendo depois encarregue do ensino de diversos cursos para africanos. Desenvolveu grande actividade no desenvolvimento do Instituto de Pesquisas e de Estudos Sociais instalado na Universidade de Lovanium ao mesmo tempo que era funcionário do “*Office des Cites Africaine*” (1959). Foi o redactor do referido manifesto. Chegou a ser encarregado, após a demissão de Lumumba, de constituir governo apesar de ter sido deposto rapidamente pelo primeiro golpe de estado de Mobutu. Em 1961 tentou, novamente, sem êxito constituir um governo de União Nacional. SAPIM, *Catanga*, p. 181-185.

<sup>208</sup> Ver Anexo G (PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS CONGOLESES E CATANGUESES)

<sup>209</sup> O Grupo étnico Bakongo habita uma extensa área desde as cidades de Leopoldville e Brazaville (Congo-Francês) até ao Oceano Atlântico, abrangendo o norte de Angola, uma parte do Congo-Brazaville e todo o Baixo-Congo. SAPIM, *Catanga*, p. 88.

<sup>210</sup> Ver Anexo H (PRINCIPAIS INTERVENIENTES)

<sup>211</sup> KI-ZERBO, *História de África vol. II*, p. 236; Ver também o Anexo D (PARTIDOS POLÍTICOS CONGOLESES E CATANGUESES).

algo para mudar as condições a que estavam sujeitos. Outro acontecimento importante foi a visita do General De Gaulle<sup>212</sup> a Brazzaville, capital da actual República Popular do Congo que, num discurso efectuado no dia 24 de Agosto de 1958, ofereceu a independência às colónias francesas. As consequências no vizinho, Congo Belga, não se fizeram esperar, tendo os principais dirigentes políticos congolese assinado uma petição<sup>213</sup>, exigindo um plano que fixasse as diferentes etapas do processo de descolonização e a emancipação total do Congo<sup>214</sup>. Em Dezembro de 1958, em Acra, capital do Gana, teve lugar a Conferência Pan-Africana dos Povos Africanos, onde estiveram representados os movimentos independentistas do Congo, da África do Sul e de Angola. Nkrumah<sup>215</sup> apresentou aí as quatro fases a serem respeitadas na luta africana: obter a liberdade e independência, consolidá-las, criar a unidade e a comunidade dos Estados Livres de África, proceder à reconstrução económica e social do continente africano<sup>216</sup>. Nesta conferência o povo congolês foi representado pelos líderes do Movimento Nacional Congolês (MNC), liderado por Patrice Emery Lumumba<sup>217</sup>, que obteve um impressionante sucesso pessoal, em virtude de ter optado por um discurso altamente inflamado contra o poder colonial. Esse discurso constituiu um momento marcante uma vez que, representou o primeiro programa de acção estabelecido por um líder congolês contra o poder colonial. De regresso ao seu país, Lumumba foi recebido como herói nacional, tendo repetido o discurso perante uma multidão de congolese, reivindicando, uma vez mais, a independência imediata do Congo<sup>218</sup>. Lumumba, através da sua acção política, foi apontado pelas autoridades colonizadoras como o principal responsável pelos tumultos populares, entre os diferentes

---

<sup>212</sup> General e Estadista Francês (1890-1970). Encabeçou em Londres, por ocasião do armistício de 1940, a resistência francesa contra a Alemanha. Chefe do Governo provisório na Argélia, depois em Paris (1944-1946), abandonou o poder, fundou a Reunião do Povo Francês (1947), e retirou-se, depois, da vida pública (1953). De volta ao poder em consequência dos acontecimentos da Argélia (1958), fez aprovar, por referendo, uma nova Constituição e tornou-se Presidente da República tendo renunciado em 1965. KOOGAN; LAROUSSE; SELECÇÕES, *Dicionário Enciclopédico*, vol. II, p. 1236.

<sup>213</sup> Esta petição foi apresentada ao Ministro do Congo *Pétillon*. KI-ZERBO, *História da África Negra vol. II*, p.237.

<sup>214</sup> KI-ZERBO, *História da África Negra Vol. II*, pp. 236-237.

<sup>215</sup> No dia 30, às zero horas, deixou a cidade de Acra e as suas funções o último governador-geral inglês do Ghana. Nkrumah assume a presidência da república. GOMES, Matos, *África em Chamas*, p. 297.

<sup>216</sup> Cit Por, GARCIA, *Análise Global de uma Guerra*, p. 61; Importa ainda esclarecer que esta foi a segunda conferência de Acra, a primeira decorreu em Abril do mesmo ano, sob a iniciativa de Nkrumah e de George Padmore seu conselheiro – reuniu representantes da África do Norte e da África Negra. Desta conferência destacam-se as duas moções votadas referentes à política africana: a primeira moção, de política geral, reafirmava a fidelidade à Carta das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Declaração da Conferência de Bandung, denotando, deste modo, um forte sentido de unidade em relação ao Ocidente. No entanto, a segunda moção votada preconizava que deveria ser marcada uma data precisa para a independência de cada um dos territórios ainda sob domínio colonial. Cit Por, GARCIA, *Análise Global de uma Guerra*, p. 60.

<sup>217</sup> Ver Anexo H (PRINCIPAIS INTERVENIENTES).

<sup>218</sup> KI-ZERBO, *História da África Negra vol. II*, p. 237.

grupos étnicos, que marcaram o ano de 1959<sup>219</sup>, tendo sido preso em Novembro do mesmo ano.

Finalmente, de vinte de Janeiro a vinte de Fevereiro de 1960, as autoridades belgas convocaram todos os chefes políticos congolezes<sup>220</sup> para uma mesa-redonda organizada em Bruxelas, com o objectivo de discutir o futuro da colónia. Os dois principais pontos da reunião foram a calendarização da independência e a constituição de um Estado Independente. Relativamente à primeira questão, a data fixada foi trinta de Junho de 1960, data esta que surpreendeu toda a opinião pública internacional, face ao favorecimento que os belgas garantiram à aceleração de todo o processo. No que concerne à segunda questão, e face às dificuldades de entendimento entre a tese federalista de Kasavubu e a tese de um Estado Unitário de Lumumba, estabeleceu-se uma república parlamentar, com um governo central forte e seis governos provinciais. Sendo assim, para assegurar a transição, foi instituída, uma constituição provisória chamada Lei Fundamental. As eleições realizaram-se em Maio de 1960, Kasavubu tornou-se no primeiro presidente da República e Lumumba o primeiro-ministro e chefe do governo<sup>221</sup>.

### **3. O Caos Pós Independência**

No dia trinta de Junho de 1960, o rei Balduino da Bélgica presidiu às celebrações da independência e, ao mesmo tempo, vivenciou um dos momentos mais embaraçosos da sua história política. Lumumba brindou o monarca belga com um discurso altamente inflamado onde estava plasmado todas as humilhações de um passado amargo<sup>222</sup>.

Lumumba não conseguiu, no entanto, conter a eclosão de uma guerra civil logo no dia seguinte ao das comemorações. O principal foco de instabilidade surgiu da força pública colonial<sup>223</sup>, única força armada que servia de sustentação ao recém-eleito governo

---

<sup>219</sup> Os maiores motins da história da colónia tiveram lugar em 4 de Janeiro de 1959 obrigaram a uma violenta intervenção do exército belga três dias depois, provocando 49 mortos africanos e 101 feridos. SAPIM, *Catanga*, p. 108.

<sup>220</sup> Importa referir que este terá sido uma das principais dificuldades com que se deparou o Governo Belga: estabelecer o critério adequado à designação das diversas representações das Provinciais congolezas, dos partidos políticos e dos chefes tradicionais. SAPIM, *Catanga*, p. 110.

<sup>221</sup> KI-ZERBO, *História da África Negra vol. II*, p. 238.

<sup>222</sup> Excertos do discurso de Lumumba: “*Nenhum congolês esquecerá que a independência foi conquistada com uma luta feita de lágrimas, fogo e sangue. As feridas são frescas e dolorosas demais para que possamos afastá-las da nossa memória.*” Outra passagem: “*Vimos as terras espoliadas, a lei desigual para brancos e pretos, as perseguições políticas e religiosas, as casas magníficas para os brancos e as palhotas para nós. Quem pode esquecer os enforcamentos e tiroteios em que pereceram tantos dos nossos irmãos?*”. Cit por, GOMES, *África em Chamas*, p. 297.

<sup>223</sup> Relativamente a esta força importa esclarecer que de acordo com os acordos assinados, entre as autoridades belgas e congolezas, em 29 de Junho de 1960, a força pública colonial transformar-se-ia no Exército Nacional Congolês (ENC), ficaria com um efectivo de 25000 soldados negros, enquadrados por

congolês, que se amotinaram contra os oficiais belgas<sup>224</sup>. O sentimento era de inconformismo uma vez que, segundo eles, nada se tinha alterado, a urgência de colocar africanos nos quadros superiores era premente. Foi neste contexto que surgiu Joseph Mobutu<sup>225</sup> como elemento preponderante das fileiras, partindo-se para uma situação de violência generalizada com perseguições e violações contra a população branca, provocando uma debandada súbita, de alguns milhares de pessoas, em direcção ao Congo-Brazzaville<sup>226</sup>.

Este motim foi apenas o catalizador de uma situação que se tornou muito mais caótica quando Moisés Tchombé, Governador da Província do Catanga, proclamou a secessão dessa província e a constituição de um Estado independente, alegando como motivo a instabilidade que se vivia e a proximidade de Lumumba ao bloco de leste<sup>227</sup>, privando, o Congo dos seus recursos essenciais. Esta questão irá ser abordada de forma mais detalha, no capítulo seguinte, quando analisarmos a Independência do Catanga.

O caos imperava e a impotência para solucionar a instabilidade vivida era mais do que evidente. Os pedidos de ajuda à ONU e, mais concretamente, ao bloco de leste, que via nestes acontecimentos uma janela de oportunidade para a estabelecer uma presença soviética em África, provocavam, no outro lado do Atlântico, um sentimento de grande hostilidade e, ao mesmo tempo, de desconfiança<sup>228</sup>.

A pressão diplomática da Bélgica, Inglaterra e, sobretudo, dos EUA, a crescente influência da Central Intelligence Agency (CIA) na política congoleza<sup>229</sup>, a oposição do GCC e no Parlamento contra Lumumba, convenceram Kasavubu a demiti-lo no dia cinco de Setembro de 1960, originando a primeira crise constitucional do Congo. Posteriormente, Lumumba acusando Kasavubu de ilegalidade demite-o assistindo-se a um acontecimento verdadeiramente inédito e, ao mesmo tempo, insólito: o Chefe de Estado demitiu o

---

oficiais belgas e comandado por um general da mesma nacionalidade. Antes da independência a Força Pública era geralmente considerada como uma tropa de elite, em quem a administração colonial depositava a maior confiança e a quem frequentes vezes tinha recorrido para abafar motins urbanos e conflitos tribais. SAPIM, *Catanga*, p. 203.

<sup>224</sup> Num Campo Militar perto de *Thyseville*, 50 Oficiais e Sargentos foram cercados por 2500 soldados negros. Os soldados negros reclamavam aumento de vencimentos, pagamento adiantado dos soldos, facilidades de promoções e expulsão imediata dos oficiais belgas que deviam ser substituídos por oficiais congolezes que seriam então assistidos por oficiais brancos. GOMES, *África em Chamas*, p.299.

<sup>225</sup> Ver Anexo H (PRINCIPAIS INTERVENIENTES).

<sup>226</sup> JANKE, Peter, *O Banho de Sangue do Congo*, p. 141.

<sup>227</sup> JANKE, Peter, *O Banho de Sangue do Congo*, p. 141.

<sup>228</sup> JANKE, Peter, *O Banho de Sangue do Congo*, p. 142.

<sup>229</sup> Cf. DEVLIN, Larry, *Chief of Station, Congo*. Larry Devlin foi o chefe da delegação da CIA, em Leopoldville, durante os acontecimentos que marcaram a independência do Congo-Belga.

Primeiro-ministro e este demitiu o Presidente<sup>230</sup>. Aproveitando todos estes acontecimentos, o Coronel Mobutu, organizou o seu primeiro golpe de estado, instituindo uma administração composta por universitários, a que deu o nome de “Colégio dos Comissários”<sup>231</sup>. É neste cenário que Lumumba é destituído e, posteriormente, detido, numa tentativa frustrada de conseguir chegar a Stanleyville<sup>232</sup>, cidade onde estavam instalados os seus apoiantes, liderados por Antoine Gizenga<sup>233</sup>. No final do ano de 1960, o Presidente Kasavubu e o Coronel Mobutu viam, desta forma, a sua posição reforçada. Assistia-se a um afastamento, cada vez maior, entre o governo conduzido por Gizenga, que se considerava herdeiro de Lumumba, e no horizonte vislumbrava-se uma aproximação a Moisés Tchombé.

Em Janeiro de 1961 dá-se outro acontecimento que marcou, profundamente, a história do Congo: Lumumba é assassinado<sup>234</sup>. Com este acontecimento a contestação aumentou e o governo de Gizenga ganhou alguma credibilidade sendo, reconhecido por certos países como único dirigente legítimo do Congo<sup>235</sup>. Era urgente encontrar uma solução governativa para o Congo, no sentido de evitar uma situação de violência generalizada. A solução passou por um novo governo, liderado por Cyrille Adoula<sup>236</sup> e por

---

<sup>230</sup> Relativamente a este assunto importa ainda recordar que, segundo Andrew Tully, na sua obra “*CIA, The inside story*”, atribuiu a esta organização toda a preparação e destituição de Lumumba, referindo a pressão e as garantias que os norte-americanos deram a Kasavubu para demitir o Primeiro-ministro, a quem acusavam de comunista e atribuindo também àqueles serviços secretos, não só a descoberta de Mobutu como sobretudo a organização do seu golpe de estado. Terá sido inclusivamente a CIA, segundo Tully, que terá convencido Mobutu a encerrar, no dia 17 de Setembro de 1960, as embaixadas da URSS e da Checoslováquia e a expulsar os seus diplomatas. TULLY, Andrew, *CIA, The Inside Story*, pp. 178-187.

<sup>231</sup> Cit por. SAPIM, *Catanga*, p. 260.

<sup>232</sup> Sobre esta fuga importa referir que Patrice Lumumba consegue fugir de Leopoldville na noite de 27 para 28 de Novembro. Após o anúncio do seu desaparecimento iniciou-se por todo o Congo uma incrível “caça ao homem” com a colaboração até de aviões norte-americanos que de noite e de dia vasculhavam todas as estradas e caminhos que da Capital conduziam à Província Oriental para onde se calculava que ele queria fugir, para se reunir com o Governo que Antoine Gizenga tinha constituído em Stanleyville, em oposição ao de Leopoldville e que se intitulava o único Governo legal do país. Terá sido na povoação de Mweka no Kasai que os soldados de Mobutu alertados e guiados pelos aviões da CIA conseguem prender Lumumba no dia 1 de Dezembro de 1960, quando ele se encontrava já relativamente próximo de uma zona controlada pelos seus partidários. SAPIM, *Catanga*, p. 263.

<sup>233</sup> Gizenga era o herdeiro político de Lumumba. JANKE, *O Banho de Sangue no Congo*, p. 142. In AAVV. *A Guerra no Mundo*.

<sup>234</sup> Relativamente a este ponto duas teses se colocam. A primeira defende que terá sido Mobutu com o apoio da CIA responsável pelo assassinato de Lumumba, a segunda defende que terá sido o dirigente do Catanga, Tchombé, o responsável. Fruto da investigação efectuada, tendo como base a obra do historiador belga, Jules Chomé, “*L’Ascension de Mobutu*”, citada por Sapim, estamos mais inclinados para acreditar na primeira tese. Pode-se, também, aprofundar este ponto com a leitura da obra de Madeleine Kalb, *The Congo Cables*, no capítulo dedicado ao assassinato de Lumumba (pp. 175 à 195) onde fica claro o envolvimento da CIA.

<sup>235</sup> KI-ZERBO, *História da África Negra Vol.II*, p. 239.

<sup>236</sup> Nasceu em Leopoldville em 13 de Setembro de 1921 pertencente à etnia mongala, fez os seus estudos no Instituto São José em Leopoldville, de 1941 a 1952 (...) Aderiu ao partido Socialista belga em 1954 e foi em Leopoldville representante legal da “Acção Socialista” e dirigente sindical muito activo da Federação Geral dos Trabalhadores belgas. SAPIM, *O Catanga*, p. 178. Adoulá, segundo Freire Antunes, também terá sido

Gizenga, mas as divergências eram de tal forma profundas que esta administração limitou-se a gerir o caos que se vivia no país. Esta aliança durou pouco tempo, Gizenga acabou por romper com Adoula e regressou a Stanleyville provocando, desta forma, o recrudescimento da violência contra o Governo Central de Leopoldville. Este “separação” culminaria com a prisão de Gizenga, em Janeiro de 1962<sup>237</sup>.

Adoula viria a tomar conta dos destinos do país até ao regresso de Tchombé, em Junho de 1964, para chefiar o GCC, período que assume uma importância crucial para a nossa investigação e sobre o qual iremos dedicar o próximo capítulo.

#### **4. A Influência dos Grupos Políticos Angolanos do Congo nos Acontecimentos de Angola**

Importa percebermos de que forma este ambiente explosivo influenciou o aparecimento de um movimento independentista, em Angola, que pudesse vir a por em causa a presença portuguesa em África.

No dia 5 de Setembro de 1960, num artigo publicado no Wall Street Journal de Nova Iorque, eram feitas as primeiras alusões aos planos de *Lumumba* relativamente a Angola: “*A República do Congo do Sr. Lumumba, dominada pela violência, está a transformar-se num centro de um movimento para a libertação de Angola (...)*”<sup>238</sup>.

De facto, tendo em conta a bibliografia consultada, não temos grande dúvida que a Independência do Congo Belga teve uma grande influência no despoletar dos acontecimentos que marcaram o início da actuação dos movimentos independentistas em Angola. Com o objectivo de percebermos de que forma se materializou essa influência iremos recorrer à obra de Hélio Felgas<sup>239</sup> que aborda, de forma exaustiva, o tema da “Guerra de África”.

A transferência de autoridade belga para a congolesa facilitou a instalação, em Leopoldville, das sedes dos partidos políticos angolanos iniciando, dessa forma, um período de actuação sem grandes constrangimentos. Este acontecimento viria, também, facilitar os contactos através da fronteira com Angola uma vez que apenas as autoridades portuguesas continuaram com exigências fiscais e, para além disso, os postos portugueses

---

apoiado pelos EUA, através do jovem diplomata Frank Carlucci, mais tarde embaixador em Portugal. ANTUNES, José Freire, *Jorge Jardim Agente Secreto*, p. 118.

<sup>237</sup> JANKE, *O Banho de Sangue do Congo*, p. 143. In AAVV. *A Guerra no Mundo*.

<sup>238</sup> Cit. por. GOMES, *África em Chamas*, p. 311.

<sup>239</sup> Governador do Distrito do Congo de Angola até Abril de 1960.

eram raros e a fronteira estendia-se por milhares de quilómetros de selva e mato, proporcionando uma travessia sem qualquer tipo de dificuldade. Os movimentos propagandistas começaram a multiplicar-se, nomeadamente, no Norte de Angola<sup>240</sup>.

Outro aspecto que se constitui de extrema importância foi a posição assumida logo de início pelo governo congolês. No discurso inaugural da conferência dos Ministros dos Estrangeiros, realizada em Leopoldville em vinte e cinco de Agosto de 1960, Lumumba teve uma intervenção esclarecedora relativamente ao domínio português em Angola: “Angola pertencia aos angolanos”, “o regime colonial português devia desaparecer da terra africana” e acrescentou “o governo e o povo irmão da República do Congo não poupariam nem o seu auxílio nem o seu apoio à luta legítima do povo angolano”<sup>241</sup>. Estas palavras provocaram um forte encorajamento aos partidos angolanos de Leopoldville, nomeadamente para a UPA de Holden Roberto, constituindo-se elas também como uma forte ameaça ao regime colonial português de Angola.

Relativamente à questão dos partidos políticos angolanos podemos afirmar que até 1959 não existia qualquer partido político angolano constituído dentro ou fora do território angolano, ao contrário do que se assistia no Congo, nomeadamente na sua capital, onde os partidos políticos proliferavam. Existia, também, uma forte comunidade emigrante angolana, nomeadamente no Baixo-Congo<sup>242</sup>, que assistiu à formação destes partidos congolezes e que, de certa forma, admiravam a actuação dos seus líderes políticos. Desta forma, podemos afirmar que a independência do Congo acelerou o ressurgimento de grupos políticos angolanos, nomeadamente, a UPA e o MPLA, constituindo-se a independência de Angola como o objectivo de ambas<sup>243</sup>.

Após a independência do Congo, Holden Roberto regressou a Leopoldville e rapidamente reorganizou a UPA, tendo para isso contribuído uma amizade partilhada desde os tempos da conferência de Acra. Lumumba começou por reconhecer a UPA como partido político angolano, concedeu-lhes bases para o seu treino militar<sup>244</sup>, autorizou a utilização da Emissora de Leopoldville e permitiu a publicação do Jornal do partido, *A Voz da Nação Angolana* que surgiu em Setembro de 1960. Relativamente a estes apoios

---

<sup>240</sup> FELGAS, Hélio, *Guerra em Angola*, p. 56.

<sup>241</sup> Cit. por. FELGAS, *Guerra em Angola*, p. 57.

<sup>242</sup> Ver Anexo B (ANGOLA COLONIAL).

<sup>243</sup> FELGAS, Hélio, *Responsabilidades dos Grupos Políticos Angolanos do Congo Ex-Belga nos acontecimentos de Angola*, p. 5.

<sup>244</sup> Em 1962 o Governo do Congo terá, mesmo, autorizado a instalação de uma base militar de abastecimento e treino de forças contra Angola, na pequena cidade de Thysville, ao sul de Leopoldville, e perto da fronteira de Angola. NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 426.

gostaríamos de destacar o papel que a Rádio de Leopoldville teve no desencadear da campanha contra Portugal, encabeçada pelo líder da UPA, incitando os angolanos à revolta. Foi precisamente numa dessas emissões, a três de Agosto de 1960, que Holden Roberto declarou pela rádio o seguinte: “*assumiam o compromisso de tornar a vida impossível ao colonialismo português em Angola*”<sup>245</sup>.

Com a morte de *Lumumba*, que teve como resultado prático uma diminuição no ritmo de ascensão da UPA<sup>246</sup> e, ainda, os tumultos de Luanda organizados pelo MPLA que fez despertar, em Holden Roberto, o receio do avanço daquele partido em relação ao seu, estavam criadas as condições para se darem início às hostilidades, de uma forma brutal, contra o domínio português em Angola, no norte do país<sup>247</sup>.

O MPLA que em termos de presença e de apoio não teve tantas facilidades como a UPA em território congolês viu, no entanto, em 1961, a sua sede ser transferida para Leopoldville. Não se alheou desta luta, antes pelo contrário, fez uso da imprensa congoleza, para publicar em Julho de 1960, na *Présence Congolaise*, uma Declaração na qual afirmava que “*a política portuguesa em Angola tendia para a preparação febril de uma guerra colonial*”<sup>248</sup> e acrescentava o seguinte: “*O MPLA, encarnação da vontade do povo angolano, deseja a liquidação urgente da dominação colonial portuguesa em Angola, por meios pacíficos e democráticos. É evidente no entanto que esta evolução pacífica dependerá da actuação do governo português*”<sup>249</sup>. Por outro lado, foram exigidas medidas contra Portugal no fórum da ONU e dirigidos vários apelos, aos aliados afro-asiáticos, no sentido de serem “*salvos os seus irmãos das colónias portuguesas*”<sup>250</sup>.

Ficou claro a intenção destes movimentos políticos: através do uso da força e também da pressão diplomática pôr em causa a presença colonial portuguesa no continente africano. Para isto muito ajudou a situação geográfica do Congo Belga, em relação a outros países limítrofes, e que contribuiu decisivamente para o esforço destes movimentos<sup>251</sup>.

---

<sup>245</sup> FELGAS, *Responsabilidades dos Grupos Políticos Angolanos*, p. 13.

<sup>246</sup> No entanto queremos relembrar que o aparecimento de *Adoula* na cena congoleza voltou a dar um pouco mais de esperança a Holden Roberto, nomeadamente na falta de apoio ao Movimento rival, o MPLA. FELGAS, Hélio, *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, p. 29.

<sup>247</sup> FELGAS, *Responsabilidades dos Grupos Políticos Angolanos*, pp. 17-18.

<sup>248</sup> Cit. por. FELGAS, *Responsabilidades dos Grupos Políticos Angolanos*, p. 19.

<sup>249</sup> Cit. por. FELGAS, *Responsabilidades dos Grupos Políticos Angolanos*, p. 19

<sup>250</sup> Palavras escritas por Mário de Andrade num memorando dirigido à ONU. FELGAS, *Responsabilidades dos Grupos Políticos Angolanos*, p. 20.

<sup>251</sup> FELGAS, *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, p. 31. Importa ainda referir, relativamente a este assunto, que estes dois movimentos tentaram estabelecer boas relações com diversos Estados mas, não o tentaram fazer entre eles. As tentativas de fusão foram poucas e jamais conheceram qualquer tipo de êxito. Para os observadores esta era uma questão incompreensível, nomeadamente, numa altura que muitos Estados Africanos tentavam acelerar a independência de Angola, constituindo-se este factor como elemento de

## 5. O Posicionamento hesitante do Governo do Congo relativamente a Portugal

A posição do governo do Congo reveste para a nossa investigação uma importância que não pode ser descurada.

A dependência económica do Congo em relação a Angola era evidente. De facto, uma boa parte dos minérios da rica província do Catanga era exportada pelo porto do Lobito cujo encerramento deliberado causaria sérias dificuldades à economia congoleza. Para Hélio Felgas, que viveu bem de perto todos estes acontecimentos, esta dependência económica, materializada pela utilização do CFB<sup>252</sup>, terá contribuído para a atitude hesitante do governo de Leopoldville, face a estes grupos políticos.

Podemos confirmar esta ideia recorrendo a um relatório do Consulado Geral de Portugal em Elisabethville<sup>253</sup>, datado de Julho de 1963, relativamente a recortes do diário catanguês “*L’Easor du Katanga*”, de 26 a 29 de Julho de 1963, intitulados “*Le Congo Asphixié*” e “*Boycotter ceux qui nous boycottent*”. Este relatório chama a atenção para o seguinte: “*Os citados artigos chamam a atenção para o prejuízo económico irreparável que o Congo sofria caso o Governo português impedisse a saída dos minérios catangueses pelo Lobito e pela Beira. Devemos também referir que estes editoriais que foram largamente comentados, não só pelos meios portugueses como até pelos europeus e catangueses e que até mereceram o aplauso entusiástico dos nossos compatriotas surgiram, logo após, ter sido difundido a entrevista concedida pelo senhor Fortemps, Director da “Union Minière du Haut Katanga”<sup>254</sup> e na qual são também apontados os prejuízos que adviriam para a economia congoleza, caso o nosso País resolvesse impedir a drenagem normal de cobre e cobalto catangueses pelos nossos dois portos do Lobito e da Beira*”<sup>255</sup>.

Daqui se conclui que, se o Congo em nada dependesse de Angola, a ajuda a estes movimentos teria sido clara mas, ao contrário, se dependesse inteiramente de Angola esse auxílio teria sido nulo. Nesta balança política dos dirigentes congolezes dois riscos contribuíram para um certo equilíbrio: o de incorrerem no desagrado dos outros Estados africanos, face a um eventual posicionamento exageradamente brando, relativamente ao

---

hesitação relativamente ao movimento a apoiar por parte daqueles Estados. FELGAS, *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, p. 9.

<sup>252</sup> Caminho-de-ferro de Benguela (CFB): 1.301 Km de linha com mais de 100 anos de história. O CFB é a única ligação ferroviária da África Central ao Atlântico. Ver Anexo I (CAMINHO-DE-FERRO DE BENGUELA).

<sup>253</sup> Capital da Província do Catanga.

<sup>254</sup> Ver Anexo F (UNIÃO MINEIRA DO ALTO CATANGA (UMHK)).

<sup>255</sup> AHD, Maço 1095, Processo: 960,161, *Relatório do Consulado de Portugal em Elizabethville para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 31 de Julho de 1963*.

governo português, e o de incorrerem no desagrado de Portugal, ficando vulneráveis a eventuais represálias vindas de Luanda<sup>256</sup>.

Foi este meio-termo que estabeleceu a dúvida e a hesitação do Governo do Congo e, ao mesmo tempo, o posicionamento dos dirigentes congolezes relativamente a Portugal. Uns declaradamente contra, nomeadamente Adoula e Kasavubu, outros, como Tchombé, tinham uma posição diametralmente oposta, embora como africanos não pudessem criticar abertamente a política portuguesa.

Foi a partir deste ponto que se verificou a aproximação entre Tchombé e Salazar. No próximo capítulo iremos abordar, detalhadamente, esta relação entre estes dois líderes políticos.

---

<sup>256</sup> FELGAS, *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, p. 31.

## CAPÍTULO IV – A INDEPENDÊNCIA DO CATANGA

*“Os acontecimentos no Catanga estão de certo modo para Angola como os da Guerra de Espanha para Portugal, o seu estudo interessa-nos, com relevância para os aspectos militares. Porque tudo indica que as provas que nos esperam em África poderão chegar até ao campo militar”<sup>257</sup>.*

### 1. A Declaração de Independência

Para analisarmos este episódio, da história do Congo, importa recuar um pouco no tempo. No dia onze de Junho de 1960, o Presidente Tchombé<sup>258</sup>, num contexto político, económico e social altamente instável, conforme foi descrito no capítulo anterior, anunciou a proclamação da independência do Catanga, numa mensagem difundida pela “*Rádio-College*”. De forma muito hábil, a mensagem desenvolveu apenas dois temas principais: primeiro referia-se à justificação e explicação detalhada da secessão do Catanga e segundo resumiu-se à definição do programa governamental do Catanga. Desta intervenção ficou claro a necessidade imperiosa de uma cooperação económica com a Bélgica com recurso a apoio técnico, financeiro e militar como forma de restabelecer a ordem e a segurança pública no Catanga e, ainda a contestação do ambiente de violência generalizada que se vivia por todo o Congo<sup>259</sup>.

Posteriormente, mais concretamente a dezassete de Julho, o Presidente Tchombé, numa das suas primeiras declarações, lançou a ideia de uma federação africana para fazer face ao recrudescimento da influência soviética e chinesa no continente africano, nos seguintes termos: “*O Catanga, país ordeiro e pacífico, não quer o comunismo. Se ele declarou a independência, foi unicamente, para escapar à escravatura e à miséria que foram por toda a parte as consequências da tomada do poder pelos comunistas e para que o seu povo continuasse livre, num mundo livre. Nem eu nem o meu governo solicitámos o apoio das potências financeiras ou capitalistas e não solicitaremos. O Catanga não quer, na África Negra, continuar sozinho neste combate que ele começou e que continuará sem hesitação e sem cadências. Lanço daqui um apelo a todos os meus irmãos africanos. O nosso sonho é constituir uma confederação de Estados Livres de África, para assegurar a força africana,*

---

<sup>257</sup> AOS, CX. 708, PT. 27, *Informação n.º 286/61-GU, Relatório de Informação Directa da PIDE*, enviado à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército, 1961.

<sup>258</sup> Ver Anexo H (PRINCIPAIS INTERVENIENTES).

<sup>259</sup> Cit por. Sapim, *Catanga*, p. 220.

*tanto no domínio político, como no domínio económico, em igualdade absoluta com todos os outros países do mundo livre e assim pôr um travão ao comunismo destruidor de todas as organizações sociais e de todos os valores morais*<sup>260</sup>.

A sua ideia era clara: “*Um Catanga independente dentro de uma confederação do Congo*”, ou seja, uma confederação do Congo e a autonomia, nem exclusiva nem absoluta, para as províncias. Segundo o líder catanguês, uma forma unitária de governo não era possível num país cujas regiões possuíam características muito próprias e tão divergentes entre si<sup>261</sup>. Esta visão política ficou registada no seu programa governativo, lida pelo ministro Kimba<sup>262</sup> na Assembleia do Catanga, pouco tempo antes da publicação da Constituição do Catanga, em cinco de Agosto de 1960<sup>263</sup>. Este documento era extremamente longo e exaustivo e tinha como medidas fundamentais a criação do Banco do Catanga, desenvolver os meios rurais, construção de lares sociais e, por último, fazia alusão a um “*Plano de Expansão Económico e Social*” para combater o problema do desemprego. Era um programa que, face aos conflitos e as condições difíceis em que decorreram os cerca de dois anos e meio de secessão, traduziu-se em objectivos muito ambiciosos que eram quase impossíveis de por em prática e que não passaram de meras intenções<sup>264</sup>.

## 2. A Reacção dos Principais Actores

Relativamente a esta questão importa fazermos, no contexto da política internacional da época, uma incursão ao posicionamento dos actores que, directa e indirectamente, influenciaram, de forma mais vincada, o modo como se desenrolou a secessão da província do Catanga: A Bélgica e a ONU.

Relativamente à Bélgica, a primeira preocupação de Tchombé foi apelar às autoridades daquele país para o reconhecimento da independência do Catanga, chegou mesmo a declarar publicamente o seguinte: “*Chegou a altura da Bélgica modificar a sua política em relação ao Catanga, pois de contrário modificaremos a nossa relação à Bélgica*”. A intenção era clara garantir um apoio importante para o reconhecimento internacional da Republica do

---

<sup>260</sup> Cit. por. SAPIM, *Catanga*, p. 221.

<sup>261</sup> COLVIN, Ian, *Tchombé*, p. 27.

<sup>262</sup> Ministro dos Negócios dos Estrangeiros da Republica do Catanga.

<sup>263</sup> Ver Anexo J (CONSTITUIÇÃO DO CATANGA DE 1960)

<sup>264</sup> SAPIM, *Catanga*, pp. 221- 223.

Catanga e, também, pressionar os belgas a colaborar, de forma franca e honesta, com o governo catanguês na administração do seu território<sup>265</sup>.

Apesar dos receios de um reconhecimento prematuro<sup>266</sup>, na verdade, a posição inicial da Bélgica traduziu-se num apoio claro a Tchombé existindo, inclusivamente, a ideia de que o governo de Bruxelas teve conhecimento antecipado da proclamação da independência do Catanga. Como sustentação desta tomada de posição belga esteve, como é óbvio, a necessidade de salvaguarda dos enormes investimentos belgas no Catanga e a manutenção do controlo total das instalações industriais da União Mineira do Alto do Catanga (UMHK)<sup>267</sup>.

Esta posicionamento da Bélgica favorável ao Catanga viria, no entanto, a sofrer uma alteração quando, em Março de 1961, em Bruxelas, tomou posse o Governo encabeçado pelo Primeiro-ministro Lefèvre e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Paul Henri Spaak cuja orientação ia no sentido de apoiar o GCC<sup>268</sup>. Esta alteração política viria a ter implicações profundas no desenlace da secessão do Catanga.

Relativamente à ONU existiu, também, uma tentativa inicial de legitimar a República do Catanga perante esta organização. Num memorando enviado pelo Ministro dos Negócios dos Estrangeiros do Governo do Catanga, Evarist Kimba, ao Secretário-geral da ONU pode-se ler, de forma detalhada, a posição oficial do daquele governo relativamente à independência daquela Província. Nesse memorando encontravam-se motivações de ordem histórica, geográficas, étnicas e, ainda, motivações que passavam pela afirmação e existência de uma Nação do Catanga, muito antes da chegada dos belgas ao Congo. Mas ideia fundamental que ficou deste memorando foi a incompatibilidade com um “governo central anárquico e inexistente”<sup>269</sup>.

---

<sup>265</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo, 950,16: *Diário de Notícias de 16 de Outubro de 1960*.

<sup>266</sup> Os belgas preferiam fazer saber a Tchombé que estavam com ele mas que não seria conveniente reconhecer desde já o seu governo. AHD – Maço 46, PAA, Processo, 950,16: *Telegrama da embaixada de Portugal em Paris para o MNE, 1960*.

<sup>267</sup> Esta tese é corroborada por Francisco Sapim, na sua longa investigação sobre a Independência do Catanga, ao constatar que um pequeno contingente de paraquedistas belgas teria sido o suficiente para acabar em poucas horas com a secessão e entregarem a administração da província ao governo central. Pelo contrário foram projectados para *Elisabethville* mas para pôr fim aos motins desencadeados pelos apoiantes de *Lumumba* contra o governo do Catanga e, ao mesmo tempo, garantir segurança aos cidadãos belgas, aos seus bens e, sobretudo, para proteger as instalações da União Mineira, facilitando o recomeço da actividade industrial e o restabelecimento da ordem pública. SAPIM, *Catanga*, pp.224-229.

<sup>268</sup> SAPIM, *Catanga*, p. 319.

<sup>269</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo, 950, 16: *Memorand from the Katanga Mission to the United Nations, 1960*. Ver também AHD – Maço 46, PAA, Processo, 950,16: *Diário de Notícias de 16 de Julho de 1960, O Governo de Katanga pede aos 83 países da ONU o reconhecimento da independência*.

No início dos anos sessenta, conforme já tivemos oportunidade de referir, a posição desta organização traduziu-se num apoio incondicional a todas as posições anti-colonialistas. No entanto, a forma como a Bélgica veio a interferir militarmente no Congo, com o argumento de proteger os cidadãos belgas e os seus bens na província do Catanga, contribuiu decisivamente para que as notícias da secessão viessem a ser recebidas com inúmeras reservas no seio da ONU. Após um pedido de ajuda por parte do Governo Central de Leopoldville, face aos acontecimentos na província do Catanga, o Secretário-geral, Dag Hammarskjold, recebeu a missiva de preparar um programa de acção da ONU Congo<sup>270</sup>.

Em Leopoldville, de quinze a vinte de Julho, desembarcaria o primeiro contingente das Nações Unidas constituído por doze Batalhões africanos e dois europeus com um efectivo de 3500 homens vindos da Etiópia, do Ghana, de Marrocos, da Tunísia, da Guiné e da Suécia. Posteriormente, continuou-se a assistir a um aumento do efectivo da força da ONU no terreno, perfazendo, no final de Julho, um total de 11 000 homens<sup>271</sup>. No que concerne ao contingente belga, que operava no Congo, este iniciou a sua retracção a 16 de Julho, com a promessa das autoridades belgas que a 23 de Julho todas as suas forças estariam fora da área de operações de Leopoldville<sup>272</sup>.

Inicialmente as orientações, para o modo de actuação desta força, iam no sentido de não tomar qualquer iniciativa, nomeadamente, contra situações de conflito interno, posição que se materializou com a resolução de nove de Agosto de 1960, do Conselho de Segurança e que foi transmitida, ao GCC e ao do Catanga, no dia seguinte através de um memorando<sup>273</sup>. Este modo de actuação terá durado até meados de Agosto, momento em que Lumumba solicitou à ONU uma mudança na sua política no sentido de as forças no terreno garantirem o apoio ao Governo Central e “*exercerem a sua autoridade sobre todas as províncias com a finalidade de restabelecer a integridade do território nacional*”<sup>274</sup>.

Esta atitude inicial tinha na sua génese duas finalidades: em primeiro lugar, perante o apoio manifestado e concretizado pela URSS a Lumumba, evitar, de qualquer forma, a intervenção soviética no Congo<sup>275</sup>; em segundo lugar, persuadir Tchombé a permitir uma

---

<sup>270</sup> SAPIM, *Catanga*, p. 243.

<sup>271</sup> Esta força tomou a designação de *United Nations Operations in the Congo* (ONUC).

<sup>272</sup> UNITED NATIONS, *Political and Security Questions*, p. 53-54.

<sup>273</sup> UNITED NATIONS, *Political and Security Questions*, p. 57.

<sup>274</sup> Cit por. Sapim, *Catanga*, p. 243.

<sup>275</sup> Esta tomada de posição ficaria ainda mais explícita quando a 5 de Setembro o Secretário-geral da ONU, numa das reuniões do, questionou a delegação da URSS sobre a tripulação de um determinado numero de aviões de transporte de tropas colocados à disposição do Governo Congolês e sobre 100 camiões de abastecimento que a URSS supostamente teria dado para apoiar a força da ONU mas que não teriam sido

entrada pacífica das tropas da ONU no Catanga. Se por um lado, relativamente à primeira intenção a presença soviética no Congo foi curta<sup>276</sup>, por outro lado, a segunda intenção foi imediatamente recusada pelo governo de Elisabethville diminuindo, desta forma, a possibilidade de uma resolução pacífica do diferendo e fazendo assim desmorrar o vasto plano de intervenção e pacificação no Congo<sup>277</sup>.

A vida política congoleza, a partir de meados do mês de Setembro, tendia a agravar-se. Para isso muito contribuiu os episódios que marcaram o conflito Kasavubu-Lumumba e o golpe de estado de Mobutu e que conduziu, numa primeira fase à queda de Lumumba e, mais tarde, em Janeiro de 1961, ao seu falecimento.

Ao ter conhecimento da morte de Lumumba, o Conselho de Segurança da ONU aprovou em vinte e um de Fevereiro de 1961 uma moção que exigia que as unidades e o pessoal armado congolês “fosse reorganizado e submetido a uma disciplina e a um controle e que fossem tomadas medidas sobre as bases imparciais e equitativas com esse objectivo, com vista a eliminar toda a possibilidade de ingerência dessas unidades e desse pessoal na vida política do Congo”<sup>278</sup>. No seguimento desta reunião, viria também a ser autorizado o uso da força para prevenir uma guerra civil<sup>279</sup> e, esta teria uma enorme repercussão no desenrolar da crise congoleza. A agressão da ONU ao Catanga foi autorizada e articulada, a partir desta data, tendo sido colocado à disposição do Secretário-geral os meios legais para preparar e desencadear as operações militares.

O período inicial de seis meses serviu, essencialmente, para uma aproximação da ONU ao GCC. Teve repercussões directas no isolamento político e diplomático do Catanga e, serviu também para um reforço militar do contingente da ONU, para o qual muito contribuiu a chegada das tropas da União Indiana. Só mais tarde, em vinte e oito de

---

entregues às autoridades da ONU no terreno. Mais tarde, na reunião do Conselho de 14 de Setembro o delegado russo saiu em defesa do governo central ao atacar violentamente a Bélgica e próprio Secretário-geral pelo não cumprimento das resoluções aprovadas, atitude que foi vivamente contestada pelo próprio Secretário-geral e pela delegação americana que acusou a URSS de querer entrar no Congo através do fornecimento de abastecimentos e de pessoal para uma utilização estritamente militar. UNITED NATIONS, *Political And Security Questions*, p. 59-62. O Presidente Dwight D. Eisenhower deplorou esta interferência que parecia “*ser motivada inteiramente pelos desígnios políticos da URSS em África*”. JANKE, “O Banho de Sangue do Congo”, p. 142. In AAVV, *A Guerra no Mundo*.

<sup>276</sup> JANKE, “O Banho de Sangue do Congo”, p. 142. In AAVV, *A Guerra no Mundo*.

<sup>277</sup> HAAG, Ernest Van Den, *Report of a Mission, The United Nation in the Congo*, p. 14. Este ponto também pode ser confirmado num jornal português da época onde se pode ler a seguinte declaração de Tchombé: “*Apelo a todos os cidadãos do Katanga, independentemente da nacionalidade ou raça. Estamos preparados para morrer, de preferência a sermos invadidos por tropas estrangeiras. Jamais nos submeteremos ao governo de Leopoldville*”. AHD – Maço 46, Processo 950,16: Diário de Notícias de 4 de Agosto de 1960, *O Governo de Katanga decretou a mobilização geral*.

<sup>278</sup> Cit por SAPIM, Catanga, p. 287.

<sup>279</sup> HAAG, *Report of a Mission, The United Nation in the Congo*, p. 14.

Agosto de 1961<sup>280</sup>, é que se dá a primeira acção militar levada a cabo pela ONU contra o Catanga.

As operações militares da ONU no Catanga ficaram marcadas por mais duas ofensivas, uma em Dezembro de 1961 e outra em Dezembro de 1962, que viria a culminar com o fim da secessão do Catanga<sup>281</sup>. Pelo meio ficaram uma série de conversações, que não passaram de meras intenções, no sentido de se proporcionar uma aproximação entre congolese e catangueses<sup>282</sup>. Destas conversações, não poderíamos deixar de destacar aquela que foi, talvez, a última oportunidade para por fim à crise congolese: *O Plano Thant de Reconciliação Nacional*<sup>283</sup>.

O fim da secessão do Catanga dá-se no dia catorze de Janeiro de 1963 com a divulgação de uma declaração do governo catangues<sup>284</sup> anunciando o final da secessão

---

<sup>280</sup> Segundo o relatório de HAAG o ataque, propriamente dito, deu-se a 13 de Setembro liderado pelo Sr. Dr. *Conor Cruise O'Brein*, delegado do Secretário-geral. HAAG, *Report of a Mission, The United Nation in the Congo*, p. 21.

<sup>281</sup> Importa referir que não é nossa intenção fazer uma análise à actuação dos “capacetes azuis”, no entanto, importa referir que, segundo Sapim, o seu comportamento terá sido de tal forma cruel que despoletou uma campanha mundial de indignação quando foram divulgados pormenores dos bombardeamentos da ONU contra alvos civis, de nulo valor estratégico e com objectivos puramente repressivos, contra populações africanas indefesas. SAPIM, *Catanga*, p. 370. Devemos também referir que a actuação da ONU está perfeitamente documentada no Livro Branco do Governo catangues e no relatório da Missão da ONU no Congo elaborado por Ernest Van Den Haag, que tivemos a possibilidade de consultar, e onde se pode confirmar essas mesmas atrocidades: “a ONU não conseguiu quaisquer êxitos, acabando por ficar confinada às posições anteriores, tendo mesmo sido obrigada a evacuar alguns pontos importantes. Por outro lado, as tropas etíopes não acataram a ordem para pararem os combates e só dois dias depois é que cessaram os ataques. Os resultados da guerra de Dezembro forma sobretudo saldados por mortos civis e por destruições não militares, tanto mais que a ofensiva da ONU orientou-se principalmente para descarregar bombas sobre Elisabethville, com o objectivo de lançar o pânico sobre as populações e obrigar o Governo catangues a capitular. Concluindo a guerra de Dezembro foi muito mais selvagem do que a de Setembro, mas militarmente menos eficiente”. KATANGAIS, *Gouvernement, Livre Blanc*, p. 41.

<sup>282</sup> Conferência de Tanarive, em Madagáscar, de 6 a 12 de Março de 1961 representou o maior triunfo das teses federalistas catanguesas e o momento mais alto que atingiu a predominância do Catanga na cena política congolese. No entanto esta Conferência marcou progressivamente a perda do controle e da iniciativa para o Governo Central apoiado na ONU e no Exército Nacional. A Conferência de Coquilhatville, em Abril de 1961, foi a que obrigou o Governo de Elisabethville a passar de uma postura ofensiva para uma postura defensiva. Nesta Conferência Tchombé foi inclusivamente preso após abandonar a sessão de trabalhos, tendo sido libertado, apenas, a 22 de Junho. SAPIM, *Catanga*, 314-325.

<sup>283</sup> Plano que adoptou o nome do Secretário-geral U Thant, que viria a substituir, após um acidente trágico de aviação na região do Catanga quando se preparava para uma ronda de negociações com Tchombé, o anterior Dag Hammarskjöld. Este plano pretendia acabar rapidamente e o mais pacificamente possível com a secessão do Catanga e assegurar, ainda, a reintegração pacífica desta província. SAPIM, *Catanga*, p. 386. Sobre este plano declarou Tchombé, em Abril de 1964, em Londres, durante o seu primeiro exílio, o seguinte: “Considero a última tentativa para implementar a legalidade no Congo. Esta tentativa falhou, e creio que essa falha foi reconhecida pelos responsáveis”. COLVIN, *Moisés Tchombé*, p. 192.

<sup>284</sup> “Estamos prontos a proclamar diante do mundo que a secessão catanguesa terminou. Estamos prontos a deixar às tropas da ONU a liberdade de movimentos em todo o Catanga. Estamos preparados para regressar a Elisabethville para lá regularmos as modalidades de aplicação integral do Plano Thant. Pedimos que o Presidente da República do Congo e o Primeiro Ministro façam entrar em vigor, no momento precioso desta declaração, a amnistia prevista pelo Plano afim de garantir a segurança e a liberdade do Presidente do Governo do Catanga, de todos os funcionários e agentes, de todas as pessoas que trabalham debaixo da sua autoridade. Nós estamos decididos a estabelecer uma cooperação leal com a ONU na execução do seu mandato e pedimos que o dia e a hora de um encontro sejam fixados. Com vista a pouparmos os sofrimentos da população, nós desejamos que a nossa proposta possa ser cumprida num prazo mais curto possível”. Cit por, SAPIM, *Catanga*, p. 405.

marcando o início de um longo e doloroso período da reentrada daquela província no Congo.

Uma vez integrado o Catanga no Congo a desorganização reinava. Adoula, com a colaboração do General Mobutu, estabeleceu uma verdadeira ditadura, dissolvendo o parlamento, dando ordens para prender alguns parlamentares, perseguindo os adversários lumumbistas e tchombistas e impondo a política do chamado Grupo de Binza<sup>285</sup>.

Foi neste cenário de terror e de perseguição que Tchombé partiu para o seu primeiro exílio na Europa.

### 3. O Regresso de Tchombé

Durante todo o primeiro exílio de Tchombé os rumores de uma nova secessão do Catanga, apoiada pelos fortes efectivos militares que permaneciam em Angola e no interior daquele território, foram uma constante, ao mesmo tempo, a situação económica e social do Catanga agravava-se dia após dia, fazendo crescer a convicção que só o regresso de Tchombé poderia salvar o país de uma catástrofe<sup>286</sup>.

No entanto, só em Março de 1964 é que se verifica, segundo Ian Colvin, o ponto de viragem. Numa visita de Averell Harriman<sup>287</sup> ao Congo, secretário dos assuntos africanos, teve a oportunidade de confirmar, pessoalmente, a situação precária da província do Catanga. No final desta visita Harriman fez, perante o embaixador americano no Congo, Godley, o seguinte desabafo: *“Não posso deixar de censurar em três pontos a política da ONU no Congo. Primeiro: não fizeram um acordo com Tchombé; segundo: envolveram o Catanga numa guerra; terceiro: não fizeram treinos nem criaram disciplina no exército congolês, que constituía a sua missão principal. A força da ONU era suficientemente numerosa para rejeitar qualquer ataque”*<sup>288</sup>. Este

---

<sup>285</sup> Binza porque se reuniam numa vivenda do bairro elegante de Binza, nos subúrbios de Leopoldville. Era composto por Bomboko, Mobutu, Adoula, Nendaka, Ndele. Era uma espécie de CIA, existente no Congo, encarregada de escolher políticos adequados para o governo como «uma força de choque anticomunista». COLVIN, Ian, *Tchombé*, p. 183. Em 1962 o Jornalista Andrew Tully, escreveu, sobre o assunto: “Os esforços da CIA para que fosse escolhido um homem forte para o Congo foram bem sucedidos porque Mobutu, fruto das suas origens, não só contava com o apoio das massas como dominava as forças armadas; a CIA surgiu com o indivíduo necessário no momento exacto – É seguro afirmar que Mobutu foi descoberto pela CIA”. TULLY, Andrew, *CLA, The Inside Story*, p.178.

<sup>286</sup> SAPIM, Catanga, p. 437.

<sup>287</sup> O presidente dos EUA Johnson nomeou Averell Harriman, com longa experiência na carreira de embaixador, secretário dos assuntos africanos. COLVIN, *Tchombé*, p. 196.

<sup>288</sup> COLVIN, *Tchombé*, p. 196.

desabafo fazia antever o apoio norte-americano ao regresso de Tchombé e, também, o “reactivar do mito da reconstrução do Congo a partir de Elisabethville”<sup>289</sup>.

É neste cenário, após catorze meses de exílio, que Tchombé chegou a Leopoldville a 26 de Junho de 1964, às cinco da madrugada<sup>290</sup>, tendo sido convidado, a 9 de Julho, pelo Presidente Kasavubu a constituir um novo governo central.

A experiência de Tchombé como Primeiro-Ministro do Congo foi, no entanto, bastante curta e muito conturbada, tendo para isso contribuído decisivamente a rebelião de Stanleyville<sup>291</sup>. O rescaldo desta rebelião obrigou Tchombé a uma actividade intensa e marcou o apogeu da sua carreira como Primeiro-Ministro. Apresentado à comunidade internacional como o grande responsável pelos massacres, que ocorreram durante aquela intervenção, sofreu uma enorme contestação levada a cabo, nomeadamente, pela opinião pública dos países africanos<sup>292</sup>.

Internamente e face ao relativo sucesso das iniciativas políticas<sup>293</sup> desencadeados por Tchombé, o antagonismo entre Kasavubu e o líder catangues acentuou-se, posteriormente, Kasavubu percebeu que era intenção de Tchombé afastá-lo da presidência e o relacionamento político entre ambos tornou-se, desta forma, insustentável. Nessa altura, aconselhado pelos norte-americanos e pelos belgas, interessados em impedir que Tchombé chegasse ao topo da magistratura, decide demitir o Governo Central de

---

<sup>289</sup> SAPIM, Catanga, p. 440.

<sup>290</sup> Segundo Ian Colvin, ninguém acoorreu a esperá-lo, apenas um motorista fardado que o conduziu velozmente à residência do primeiro-ministro, onde Adoulá lhe apareceu em pijama tendo-lhe dirigido as seguintes palavras: “Você regressou sem quaisquer condições”, o que significava que as condições teriam que ser estudadas. E num tom trémulo terá ainda dito: “Você Tchombé...é a única solução”. COLVIN, *Tchombé*, p.201.

<sup>291</sup> Stanleyville foi tomada pelos rebeldes, liderados por Gaston Soumialot, chefe do governo provisório dos Territórios Libertados no Congo Oriental, no dia 5 de Agosto de 1964. Só com a intervenção norte-americana e belga, em Novembro desse ano, previamente autorizada por Tchombé, a cidade foi libertada. Depois da operação de Stanleyville produziu-se uma onda de contestação internacional contra os massacres levados a cabo pelos paraquedistas belgas, contra Tchombé, o Governo Central e *Mobutu* que terá sido, segundo Ian Colvin, o grande mentor da operação. COLVIN, *Tchombé*, p. 235-252.

<sup>292</sup> Tchombé decide então fazer mais um périplo pela Europa e encontra-se com *De Gaulle*, em Paris, e com Salazar em Lisboa. Durante a sua estadia em Paris teve um encontro com Marcello Mathias, na embaixada de Portugal em Paris. Marcello Mathias fez um relatório a Oliveira Salazar sobre este encontro com Tchombé e relativamente ao que terá surgido da reunião deste dirigente com De Gaulle Matias relatou o seguinte: “Tchombé declarou que essa conversa se revestira de grande cordialidade e do maior interesse prático. Assentara-se em que a França concederia empréstimos a longo prazo à Republica Democrática do Congo, destinados a tornar possível a importação por esta de mercadorias francesas (...). AHD – Maço 1093, PAA, Processo 960,16: *Relato de uma conversa entre Marcello Mathias e Tchombé em Paris*, 1965.

<sup>293</sup> Resolveu o problema do contencioso belgo-congolês, obteve uma melhoria significativa em termos económicos para o país e organizou um grande partido político de âmbito nacional “CONACO” que obteve enorme apoio popular por todo o país e tudo levava a crer que se transformasse na grande força partidária que, provavelmente, o conduziria à Chefia do Estado. SAPIM, *Catanga*, p. 443.

transição<sup>294</sup>. Foi desta forma que terminou a sua carreira como primeiro-ministro, carreira esta que durou apenas quinze meses. A sua destituição alterou significativamente o curso da política externa do Congo que tinha como objectivo colocar o país à cabeça dos estados africanos de língua francesa<sup>295</sup>.

Para Kasavubu o eleito, passa a ser Evariste Kimba<sup>296</sup>, antigo ministro do Catanga e que tinha sido demitido por Tchombé. A impotência de Kimba para estabilizar o Congo politicamente foi total. Esta situação foi aproveitada por Mobutu, com o apoio da CIA<sup>297</sup>, para levar a cabo um novo golpe de estado. E na noite de vinte e quatro para vinte e cinco de Novembro de 1965, Mobutu demite o chefe de Estado e auto nomeia-se Presidente da Republica mandando, de imediato, ocupar os principais pontos estratégicos da capital<sup>298</sup>.

Face à instabilidade que se vivia no Congo<sup>299</sup> e depois de Mobutu o ter colocado à margem dos destinos políticos do Congo, Tchombé decide<sup>300</sup>, em Dezembro de 1965, partir para a Europa a fim de iniciar o seu segundo exílio. E com este exílio as esperanças num Catanga Independente foram desaparecendo.

#### **4. O Recurso aos Mercenários<sup>301</sup>**

Os acontecimentos no Norte do Catanga efectuados pelas milícias balubas<sup>302</sup> e, também, a ameaça de uma ofensiva do Exército Nacional Congolês ou, até mesmo, da

---

<sup>294</sup> No dia 13 de Outubro de 1965, Kasavubu chegou ao Parlamento para a cerimónia de abertura, de uniforme de grande cerimónia e acompanhado por uma poderosa escolta militar, seguido de perto pelo General Mobutu. No Parlamento o Presidente pôs em relevo a inconveniência de aceitar o suborno das potências estrangeiras (...). Demitiu Tchombé e de seguida dirigiu-lhe um ligeiro cumprimento. (...) No parlamento todos olhavam para Tchombé à espera de uma reacção. Este, sentado, ouviu estas palavras com um sorriso triste, mas não esboçou qualquer movimento. “Se tivesse reagido desfavoravelmente, os meus amigos acompanhar-me-iam, mas decidi ficar calmo”. In COLVIN, *Tchombé*, pp. 272-273.

<sup>295</sup> COLVIN, *Tchombé*, p. 274.

<sup>296</sup> Kimba, nasceu em 16 de Julho de 1926 em Nsaka, território de Bukama, pertencente ao grupo étnico Muluba, frequentou o Instituto São Bonifácio de Elisabethville, onde fez os seus estudos primários e secundários. Kimba transitou do jornalismo para a política pouco antes da independência. SAPIM, *O Catanga*, p. 137.

<sup>297</sup> A Secretaria de Estado norte-americana negou o envolvimento neste caso. No entanto o regresso do TCOR Devlin da CIA a Leopoldville em Junho de 1965 não terá sido apenas uma coincidência. Este militar, como chefe da CIA no Congo, em 1961 contribuiu para animar o Grupo Binza e terá sido nesse sentido que os conselheiros de Tchombé terem encardo a sua chegada com grande apreensão. COLVIN, *Tchombé*, p. 264.

<sup>298</sup> SAPIM, *Catanga*, pp. 443-444.

<sup>299</sup> De relembra que é durante este período que se dá o segundo Golpe de Estado de *Mobutu*, apoiado pelos americanos e belgas. Pensava Tchombé que este golpe de estado tinha como objectivo reconduzi-lo à frente do país, ao verificar o seu equívoco, Tchombé começou a compreender que este golpe de estado também era contra ele. SAPIM, *Catanga*, p. 444-445.

<sup>300</sup> Tchombé terá confidenciado as seguintes palavras: “*Não me resta muito para fazer no Congo*”. COLVIN, *Tchombé*, p. 278.

<sup>301</sup> Conforme Peter Tickler escreve no seu Livro “*O Mercenário Moderno*”, “*O Mercenário é um homem que luta por conta de um país que não é seu*”. TICKLER, Peter, *O Mercenário Moderno*, p. 18. Ver Anexo K (MERCENÁRIOS).

ONUC, obrigaram Tchombé, a tomar duas decisões, numa tentativa de tranquilizar a comunidade branca e garantir o regular funcionamento das minas da região<sup>303</sup>. A primeira decisão consistiu em pedir à Bélgica o envio de duzentos oficiais, das suas fileiras, para organizar e enquadrar o futuro exército do Catanga e, a segunda decisão, passou pelo recrutamento de mercenários brancos especialistas em luta de guerrilha<sup>304</sup>.

Os mercenários chegaram ao Catanga em 1960 e a maioria eram ex-militares belgas recrutados em Bruxelas<sup>305</sup>, Paris e Londres, enquanto outros responderam a anúncios em Joanesburgo e Salisbúria<sup>306</sup>. Os contratos eram assinados apenas à chegada e a remuneração podia atingir as 180 libras mensais, além do pagamento de subsídios e outros prémios. Eram homens duros, fisicamente aptos, que se juntavam a esta causa por razões pessoais e políticas<sup>307</sup>. Estes homens faziam parte de uma companhia internacional que estava organizada em cinco secções num total aproximado de duzentos militares<sup>308</sup>.

O primeiro acto oficial de Tchombé, logo após a proclamação da independência foi a nomeação do Major Weber, das tropas pára-quedistas belgas, cuja tarefa era a criação de uma *gendarmérie*<sup>309</sup> catanguesa, enquadrada por oficiais subalternos e polícias belgas. Com a criação deste corpo, formado por cerca de dez mil homens, os mercenários passaram a assumir o papel de tropa de elite<sup>310</sup>. O objectivo desta força, até meados de 1960, passava por dois tipos de missão: a primeira era assegurar a protecção das instalações mineiras e a segunda era proteger a fronteira Norte para fazer face aos ataques das milícias balubas<sup>311</sup>.

---

<sup>302</sup> Existiam na província do Catanga (no Norte e Nordeste) extensas áreas habitadas por povos Balubas que eram geralmente designados pelos Balubas do Catanga, que lá residiam antes da chegada dos belgas e que eram considerados os autênticos catangueses. Estes nunca deixaram de se relacionarem com os povos da mesma origem étnica que habitavam a norte, na região que viria a ser designada pelos belgas por Província do Kasai. A União Mineira iniciou grandes campanhas de recrutamento de mão-de-obra no Norte, nomeadamente no Kasai. Este recrutamento provocou situações extremamente desumanas representando, ao mesmo tempo, uma lucrativa actividade paralela para os angariadores. Na cintura das cidades começaram a crescer bairros, na sua maioria, constituídos por estes balulas do Kasai, que se assemelhavam, em muito, a campos de concentração. Com a partida das autoridades belgas adivinhava-se o eclodir de conflitos violentos entre estes balubas e o Governo Provincial de *Elisabethville*. SAPIM, *Catanga*, p. 238-241.

<sup>303</sup> JANKE, *O Banho de Sangue no Congo*, p. 144. In AAVV. *A Guerra no Mundo*.

<sup>304</sup> SAPIM, *Catanga*, pp.288-291.

<sup>305</sup> A primeira missão de recrutamento aconteceu na Bélgica, em 18 de Setembro, com o objectivo de contratar 180 Oficiais e sargentos belgas. A segunda missão partiu para Paris e Londres no dia 22 desse mês, com idênticos propósitos. A mudança política de Bruxelas em relação ao Catanga diminuiu o número de oficiais belgas e, ao mesmo tempo, deu-se a alargamento do recrutamento a outros países. SAPIM, *Catanga*, p. 289.

<sup>306</sup> Capital da Rodésia.

<sup>307</sup> AHD- Maço 46, Processo 950,16: Jornal, *Catanga Independência*, 1960. Ver também JANKE, *O Banho de Sangue no Congo*, p. 144.

<sup>308</sup> SAPIM, *Catanga*, p. 289.

<sup>309</sup> Os homens de Tchombé ficaram conhecidos por esta designação *gendarmérie* (guardas) do Catanga.

<sup>310</sup> JANKE, *O Banho de Sangue no Congo*, p.144.

<sup>311</sup> SAPIM, *Catanga*, p.291.

Em 1964, quando Tchombé chegou ao poder, utilizou de novo os serviços dos *gendarmes* e dos mercenários, nomeadamente, durante a rebelião de Stanleyville. Perante a incapacidade do ENC em controlar os acontecimentos, a CIA e o governo de Bruxelas fizeram pressão para que Tchombé mandasse regressar os seus homens com o intuito de auxiliar o ENC. Tchombé concordou e, em meados de Agosto de 1964, mandou regressar os seus *gendarmes* e mercenários e, ainda o seu numeroso material de guerra<sup>312</sup>.

Por sua vez Pierre Muléle<sup>313</sup>, que parecia estar a consolidar a sua posição em Stanleyville, cometeu um erro crasso ao permitir o ataque ao consulado americano, tomando os funcionários e as suas famílias como reféns. O governo americano, através da CIA, criou uma companhia aérea fictícia para apoiar a operação de resgate<sup>314</sup>. No terreno operou Mobutu, que se socorreu de Mike Hoare para comandar o V Comando, e Tchombé, através dos seus antigos mercenários do Catanga, Bob Denard e Jaques Schramme, para comandar respectivamente o VI e o X Comando. O movimento dos Simba<sup>315</sup>, em Stanleyville, foi derrotado e a partir daqui Mobutu, que tinha atingido os seus objectivos, terá iniciado o plano para destituir Tchombé do poder<sup>316</sup>.

## **5. Á procura de Apoios: Rodésia, África do Sul e Portugal**

Desde o início que Tchombé procurou angariar apoios que garantissem o reconhecimento internacional aos seus intentos políticos. Neste sentido importa para a nossa investigação analisar as relações estabelecidas por este dirigente com a Rodésia e a União Sul-Africana<sup>317</sup>, tradicionais aliados de Portugal<sup>318</sup>, para uma melhor compreensão do posicionamento de Portugal relativamente aos acontecimentos no Catanga.

---

<sup>312</sup> SAPIM, Catanga, p. 441.

<sup>313</sup> Um personagem fora das normas: misto de visionário, feiticeiro e agitador de massas, que tinha sido ministro da educação e das artes de Mobutu e que se colocou à cabeça da revolta de Stanleyville. AFONSO; GOMES, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. V*, p. 22.

<sup>314</sup> GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. V*, p. 22.

<sup>315</sup> Os Simba eram os adeptos do Partido Solidário Africano de Pierre Muléle responsável pela revolta de Stanleyville. Acreditavam que tomando uma poção mágica (droga fortíssima apelidada Mai Muléle em homenagem ao líder) se transformavam em leões (simba) imunes às balas dos inimigos. VIDAL, João, *As Guerras do Congo*, p. 41. In AAVV *Revista da Força Aérea*. Por esta razão a insurreição de Muléle passou a ser conhecida como a “Revolta dos Simba”.

<sup>316</sup> VER ANEXO L (CRISE FINAL DO CATANGA).

<sup>317</sup> A União Sul-Africana foi criada em 31 de Maio de 1910 no território da actual África do Sul. Esta União durou até 31 de Maio de 1961, quando foi declarada a República da África do Sul (RAS). A cerimónia efectuou-se na cidade de Pretória, capital administrativa, perante uma multidão calculada em 60000 pessoas pela imprensa africana e 30000 pessoas pelos jornais ingleses. (...) A união tornou-se Republica mas é sempre o mesmo país com uma nova constituição quase idêntica à antiga (...). AOS – PT – TT: *Informação n.º 1303 / 61 – GU: Proclamação da República da África do Sul*, 1961.

Relativamente à Rodésia o “namoro” começou cedo. A cumplicidade entre Tchombé, ainda como chefe político da Confederação das Associações do Catanga (CONAKAT)<sup>319</sup>, e o governo federativo da Rodésia e Niassalândia<sup>320</sup> foi de tal forma real que se chegou a pensar num plano federativo, relativo à formação de um novo Estado na África Central que se designaria por “*Copperia*” e seria constituído pela Rodésia do Norte e pela província congoleza do Catanga<sup>321</sup>, tendo como Presidente o Sr. Tchombé<sup>322</sup>.

Esta ideia terá surgido pela primeira vez em dois de Março de 1960, numa entrevista concedida por Sir Roy Welensky, Primeiro-ministro da Federação da África Central, ao jornalista René MarcColl do Daily Express<sup>323</sup>. Esta ideia tinha por base, segundo Sir Roy, a melhoria económica e social dos africanos, a qual só poderia ser alcançada se o homem branco continuasse em África<sup>324</sup>.

O plano terá sido preparado por dois africanos de nome Chembe e Yamba, que foram membros do Parlamento Federal da Rodésia e que teriam encetado conversações com Tchombé. Este terá mesmo declarado publicamente, a um jornalista, que considerava economicamente vantajoso para o Catanga entrar numa federação com a Rodésia, não só por motivos de proximidade mas também por interesses similares, partilhados pelos dois territórios<sup>325</sup>. Este plano implicaria a independência e a separação da Rodésia do Norte da

---

<sup>318</sup> Havia uma relação muito próxima entre Portugal, a Rodésia e a África do Sul, porque era uma região de governos Brancos que controlavam toda a extremidade Sul do continente africano. Cit Por, Barroso, *Salazar e Ian Smith*, p. 23. Para além disso, não devemos esquecer, que relativamente ao Catanga, Sir Roy numa visita a Lisboa, em Dezembro de 1961, terá assumido, perante Salazar, a sua disponibilidade para aguentar o Catanga e não deixar cair Tchombé. In NOGUEIRA, *Salazar, O Ataque, Vol. IV*, p.348.

<sup>319</sup> Ver Anexo G (PRINIPAIS PARTIDOS CONGULESES E CATANGUESES).

<sup>320</sup> A Federação da Rodésia e Niassalândia, também conhecida como Federação Centro-Africana (FCA) foi um estado semi-independente no sul de África que existiu de 1953 a 1963 composto pela colónia da Rodésia do Sul (actual Zimbabwe), a Rodésia do Norte (actual Zâmbia) e a Niassalândia (actual Malawi). Era um reino federal da Coroa Britânica. A federação foi estabelecida a 1 de Agosto de 1953 e caiu a 11 de Dezembro de 1963. [www.wikipédia.com](http://www.wikipédia.com), consultado em 17 Julho pelas 09h00.

<sup>321</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: Ofício do MNE para o MU sobre uma informação do consulado português em Salisbury que fazia referência ao plano de formação de novo estado africano, 1960.

<sup>322</sup> AOS – PT-TT: Relatório do Governo-geral de Angola relativamente a contactos com Daniel Tchombé, 1963. Esta ideia pode, também, ser confirmada no relatório de Leite Cruz sobre Portugal e o Futuro da África Meridional. AHD: *Relatório de Leite Cruz: Portugal e o Futuro da África Meridional*, p. 187 – 193, 1962.

<sup>323</sup> Ver Anexo M (NOVO ESTADO NA ÁFRICA CENTRAL – Artigo do *Daily Express*).

<sup>324</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: Ofício da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE relativamente a uma entrevista de *Sir Roy Welensky*, 1960.

<sup>325</sup> Ver Anexo M (NOVO ESTADO NA ÁFRICA CENTRAL - Artigo do *TIMES*). Não esquecer ainda que relativamente a esta questão, o Catanga penetrava profundamente no protectorado da Rodésia por um corredor atravessado por uma estrada de grande importância e que o facto de, até à altura, não ter sido assinado nenhum tratado concedendo o livre-trânsito por aquela via de comunicação inquietava o governo federal da Rodésia. Ao mesmo tempo a existência de 30000 europeus e o facto de as minas daquela província serem exploradas por companhias rodésianas AHD, PAA, Maço 46, Processo 950,16.

Federação o que não seria de todo impossível face à maioria africana do Conselho Legislativo daquele território<sup>326</sup>.

Após a entrevista de Sir Roy Welensky outros interessados exprimiram as suas ideias, nomeadamente, os franceses, que marcaram a sua posição ao invocar a existência de um acordo assinado com os belgas no longínquo ano de 1884, que atribuía à França o direito preferencial no caso de o Congo ser cedido a uma potência estrangeira a título gratuito ou oneroso, obrigando os belgas a pronunciarem-se sobre uma matéria que à muito estava esquecida. Em pleno parlamento o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Wigny, não negou a existência daquele direito, em virtude da existência de um acordo entre os dois países, datado de vinte e três de Dezembro de 1908, no qual a Bélgica se via obrigada a substituir a Associação Internacional do Congo no entanto, contestou, vivamente, a aplicabilidade do mesmo e negou, ainda, qualquer colaboração do governo belga com as autoridades rodesianas para a consecução deste plano<sup>327</sup>.

Relativamente à RAS a aproximação também foi uma realidade, nomeadamente, no que diz respeito às relações comerciais. No dia dezasseis de Dezembro de 1960 foi publicado, no jornal sul-africano *"The Star"*, uma notícia que fazia alusão a uma missão enviada pela União Sul-Africana ao Catanga com a finalidade de restabelecer as relações comerciais com aquele território, uma vez que, as exportações sul-africanas para o Congo, grande parte destinadas ao Catanga, valiam cerca de dois milhões de libras para os seus cofres<sup>328</sup>. Tchombé procurava, assim, desesperadamente, o reconhecimento internacional da causa do Catanga.

Em Agosto de 1960 uma delegação catanguesa, chefiada pelo Ministro Kimba, fez um périplo pelo Ocidente e em Agosto desse ano visitou Lisboa<sup>329</sup>. O objectivo era claro, fazer chegar ao ocidente os ideais do Catanga na sua luta pela independência e contra o caos que imperava em todo o território congolês e, também, contra a progressiva infiltração comunista no Congo. Durante esta digressão dirigiram apelos de reconhecimento internacional a todos os países do mundo mas o desalento era total, nenhum deles respondera favoravelmente. Tchombé, em contacto permanente com os seus

---

<sup>326</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: Telegrama do Consulado de Salisbury para o MNE sobre uma informação do consulado português em Salisbury que fazia referência ao plano de formação de novo estado africano, 1960.

<sup>327</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: *Ofício da Embaixada de Portugal em Bruxelas para o MNE relativamente à atitude do governo belga face à tomada de posição do governo francês*, 1960.

<sup>328</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16 (18): *Ofício dirigido ao UM sobre as relações comerciais entre o Catanga e a União Sul-Africana*, 1960.

<sup>329</sup> Ver Anexo N (MISSÃO CATANGUESA EM LISBOA).

representantes, dava sinais de algum desalento, a posição generalizada por parte dos países ocidentais caracterizava-se pelo receio e pela omissão, e cada vez mais a sua a convicção, caso não houvesse uma alteração significativa, passava pela impossibilidade continuar a sua luta<sup>330</sup>.

Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na altura, foi o cicerone desta visita. Franco Nogueira, seguindo as directrizes de Oliveira Salazar, evidenciou, mais uma vez, a sua habilidade diplomática e nunca fechou as portas um possível reconhecimento de Portugal. No dia vinte e oito de Agosto de 1960, durante o almoço, no Hotel do Guincho, Franco Nogueira manifestou desta forma a posição de Portugal<sup>331</sup>: *“Compreendemos a posição do Catanga e do seu Governo, e confirmo que na devida altura recebemos um telegrama do Sr. Tchombé a solicitar o reconhecimento. Não respondemos, nem nos propúnhamos a responder de momento, sem que esta nossa atitude significasse menos interesse ou discordância da orientação adoptada pelos dirigentes do Catanga”*<sup>332</sup>.

Foi neste contexto de cordialidade e de alguma colaboração que, no segundo dia de visita, a vinte e nove de Agosto de 1960, na Embaixada da Bélgica, o Sr. Kimba declarou os objectivos da sua vinda a Lisboa, especificando-os da seguinte forma:

- *“Era premente a necessidade de Médicos: desejavam, por isso, contratar médicos portugueses, em particular especializados em medicina particular;*
- *Era-lhes indispensável dispor de técnicos de agricultura;*
- *Para auxílio à indústria e às actividades mineiras, precisavam de engenheiros e técnicos;*
- *Para fomento e investimentos, seriam bem vindos ao Catanga capitais portugueses, tanto públicos como privados;*
- *Para transporte de mercadorias desejam facilidades nos Caminhos-de-ferro da Beira e do Lobito;*
- *Com todo o empenho desejavam que o governo português permitisse que naqueles caminhos-de-ferro fossem transportadas armas e munições para o Catanga ou, se não fosse possível as duas coisas, que autorizássemos pelo menos uma delas;*
- *Finalmente, pediam que, embora não lbe reconhecéssemos qualquer título ou qualidade oficial, autorizássemos a vinda e estadia em Lisboa de um agente catanguês que, como simples*

---

<sup>330</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960, 16: *Relatório da visita da Missão do Catanga a Lisboa*, 1960.

<sup>331</sup> Resumo, redigido pelo Próprio Franco Nogueira, da sua mensagem à Missão do Catanga a Oliveira Salazar

<sup>332</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960, 16: *Relatório da visita da Missão do Catanga a Lisboa*, 1960.

*particular, procuraria pôr-se em contacto com técnicos e empresas industriais e comerciais para os efeitos acima*<sup>333</sup>.

Franco Nogueira ouviu atentamente estes pedidos, pelo meio aproveitou para explicar a política portuguesa para o continente africano e terminou referindo que iria colocar superiormente os desejos da delegação catanguesa.

Mais tarde, em Agosto de 1962, uma outra delegação Catanguesa, desta vez chefiada pelo chefe de gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Catanga, Sr. Henry Demers, visitou Lisboa, tendo a oportunidade de se encontrar com o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros. Desta visita surgiu, novamente, um conjunto de apoios que denunciavam, mais uma vez, a cumplicidade existente entre Portugal e o Catanga. Os apoios foram formulados nos seguintes termos: *“reconhecimento pelas autoridades portuguesas dos passaportes catangueses; concordância à abertura de uma missão económica e cultural catanguesa em Lisboa; cooperação para treino, na metrópole, de aviadores e paraquedistas catangueses pela nossa Força Aérea*<sup>334</sup>. Desta vez a posição portuguesa foi mais concreta, denotando-se já, nesta altura, uma evolução favorável no relacionamento entre Portugal e o Catanga. A resposta do MNE terá sido favorável relativamente ao primeiro e terceiro pedidos reservando uma resposta para mais tarde relativamente ao terceiro pedido<sup>335</sup>.

Os receios em estreitar relações com o Catanga eram óbvios mas não eram exclusividade portuguesa. Numa entrevista concedida a um jornalista do Diário Popular, em Madrid, em Fevereiro de 1964, Tchombé assumiu a sua admiração pelos portugueses mas quando lhe foi solicitado respostas concretas afirmou explicitamente o receio de ser violentamente atacado pelos americanos. No relatório do jornalista que realizou a entrevista (Jornalista Carrasco do Diário Popular) acerca das afirmações do dirigente catanguês, produzidas em *off the record*, pode-se ler o seguinte: *“Não tome nota do que lhe vou dizer. Pelo menos não escreva no seu jornal, pois ver-me-ia obrigado a desmenti-lo... Já tenho suficientes complicações com os americanos (...). Contudo sempre lhe direi que a minha posição e a minha amizade com os portugueses são bem conhecidos. E se um dia eu dirigir o Congo (...) claro está que nessas condições nunca poderiam viver no Congo Holdens Robertos e outros! Isso é problema que nem se põe.”*

---

<sup>333</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960, 16: *Relatório da visita da Missão do Catanga a Lisboa*, 1960.

<sup>334</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960, 16: *Relatório da visita da Missão do Catanga a Lisboa*, 1962.

<sup>335</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960, 16: *Relatório da visita da Missão do Catanga a Lisboa*, 1962.

Analisaremos, no capítulo seguinte, o envolvimento português na questão do Catanga face ao interesse que suscitou no governo português, no contexto da política colonial portuguesa, o movimento liderado pelo Sr. Tchombé<sup>336</sup>.

---

<sup>336</sup> AOS-PT-TT: *Carta dirigida a Salazar sobre as declarações de Tchombé não publicadas numa entrevista ao Diário Popular*, 1964.

## CAPÍTULO V – O ENVOLVIMENTO PORTUGUÊS

*“O Catanga comanda a intercessão de todas as vias-férreas da África Central e a sua importância estratégica relativamente a África pode comparar-se à da Checoslováquia relativamente à Europa”<sup>337</sup>.*

### 1. As Motivações Portuguesas

Tendo em conta os interesses de Portugal, em termos de política colonial, a independência do Catanga suscitou um enorme interesse ao governo português. Se não, vejamos o relatório que Novais Machado enviou para Franco Nogueira, em Setembro de 1960, sobre esse acontecimento.

Nesse relatório Novais Machado analisa a Independência do Catanga, segundo o ponto de vista português, tendo em conta quatro perspectivas distintas:

- *“Em função dos interesses comerciais dos portugueses radicados no Congo Belga – Para estes seria prejudicial;*
- *Em função de uma política congolês xenófoba: a independência era-nos favorável;*
- *Em função de uma comunização do Congo – a independência era-nos providencial;*
- *Em função do interesse do desenvolvimento de Angola – seria favorável”<sup>338</sup>.*

Relativamente ao primeiro, terceiro e quarto ponto, Novais Machado não se pronunciou limitando-se a analisar o segundo. E sobre este ponto destaca a ideia de que um governo congolês xenófobo e com pretensões de libertar outros povos africanos, sobretudo limítrofes aos nossos territórios, viria a dispor de uma força enorme se considerássemos os recursos mineiros do Catanga. Neste sentido, esta Província seria, segundo Novais Machado, *“a vaca leiteira”* desse Governo mas constituir-se-ia também num enorme trunfo diplomático. Com efeito não só permitiria a conservação, no Baixo Congo Belga<sup>339</sup>, de um nível de vida superior ao do Congo Português, como também seria um

---

<sup>337</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: *Relatório de Novais Machado sobre a Independência do Catanga*, 1960. Novais Machado era o diplomata português que representava Portugal na Delegação Portuguesa da OTAN em Paris.

<sup>338</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: *Relatório de Novais Machado sobre a Independência do Catanga*, 1960.

<sup>339</sup> Ver Anexo C (CONGO BELGA).

enorme trunfo político para neutralizar Portugal no campo diplomático. A independência do Catanga se pudesse vir a ser mantida privaria o Congo Belga de cerca de 60 % a 70 % da sua riqueza<sup>340</sup>. O mesmo será dizer que para Novais Machado, a independência do Catanga enfraquecia o Congo e, nesse sentido, dadas as perspectivas de ordem política, esse enfraquecimento era-nos, claramente, favorável.

O posicionamento de Tchombé relativamente à questão de Angola constituiu, também, um forte incentivo para que esta aproximação se concretizasse, se não, vejamos aquela que era a opinião de Tchombé, em 1964, enquanto Chefe do Governo de *Leopoldville* relativamente a esta matéria.

Durante uma das suas visitas a Barcelona, em Agosto de 1964, Tchombé terá sido recebido no Consulado Geral dos EUA, local onde manteve uma longa conversa com o Cônsul Adjunto que, no decorrer da conversa, solicitou-lhe a sua opinião sobre Angola. Ao qual Tchombé terá respondido nos seguintes moldes: *“Holden Roberto era um louco, um iluminado, recusando todo o conselho, seguindo exclusivamente os seus impulsos e que se havia rodeado de um punhado de extremistas, que nada representavam. Angola não estava preparada para a independência. A independência a longo prazo era um problema a resolver por meio de negociações. A acção do Congo deveria orientar-se no sentido de levar os portugueses para o seu território para libertar as populações do seu atraso”*<sup>341</sup>. Esta ideia demonstra bem a aproximação que existia entre Tchombé e Salazar, no que concerne a uma política para África, em particular, para Angola, factor que garantiu, ao líder português, um importante apoio na defesa dos seus ideais em África.

Mas as motivações portuguesas relativamente ao Catanga não se resumiam aos interesses políticos e diplomáticos existiram também, motivações de carácter económico sustentadas através de visitas, em representação de Portugal, àquela região do Congo, com o único objectivo de fazer prospecção comercial. Dessas visitas importa destacar aquela que foi feita pelo Senhor Mariano Carvalho, Director da Companhia União Fabril, em Janeiro de 1961. Foi uma visita que surgiu no seguimento das conversações que foram iniciadas com a Missão do Catanga que, chefiada pelo Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais, visitou Angola no início de 1960<sup>342</sup>.

---

<sup>340</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 950,16: *Relatório de Novais Machado sobre a Independência do Catanga*, 1960.

<sup>341</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Telegrama n.º 6653 da Embaixada de Portugal em San Sebastian*, 1964.

<sup>342</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,16: *Memorial elaborado por Franco Nogueira relativamente à visita de Mariano Carvalho ao Congo*, 1960.

No relatório desta mesma visita, em que Mariano Carvalho se fez acompanhar por Sebastião Calheiros<sup>343</sup> e Eduardo Abreu da Firma Abreu & Companhia de Benguela, viriam a ser abordados os diferentes pontos de interesse a serem explorados em futuras negociações entre Portugal e o Catanga. Mariano Carvalho realçava o interesse do Governo do Catanga em estabelecer estreitas ligações comerciais com Angola e, ao mesmo tempo, chamava a atenção para a desconfiança belga, que tudo fazia para evitar a entrada de Portugal neste mercado. Mariano Carvalho chegou mesmo a dar um exemplo: “*ao encararmos a possibilidade de negócios de compensação, a CUF<sup>344</sup> propôs-se a adquirir à União Mineira cerca de 1600 toneladas por ano de cobre, mas esta apenas pretende fornecer cobre electrolítico, refinado na Bélgica*”<sup>345</sup>.

No que diz respeito ao fornecimento de produtos agrícolas de Angola, Mariano Carvalho, via apenas a possibilidade para a venda de crueira<sup>346</sup> e, eventualmente, milho. Relativamente ao arroz, tabaco e feijão, a qualidade e os preços dos produtos portugueses eram nitidamente batidos pelas ofertas de exportadores como a Rodésia e a África do Sul<sup>347</sup>.

As motivações portuguesas nesta região do continente africano eram, conforme podemos constatar, enormes e fossem elas de carácter político, diplomático, militar ou até mesmo, económica o objectivo seria sempre só um: garantir um auxílio válido e credível a Tchombé. Se Tchombé tivesse êxito no Congo, a vitória militar sobre a UPA e o MPLA estaria facilitada<sup>348</sup> e a prova disso terão sido as contrapartidas, solicitadas ao governo congolês, pela participação em operações de auxílio a Tchombé durante o ano de 1964:

- “*Encerramento de todas as bases e escritórios dos movimentos subversivos fossem eles da UPA, MPLA, FLEC, FNLA entre outros;*

---

<sup>343</sup> Uma espécie de Jorge Jardim para os assuntos do Catanga.

<sup>344</sup> Companhia União Fabril.

<sup>345</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,16: *Memorial elaborado por Franco Nogueira relativamente à visita de Mariano Carvalho ao Congo*, 1960. O Catanga, em termos agrícolas, foi, apesar da concorrência, uma forte aposta de Portugal. Através da empresa Grémio do Milho de Angola forneceu grandes quantidades de milho ao Catanga e em 1964 terá sido mesmo, praticamente, o único fornecedor de quase todo o Catanga, tendo celebrado um contrato com a empresa “*Minoteries du Katanga*” em condições bastante favoráveis e de pleno agrado de ambas as partes, dado que o cereal angolano encontrou grande aceitação e o preço foi bastante compensador. Esta empresa, segundo o relatório a que tivemos acesso, também chegou a importar óleos vegetais de Angola. AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,16: *Cópia do ofício sobre a venda de milho ao Congo elaborado pelo consulado português em Elisabethville*, 1965.

<sup>346</sup> Fragmentos de mandioca ralada que não passam nas malhas da peneira onde se apura a massa que se converte em farinha; corera, caruera, quirera. CRUEIRA. (consultado em 02 de Julho de 2010, pelas 01h30m). Disponível: <http://www.dicio.com.br/crueira/>.

<sup>347</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,16: *Memorial elaborado por Franco Nogueira relativamente à visita de Mariano Carvalho ao Congo*, 1960.

<sup>348</sup> Carta de Salazar a Marcello Mathias em 20 de Novembro de 1964. SERRÃO, Joaquim, *Correspondência Marcelo Mathias 1947-1968*, pp. 513-515.

- *Apreensão de todo o material em poder em poder dos elementos terroristas angolanos ou a eles destinados, onde quer que se encontrem, numa acção simultânea e imediata;*
- *Instruções imediatas às autoridades na fronteira para impedir todo o tipo de infiltrações e para capturar chefes e grupos terroristas que pretendam entrar ou sair de Angola, incluindo Cabinda e sua posterior entrega com o respectivo material às autoridades portuguesas. O material poderá posteriormente ser posto à disposição do Governo Congolês;*
- *Captura e entrega ao Governo Português dos elementos pertencentes aos movimentos terroristas angolanos com prioridade para os constantes numa lista a difundir posteriormente*<sup>349</sup>.

## 2. O Pacto de Assistência Mútua

Em Agosto de 1962 surgiram alguns rumores em Lisboa de um eventual Pacto de Assistência Mútua entre Portugal e o Catanga. Esses rumores tiveram origem num ofício enviado pela Embaixada de Portugal em Tóquio, com data de onze de Agosto de 1962, onde se fazia alusão a uma correspondência entre Robbert Allen e Paul Scott, de Washington, publicada no *“Mainichi Daily News”*, sob o título *“Tchombé opposes UN”*. Nessa correspondência, de acordo com informações obtidas pelos serviços secretos norte-americanos, o Presidente Tchombé, cioso de apoio militar e diplomático, teria negociado, com Oliveira Salazar, a realização de um Pacto de Assistência Mútua destinado a ligar militar e diplomaticamente o Catanga e Angola<sup>350</sup>.

Dias mais tarde, a cinco de Setembro, voltaria a dar entrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros um outro ofício enviado, desta vez, por António da Costa Lobo<sup>351</sup>, Encarregado dos Negócios de Portugal em Havana, com data de dois de Agosto de 1962, onde este fazia referência a uma notícia publicada no jornal cubano *“Revolución”* relativa ao apoio prestado pelos EUA ao Presidente do Catanga, no decurso da qual aquele líder africano se referiu a um eventual encontro com Oliveira Salazar<sup>352</sup>. Nessa notícia, numa alusão clara à colaboração entre Salazar e Tchombé, podia-se ler que estava em curso um Plano de Assistência Mútua que passava por uma ajuda económica a Portugal tendo como

---

<sup>349</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama do Governador-Geral de Angola para o Ministério do Ultramar*, 1964.

<sup>350</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,161: *Ofício elaborado pela Embaixada de Tóquio relativo à notícia do Jornal Mainichi Daily News*, 1962. Ver Anexo O (PACTO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA).

<sup>351</sup> Para além deste ofício a Embaixada de Portugal em Havana informou, via telegrama, o MNE no dia dois de Agosto tendo dado entrada nos serviços do MNE a três de Agosto relativamente à informação que viria a ser recebida, via ofício, no dia 5 de Setembro. AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,161: *Telegrama da Embaixada de Portugal em Havana*, 1962.

<sup>352</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,161: *Ofício elaborado pelo representante de Portugal em Havana relativo à notícia do Jornal Revolucionário*, 1962.

contrapartida o envio, por parte do governo português, de armamento para aquela Província do Congo com o objectivo de apoiar o movimento liderado por Tchombé<sup>353</sup>.

Numa moção da Assembleia Nacional, de doze de Janeiro de 1962, que surgiu na sequência do discurso proferido por Oliveira Salazar, no dia três de Janeiro do mesmo ano, em que este admite a reorientação da Política Externa Portuguesa, podiam-se ler algumas sugestões cujo objectivo era contribuir para a referida reorientação. Desta moção resultou um “Ensaio de Aplicação” que pretendia organizar um novo modo de actuação de Portugal, no sentido de prever novas orientações no sistema político internacional, nomeadamente, a possibilidade de se concluir com a Rodésia e a União da África do Sul pactos militares secretos de assistência mútua local e, ainda, formas de cooperação económica a serem reguladas por acordos bilaterais, no sentido de se obter em troca empréstimos financeiros ou facilidades na colocação de certos produtos<sup>354</sup>.

Dentro do secretismo que caracterizou sempre o relacionamento entre o Catanga e Portugal, o governo português em Dezembro de 1962, em resposta ao ofício de Costa Lobo, refutou linearmente a entrevista do Sr. Tchombé com o Presidente do Conselho e a existência de qualquer pacto secreto que tivesse resultado dessa entrevista<sup>355</sup>.

Na realidade, no decorrer da nossa investigação, não conseguimos obter documentos que confirmassem a existência deste eventual acordo. No entanto, os inúmeros relatórios, elaborados pela Polícia Internacional do Estado (PIDE) e pelos consulados portugueses de Leopoldville e Elisabethville, que tivemos acesso no AHD, relativos a encontros, visitas e compromissos entre representantes dos dois governos<sup>356</sup> e, ao mesmo tempo, não esquecendo as boas relações entre Portugal, a Rodésia, a União da África do Sul e a Província do Catanga, facilmente concluímos o seguinte: a não ter existido um protocolo idêntico àquele a que nos referimos houve, com certeza, um estreito relacionamento entre estes dois actores, Portugal e o Catanga, com benefícios para ambos, que se aproximou, em muito, dos protocolos que a Assembleia Nacional admitiu entre

---

<sup>353</sup> Ver Anexo O (PACTO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA).

<sup>354</sup> AOS- PT-TT: *Moção da Assembleia Nacional: Notas sobre a Política Externa Portuguesa*, 1962.

<sup>355</sup> AHD – Maço 46, PAA, Processo 960,161: *Ofício elaborado pelo MNE em resposta ao ofício de Costa Lobo*, 1962.

<sup>356</sup> Destes encontros destacamos aquele que teve lugar no Outono de 1963 entre Tchombé e Oliveira Salazar. Nesse encontro Tchombé fez um relato da situação congoleza e atribuiu a actuação das NU a poderosos interesses económicos, mostrou um profundo conhecimento das bases logísticas anti-portuguesas e do auxílio aos grupos que actuam no Norte de Angola. A dada altura do encontro Salazar pergunta-lhe como vê as relações com Portugal e Tchombé respondeu que as bases iriam ser destruídas gradualmente, contando para isso com o apoio de Lisboa e a ajuda material que poderia vir de Angola; Quanto à política portuguesa em geral, Tchombé diz aprová-la. Salazar disse, ainda, estar disposto apoiar o seu governo quando este tiver sido constituído. NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1954-1968)*, pp. 537-538.

Portugal, Rodésia e a União da África do Sul e que se poderá comprovar pelos acontecimentos que de seguida iremos analisar.

### **3. Ida de Técnicos Portugueses para o Catanga**

No Diário de Notícias de oito de Janeiro de 1961 podia-se ler uma notícia relativamente a uma eventual ida de técnicos, portugueses, para o Catanga. Nessa mesma notícia o Ministro do Comércio Catanga, Sr. Bonaventura Makonga, referia-se às relações com Portugal reiterando o desejo que o Sr. Kimba, Ministro de Tchombé, terá manifestado aquando da sua visita a Lisboa: “*O Catanga receberia com muita simpatia médicos e técnicos portugueses, e qualquer espécie de colaboração*”<sup>357</sup>.

Mais tarde, a vinte e sete de Agosto de 1962, o Catanga, através de uma carta do Ministro Kimba, dirigida ao Consulado Português, em Elisabethville, solicitava a ida de técnicos portugueses para aquela província do Congo<sup>358</sup>. Na carta podia-se ler as condições laborais que esses técnicos iriam encontrar e, ainda, as áreas de actividade que as autoridades catanguesas desejavam colaboração, destacando-se as áreas da medicina, da agricultura e das telecomunicações.

Tchombé tinha uma acentuada preferência por conselheiros europeus. No ano de 1960 este líder político, em privado, terá tido o seguinte desabafo: “*A África necessita deles, e necessita por muito tempo ainda*”<sup>359</sup>. Era um conceito completamente distinto daquele que era preconizado pela maioria dos movimentos independentistas africanos da época, que renegavam, por completo, o auxílio daqueles que, directa ou indirectamente, os teriam colonizado. Ao contrário, Tchombé preferia uma política de cooperação com aqueles que, ao longo dos séculos, deveriam ter proporcionado uma integração gradual dos africanos na condução dos destinos dos seus territórios.

O Consulado Português em Elisabethville sempre concordou com esta aproximação e numa carta dirigida ao MNE, a expor o assunto emitiu, desde logo, aquilo que, de acordo com o seu entendimento, deveria ser a posição de Portugal: “*(...) deveríamos corresponder a este desejo espontaneamente manifestado pelas autoridades catanguesas e isso no nosso próprio interesse. Colocando nós vários departamentos técnicos da administração catanguesa elementos portugueses seria uma maneira de vincular, no futuro, essa administração ao elemento português, além de*

---

<sup>357</sup>Ver Anexo P (TÉCNICOS PORTUGUESES PARA O CATANGA).

<sup>358</sup> Ver Anexo P (TÉCNICOS PORTUGUESES PARA O CATANGA).

<sup>359</sup> COLVIN, *Tchombé*, p. 21.

que esses elementos constituíam outros tantos pontos de apoio a auxiliar a política africana de Portugal”<sup>360</sup>.

Os despachos emitidos, por parte do MNE e do MU, foram também, favoráveis à ida de colaboradores para o Catanga, não deixando no entanto de acrescentar dois pontos essenciais: de acordo com o MNE, os colaboradores deveriam ser funcionários administrativos<sup>361</sup>; e para o MU os técnicos deveriam ser recrutados pelos processos normais utilizados pelas entidades empregadoras<sup>362</sup>.

Numa perspectiva de obter dividendos futuros, de acordo com a nossa análise, consideramos que este apoio técnico se terá concretizado na medida em que se encaixava, perfeitamente, na defesa dos interesses de Portugal naquela região.

#### 4. Utilização do Aeródromo de Vila Luso

Uma das formas de apoio a Tchombé traduziu-se na utilização de infra-estruturas portuguesas, em território angolano, que serviam para inúmeros efeitos. Vejamos então a importância do aeródromo do Luso no envolvimento de Portugal nesta questão.

Em Março de 1962 chegou à embaixada de Portugal em Bruxelas, através do Sr. Roger Mertens, Adido ao representante do Governo do Catanga em Bruxelas, perante a ameaça de uma nova ofensiva da ONU no território catanguês, autorização para evacuar a Aviação do Catanga (AVIKAT) para o aeródromo de Vila Luso<sup>363</sup>. Apesar de ter suscitado algumas questões de carácter, essencialmente, logístico, como por exemplo, as “*complicações acrescidas face à falta de efectivos naquela região*”<sup>364</sup>, foi dada autorização ao Sr. Mertens para se deslocar a Vila Luso e assim poder contactar com as autoridades portuguesas<sup>365</sup>.

Posteriormente, no dia vinte e seis de Novembro de 1962, teve lugar uma reunião entre um representante do Governo-Geral de Angola (GGA) e o Secretário da Defesa da Federação da Rodésia. O representante da Rodésia pretendia garantir, perante as autoridades portuguesas, facilidades para o transporte aéreo de material de guerra que estava a ser solicitado pelo Presidente Tchombé, através da Rodésia<sup>366</sup>. Essas facilidades

---

<sup>360</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 249 do Consulado Geral de Portugal em Elisabethville*, 1962.

<sup>361</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 4085 do MNE*, 1962.

<sup>362</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 15.031 do MU*, 1962.

<sup>363</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 153 do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1962.

<sup>364</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 860/B da Presidência do Conselho*, 1962.

<sup>365</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 153 do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1962.

<sup>366</sup> Importa referir que esta questão já era recorrente. Nos finais de 1961 Sir Roy Welensky, numa das suas passagens por Lisboa, terá solicitado facilidades de trânsito para o armamento destinado ao Catanga. Este

passavam pela utilização do aeródromo de Vila Luso, em Angola, para, posteriormente, através da via-férrea, proceder-se ao reencaminhamento do material para o Catanga<sup>367</sup>.

O representante do Governo da Rodésia pretendia, também, a concordância do governo português para a seguinte operação: “O Catanga deseja adquirir na África do Sul 35 mil esterlinas de material de guerra sem do transporte por mar até ao Lobito seguindo depois em caminho-de-ferro. O Governo da África do Sul deseja manter-se albeado da operação consistiria na compra do material por Angola e no pagamento do mesmo pela Rodésia”<sup>368</sup>.

A importância estratégica do CFB, assunto que voltaremos analisar mais à frente, ficou mais uma vez vincada. A posição oficial do GGA terá sido no sentido de garantir as facilidades solicitadas, nos seguintes termos: “Conceder sempre facilidades de trânsito para todo o material, cujo transporte faremos tão rapidamente quanto possível; Daremos todas as facilidades para a aterragem e reabastecimento de aviões Catangueses em bases portuguesas; Nenhum inconveniente em que sejam intensificadas as trocas comerciais entre o Catanga e Angola (...)”<sup>369</sup>.

O Aeródromo do Luso terá sido, desta forma, a par dos Depósitos do Grafanil e do Lobito, uma das infra-estruturas que maior relevância teve, no apoio a Tchombé, constituindo um elemento fundamental em todas as operações de fornecimento e armazenagem de material de guerra aos homens de Tchombé.

## 5. Equipamento Militar Português para o Catanga

Num quadro de guerra subversiva<sup>370</sup>, a ajuda externa não se fez esperar, materializando-se, ainda de forma mais vincada, nas vertentes de auxílio militar, financeiro e diplomático. Analisaremos a seguir de que forma se materializou o envolvimento de Portugal tendo como referencial as áreas anteriormente referidas.

---

armamento era considerado indispensável para evitar a anexação forçada por parte do Congo era tradicionalmente encaminhado pela Rodésia do Norte, mas face às dificuldades às elevadas taxas que começaram a ser implementadas pelo Governo Inglês, Sir Roy pretendia, já nessa altura, permissão para a utilização do aeródromo da Vila Luso, seguindo dali ao seu destino pelo caminho-de-ferro de Benguela. AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 1961.

<sup>367</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º507/B/6/4 do Ministério do Ultramar*, 1962.

<sup>368</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º507/B/6/4 do Ministério do Ultramar*, 1962.

<sup>369</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º507/B/6/4 do Ministério do Ultramar*, 1962.

<sup>370</sup> “Luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção”. COUTO, *Elementos de Estratégia*, Vol. I, p. 158.

a. **Venda de Material de Guerra obsoleto do Exército Português**

Decorria o mês de Fevereiro do ano de 1961, quando o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional foi contactado por um intermediário que se dedicava à venda e compra de material de guerra. Este intermediário era um major na reserva do Exército inglês com o nome de Arthur Stanley Ash e que pretendia comprar material de guerra do Exército considerado obsoleto ou em excesso perante as necessidades do Exército português. Este material, segundo o major inglês, destinar-se-ia ao governo do Catanga. A transacção seria efectuada por uma firma da União Sul-Africana a qual estaria em contacto com as entidades que, no continente africano, pretendem conseguir a permanência dos “*Estados brancos em África*”<sup>371</sup>.

Este negócio, para o Adjunto do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Major Viana de Lemos, devia ser analisado segundo três perspectivas: “*a disponibilidade do material, o aspecto económico e o aspecto político*”<sup>372</sup>.

Relativamente à disponibilidade do material, na sua quase totalidade cedido pelo governo britânico, Portugal conseguia disponibilizar Carros de Combate “*Centaur*”, Canhões Anti-Carro de 5,7 mm m/43, Obuses 8,8 cm m/43 e m/46, Peças 9,4 A/A m/940 e Obuses de 14 cm m/943<sup>373</sup>.

Quanto ao aspecto económico, os valores deveriam variar de acordo com o seu estado de conservação e o seu respectivo grau de possibilidade de emprego. Tendo em conta estes aspectos considerava-se que o quantitativo aproximado da transacção seria na ordem dos 230.000.000\$00, tendo ainda que lhe ser deduzido a percentagem dos intermediários<sup>374</sup>.

A proposta do major inglês foi no sentido de conseguir garantir um conjunto condições que não estariam de acordo com a norma utilizada neste tipo de negócios, nomeadamente, a exclusividade no direito de venda deste material durante um ano, uma comissão de 15% sobre o total das vendas efectuadas por um período de quatro anos, caso

---

<sup>371</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Informação do Major Viana de Lemos, 1961.*

<sup>372</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Informação do Major Viana de Lemos, 1961.*

<sup>373</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Informação do Major Viana de Lemos, 1961.*

<sup>374</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Informação do Major Viana de Lemos, 1961.*

novas encomendas fossem feitas e, finalmente, a entrega das importâncias num Banco Suíço<sup>375</sup>.

Quanto à questão política, Viana de Lemos, destacou a instabilidade que se vivia naquela Província congoleza mas, ao mesmo tempo, alertou para o facto da União Mineira do Catanga (UMHK) estar decidida a apoiar Tchombé e também para a permanência de inúmeros funcionários civis belgas e oficiais do Exército Belga em missões de cooperação com as autoridades catanguesas. Facto que permitiria, segundo o major inglês, a vinda a Lisboa, para inspeccionar o matéria disponível para venda, de oficiais belgas evitando, dessa forma, a vinda a esta cidade de qualquer “*indivíduo de cor*”<sup>376</sup> impossibilitando, também, qualquer tipo de suspeição.

O parecer do Ministério do Exército foi favorável, referindo que o negócio teria todas as condições para avançar.

## **b. Os Intermediários**

O cuidado com que as autoridades portuguesas sempre lidaram com estas matérias ficou patente, mais uma vez, neste aspecto que nos propomos, de seguida, analisar. Os ministérios cumpriam a sua missão através de pareceres que alertavam, a Presidência do Conselho, para os problemas que acarretava a venda de armamento não sendo, no entanto, isso sinónimo de que estas operações não se realizassem, antes pelo contrário, todas elas eram efectuadas por intermediários que tinham contactos privilegiados com a PIDE e o Gabinete de Oliveira Salazar.

### **(1) Sebastião Calheiros de Meneses**

Os primeiros contactos das autoridades catanguesas para a aquisição de material de guerra, com o governo português foram efectuados, em Março de 1961, por intermédio de Sebastião Calheiros de Meneses. Numa das suas viagens por terras do Congo, nomeadamente, a Elisabethville para tratar da venda de alguns produtos angolanos ao Catanga ter-se-á encontrado com o Presidente Tchombé, tendo-lhe sido questionado, por

---

<sup>375</sup> O Major Viana de Lemos relembra que para este tipo de negócios as condições não coincidiam com as que normalmente eram definidas por aquele Departamento, nomeadamente no que diz respeito à concessão do exclusivo de vendas durante um ano e pelo valor da comissão que até à data não tinham excedido os 10%. ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Informação do Major Viana de Lemos*, 1961.

<sup>376</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Informação do Major Viana de Lemos*, 1961.

este, se estaria disponível para servir de intermediário, junto do governo português para o fornecimento de material de guerra<sup>377</sup>. Foi-lhe assim entregue uma listagem de armamento onde constavam, entre outros, Morteiros de 61 e 81 mm, Espingardas Automáticas e Munições<sup>378</sup>.

O cuidado que sempre caracterizou a forma como o governo português geriu esta questão está plasmado nos despachos, dos Ministros da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, ao ofício do Chefe de Gabinete do Ministro do Ultramar, Ângelo Ferreira, que se referia especificamente a este pedido de apoio. Com alguma dificuldade, fruto da longevidade dos documentos consultados, pode-se ler as preocupações que lhes suscitaram a leitura do referido documento.

Os Negócios Estrangeiros aconselhavam a máxima prudência no tratamento destes assuntos face aos acontecimentos do Congo, o carácter internacional que lhe estavam subjacentes e, ainda, o facto de não ser seguro o destino que era dado a esse mesmo material pondo, eventualmente, Portugal em risco do mesmo poder vir a ser utilizado, em Angola, face à instabilidade que se começava a viver naquele território ultramarino. Marcello Mathias chamou também a atenção para o facto de negociações deste género não poderem ser efectuadas por entidades não oficiais, excepção feita à parte comercial do negócio. Por estes motivos os responsáveis pela pasta dos negócios estrangeiros consideravam *“politicamente inconveniente dar-se andamento ao pedido”*<sup>379</sup>.

Por sua vez o MDN alertava para outro tipo de preocupações, nomeadamente, as de carácter logístico. O Adjunto do Gabinete no seu despacho de 24 de Março de 1961 submetia o assunto à consideração superior alertando que do material solicitado, Portugal só tinha disponibilidade de fornecer as munições de 7,62 mm uma vez que o restante material tratava-se de armamento que o próprio Exército Português carecia<sup>380</sup>.

---

<sup>377</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Resposta ao Ofício n.º 197 do Governador-geral de Angola*, 1961. Sebastião Calheiros de Meneses não terá apenas colaborado com Tchombé neste tipo de Transacções. Em Fevereiro de 1964 Tchombé numa conversa, em Madrid, com o Major Cardoso referiu que este intermediário teria recebido uma quantia na ordem das 50.000 libras esterlinas quando enviou para Portugal, via Angola, os seus dois sobrinhos para estudarem numa escola portuguesa. ADN – CX – 4937 - *Relatório do Major Pedro Cardoso relativo ao encontro com Tchombé*, 1964.

<sup>378</sup> Ver Anexo Q (ARMAMENTO PORTUGUÊS PARA O CATANGA).

<sup>379</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício 895/B/6/4 do Ministério do Ultramar*, 1961.

<sup>380</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Resposta ao Ofício n.º 197 do Governador-geral de Angola*, 1961.

## **(2) Fornecimento de Material de Guerra às Autoridades do Catanga pela Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda. (SPEL)**

A SPEL também não passou ao lado destes negócios. Foi, em Julho de 1961, que deu entrada no MDN um ofício da SPEL que fazia alusão ao facto de as autoridades do Catanga terem entrado em contacto com aquela Sociedade para o fornecimento de material de guerra ligeiro, nomeadamente, granadas de mão de vários tipos, artificios pirotécnicos, minas anti-pessoal, armadilhas e, ainda, explosivos civis e respectivos acessórios de tiro<sup>381</sup>. O ofício tinha como finalidade garantir autorização à SPEL para fazer embarcar, o referido material, pelo CFB.

Mais uma vez os pareceres, a que tivemos acesso nomeadamente, os da Secretaria Geral da Defesa Nacional (SGDN), foram extremamente cautelosos, alegando que as razões para poder determinar uma resposta favorável àquela Sociedade seriam, acima de tudo, do âmbito político, escusando-se a pronunciar sobre a referida matéria<sup>382</sup>.

## **(3) Norte Importadora, Lda.**

A Norte Importadora, através do Senhor Morais Zoio<sup>383</sup>, foi uma das empresas que mais material de guerra vendeu ao Catanga.

Este dado confirma-se pelo cruzamento de documentos disponibilizados pelo AHD e pelo ADN. Um desses documentos é o relatório do Major Pedro Alexandre Gomes Cardoso<sup>384</sup>, da SGDN, relativo a um encontro com Tchombé em Barcelona no dia onze de Setembro de 1963.

---

<sup>381</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga, Ofício da SPEL*, 1961.

<sup>382</sup> ADN – CX 190 – F01: *Fornecimento de Material de Guerra ao Catanga: Ofício n.º 3656/C do Secretariado – Geral da Defesa Nacional*, 1961.

<sup>383</sup> José Joaquim de Morais Zoio (Conde de Pavullo) deixou, de herança, a Norte Importadora a seu filho José João Zoio. A Norte Importadora aparece referenciada na Operação Mar Verde (Novembro de 1970), uma operação clandestina levada a cabo por militares portugueses na Guiné-Conakri pela qual o general Spínola, então comandante militar português na Guiné-Bissau, tentaria desmantelar a frota naval do PAIGC e destituir o Presidente Sekou Touré (o que falhou). A Norte Importadora comprou as armadas utilizadas pelos militares portugueses nesta operação. Por ironia do destino, foram compradas no Leste comunista. HENRIQUES, João Pedro, *Um Toureiro entre Polémicas*. In <http://dn.sapo.pt/inicio/artes>, consultado no dia 30 de Junho, pelas 12h30m.

<sup>384</sup> Foi um militar que dedicou, quase toda a sua carreira, às Informações. Entre 1958 e 1959 frequentou em Inglaterra cursos de informações na School of Military Intelligence. Trouxe de Inglaterra o manual *Keeping the Peace*, que o traduziu e utilizou nas suas lições do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM). Dedicou-se à teoria da subversão e às técnicas da contra-subversão e foi ele o responsável pela implantação do primeiro serviço militar de informações em tempo de guerra, o Serviço de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) de Angola. Chegou a ser convidado, por Spínola, para ser Secretário-geral da Guiné e, de novo, envolveu-se nas actividades das informações. GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. IV*, p. 32.

Nesse encontro, que teve como assunto central o material do Catanga armazenado em Angola, Tchombé solicitou a presença em Madrid de Morais Zoio, para o encarregar de vender todo o material que a Norte Importadora lhe tinha vendido em 1962<sup>385</sup>, que naquela altura se encontrava em Luanda e que lhe teria custado 129.900\$00, valor que já teria sido pago. Para Tchombé, esta intenção de venda tinha, uma finalidade muito clara: reduzir as inúmeras despesas que estava a ter com a manutenção do seu pessoal em Angola<sup>386</sup>.

Desse material constavam Pistolas-metralhadoras de calibre 9 mm, *Mausers* de calibre 7,92 mm, Morteiros de 60 mm, Canhões de Antiaérea de 20 mm, carregadores de munições, bandoleiras entre outros<sup>387</sup>.

Morais Zoio apresentava-se nestes negócios, e muito particularmente neste que relatamos com Tchombé, como representante da firma Norte Importadora, mas tudo o que fazia, segundo este, era em nome do Estado português e, para além disso, intitulava-se membro das Forças Armadas Portuguesas (FAP) e dos Serviços Secretos Portugueses. Inclusivamente Morais Zoio terá solicitado uma carta a Tchombé para ser entregue a Oliveira Salazar. A intenção de Tchombé era, mais uma vez, óbvia: solicitar facilidades ao Senhor Morais Zoio, para transaccionar o material que a Norte Importadora forneceu com a África do Sul ou, até mesmo, com as FAP<sup>388</sup>.

O papel da Norte Importadora foi de tal forma decisivo para Tchombé que, num encontro com o Major Pedro Alexandre Gomes Cardoso, em Madrid, em Novembro de 1963, este terá agradecido as facilidades que lhe foram concedidas para a venda de certos materiais armazenados em Angola, através daquela firma. No seguimento da conversa, Tchombé, solicitou que lhe fossem fornecidos detalhes sobre as transacções autorizadas, para poder controlar as informações que lhe eram dadas pela firma encarregada da operação<sup>389</sup>.

O Major Pedro Cardoso voltaria a encontrar-se com Tchombé em Madrid, durante os dias cinco, seis e sete de Fevereiro de 1964, tendo a iniciativa partido, desta vez, do governo português, facto que muito sensibilizou Moisés Tchombé.

---

<sup>385</sup> Nos finais de 1962, a Norte Importadora, Lda., vendeu material de guerra ao Catanga no montante aproximado de 63 mil contos. AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Comunicação ao Dr. José Manuel Fragozo*, 1964.

<sup>386</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Relatório de encontro com Tchombé em Barcelona*, 1963.

<sup>387</sup> Anexo R (MATERIAL VENDIDO PELA NORTE IMPORTADORA)

<sup>388</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Relatório de encontro com Tchombé em Barcelona*, 1963.

<sup>389</sup> ADN – CX – 4937: *Relatório do Major Cardoso com Tchombé em Madrid*, 1963.

Dos assuntos abordados destacamos a questão do armamento e dos refugiados. Relativamente ao armamento Tchombé comunicou ao Major Cardoso que se tinha encontrado, no dia três de Fevereiro, com o Senhor Zoio e que este o teria procurado para lhe comunicar que o Ministério da Defesa Nacional teria cancelado a autorização para vender material de guerra. O Major Cardoso, que não negou a referida decisão, tentou esclarecer a razão da suspensão que à luz das decisões tomadas, por parte do governo português, até àquela altura, “*tinha sido motivada apenas por a Região Militar de Angola ter manifestado interesse em certo material que já havia sido considerado para ser oferecido para venda à África do Sul ou país não hostil*”<sup>390</sup>. Para reforçar e justificar o racional da medida, temporária, de suspender a venda de material para o estrangeiro terão chegado ambos à conclusão que “*o ideal seria que todo o material fosse adquirido pelas Forças Armadas Portuguesas*”<sup>391</sup>.

O Major Cardoso solicitou, também, a Tchombé o envio de uma carta às autoridades portuguesas, com classificação de segurança de “*muito secreto*”, onde desse a conhecer o facto de a firma Norte Importadora estar, por este, encarregada de transaccionar o material que se encontrava, à data, em Angola. Nessa carta, Tchombé, deveria, também, indicar o destino a dar ao dinheiro para pagamento do armamento que viesse a ser adquirido pelas Forças Armadas Portuguesas, tendo como referência os preços fixados pela Norte Importadora para a venda daquele material<sup>392</sup>.

O Senhor Zoio da Norte Importadora, tendo em conta a sua actividade comercial era, por sua vez, o principal interessado e beneficiário relativamente às facilidades que lhe eram concedidas para a sua aproximação a Tchombé e, ao mesmo tempo, dificultava as relações entre Tchombé e Portugal ao procurar confundir a sua qualidade de comerciante com a de uma entidade oficial portuguesa, pondo em causa o prestígio internacional português face à orientação da sua política ultramarina<sup>393</sup>.

Desta forma, parece-nos claro que Portugal terá tido conhecimento oficial da venda de material de guerra, através de intermediários privados e terá, também, participado activamente, como intermediário, em todas essas transacções com o movimento liderado por Tchombé.

---

<sup>390</sup> ADN – CX – 4937: *Relatório do Major Pedro Cardoso relativo ao encontro com Tchombé*, 1964.

<sup>391</sup> ADN – CX – 4937: *Relatório do Major Pedro Cardoso relativo ao encontro com Tchombé*, 1964.

<sup>392</sup> As despesas feitas pela Província de Angola com o material teriam que entrar em linha de conta na transacção. ADN – CX – 4937: *Relatório do Major Pedro Cardoso relativo ao encontro com Tchombé*, 1964.

<sup>393</sup> O Senhor Zoio fazia-se passar por membro das Forças Armadas, Oficial dos Serviços Secretos portugueses e diplomata. ADN – CX – 4937: *Relatório do Major Pedro Cardoso relativo ao encontro com Tchombé*, 1964.

## 6. A Questão do Caminho-de-ferro de Benguela

O auxílio, apesar de indirecto, prestado a Tchombé permitindo o tráfico de armas pelo porto do Lobito e pelo CFB foi, não só uma realidade como, também, terá sido decisivo para o líder catanguês.

A Companhia do CFB foi criada em 1902 para construir um caminho-de-ferro entre o Lobito e a fronteira leste de Angola, constituindo um dos principais factores de ocupação e desenvolvimento do Centro de Angola. Ao atingir a fronteira tinha ligação, desde 1931, com a linha, construída pelos belgas, que permitia o acesso às regiões mineiras do Centro de África, materializando a ligação dessas regiões ao Atlântico proporcionando, dessa forma, ao Congo a via ferroviária mais curta, essencial, para a exportação dos minérios da rica província do Catanga e, também, para a importação dos equipamentos e artigos de consumo, requeridos pelos empreendimentos e pelas populações<sup>394</sup>.

Em 1963, a imprensa catanguesa, tendo como cenário de fundo a situação instável que se vivia no Congo, chamava atenção para o prejuízo económico que o Congo sofreria caso o governo português impedisse a saída dos minérios catangueses pelo Lobito. A publicação destes artigos representou uma corrente de opinião que se vinha manifestando na província do Catanga e que Portugal, habilmente, soube utilizar como “trunfo” face à atitude hostil por parte do GCC, que reclamava o apoio de Portugal a Tchombé<sup>395</sup>.

Esta hostilidade advinha do facto de o CFB ter constituído o principal itinerário de reabastecimento do movimento liderado por Tchombé. Foi por esta linha-férrea que passou todo o material de guerra, com destino à província do Catanga, proveniente da metrópole e de Luanda e também foi através desta via de comunicação que se processou todo o movimento de refugiados catangueses para dentro e fora de Angola. As pressões por parte do GCC e, também, em certa medida pela ONU ao governo português<sup>396</sup> foram uma constante enquanto se fizeram sentir os rumores do auxílio português a Tchombé. Portugal nunca se “inibiu” perante estas pressões e terá tido, inclusivamente, travado uma batalha diplomática com a ONU perante as insistências, daquela organização, em querer fiscalizar os comboios provenientes do Lobito.

---

<sup>394</sup> AOS – PT – TT: *Informação relativo ao transporte de cobre da Rodésia pela via do Lobito*, 1960. Ver, também, o Anexo I (CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA).

<sup>395</sup> Ver Anexo I (CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA).

<sup>396</sup> O secretariado das Nações Unidas chegou a solicitar a Portugal a instalação de observadores no norte de Angola para observar o trânsito de pessoas e de armas para o Catanga. Portugal recusou aceitar tal situação. NOGUEIRA, *Salazar, O Ataque (1945-1958)*, p. 390.

Foi, desta forma, que o CFB constituiu um dos principais apoios a Tchombé, constituindo o seu principal itinerário de sustentação para as suas tropas que, no terreno, combatiam as forças do GCC e da ONU.

## **7. O Apoio Diplomático**

Nos diferentes fóruns internacionais a diplomacia portuguesa actuou, essencialmente, de forma indirecta mas, ao mesmo tempo, mantendo uma postura firme que teve como “farol” a defesa, intransigente, dos interesses portugueses no ultramar. Este posicionamento diplomático confirma-se pelas inúmeras respostas de Franco Nogueira às interpelações do Secretário-geral da ONU a Portugal, relativamente à situação que se vivia no Congo.

Foi neste contexto que no dia onze de Dezembro de 1962 o Secretário-geral da ONU, U Thant, enviou uma carta a Franco Nogueira com o objectivo de obter da parte de Portugal uma posição oficial relativamente aos acontecimentos do Congo, nomeadamente, os que tiveram lugar na província do Catanga. O essencial da carta passava por resumir o problema da secessão do Catanga a uma questão “*fundamentalmente financeira*”<sup>397</sup>, ou seja, para a ONU, a essência do problema seria o facto de os rendimentos e impostos devidos pela empresa que explorava os recursos naturais daquela província, a UMHK, serem pagos às autoridades provinciais em detrimento do GCC.

Com base na análise elaborada por Franco Nogueira, Portugal relativizou a questão e tendo em conta um conjunto de considerações directamente relacionadas com o teor da carta do Secretário-geral da ONU, deixou Expresso a posição do governo português.

A primeira consideração dizia respeito ao transporte dos minérios do Catanga através de Moçambique e de Angola. No que diz respeito ao itinerário de Moçambique, Franco Nogueira lembrou a ONU que “*antes de atingir aquele território o referido minério atravessa um terceiro país*”<sup>398</sup>, pelo que o pedido de proibição do transporte dos minérios devia ser feito, em primeira instância, a este. No que concerne ao transporte por Angola, Franco Nogueira, mais uma vez, de forma hábil, contornou a questão: “*O CFB constituía uma empresa privada cuja actividade transportadora, com base em contactos particulares, o governo português não podia intervir*”<sup>399</sup>. O MNE português lembrou também, que manter esta via aberta era de todo o

---

<sup>397</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Carta de Franco Nogueira ao Secretário-geral da ONU, 1963.*

<sup>398</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Carta de Franco Nogueira ao Secretário-geral da ONU, 1963.*

<sup>399</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Carta de Franco Nogueira ao Secretário-geral da ONU, 1963.*

interesse para o GCC e para a ONU. Para os congolese porque era uma forma de poder escoar toda a produção de minérios do Catanga e para a ONU porque seria uma forma de fazer chegar os abastecimentos às tropas que actuavam no terreno.

Franco Nogueira rematou, relembando ao Sr. U Thant que, no passado, Portugal nunca foi ouvido sobre as decisões que aquele secretariado tomou relativamente ao Congo pelo que, nunca, lhe poderia ser atribuída qualquer responsabilidade, nomeadamente, numa matéria que *“nunca mereceu o seu acordo”*<sup>400</sup>.

Para Portugal o problema do Congo seria, essencialmente, político cabendo às autoridades congolese resolve-lo, sendo também esta a interpretação desejada, a dar pela ONU, às leis portuguesas. Situação que, de acordo com o governo português, não se verificava apresentando um conjunto de situações que sustentavam esta declaração: *“como é público e oficialmente admitido, no território vizinho de Angola, encontram-se instalados bases militares de onde estrangeiros têm conduzido ataques contra território português, para o que recebem toda a espécie de auxílio. Não está o governo português consciente de que este facto tenha constituído preocupação das forças da ONU no Congo, nem do Secretariado, não obstante as responsabilidades que lhe cabem de harmonia com a Carta da ONU”*<sup>401</sup>.

No ano seguinte, em 1963, quando a ONU pôs fim à secessão, assistiu-se a um êxodo, em direcção a Angola de milhares de catangueses, dos seus corpos militares e, também, dos aviadores que defenderam o Catanga, com o objectivo de se refugiarem em território angolano.

Mais uma vez verificou-se uma revolta internacional contra o Governo Português exigindo a entrega daqueles indivíduos, situação que Portugal recusou, determinantemente, ao declarar que: *“nos termos da lei internacional, os homens foram desarmados, e estão internados, e inibidos de quaisquer actividades contra o Governo do Congo”*<sup>402</sup>.

O apoio diplomático a Tchombé foi uma realidade e constituiu mais uma prova do envolvimento de Portugal com a questão do Catanga. Apesar de estarmos a falar de um apoio estratégico, que nunca terá sido inocente e que envolvia riscos evidentes<sup>403</sup>, este apoio

---

<sup>400</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Carta de Franco Nogueira ao Secretário-geral da ONU, 1963.*

<sup>401</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Carta de Franco Nogueira ao Secretário-geral da ONU, 1963.* Esta atitude terá sido, segundo o Jornal do Equador “Últimas Notícias” de 4 de Janeiro de 1963, assumida numa conferência de imprensa dada por Franco Nogueira, onde este governante português declarava a intenção de Portugal não apoiar a acção da ONU no Catanga. Esta posição foi expressa em vários jornais da época conforme se pode confirmar. Ver Anexo S (PORTUGAL E A RECUSA À ONU).

<sup>402</sup> NOGUEIRA, *Salazar, O Ataque (1945-1958)*, p.459.

<sup>403</sup> Relembramos que em Junho de 1963 o Governo do Congo reconheceu o GRAE e cortou relações diplomáticas com Portugal. NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p.495.

materializou, para o governo português, mais uma forma de contestação face às pressões internacionais que se faziam contra a política colonial portuguesa.

## **8. Material do Catanga Armazenado em Angola**

Quando a secessão do Catanga terminou, em Dezembro de 1963, foi em Angola que Tchombé procurou acolhimento para os seus homens e para o seu material de guerra. Relativamente a este material devemos ter presente que se tratou de uma enorme diversidade de equipamentos e que terá exigido um grande esforço logístico a Portugal, nomeadamente, aos Comandos Militares de Angola para garantir o seu adequado armazenamento. Este material terá sido sujeito a um apertado controlo quer da parte portuguesa, que tinha a responsabilidade de o guardar, quer da parte catanguesa que fez sempre questão de ter conhecimento de tudo o que tinha a ver com esse mesmo material.

Foi neste contexto que o Comando da Região Militar de Angola montou um sistema de controlo ao longo de toda a fronteira leste com o Congo e criou um comando eventual, o Comando de Evacuação do Catanga (COMEVAK)<sup>404</sup>, com base no Batalhão de Caçadores 261, para organizar e defender este sector da fronteira e receber os apoiantes de Tchombé que iam retirando. Estes elementos, que pertenciam à polícia (gendarmes) e que mais tarde, viriam a constituir as unidades de “Fiéis”, uma das muitas forças irregulares criadas em Angola, entraram por Teixeira de Sousa com o respectivo material, onde formalmente se entregaram às autoridades portuguesas<sup>405</sup>.

Interessa-nos, sobretudo, o destino que terá sido dado a este material e será com base nos relatórios elaborados por comissões eventuais que eram constituídas por militares portugueses e indivíduos da inteira confiança de Tchombé, que tentaremos perceber a dimensão da participação portuguesa nas operações, de apoio a Tchombé, que visavam a recolha e o armazenamento do material que aquele dirigente catanguês utilizou durante a secessão do Catanga.

### **a. Material de Telecomunicações**

Em Janeiro de 1963 deu entrada, em Teixeira de Sousa, por ordem de Tchombé, dois vagões com material de telecomunicações, provenientes de Kolwesi. Este material terá

---

<sup>404</sup> Ver Anexo T (COMEVAK).

<sup>405</sup> GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. IV*, p. 19.

seguido para o Luso, onde ficou sob a responsabilidade do comando militar local. Posteriormente, em Abril, o material foi conferido na presença de um representante de Tchombé, daqui surgiu uma listagem fazendo referência às principais características, ao estado de conservação e ao valor comercial<sup>406</sup>.

O material viria a ser transferido para Luanda face às condições precárias para a arrumação e conservação adequada do material que existiam no Luso. Como seria de esperar o tempo que o material esteve armazenado no Luso provocou avultados danos originando, um dilema para as autoridades portuguesas: guardar apenas o material ou tentar recuperá-lo também. O valor comercial do material, estimado com base no seu estado de conservação, atingia os 2.005.100\$00 mas caso viesse a ser recuperado o seu valor duplicaria<sup>407</sup>.

Para que se perceba o risco que representavam, para Portugal, estas operações importa referir que, relativamente a esta operação, o GCC chegou a entrar em contacto com a Embaixada portuguesa em Leopoldville, exigindo a restituição de todo o material envolvido nesta entrega<sup>408</sup> uma vez que, ao terem tido conhecimento do sucedido viam confirmado os rumores do apoio de Portugal ao Catanga colocando, dessa forma, as autoridades portuguesas numa posição que lhes era impossível negar o referido apoio.

#### **b. Material de Aeronáutica<sup>409</sup>**

Os aviões catangueses recolhidos em Angola e que se encontravam à guarda da 2ª Região Aérea de Angola terão sido, também, conferidos na presença dos representantes de Tchombé, devidamente credenciados para o efeito, tendo sido lavrado um auto de verificação para o efeito<sup>410</sup>.

Dos aviões recolhidos dois deles (*Super – Cub 150 e Piper – Comanche 250*) terão sido desmontados e transportados, por via-férrea, do Luso até ao Lobito, e desta cidade, por via aérea, para Luanda, tendo ficado a montagem à responsabilidade da 2ª Região Aérea.

---

<sup>406</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>407</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963. Importa referir que no relatório a que tivemos acesso fazia referência à listagem deste material em anexo, no entanto, esse anexo não foi possível consultá-lo por não estar junto ao relatório, apenas tivemos acesso ao anexo E (Material do Lobito).

<sup>408</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>409</sup> Ver Anexo U (AVIAÇÃO DO CATANGA - AVIKAT)

<sup>410</sup> Listagem que não foi possível consultar uma vez que era um dos anexos omissos do relatório a que tivemos acesso. Importa referir que relativamente a esta questão dos aviões que tivemos acesso a uma Nota, presume-se da PIDE, que pertencia este processo e que fazia referência ao facto de Tchombé e os seus representantes terem feito alusão à existência em Angola de 14 Aviões “*Mustang*” novos e desmontados. ADN – CX – 4937: Nota.

Posteriormente, em Maio de 1963, na fronteira da Caianda<sup>411</sup>, entrou um outro avião catanguês, “FOUGA”, que foi também desmontado e transportado para o Luso e mais tarde, por via aérea, para Luanda, ficando, por este motivo, à margem daquela relação<sup>412</sup>.

A preocupação das autoridades portuguesas em manter um controlo apertado do material proveniente do Catanga foi permanente ao longo dos anos. Em Maio de 1970 a Secretaria-Geral da Defesa Nacional, em resposta a um ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Setembro de 1969, relativamente à situação do Material do Congo guardado em Angola, solicitava uma decisão sobre o destino a dar aos aviões catangueses que ainda se encontravam à guarda das autoridades portuguesas em Angola<sup>413</sup>. Dessa relação constavam os seguintes aviões: “1 Douglas-DC-3, 3 Havard T-6, 1 Super-Cub 150, 1 Fouga Magister CM 170, 1 Lockheed Loadstar, 1 Dove MK-6, 1 Dolkou F-20 7, 1 Piper TripAcer, 2 Piper Comanche 250”<sup>414</sup>.

### c. Material de Guerra

Foi no Depósito do Grafanil, em Luanda, que foi armazenado grande parte do material de guerra proveniente do Catanga e terá sido, a 7 de Agosto de 1963, perante os representantes de Tchombé, os Capitães Hwambu Antoine e Mboio Floribert e o Tenente Walter, que se procedeu à verificação e inventariação de todo o material do Catanga ali depositado, tendo sido elaboradas listas assinadas por todos os intervenientes. Apesar de não termos tido acesso ao conteúdo destas listagens<sup>415</sup>, pelo título atribuído a cada uma delas podemos constatar o tipo de material que terá ficado armazenado no Depósito do Grafanil oriundo da província do Catanga: “armamento, viaturas e munições; artigos de material aeronáutico; material de telecomunicações; artigos alimentícios; artigos de fardamento e equipamento; explosivos”<sup>416</sup>.

O mau estado de conservação era uma característica comum a todos os artigos que constavam nestas listagens e, com o intuito de minimizar os custos que estavam subjacentes à degradação do material, foram apresentadas propostas, em coordenação com os representantes de Tchombé, para evitar que o material se tornasse inutilizável. Essas

---

<sup>411</sup>Ver Anexo B (ANGOLA COLONIAL).

<sup>412</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>413</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo: *Bens Catangueses 1963-1971*, 1963.

<sup>414</sup> AHD – Maço 1095, PAA, Processo: *Bens Catangueses 1963-1971: Ofício da Secretaria-Geral da Defesa Nacional*, 1970.

<sup>415</sup> Este foi mais um dos anexos do relatório que tem estado a ser referido que estava omisso.

<sup>416</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

propostas foram as seguintes: relativamente ao armamento, viaturas automóveis e material de telecomunicações sugeria-se a sua reparação e respectiva assistência; no que diz respeito aos géneros alimentícios, e por estes serem susceptíveis de deterioração, foi proposto que fossem entregues à Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), para dar assistência aos refugiados; os artigos de fardamento e equipamento foram, também, cedidos à CVP); e os explosivos que face ao perigo que apresentavam, fruto do seu avançado estado de degradação, era urgente procederem à sua destruição<sup>417</sup>.

#### **d. Material Sanitário**

Em Fevereiro de 1963 deu entrada em Angola, através da fronteira de Teixeira de Sousa, dois vagões, oriundos do Catanga, com material sanitário (medicamentos, apósitos<sup>418</sup> e material diverso) que ficaram retidos, durante algum tempo, no Luso para posteriormente serem devolvidos<sup>419</sup>.

Este material, depois de conferido e avaliado num valor estimado de 112.029\$00, terá sido entregue à Farmácia do Estado do Luso, no dia quatro de Julho de 1963. Mais tarde, no dia 30 de Julho, ficou decidido que essa quantia seria creditada a Tchombé por contrapartida a oferecer pelos Serviços de Saúde aos refugiados catangueses<sup>420</sup>.

#### **e. Material de Equipamento Militar**

De Dezembro de 1962 a Fevereiro de 1963 foi desembarcado no Porto do Lobito, com destino à Província do Catanga, 512 fardos e 306 caixas com equipamento militar (Polainitos, panos de tenda, sacos de campanha, cartucheiras, boinas, capas de plástico) e, ainda, 20 rolos de arame farpado<sup>421</sup>.

Em finais de Dezembro dirigiu-se ao Lobito um dos representantes de Tchombé, o Major Muteta, com o intuito de fazer seguir para o Catanga o material até então desembarcado, o que não terá vindo a acontecer, por não ter conseguido disponibilizar a verba necessária para efectuar o pagamento do transporte. Posteriormente e uma vez que não se verificou nenhuma diligência, por parte de Tchombé, para providenciar a expedição do referido material, terá ficado depositado à guarda da Administração do Porto do Lobito.

---

<sup>417</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>418</sup> Material para curativos.

<sup>419</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>420</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>421</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

Só mais tarde, em 19 de Maio de 1963, é que terá sido solicitado, por um dos representantes de Tchombé, o Capitão Hwambu Antoine, que o material fosse levantado no Lobito e encaminhado para junto do que já existia nos depósitos de Luanda<sup>422</sup>.

Este material não terá sido expedido para Luanda, tendo continuado à guarda da Administração do Porto do Lobito; perante esta situação colocou-se um problema: caso o material não fosse levantado pelo destinatário no prazo de um ano teria que ser removido para os armazéns das alfândegas para se proceder à sua venda em hasta pública. Uma vez que, essa venda não era conveniente para os interesses portugueses e também não era oportuno o seu envio para o Catanga, conforme terá sido acordado com Tchombé, a proposta terá sido no sentido de se proceder à remoção do material para o Depósito do Grafanil, local onde já se encontrava armazenado o restante material do Catanga<sup>423</sup>.

#### **f. Combustíveis**

Os combustíveis provenientes do Catanga eram colocados à guarda do Comando do Batalhão de Caçadores 114, no Luso e relativamente ao destino que lhes foi dado importa dizer o seguinte:

- *“2324 bidons de gasolina, de 200 litros cada um, foram vendidos à Móbil Oil Portuguesa, ao preço de 3\$30 o litro, pela quantia de 1.413.590\$00 que terá sido depositada à ordem das autoridades portuguesas para liquidar as despesas referentes à hospedagem dos refugiados catangueses no Luso;*
- *Foram consumidos pelo Batalhão de Caçadores 114, 2000 litros de gasóleo, 3500 litros de gasolina, 200 litros de óleo que ao preço normal para as Forças Armadas, importaria em 21.680\$00. Por despacho de 22/7/63 foi considerada esta importância como compensação pelas despesas efectuadas por aquele Batalhão em transporte de material do Catanga;*
- *Cinco bidons de 200 litros cada, de óleo de aviões, foram cedidos ao Governo do Distrito do Moxico”<sup>424</sup>.*

Em Agosto de 1963 só restavam 255 bidons com 50.526 litros de combustível para aviões a jacto que a Móbil Oil Portuguesa se recusava a adquirir sem o analisar previamente. Terá sido autorizado a esta companhia a recolha de uma amostra de 100 litros

---

<sup>422</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola, 1963.* ADN – CX – 4937: *Informação da PIDE relativamente Ao material armazenado no Lobito, 1963.*

<sup>423</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola, 1963.*

<sup>424</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola, 1963.*

para efectuar a referida análise sendo esta a razão principal para, aquela data, ainda existirem combustível armazenado no Luso<sup>425</sup>.

Durante todo este período o apoio português a Tchombé intensificou-se uma vez que, caso o Catanga conseguisse a independência, poderia estabelecer-se uma nova aliança estratégica que garantiria, a Portugal, na fronteira, o controlo dos grupos que combatiam em Portugal, no entanto, a derrota de Tchombé viria a ser uma das notícias que deixaria Salazar extremamente preocupado.

## **9. Numerário do Catanga em Angola**

Não foi só o pessoal e o material de Tchombé que tiveram permissão para entrar em Angola, para além disso, também entrou para aquele território ultramarino, durante o ano de 1963, muito dinheiro dos cofres do Catanga.

No dia 21 Janeiro de 1963, um avião DC-3 proveniente da província do Catanga, mais propriamente de Kolwesi, pilotado por um belga chamado Jean Ryseghemog, aterrou no Luso para descarregar 60 caixotes, numerados, contendo francos catangueses, que terão ficado à guarda do Comando Militar local. Desses 60 caixotes, 59 terão seguido para Luanda e um outro foi entregue, pelo Comando Militar do Luso<sup>426</sup>, a um tal de Senhor Bartier que representava Tchombé<sup>427</sup>.

Os 59 caixotes com destino a Luanda deram entrada, no dia 31 de Janeiro de 1963, no Banco de Angola tendo e ficaram à ordem do GGA<sup>428</sup>. Antes, porém, procedeu-se à identificação e contagem do dinheiro, tendo a comissão nomeada para o efeito apresentado como resultado a existência de 295 milhões de francos do Banco Nacional do Catanga<sup>429</sup>. Mais tarde, em Fevereiro de 1963, e num período que Tchombé queria demonstrar ao seu povo a sua intocável honestidade, foi solicitado às autoridades portuguesas a devolução daquele dinheiro. A devolução terá sido conduzida pelo Tenente-Coronel Fialho Prego, em Teixeira de Sousa, que assinou a guia de entrega para, posteriormente, todo o dinheiro ser depositado no posto da PIDE daquela localidade. Tchombé foi contactado e a entrega do dinheiro, em mão, foi feita no dia 7 de Fevereiro de 1963, naquele posto e estavam

<sup>425</sup> ADN – CX – 4937: *Informação n.º 61 do Governo-Geral de Angola*, 1963.

<sup>426</sup> AOS – PT-TT: *Informação N.º 66 do Governo-geral de Angola*, 1963.

<sup>427</sup> Contabilista de Tchombé. AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Informação n.º 66 do Governo-geral de Angola*, 1963.

<sup>428</sup> Depois de contado e conferido a comissão nomeada concluiu que se estava perante uma existência de 295 milhões de francos do Banco Nacional do Catanga. AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 6139 do Ministério do Ultramar*, 1963.

<sup>429</sup> AOS – PT-TT: *Informação N.º 66 do Governo-geral de Angola*, 1963.

presentes, para além de Tchombé, o seu contabilista Sr. *Bartier* e, ainda, um elemento da PIDE<sup>430</sup>.

## 10. O Ano de 1964

Podemos dizer que o ano de 1964 foi um ano “quente” no que diz respeito ao relacionamento entre Portugal e o Catanga. Tchombé foi convidado a formar governo e enviou uma nova mensagem a Salazar, invocando as boas relações com Portugal, “*prometendo cooperação, solicitando indulgência perante a delicadeza da sua posição e solicita o regresso dos seus gendarmes fiéis*”<sup>431</sup>. Salazar percebeu bem a importância do momento, para Portugal, e enviou uma carta a Tchombé com “*directivas de Governo e conselhos de um homem de Estado, encarando os problemas do ponto de vista dos interesses e das possibilidades do novo gabinete congolês: é todo um comportamento político que Salazar traça para Tchombé*”<sup>432</sup>.

A evolução dos acontecimentos no Congo revestiam-se, desta forma, de um extraordinário interesse para o nosso país e a eventual derrota de Tchombé e a respectiva tomada do poder pelas forças que se lhe opunham tinha, para Portugal, consequências muito graves. Ao contrário, a consolidação de Tchombé no poder poderia contribuir para uma eliminação, mais rápida, dos movimentos revolucionários em Angola. Pela primeira vez foi dado, ao governo português, a possibilidade de intervir directamente no Congo, nomeadamente, no capítulo do material de guerra, permitindo-nos exercer algum controlo sobre os meios e, inclusivamente, influenciar o curso normal das operações<sup>433</sup>.

Abria-se, desta forma, uma oportunidade para Portugal conduzir a partir de Leopoldville uma matéria que caso não fosse dado a devida atenção poderia agravar a reacção dos outros Estados Africanos, comprometendo irremediavelmente a possibilidade do Presidente Tchombé consolidar e estabilizar a sua posição provocando e ao mesmo tempo, provocou graves prejuízos para os interesses portugueses naquele território africano<sup>434</sup>. Foi neste contexto que em 1964, mais especificamente, a partir do mês de Agosto que se intensificou o envolvimento de Portugal.

---

<sup>430</sup> Um tal de Agente Rocha. AHD – Maço 1095, PAA, Processo 960,16: *Ofício n.º 6139 do Ministério do Ultramar*, 1963.

<sup>431</sup> NOGUEIRA, *Salazar, Vol. IV, A Resistência*, p. 570.

<sup>432</sup> NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1958-1964)*, p. 570. Ver Anexo X (CARTA DE SALAZAR A TCHOMBÉ).

<sup>433</sup> ADN – F-01 – CX – 32: *Auxílio ao Governo do Congo, Ofício n.º 2359 do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola*, 1964.

<sup>434</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama do Ministério do Ultramar para o Governador-geral de Angola*, 1964.

Tchombé chegou mesmo a enviar, em Agosto daquele ano, através da embaixada de Portugal em Leopoldville e face à impossibilidade de enviar um representante seu a Lisboa<sup>435</sup>, uma mensagem ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a solicitar um conjunto de apoios sem os quais seria impossível estabilizar militarmente a situação do Congo. Nessa mensagem, Tchombé, solicitava, em primeiro lugar, apoio logístico, nomeadamente transporte aéreo e ferroviário, para o regresso de todo o material catanglês armazenado em Angola e em segundo lugar insistiu na cedência, empréstimo ou venda, num prazo máximo de 48 horas<sup>436</sup>, de doze aviões de combate equipados com *rockets* ou metralhadoras, pilotados por portugueses<sup>437</sup>. Tchombé numa tentativa hábil de convencer Salazar terminaria a mensagem deixando claro que fazia o pedido de auxílio a Portugal para demonstrar, ao povo congolês, até que ponto Portugal era amigo daquele país<sup>438</sup>.

A resposta de Oliveira Salazar foi imediata e favorável às intenções de Tchombé tornando-se interessante analisar a forma como se operacionalizou este e outros apoios<sup>439</sup>.

#### **a. Material para o Governo de Leopoldville de Tchombé**

Em Agosto de 1964 por despacho do Ministro da Defesa Nacional, Santos Araújo, foi dada ordem para serem entregues na Base Aérea n.º 9, em Luanda, com destino ao Governo de Leopoldville, o seguinte material proveniente do Catanga: 1575 Granadas de Morteiro de 60 mm; 475 Espingardas Automáticas 7,62 mm; 1308 Pistolas-metralhadoras *STERLING*<sup>440</sup>.

Nesse mesmo ofício, Portugal comprometia-se, a título de empréstimo, entregar material de guerra que à partida teria outro destino. Estamos a referir-nos a 995 Espingardas Automáticas 7,62 mm que se destinavam à Região Militar de Moçambique e a 71 Morteiros *INSTALLAZA* de 60 mm que se destinavam à Região Militar de Angola<sup>441</sup>. O material a enviar foi todo discriminado, tendo sido enviado duas cópias à missão militar

---

<sup>435</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama da Embaixada de Portugal em Leopoldville*, 1964.

<sup>436</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama da Embaixada de Portugal em Leopoldville*, 1964.

<sup>437</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem do Ministério de Defesa Nacional para o Comando de Angola*, 1964.

<sup>438</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama da Embaixada de Portugal em Leopoldville*, 1964.

<sup>439</sup> Estes apoios foram fundamentais para ajudar o exército congolês a pôr fim à revolta de *Stanleyville*. NOGUEIRA, *Salazar, Vol. IV*, A Resistência, p. 601.

<sup>440</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Ofício do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola: Transporte de Material para Leopoldville*, 1964.

<sup>441</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Ofício do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola: Transporte de Material para Leopoldville*, 1964.

portuguesa em Leopoldville e uma outra assinada pelas entidades congolezas que se deslocaram a Angola para o conferir e proceder à sua expedição para o Congo<sup>442</sup>.

Toda esta operação foi realizada com o cuidado e o secretismo que caracterizaram todas as acções de apoio a Tchombé por parte de Portugal. Tudo foi coordenado pelos Comandos da Região Militar de Angola e pelo Serviço de Coordenação e Centralização de Informação de Angola (SCCIA) que fizeram chegar o material à Base Aérea N.º 9 em Luanda, e entregaram esse mesmo material às autoridades congolezas que, através dos DC4 da AIR Congo, conseguiram fazer chegar o material ao Congo<sup>443</sup>.

Precisamente este ponto, o local de desembarque do material, terá constituído, nesta altura, mais uma prova da cumplicidade entre Portugal e Tchombé. As divergências entre Tchombé e Mobutu relativamente ao destino do material, bem como às prioridades no transporte do mesmo vislumbravam problemas num futuro muito próximo. Tchombé parecendo antever o futuro, ao contrário de Mobutu, não queria que o destino do material fosse Leopoldville e Portugal, constatando a necessidade de estabelecer uma ligação válida com o Presidente Tchombé, acelerou o processo de nomeação do Tenente-Coronel, Fialho Prego, para a missão militar eventual na embaixada portuguesa em Leopoldville, com o objectivo de conduzir este, e outros processos negociais.

Durante o mês de Agosto de 1964 os pedidos de auxílio ao governo português foram uma constante. Portugal viria a disponibilizar, durante este período, uma grande diversidade de material, nomeadamente: botas, uniformes camuflados, boinas ou bonés Camuflados, 1000 cinturões novos e 2000 usados, 2000 suspensórios, entre outros<sup>444</sup>.

A urgência que estava sempre inerente a estes pedidos colocava inúmeros cuidados às autoridades portuguesas e, neste caso em particular, algumas questões se colocavam. Os *gendarmes* poderiam ser fardados em Angola mas em caso algum poderiam ser armados em território angolano, a solução teria que passar por fazer seguir o material no mesmo comboio mas ser entregue, apenas, em território congolês, nomeadamente, em Dilolo<sup>445</sup>. Estas operações, face à sua especificidade, o seu planeamento era levado até ao ínfimo pormenor identificando, muitas das vezes, aspectos que não eram da responsabilidade do

---

<sup>442</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Ofício do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola: Transporte de Material para Leopoldville*, 1964.

<sup>443</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Ofício do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola: Transporte de Material para Leopoldville*, 1964.

<sup>444</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem n.º 7278 e 7312: Do Comando de Angola para o Ministério de Defesa Nacional*, 1964.

<sup>445</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem n.º 007/6801: Do Ministério de Defesa Nacional para o Comando de Angola*, 1964.

governo português<sup>446</sup>. Colocar estes homens junto à fronteira, armados e equipados, eram operações melindrosas que decorriam nos seguintes moldes:

- “O transporte dos gendarmes dos campos onde estavam acantonados para as estações do CFB (Luso e Lumege) era feito utilizando viaturas militares portuguesas de transporte auto;
- O transporte do equipamento e fardamento de Lobito para o Luso e Lumege através do CFB;
- O transporte do armamento de Luanda para o Luso através dos aviões da Força Aérea Portuguesa;
- Por levas os gendarmes acompanhados do respectivo equipamento chegavam a território congolês (Dilolo ou Kamina) através do CFB. O material apenas era distribuído em território congolês;
- Fornecia-se aos gendarmes rações de combate para dois ou três dias”<sup>447</sup>.

Em 1964, a operação de evacuação dos refugiados para a Província do Catanga terminou no dia 15 de Setembro desse mesmo ano com a passagem da fronteira, em Teixeira de Sousa, do último contingente de refugiados. A operação decorreu de acordo com o ritmo que apresentamos: “11 de Setembro 372 homens; 12 de Setembro 632 homens; 13 de Setembro 414 homens; 14 de Setembro 609 homens; 15 de Setembro 301 homens”. A operação terá decorrido sem grandes problemas tendo o grupo dos refugiados seguido para Kolwesi<sup>448</sup>.

## b. Cedência de Aviões

A cedência de aviões por parte de Portugal ao Catanga iniciou-se assim que começou a secessão, tendo sido fornecido à AVIKAT um *Lockheed Lodestar ex -DETA* (CR-AEP), dez NA T – 6 adquiridos na Bélgica à empresa *Cogea* e dois *De Havilland Vampire* (5801 e 5802)<sup>449</sup>.

Quando Tchombé se tornou primeiro-ministro do Congo verificou-se um incremento nas relações com Lisboa. Terá sido nos dias sete e a oito de Agosto de 1964

---

<sup>446</sup> Nesta operação, em particular, achou-se por bem relembrar as autoridades congolêsas que era importante pensar na alimentação dos homens até *Dilolo*. ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem n.º 007/6801: Do Ministério de Defesa Nacional para o Comando de Angola*, 1964.

<sup>447</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem n.º 6922: Do Comando de Angola para o Ministério de Defesa Nacional*, 1964.

<sup>448</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama do Governador-Geral de Angola relativo ao assunto dos refugiados catangueses*, 1964.

<sup>449</sup> VIDAL, João Machado, *As Guerras do Congo*, p.41. In AAVV Revista da Força Aérea Voar Mais Alto de n.º Agosto/Setembro do ano de 1998. Como nota final do artigo João Vidal alerta para o facto de todos os Oficiais do Exército português entrevistados preferiram manter o anonimato o que, demonstra bem a forma secreta como todos esses assuntos relacionados com o Catanga foram tratados.

que o Ministro da Defesa Nacional, Santos Araújo, assinou<sup>450</sup> os despachos que autorizavam o envio para o Congo de quatro aviões T-6<sup>451</sup> (1622, 1671, 1684 e 1709)<sup>452</sup>, após a missão militar portuguesa<sup>453</sup>, em Leopoldville, apurar as reais possibilidades de uma eficiente utilização por parte do governo congolês. A preocupação em ocultar todas estas acções de cooperação foi sempre uma constante por parte das autoridades portuguesas e esta, em particular, foi um bom exemplo disso. Podia-se ler, nos despachos do Ministro da Defesa, que deviam ser retirados dos aviões todas e quaisquer marcas que pudessem identificar a sua origem e também, os sistemas de lançamento de *rockets*, numa perspectiva de rentabilização dos meios operacionais disponíveis<sup>454</sup>.

A operação processou-se com a participação directa da missão militar portuguesa em Leopoldville tendo em conta os seguintes procedimentos: o aeródromo de destino dos aviões seria Ndolo uma vez que era aquele que garantia as melhores condições de segurança para os aviões e para as tripulações; os aviões deveriam ser pilotados por cubanos ao serviço da Força Aérea do Congo; os aviões deveriam ser acompanhados de equipamento e sobressalentes, armados e prontos a entrar em acção; e deveria ser enviado um táxi aéreo no mesmo dia da chegada dos T-6 com o objectivo de promover o regresso das tripulações<sup>455</sup>.

Importa ainda referir que relativamente a esta matéria e durante este período Portugal não cedeu apenas aviões de combate, terá também cedido, a pedido de Tchombé, aviões de transporte. Dentro das suas possibilidades Portugal forneceu dois aviões de transporte C54 (B/6608 e D/6604)<sup>456</sup> que terão chegado a Luanda um no dia 26 e outro no

---

<sup>450</sup> Este despacho surge após a decisão de Oliveira Salazar que de acordo com urgência solicitada só disponibilizou quatro aparelhos T-6. ADN – F – 01 – CX – 32: *Telegrama da Embaixada de Portugal em Leopoldville*, 1964. É curioso constatar que Franco Nogueira na sua obra escreve que: “(...) Salazar após consultar Santos Araújo concordou em fornecer 12 pequenos Aviões”. NOGUEIRA, *Salazar, A Resistência (1954-1968)*, p. 577.

<sup>451</sup> Os aviões seguiram de Luanda no dia 10 de Agosto de 1964 pelas 12 horas em direcção a Leopoldville. ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem do Ministério do Ultramar para o Comando de Angola*, 1964

<sup>452</sup> VIDAL, *As Guerras do Congo – Portugal e a Aviação*, p.41. In AAVV Revista da Força Aérea.

<sup>453</sup> Esta missão militar era chefiada pelo Tenente – Coronel Francisco Maria Rocha Simões que mais tarde foi substituído pelo Tenente – Coronel de Infantaria João de Madureira Fialho Prego que era o Comandante Militar de São Tomé, actuava convenientemente e oportunamente junto do Governo de Tchombé com o intuito de valorizar o apoio português e procurar explorar todas as situações que se apresentassem favoráveis ao problema à política portuguesa para o ultramar. Trabalham na dependência directa do Ministro da Defesa Nacional. ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem n.º 6593 do Comando de Angola para o Ministério de Defesa Nacional*, 1964.

<sup>454</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Ofício n.º 2145 do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola*, 1964.

<sup>455</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Ofício n.º 2145 do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola*, 1964. Estes aviões seguiram para solo congolês no dia 10 de Agosto de 1964 pelas 12 horas. ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem do Comando de Angola para o Ministério da Defesa Nacional*, 1964.

<sup>456</sup> VIDAL, *Guerras do Congo*, p. 41. In AAVV Revista da Força Aérea

dia 29 de Novembro de 1964. De Luanda deveriam ser conduzidos por tripulações congolêsas sem antes porém lhes serem retirados todas as marcas portuguesas<sup>457</sup>.

## 11. Apoiar o Regresso de Tchombé

Com o fim da secessão e a consequente derrota de Tchombé tornava-se imprescindível, para Portugal, que aquele dirigente catanguês não deixasse de participar, activamente, nos destinos políticos do Congo.

Em 1963, o relacionamento diplomático de Portugal com o Governo Central do Congo começou a tornar-se insustentável, levando Portugal a ponderar uma política de hostilização que contemplasse, inclusivamente, “*eventuais medidas de represália contra o Congo*”<sup>458</sup>.

Essas medidas, que terão sido sugeridas pelo Comandante da 2ª Região Aérea de Angola, passavam por acções de represália visando as zonas de jurisdição do Governo Central congolês, infra-estruturas de interesse geral para o Congo e pessoas, materiais e instalações, em território estrangeiro, dos partidos políticos hostis aos interesses de Portugal. Estas acções seriam operacionalizadas, no terreno, através da sabotagem das vias-férreas em território congolês e sabotagem dos campos de treino, delegações e sedes daqueles partidos políticos<sup>459</sup>.

A viabilidade destas acções dependia, em grande parte, de dois pontos fundamentais: A colaboração da Rodésia e da África do Sul e, ainda, Moisés Tchombé tendo em conta que seriam os seus homens a executar a parte mais delicada destas acções sugeridas<sup>460</sup>. É a partir deste ponto que devemos enquadrar a necessidade que Portugal, desde cedo manifestou, de fazer regressar Tchombé ao Catanga para poder continuar a alimentar uma situação de instabilidade generalizada naquele território e que tanto interesse tinha para Portugal.

---

<sup>457</sup> ADN – F – 01 – CX – 32: *Mensagem do Ministério da Defesa Nacional para o Comando de Angola*, 1964.

<sup>458</sup> A sugestão baseava-se nos seguintes pressupostos: o Congo era para dividir e não para considerar como entidade política única; o Governo Central do Congo, único que era hostil a Portugal, exercia um controle precário sobre as províncias e os respectivos governos e autoridades; devia-se evitar o perigo de qualquer conflito declarado que pudesse envolver forças estranhas ao Congo; Portugal não devia esquecer as suas reais possibilidades. ADN – CX – 4937: *Ofício da Presidência do Conselho sobre eventuais medidas de represália contra o Congo*, 1963.

<sup>459</sup> Também terá sido ponderado a suspensão das trocas comerciais na área de *Leopoldville* no entanto, esta medida, terá sido posta de parte uma vez que conduziria a uma deterioração das relações com os governos provinciais e autoridades locais do Congo, uma vez que eram precisamente estas trocas comerciais que obrigavam o bom relacionamento das autoridades locais congolêsas com Angola. ADN – CX – 4937: *Ofício da Presidência do Conselho sobre eventuais medidas de represália contra o Congo*, 1963.

<sup>460</sup> ADN – CX – 4937: *Ofício da Presidência do Conselho sobre eventuais medidas de represália contra o Congo*, 1963.

Por outro lado, a presença da ONUC no Congo tornava impossível a ocupação do Catanga com os refugiados catangueses, que estavam em Angola, para tomar conta daquele país. Vislumbrava-se, portanto, um regresso unicamente viável pela via democrática, ou seja, através de eleições. Mas, com ou sem eleições, a avaliação portuguesa relativamente ao ressurgimento de Tchombé na vida política do Congo partia de um pressuposto: “*para Tchombé entrar, novamente, na vida política do Congo carecia sempre de uma espécie de guarda “pretoriana” da sua inteira confiança*”<sup>461</sup>. Eventualmente, terá sido a partir desta ideia que Portugal terá garantido a legitimidade, que lhe faltava, para apoiar os mercenários belgas que enquadravam os refugiados catangueses sabendo que, caso viesse a ser do conhecimento público, teria grandes e imprevisíveis repercussões internacionais.

Tchombé chegou, como sabemos, ao poder em 1964 mas, no ano seguinte, foi deposto por Mobutu e a ânsia portuguesa para o fazer regressar voltou a manifestar-se. Em 1966 a PIDE organizou, neste contexto, uma operação, denominada *Operação Tchombé*, para proporcionar o regresso de Tchombé ao Catanga. Para percebermos melhor a dimensão do envolvimento de Portugal torna-se fundamental analisarmos este golpe, de forma detalhada, e para isso recorreremos à investigação desenvolvida pelo Dr.<sup>a</sup> Dalila Cabrita Mateus sobre o papel da PIDE na Guerra Colonial.

A 19 de Julho, na sede da PIDE, em Lisboa teve lugar uma reunião que tinha como objectivo coordenar todos os pormenores da referida operação, estiveram presentes delegações dos serviços secretos sul-africanos, belgas e representantes de Tchombé<sup>462</sup>. Na operação participariam grupos de mercenários na sua maioria sul-africanos e rodesianos comandados pelo coronel Hiena Peeters, cuja colaboração foi garantida através de *Max Dumas* dos serviços secretos da Rodésia, franceses comandados por Bob Denard, espanhóis e, ainda, belgas comandados pelo general Del Perdange que terão recebido ordens do seu Governo para não participarem. A CIA teve também parte activa garantindo a neutralidade da aviação do Congo<sup>463</sup>.

Em termos de dispositivo estiveram disponíveis para a operação, em Lisboa 100 homens e um avião DC7; na Bélgica um DC7; na Rodésia fardamentos, dois aviões; e em Luanda estava o armamento necessário para a operação. No que diz respeito ao material de guerra, para a execução desta operação, devemos salientar que terá sido a Norte

---

<sup>461</sup> ADN – CX – 4937: *Relatório do Major Pedro Cardoso relativo ao encontro com Tchombé*, 1964.

<sup>462</sup> GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial*, Vol. VII, p. 101.

<sup>463</sup> Em termos de quantitativos seriam 300 homens da Rodésia e da África do Sul, 200 franceses, 60 espanhóis, 250 belgas. MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial – 1961-1974*, p. 181.

Importadora a principal fornecedora<sup>464</sup>, confirmando, uma vez mais, dois aspectos importantes: primeiro, a estreita relação entre esta empresa e o movimento liderado por Moisés Tchombé e, o segundo aspecto prende-se com o facto do governo português ter tido conhecimento desta actividade comercial e nada ter feito para as impedir, uma vez que, essas actividades contribuíram para a consecução dos objectivos da política colonial portuguesa.

O plano da operação passava por fazer chegar a Lisboa o DC7 estacionado na Bélgica para onde embarcavam os cem homens que aí se encontravam com destino a Luanda, o *Super Constellation* estacionado em Lisboa iria às Canárias para efectuar o embarque de Tchombé que pretendia, também, chegar a Luanda e, finalmente, os aviões que estavam na Rodésia voariam em direcção a Luanda e, caso fosse necessário, estariam disponíveis para ir a Lisboa levantar mais material<sup>465</sup>.

A operação abortou, segundo fontes oficiais, por uma fuga de informação que teria alertado Mobutu. Julga-se que a verdadeira razão terá sido a oposição dos países ocidentais, de quem Mobutu se tinha aproximado e a quem teria garantido a protecção dos seus interesses<sup>466</sup>.

O resultado e as consequências para Portugal, terão sido imediatas, Mobutu, em Julho de 1966, teve que lidar com uma revolta de mercenários e a embaixada de Portugal em *Kinsbasa*<sup>467</sup> foi assaltada e saqueada, o Congo corta relações com Portugal e as Nações Unidas apresentam queixa por existirem dados que garantem a existência de mercenários em Angola<sup>468</sup>.

## 12. O Episódio da Visita de 1965

Em meados de 1965, viviam-se tempos de instabilidade no Congo e constava-se, em Lisboa, que se preparava um golpe de Estado contra Tchombé. Este, que em Maio negociou, em Lisboa, um crédito de 12 milhões de dólares para comprar armamento e que, posteriormente, garantiu a ajuda financeira e militar por parte da França<sup>469</sup>, encontrou-se

---

<sup>464</sup> MATEUS, *A PIDE na Guerra Colonial*, p. 181.

<sup>465</sup> MATEUS, *A PIDE na Guerra Colonial*, p. 182.

<sup>466</sup> GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VI*, p. 36.

<sup>467</sup> Anteriormente *Leopoldville*.

<sup>468</sup> MATEUS, *A PIDE na Guerra Colonial*, p. 182. Em Setembro, Tchombé voltou a propor ao Governo português uma nova intervenção armada, no dia 15 de Outubro. Escreveu a Salazar que tinha apoios na Rodésia, em França e na Bélgica, mas desta vez, Salazar não quis arriscar. GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. 7*, p. 102.

<sup>469</sup> GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VI*, p. 96.

com o Embaixador português em Paris, Marcello Mathias, e terá manifestado a sua intenção de visitar Oliveira Salazar, nos seguintes termos: *“é meu propósito ir dentro em pouco a Portugal. Desejaria ver o Presidente Salazar, tenho para com ele uma grande dívida de gratidão pelo que tem feito pelo Congo e por mim; e quero pedir-lhe conselho para minha orientação”*<sup>470</sup>.

No dia sete de Junho parte de Lisboa um avião militar português para Madrid, em missão secreta, com o objectivo de transportar, para Lisboa, Tchombé que se encontra com Salazar, em Lisboa, ao princípio da noite daquele dia. Desse encontro registamos o nervosismo, a apreensão e o pessimismo de Tchombé e, por outro lado, a firmeza de Oliveira Salazar em manter o auxílio que Portugal lhe tinha proporcionado até àquele momento<sup>471</sup>.

Mas a intenção de manter este encontro debaixo de um secretismo absoluto ficou apenas pela intenção. Na realidade algo falhou e passados poucos dias várias agências noticiosas internacionais publicavam os pormenores de uma eventual vinda de Tchombé a Lisboa, facto que terá irritado, imenso, o ainda Primeiro-Ministro congolês<sup>472</sup>. Se por um lado, Tchombé não teve outra saída se não negar prontamente a sua viagem<sup>473</sup>, por outro, Salazar terá feito o seguinte comentário: *“a espionagem que cerca os passos do presidente Tchombé é tal que ou ele tem de desistir de vir a território português ou a sua vinda será conhecida. Por mim, nunca desejo que venha e se exponha, pois que por intermédio de outras pessoas podemos saber o seu pensamento ou atitudes. Era difícil porém dizer-lhe que não seria recebido, quando o seu propósito era agradecer ao governo português o apoio que lhe tem dado, tão discretamente que em geral não é conhecido”*<sup>474</sup>.

Este episódio, segundo a nossa análise, terá sido o mais insólito de todos aqueles que terão existido no sentido de negar, perante a opinião pública internacional, aquilo que era mais do que óbvio: o apoio explícito e continuo de Salazar a Tchombé. Este, quando chegou a Elisabethville, indiciando algum desespero, caiu no ridículo de fazer uma declaração a atacar Portugal e colocando-se, ao mesmo tempo, ao lado dos movimentos africanos pró independência nas províncias de Angola e de Moçambique<sup>475</sup>.

É fundamental para o nosso trabalho, antes de terminar a nossa investigação, demonstrar, de uma vez por todas, a ideia de que esta história do apoio de Portugal ao movimento personificado por Moisés Tchombé não terá passado de mais uma campanha

---

<sup>470</sup> Cit. por NOGUEIRA, Franco, *Salazar, O Último Combate, (1964-1970)*, p. 51.

<sup>471</sup> NOGUEIRA, *Salazar, O Último Combate*, p. 51.

<sup>472</sup> Ver Anexo Z (VISITA DE TCHOMBÉ A LISBOA)

<sup>473</sup> Ver Anexo Z (VISITA DE TCHOMBÉ A LISBOA)

<sup>474</sup> NOGUEIRA, *Salazar – Vol. VI, O Último Combate*, p. 52.

<sup>475</sup> AHD – Maço 1093, PAA, Processo 960,16: *Informação da Embaixada de Portugal em Copenhaga: Tchombé ataca Salazar, 1965*. Em Setembro, Tchombé voltou a propor ao Governo português uma nova intervenção arma

internacional contra Portugal e, muito particularmente, contra a pessoa que, na opinião de muitos, punha em causa a unificação do Congo. Antes pelo contrário, Portugal foi discreto para evitar situações delicadas, no entanto, este *modus operandis* foi estrategicamente premeditado, por ambos os lados, e caracterizou, no que diz respeito a Portugal, uma das principais vertentes da política ultramarina portuguesa, em termos de combate aos movimentos subversivos que actuavam em Angola.

### **13. O Epílogo**

A orientação da política portuguesa, para África, foi sempre no sentido de colocar em causa o projecto de uma África independentista idealizada pela OUA e, terá sido, com este referencial que, em Janeiro de 1967, Salazar terá tido a última aproximação a Tchombé.

O líder catanguês, que estava exilado em Madrid, enviou uma carta a Salazar informando-o que estava planear, novamente, a tomada do Governo, para o efeito, tinha o apoio da Rodésia que lhe garantia uniformes, abastecimentos e transporte para os mercenários. Lisboa apenas tinha que autorizar a utilização de uma base angolana para, a partir daí, se lançasse o ataque. Portugal apercebendo-se que Tchombé tinha apoios em França e na África do Sul prontificou-se uma vez que era urgente controlar a fronteira norte de Angola e a vitória de Tchombé dava-lhe essa garantia<sup>476</sup>.

O plano passava por criar, em Kinshasa, um estado de insegurança através de sabotagens, propaganda, perturbações de ordem pública e, ainda, a eliminação de elementos da confiança de Mobutu, de modo a que este se visse forçado a chamar à capital congoleza o grosso das suas forças em prejuízo das guarnições do interior, obtido este efeito efectuava-se a revolta armada a partir do Catanga<sup>477</sup>.

Para o sucesso desta operação contavam com o seguinte: o descontentamento da população; as forças da *gendarmérie* catanguesas; as forças mercenárias comandadas por Jean Schrame; e o licenciamento de Bob Denard. Portugal, em virtude da sua posição fragilizada, não podia apoiar directamente mas, no entanto, terá garantido o fornecimento do material de guerra necessário à consecução da mesma<sup>478</sup>.

Esta operação, apelidada de “A Revolta dos Mercenários”, não chegou a concretizar-se porque a 30 de Junho, inesperadamente, Tchombé foi preso, levado para a

---

<sup>476</sup> GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VIII*, p. 95.

<sup>477</sup> AHD – Maço 1093, PAA, Processo 960,16: *Informação n.º 30/67 da PIDE, Delegação de Angola, 1967.*

<sup>478</sup> AHD – Maço 1093, PAA, Processo 960,16: *Informação n.º 30/67 da PIDE, Delegação de Angola, 1967.*

Argélia, e depois de dois anos de encarceramento faleceu, supostamente, de um ataque de Coração<sup>479</sup>.

---

<sup>479</sup> Mais tarde, em Agosto, Portugal organizou uma outra operação que tinha como nome de código “Operação Lúcifer” com um pequeno efectivo de mercenários europeus comandados por Bob Denard. Estes homens deviam entrar pelo Catanga de bicicleta, romper o cerco e juntarem-se às tropas de Shrame. A operação que pretendia substituir Mobutu por um dos irmãos de Tchombé foi mais uma vez um fracasso. GOMES; AFONSO, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VIII*, p. 97.

## CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho procurámos analisar as relações entre Portugal e o Catanga, materializada nos seus líderes políticos, especificamente, Oliveira Salazar e Moisés Tchombé. Da investigação que conduzimos ficou demonstrado que a atitude dos responsáveis portugueses foi sempre orientada para a necessidade de garantir a manutenção do Império Ultramarino português.

Imediatamente após a declaração da independência da Província do Catanga, no dia 11 de Junho de 1961, Portugal e o Catanga intensificaram as suas relações no sentido de se apoiarem mutuamente na concretização dos objectivos de ambos os regimes. O líder político catanguês, Tchombé, pretendia uma Confederação de Estados Livres com o apoio dos países ocidentais e Salazar queria combater, na sua origem, os movimentos subversivos que actuavam em Angola.

Para Tchombé combater o Governo Central do Congo e a influência comunista, que recaía sobre o regime, era vital. Para concretizar esse objectivo o conceito deste político era simples: garantir a independência da sua província de forma a desenvolver, num cenário de cooperação com os europeus, um ambiente de prosperidade para a sua Província.

Para o governo português, a independência do Congo Belga representava uma séria ameaça à manutenção eficaz da luta contra-subversiva em Angola. Um governo africano, dirigido por negros, que desse liberdade de acção aos movimentos subversivos e que, dessa forma, ameaçasse um dos territórios considerados essenciais para o regime era tudo o que Portugal não queria.

Os objectivos estratégicos portugueses, para aquela região do continente africano, eram óbvios: numa primeira fase tentou-se alimentar uma luta regional que mantivesse ocupado o governo central do Congo e, ao mesmo tempo, que destabilizasse a acção das Nações Unidas; posteriormente, tentou-se influenciar, a todo o custo, a manutenção de Tchombé no poder, mesmo reconhecendo que isso agravaria a hostilidade internacional contra o regime. Por conseguinte, sendo necessário aplicar todos os meios que garantissem atingir os objectivos favoráveis à estratégia portuguesa, foi desenvolvido um modo de acção integrado, através da aplicação dos instrumentos políticos, diplomáticos, económicos e militares, para apoiar Tchombé, garantindo dessa forma, o controlo de toda a fronteira norte e leste de Angola.

Salazar pretendia concentrar todos os meios possíveis para fazer perpetuar, o mais possível, a manutenção de Tchombé à frente dos destinos do seu país, esgotou todas as possibilidades de o fazer, inclusivamente, não esquecendo os seus dotes de professor, escreveu ao líder catanguês, quando este dava os primeiros passos como Primeiro-ministro do Congo, e, de uma forma pedagógica, mostrou-lhe as decisões políticas que teria que tomar para estabilizar a situação política do seu país e, dessa forma, consolidar a sua posição como principal condutor dos destinos do seu país. Por sua vez, Tchombé, em África, perante a hostilidade dos movimentos nacionalistas e revolucionários não tinha outra saída se não a cooperação com aqueles em que a influência dos países europeus ainda se fazia sentir, Portugal, RAS e a Rodésia.

Podemos afirmar que entre Salazar e Tchombé foi desenhado um plano de apoio ao Catanga que teve como referencial o instrumento político e diplomático a partir de Lisboa, de Luanda, na ONU e, ainda, junto das embaixadas portuguesas, ou seja, em todos os fóruns onde fosse possível e necessário defender o Catanga.

É neste contexto que se desenvolveram e aprofundaram as relações entre Portugal e o Catanga, e que motivou a adopção, por parte de Portugal, de um *modus operandis* típico da corrente realista, assumindo como pilares, no âmbito da política externa, o interesse nacional e a capacidade para reconhecer que, num ambiente hostil, a primeira preocupação do Estado é garantir a sua própria segurança, socorrendo-se do poder como a arma que materializa a capacidade de influenciar o desenrolar do “jogo” jogado no sistema político internacional, de acordo com os seus interesses.

Tendo em conta a questão central que identificámos para este estudo: **“Face à frágil posição internacional de Portugal, porquê o apoio a Moisés Tchombé entre 1960 e 1967? E de que forma foi operacionalizada?”**. A resposta à mesma parece-nos óbvia, perante aquilo que foi a orientação da política externa portuguesa durante o Estado Novo, o interesse irrenunciável pela manutenção do império, ou seja, de acordo com Franco Nogueira seria o *“respeito pelo perfil histórico da nação”*.

No período que se estudou, este objectivo estava intimamente ligado à manutenção do regime autoritário personificado na pessoa de Oliveira Salazar e este, por sua vez, não abdicava de colocar Portugal, num papel de destaque, na defesa dos interesses ocidentais em África e no Mundo. E, por este motivo, era impensável, para o Estado Novo, imaginar a sua sobrevivência sem a manutenção do império ultramarino.

As alterações que se registaram com o fim da 2ª Guerra Mundial não suscitaram, em Oliveira Salazar, a necessidade de introduzir qualquer alteração à sua orientação política, mesmo quando o centro de gravidade do sistema político internacional deixou de ser a Europa. Tendo como pano de fundo a Guerra Fria, Portugal, com entrada na OTAN, obteve uma posição privilegiada nesse sistema, fruto do valor dos factores geoestratégicos que a sua posição geográfica lhe garantia, no entanto, Portugal viria a sentir enormes dificuldades na manutenção da sua política colonial no seio da ONU, mesmo por parte daqueles que constituíam os seus tradicionais aliados, nomeadamente, os EUA. O governo português não reconhecia a ONU, em matéria colonial, como uma organização com legitimidade para ordenar o sistema político internacional, uma vez que a considerava um instrumento das grandes forças com peso mundial e, também, porque punha em causa o que estava prescrito na Constituição Portuguesa de 1933, revista em 1951, que era o carácter unitário dos vários territórios ultramarinos que compunham a nação.

Em África Portugal enfrentou grande hostilidade por parte da OUA e dos movimentos nacionalistas e revolucionários, deixando-lhe como única saída a cooperação com a RAS e a Rodésia e, ainda, com todos os movimentos que perspectivassem uma eventual aproximação a Portugal para poderem chegar ao poder, tal como veio a acontecer com o movimento de secessão do Catanga.

A Independência do Congo Belga deixou às portas de Angola um país que poderia tornar-se, tal como se veio a verificar, mais tarde, numa importante base de apoio para os movimentos que começavam a intensificar a luta subversiva, desde o início dos anos sessenta, em Angola. Desta forma, Portugal só tinha a ganhar com um regime que, pelo menos, lhe garantisse a fiscalização do norte e, muito particularmente, da fronteira leste de Angola no combate à livre circulação dos elementos que pertenciam aos movimentos revolucionários. Por conseguinte, o Catanga de Tchombé servia perfeitamente os interesses portugueses em África.

Desta forma, na Europa Ocidental, o ambiente político da Guerra Fria e o valor estratégico de Portugal, muito à custa dos Açores, davam algum conforto a Salazar, apesar da contestação que vinha da ONU. Em África era possível reforçar a posição portuguesa a partir da manutenção de Tchombé à frente do Congo, tornando-se necessário pôr em prática um plano integrado que o apoiasse.

Para influenciar os acontecimentos, nesta região de África, e proteger os seus interesses, o governo português serviu-se da sua capacidade de influência na região que o

poder que a geografia e, muito particularmente, o Caminho-de-ferro de Benguela lhe garantia: permitir o acesso, mais rápido e menos dispendioso, do Congo ao Oceano Atlântico. Para além disso, o governo português utilizou de forma sinérgica os instrumentos de poder, com a diplomacia e o apoio militar em destaque.

Este “trunfo” permitiu garantir um apoio que terá sido decisivo para Tchombé: numa primeira fase, como meio de transporte de quase todo o equipamento necessário para armar e equipar os gendarmes catangueses, proveniente de Luanda e da metrópole, mais tarde, em 1963, no final da secessão, serviu para recolher, para Angola, os refugiados catangueses e o material que os equipou, posteriormente, em 1964, voltou a ser fundamental nas operações que tinham como objectivo o regresso, para o Catanga, desses elementos juntamente com o seu material.

O valor do acesso ao mar foi de tal forma determinante que serviu, também, como um forte trunfo diplomático, perante as investidas hostis do Governo Central do Congo, face à dependência deste país, relativamente a Angola, em fazer escoar e receber os bens e produtos essenciais à sobrevivência da economia congoleza. Daqui ressalta a importância estratégica do Caminho-de-ferro de Benguela factor que a diplomacia portuguesa soube habilmente utilizar como fonte de poder.

A diplomacia, personificada essencialmente em Franco Nogueira, tendo em conta os objectivos delineados, foi um dos instrumentos de maior realce. Este terá sido a personagem central nas relações entre Lisboa e a ONU, desempenhando um papel fundamental na defesa dos pontos de vista do governo português. Também devemos salientar as conferências de imprensa que efectuou e as interpelações ao Secretário-Geral da ONU, que ao serem publicitadas pelos órgãos de comunicação social, terão constituído uma excelente forma de pressionar aquela organização, que na altura, ousava por em causa as opções estratégicas de Portugal, em termos de política colonial.

A questão do Catanga terá sido, eventualmente, aquela em que Portugal se envolveu mais, em termos de apoio militar. Portugal contribuiu, declaradamente, para fardar e equipar os gendarmes catangueses fornecendo-lhes toda a espécie de armamento ligeiro e pesado, obsoleto ou em excesso perante as necessidades do Exército Português, aviões de combate e de transporte, uniformes e rações de combate.

Relativamente às transacções comerciais que visavam a venda de armamento ao Catanga, muitas delas, realizadas por intermediários privados portugueses, foi feito com o

conhecimento e a convivência do governo português e, em algumas destas transacções, terá mesmo participado activamente, como intermediário.

Outra componente do apoio militar que Portugal forneceu diz respeito ao envolvimento dos Comandos Militares de Angola nas operações de recolha e armazenagem do pessoal e equipamento catanguês. Foram operações gigantescas que duraram imensos dias e que exigiram, nomeadamente às unidades que pertenciam ao COMEVAK, um esforço logístico enorme. Os Depósitos do Grafanil e do Lobito serviram para armazenar todo o tipo de material de guerra recolhido, as Bases e os Aeródromos angolanos receberam os aviões da AVIKAT, os aquartelamentos da região do Luso receberam milhares de refugiados, combustíveis, material sanitário, entre outros.

Em termos económicos, Portugal também deu o seu apoio, para além de ter autorizado a utilização do Banco de Luanda para guardar dinheiro, proveniente dos cofres do Catanga e de ter negociado um crédito de 12 milhões de dólares para compra de armamento, Portugal viu no Catanga uma “porta aberta” para as exportações portuguesas e para a implementação de empresas portuguesas naquela longínqua região africana.

Tchombé sempre viu “com bons olhos” este interesse que a sua próspera província suscitava em eventuais investidores europeus, e foi a partir desta ideia que Portugal aproveitou para introduzir, na administração catanguesa, elementos portugueses através do envio de quadros técnicos e outros funcionários tendo sempre como referencial a política africana de Portugal.

A título de conclusão podemos afirmar que Portugal esteve profundamente envolvido na maioria dos acontecimentos que marcaram a independência do Catanga, foi um relacionamento que trouxe inúmeros benefícios para ambos e, do ponto de vista português, serviu, fundamentalmente, para desestabilizar o Congo e para negociar contrapartidas essenciais para combater os movimentos subversivos que actuavam em Angola.

Pensamos que, com a desclassificação de alguns maços no AHD do MNE, se acrescentou algum valor em relação ao conhecimento que já se dispunha sobre este assunto e que tanto interesse tem para a história da diplomacia portuguesa. Tentámos, por este motivo, detalhar o mais possível os acontecimentos que marcaram as relações entre Portugal e o Movimento de Secessão do Catanga, durante o período analisado.

A investigação que realizámos poderá suscitar a necessidade de se fazer um estudo mais aprofundado das relações de Portugal com o Congo, nomeadamente a partir do

último exílio de Tchombé até ao fim do Estado Novo. Com a mudança de líderes políticos em ambos os regimes, Mobutu no Congo e Marcelo Caetano em Portugal, seria interessante determinar como se caracterizou, na esfera político-diplomática, o relacionamento entre estes dois líderes históricos. Este trabalho poderia constituir mais um importante contributo para a história da diplomacia portuguesa.

Falhas detectadas neste trabalho devem dar azo a posteriores investigações, bem como a comentários sobre essas mesmas lacunas. Esperamos ter contribuído com uma peça importante para o estudo da história da política e da diplomacia portuguesa.

Aqui fica o nosso contributo!

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1. Fontes**

- Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.  
PAA – Maços: 1095; 1093; 1085; 48; 46; 45.
- Arquivo de Defesa Nacional.  
Caixas: 5560.1; 4937; 4328.1; 30; 32; 190.
- Arquivo Oliveira Salazar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.  
AOS/D-N; AOS/C; AOS/D-J; AOS/D-M; AOS/D-N; MI-DGAPC.

### **2. Fontes Impressas**

- **NOGUEIRA**, Franco (1984), *Salazar – Volume IV, O Ataque (1945-1958)*, Porto: Livraria Civilização Editora.
- **NOGUEIRA**, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto: Livraria Civilização Editora.
- **NOGUEIRA**, Franco (1984), *Salazar – Volume VI, O Último Combate*, Porto: Livraria Civilização Editora, 1984.
- **NOGUEIRA**, Franco (1979), *Diálogos Interditos (A política externa portuguesa e a Guerra de África)*, Braga-Lisboa: Editorial Intervenção.
- **NOGUEIRA**, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*, Ática.
- **NOGUEIRA**, Franco (1981), *História de Portugal, II Suplemento*, Livraria Civilização Editora.
- **NOGUEIRA**, Franco (1969), *Terceiro Mundo*, Ática, Lisboa.
- **SALAZAR**, Oliveira (1961), *O Ultramar Português e a ONU*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- **SALAZAR**, Oliveira (1960), *Portugal e a Campanha Anticolonialista*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.

- **SALAZAR**, Oliveira (1963), *Realidades da Política Portuguesa*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- **SALAZAR**, Oliveira (1963), *Relações Diplomáticas entre Portugal e a Etiópia*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- **SALAZAR**, Oliveira, *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*, Secretariado Nacional de da Informação, Lisboa.
- **SERRÃO**, Joaquim Veríssimo (Prefácio) (1984), *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947-1968*, Lisboa: Difel.

### 3. Bibliografia (Citada e Consultada)

#### a. Livros e Capítulos de Livros

- **ALMEIDA**, Políbio (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- **ANTUNES**, José Freire (1962), *Kennedy e Salazar, O Leão e a Raposa*, Círculo dos Leitores, ISBN 972-42-0493-6.
- **ANTUNES**, José Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974), volume I e II*, Printer Portuguesa; ISBN 972-42-1227-0 (Volume I); ISBN 972-42-1228-9 (Volume II).
- **ANTUNES**, José Freire (2000), *Portugal na Guerra do Petróleo (Os Açores e as Vitórias de Israel - 1973)*, Edeline.
- **ANTUNES**, José Freire (1996), *Jorge Jardim Agente Secreto*, 4ª Edição, Venda Nova: Bertrand Editora. ISBN 972-25-0974-8.
- **ARON**, Raymond (1983), *Paz e Guerra entre as Nações*, 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília ISBN 85-230-0095-X.
- **BOBBIO**, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, 10ª Tiragem, Rio de Janeiro, Elsevier.
- **BONIFACE**, Pascal (2009), *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano, ISBN 978-972-970-685-3.
- **COUTO**, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia, Vol. I e II*, Pedrouços: IAEM.

- **COLVIN**, Ian (1968), *Moisés Tchombé*, Lisboa: Editorial Início.
- **CRAVINHO**, João Gomes (2002), *Visões do Mundo (As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo)*, ICS, ISBN 9789726710936.
- **DEVLIN**, Larry (2007), *Chief of Station, Congo*, New York, Public Affairs, ISBN 978-1-58648-405-7.
- **DIAS**, Carlos Mendes (2005), *Geopolítica, Teorização Clássica e Ensinos*, Lisboa, Prefácio, ISBN 972-8816-74-X.
- **EVANS**, Graham; **NEWNHAM**, Jeffrey (1998), *The Penguin Dictionary of International Relations*, Penguin Books.
- **FELGAS**, Hélio, *Guerra em Angola*, Lisboa, Clássica Editora.
- **FELGAS**, Hélio (1962), *Responsabilidade dos Grupos Políticos Angolanos do Congo Ex-Belga nos acontecimentos de Angola*, Separata da Revista Militar, Lisboa, Tipografia da LCGG.
- **FELGAS**, HÉLIO (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, Lisboa, Tipografia da LCGG.
- **GADDIS**, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, ISBN 978-972-44-1340-2.
- **GARCIA**, Francisco Proença (2003), *Análise Global de uma Guerra, Moçambique 1964-1974*, Lisboa, Prefácio, ISBN 972-8563-97-3.
- **GOMES**, Matos (1963), *África em Chamas*, Lisboa, Edições Euroáfrica.
- **GOMES**, Carlos de Matos; **AFONSO**, Aniceto (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. I, II, III, IV, V, VI, VII*, Lisboa, QuidNovi, ISBN 978-989-554-429-5.
- **GRIFFIN**, Edward (1964), *The Fearful Master, A Second Look to the United Nations*, Boston, Western Islands Publisher.
- **HAAG**, Ernest Van (1962), *The War in Katanga: Report of a Mission*, New York, American Committee for Aid to Katanga Freedom Fighters.
- **KAPLAN**, Lawrence (2007), *NATO 1948, the Birth of the Transatlantic Alliance*, New York, Rowman & Littlefield Publishers, Inc, ISBN 978-0-7425-3916-7.

- **KALB**, Madeleine G. (1982), *The Congo Cables The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, New York, MacMillan Publishing Co., INC., ISBN 0-02-560620-4
- **KISSINGER**, Henry (2007), “*Diplomacia*”, Lisboa, Gradiva, Depósito Legal n.º 265 220/07.
- **KI-ZERBO**, Joseph (1972), *História da África Negra Vol. I e II*, 2ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, Depósito Legal n.º 43560/91.
- **KOOGAN, LAROUSSE, SELECÇÕES**, *Dicionário Enciclopédico Vol I, II, III*, Lisboa, Rio de Janeiro, Nova Iorque, Selecções do Reader’s Digest.
- **MALTEZ**, José Adelino (2002), *Curso de Relações Internacionais*, 1ª edição, Principia, Publicações Universitárias e Científicas, ISBN 972-8500-82-3.
- **MARQUES**, Oliveira (1981), *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editoras.
- **MARTINEZ**, Pedro Soares (1992), *História Diplomática de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo.
- **MARTINS**, Fernando (2001), *Diplomacia e Guerra, Política Externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Edições Colibri, ISBN 972-772-285-7.
- **MATEUS**, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Terramar, ISBN 972-710-369-3.
- **MATTOSO**, José (1994), *História de Portugal, O Estado Novo Vol VII*, Editorial Estampa, 1994. ISBN 972-33-1086-4.
- **MEARSHEIMER**, John J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*, New York, W.W. Norton & Company, ISBN 0-393-02025-8.
- **MENESES**, Filipe Ribeiro (2005), *Correspondência diplomática irlandesa, sobre Portugal, O Estado Novo e Salazar*, Lisboa, Instituto Diplomático, ISBN 972-98906-5-X.
- **MONIZ**, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império, Conduta das Operações Coloniais – 1944; Lições de Estratégia – 1953*, Lisboa, Tribuna.
- **MOREIRA**, Adriano (2000), “*Enquadramento Político – Estratégico das Campanhas de África*”, In *AAVV, Estudos Sobre as Campanhas de África*, Lisboa: IAEM e Atena.
- **MOREIRA**, Adriano (1999), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Publicações D. Quixote.

- **MOREIRA**, Adriano (1956), *Política Ultramarina*, Lisboa, Ministério do Ultramar.
- **MOREIRA**, Adriano (1999), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina.
- **MOREIRA**, Adriano (1979), *Ciência Política*, Amadora, Amadora, Bertrand.
- **MOREIRA**, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa: ISCPS.
- **MORGENTHAU**, Hans J. (1985), *Political Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred Knopf, ISBN 0-394-54101-4.
- **NDAYWEL**, Isidore (1998), *Histoire générale du Congo*, Paris, Afrique Edition
- **NYE**, Joseph S. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva.
- **NOGUEIRA**, José Manuel Freire; **BORGES**, João Vieira (2006), *O Pensamento Estratégico Nacional*, Lisboa, IDN.
- **NOGUEIRA**, José Manuel Freire (2005), *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, IDN.
- **PINTO**, António Costa (2001), *O Fim do Império Português – A cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização (1961-1975)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- **PINTO**, Jaime Nogueira (2007), *António de Oliveira Salazar (Outro Retrato)*, 5ª Edição, Lisboa: A Esfera dos Livros, ISBN 978-989-626-072-9.
- **RODRIGUES**, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy, A Crise de uma Aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, ISBN 972-46-1352-6.
- **RODRIGUES**, Luís Nuno (2006), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- **ROSAS**, Fernando; **BRITO**, J.M. Brandão de (1996), *Dicionário do Estado Novo, Vol I e II*, Venda Nova, Bertrand, ISBN 972-25-1015-0.
- **ROSAS**, Fernando (1994), *História de Portugal, o Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, ISBN 972-33-1086-4.
- **SANTOS**, Eduardo Silvestre (2008), *A NATO no Século XXI*, Lisboa, Tribuna, ISBN 978-972-8799-8799-86-1
- **SAPIM**, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong-Kong, UHAKI.

- **SERRÃO**, Joel; **MARQUES**, Oliveira (1992), *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- **SERRÃO**, Joaquim Veríssimo (2007), *História de Portugal, 1951-1960, Vol. XVI* Lisboa, Editorial Verbo, ISBN 978-972-22-2607-3-130716.
- **TICKLER**, Peter (1987), *O Mercenário Moderno*, Sintra, Publicações Europa-América, Depósito Legal n.º 45168/91.
- **TULLY**, Andrew (1962), *CLA, The Inside Story*, New York, Fawcett Crest Book.
- **WILLMOTT**, H.P. (1983), *Malogro do Suez em A Guerra no Mundo*, Lisboa, Verbo.

**b. Volumes ou partes de Livros**

- **FERNANDES**, Horta (2004), *A Estratégia entra na idade adulta: Do Pós-Guerra à Contra-Subversão em África*. In AAVV, *Nova História Militar de Portugal. Vol. IV*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- **JANKE**, Peter (1983), *O Banho de Sangue do Congo*, p.141. In AAVV. *A Guerra no Mundo., A Guerra no Mundo*, Lisboa, Verbo.
- **NUNES**, Ana Bela; **BRITO**, José Maria Brandão (1992), *Política Económica, Industrialização e Crescimento*. In SERRÃO; MARQUES, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- **NUNES**, Tavares (1999), *História da Aliança Atlântica: grandes períodos*. In AAVV, *Portugal e os 50 Anos da Aliança Atlântica*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional.
- **OLIVEIRA**, César, (1992), *A Evolução Política*, In SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- **OLIVEIRA**, Pedro Aires, *Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio*, in AAVV, *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, IDN, Lisboa, Edições Cosmos.
- **TEIXEIRA**, Nuno Severiano (2004), *Portugal e as Guerras da Descolonização*. In AAVV, *Nova História Militar de Portugal. Vol. IV*, Lisboa, Círculo dos Leitores.

c. Artigos e Publicações Periódicas

- **EXPRESSO** (2000), *Atlas Universal de África*, LISBOA.
- **FELGAS**, Hélio Esteves (1956), *A África Está Em Perigo*, in AAVV, Revista Militar, n.º 2-3, pp. 129-151.
- **FRASER**, Cary (2003), *An American Dilemma: Race and Realpolitik in América Response to the Bandung Conference, 1955*, in Window on Freedom, Race, Civil Rights and Foreign Affairs 1945- 1988, The University of North Carolina Press.
- **IAEM**, *Variantes em seis modelos do Sistema Internacional de Morton Kaplan*, in *International Politics and Foreign Policy*.
- **MARTINS**, Fernando (1995), *A Política Externa do Estado Novo, O Ultramar e a ONU, uma doutrina histórico-jurífica (1955-68)*, Comunicação apresentada no «Colóquio Portugal e a ONU, 50 anos de história, FCSH da UNL.
- **REPUBLIQUE OF THE CONGO** (1962), *The Province of Katanga and Congolese Independence*, Leopoldville, Document Division of the Ministry of Foreign Affairs, Number 1.
- **RODRIGUES**, Luís Nuno (2004), *"Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960*, Comunicação apresentada ao 22º Encontro de Professores de História da Zona Centro, Caldas da Rainha, IPRI.
- **RODRIGUES**, Luís Nuno (2004), *"Missão Impossível": A Administração Johnson E A Questão Colonial Portuguesa: O "Plano Anderson*, Texto para publicação na Revista Relações Internacionais.
- **RODRIGUES**, Luís Nuno (2003), *"O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944", Comunicação apresentada à Conferência Internacional "Portugal e o Atlântico: 60 anos do Acordo dos Açores"*.
- **RODRIGUES**, Luís Nuno, *O EUA e a Questão Colonial Portuguesa no seio da ONU*, Lisboa, IPRI.
- **SANTOS**, Nuno (1970), *O Problema de África*, 2ª Edição, Lisboa, Estado-Maior do Exército.
- **SILVA**, Duarte (1995), *"O litígio entre Portugal e a ONU, (1960-1974)"*, in AAVV, *Análise Social*, vol. XXX (130), (1º), 5-50.

- **TEIXEIRA**, Nuno Severiano (1995), “*Portugal e a NATO: 1949-1989*”, in AAVV, *Análise Social*, vol. XXX (133), (4ª), 803-818.
- **TELO**, António, “*Portugal e a NATO, (1949-1976)*”, in AAVV, *Nação e Defesa*, vol.89, 2ª Série, pp. 43.84.
- **TELO**, António (1995), “*Portugal e NATO: dos Pirinéus, a Angola*”, in AAVV, *Análise Social*, vol. XXX (134), (5º), 947-973.
- **TELO**, António (2006), *Portugal, os EUA e a NATO (1949-1961)*, in AAVV, *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- **UNITED NATIONS**, *Political and Security Questions*, UN.
- **VIDAL**, João Machado (1998), *As Guerra do Congo – Portugal e a Aviação (1960/1967)*. In AAVV, *Revista da Força Aérea*, Mais Alto, Agosto/Setembro.

#### d. Dissertações

- **BARROSO**, Luís Fernando (2008), *Salazar e Ian Smith, O apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*, Lisboa, ISCTE, Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais.
- **SANTOS**, Pedro Manuel, *Portugal e a NATO, A Política Colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*, Lisboa, ISCTE, Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais.

#### e. Sítios da Internet

- **ANGOLA COLONIAL**. In google, (consultado em 5 de Agosto de 2010; 09h00). Disponível: <http://www.flickr.com/photos>.
- **BANDEIRA DA PROVINCIA DO CATANGA**. In wikipédia. (consultado em 04 de Agosto de 2010; 17h00) Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Katanga>
- **CAIANDA**, In google, (consultado em 05 de Agosto de 2010; 9h00). Disponível: <http://cc115.blogspot.com/2008/06/cc-115-na-quadrucula-do-moxico.html>.
- **CFB**. In google, (consultado em 29 de Abril de 2010, pelas 12 horas). Disponível: [www.camacupa.com/dnn/Terra/Transportes/CaminhoFerroBenguela](http://www.camacupa.com/dnn/Terra/Transportes/CaminhoFerroBenguela).

- **CRUEIRA.** In Dicionário on line de Português, (consultado em 02 de Julho de 2010; 01h30m). Disponível: <http://www.dicio.com.br/crueira/>.
- **CONSTITUIÇÃO DO CATANGA.** In Free Books, (consultado em 5 de Agosto, 09h00). Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.
- **FEDERAÇÃO DA RODÉSIA E DO NIASSALÂNDIA.** In wikipédia. (consultado em 17 Julho de 2010; 09h00). Disponível: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Rod](http://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_da_Rod).
- **GARCIA,** Proença, *Os Movimentos Independentistas o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)*. (Consultado em 25 de Fevereiro, 2010: 17h00). Disponível: [http://www.triplov.com/miguel\\_garcia/guine/cap1\\_periodo\\_anticolonial.htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/guine/cap1_periodo_anticolonial.htm).
- **HENRIQUES,** João Pedro (2009), *Um Toureiro entre Polémicas*, (consultado no dia 30 de Junho de 2010; 12h30m). Disponível: <http://dn.sapo.pt/inicio/artes>.
- **KASAVUBU.** In google, (consultado em 5 de Agosto; 07h00). Disponível: <http://www.google.pt/imgres>.
- **KATANGA.** In wikipédia. (consultado em 04 de Agosto de 2010; 17h00) Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Katanga>
- **KATANGAIS, GOVERNMENT'S** (1962 ?), *Livre Blanc du Gouvernement katangais sur les e\_ve\_nements de septembre et decembre 1961*, 'The Katangese Government's White paper on the events of September and December 1961. Nenhuma informação sobre os direitos de autor. (Consultado em 24 de Março, 2010: 17h00). Disponível: <http://users.skynet.be/christhel/katanga/livreblanc/> and made into a pdf by dudeman5685.
- **LUMUMBA.** In google, (consultado em 5 de Agosto; 07h00). Disponível: <http://fuzzil.blogspot.com/2008/06/patrice-lumumba>.
- **MOBUTU.** In google, (consultado em 5 de Agosto; 07h00). Disponível: <http://www.google.pt/imgres>.
- **MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS.** In Infopédia, Porto: Porto Editora, 2003-2010. (consultado em 1 de Março de 2010 pelas 15h00). Disponível: [http://www.infopedia.pt/\\$movimento-dos-paises-nao-alinhados](http://www.infopedia.pt/$movimento-dos-paises-nao-alinhados).

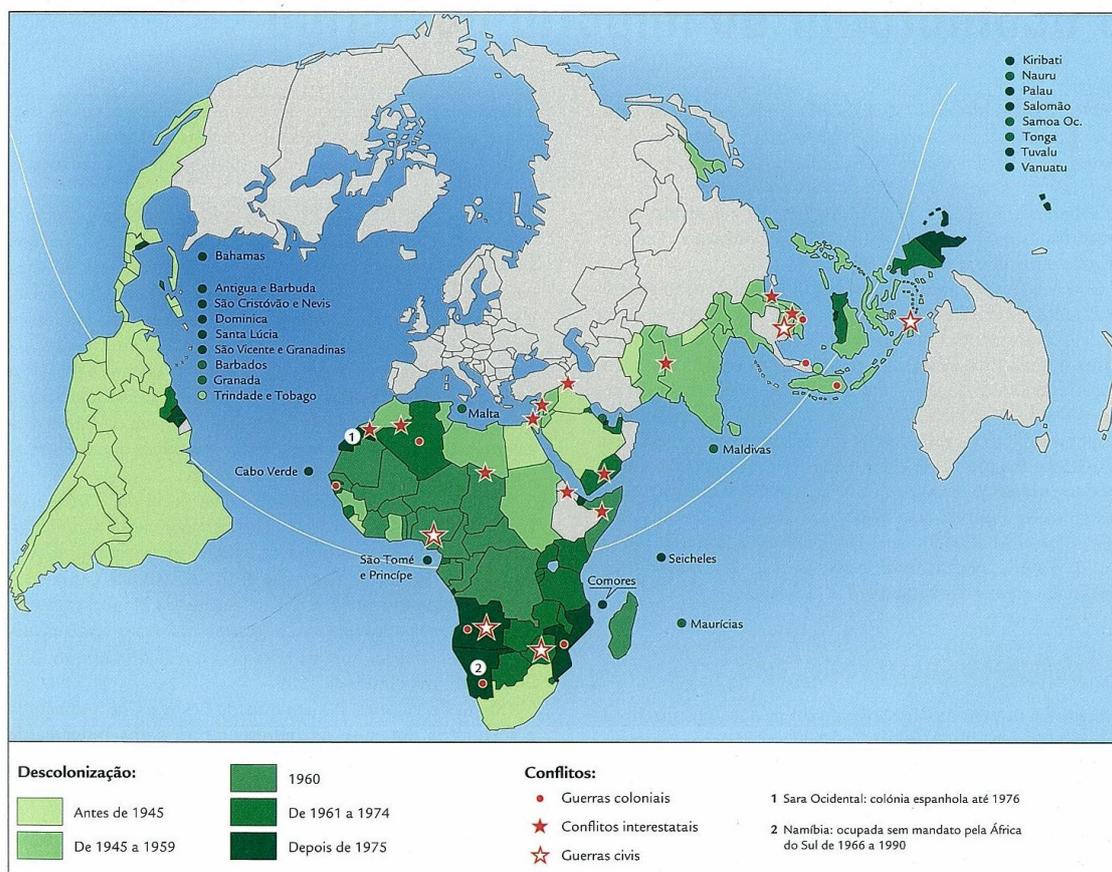
- **PACTO DE VARSÓVIA.** In Infopédia, Porto: Porto Editora, 2003-2010. (consultado em 05 de Fevereiro, 2010; 16horas). Disponível: [http://www.infopedia.pt/\\$pacto-de-varsovia](http://www.infopedia.pt/$pacto-de-varsovia).
- **SCHRAMME.** In google, (consultado em 5 de Agosto, 12h00). Disponível: <http://www.elgrancapitan.org/>.
- **TRATADO DE VERSALHES (1919).** In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2010. (consultado em 24 de Fevereiro, 2010; 16horas). Disponível: [http://www.infopedia.pt/\\$tratado-de-versalhes-\(1919\)](http://www.infopedia.pt/$tratado-de-versalhes-(1919)).

## ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A – A Descolonização a partir de 1945 .....	120
ANEXO B – Angola Colonial.....	121
ANEXO C – Mapa do Congo Belga .....	122
ANEXO D – Localização Geográfica do Catanga.....	123
ANEXO E – Os Povos do Catanga.....	126
ANEXO F – A União Mineira do Alto Catanga (UMHK) .....	127
ANEXO G – Principais Partidos Congolezes e Catangueses .....	128
ANEXO H – Principais Intervenientes.....	130
ANEXO I – Caminho-de-ferro de Benguela.....	133
ANEXO J – Constituição do Catanga.....	134
ANEXO K – Mercenários.....	142
ANEXO L – Crise Final do Catanga.....	145
ANEXO M – Novo Estado na África Central.....	146
ANEXO N – Missão Catanguesa em Lisboa.....	148
ANEXO O – Pacto de Assistência Mútua.....	150
ANEXO P – Técnicos Portugueses para o Catanga.....	152
ANEXO Q – Armamento Português para o Catanga .....	154
ANEXO R – Material Vendido pela Norte Importadora.....	156
ANEXO S – Portugal e a Recusa À ONU.....	161
ANEXO T – Comando de Evacuação do Catanga (COMEVAK) .....	164
ANEXO U – Aviação do Catanga (AVIKAT) .....	165
ANEXO V – Carta de Salazar a Tchombé .....	166
ANEXO X – Visita de Tchombé a Lisboa.....	168

## ANEXO A

### A DESCOLONIZAÇÃO A PARTIR DE 1945



#### Da descolonização à emergência do Terceiro Mundo

- |   |   |
|---|---|
| <p><b>1941</b> Fundação do Vietminh, organização independentista chinesa.</p> <p><b>1942</b> O Partido do Congresso redige a resolução <i>Quit India</i>, exigindo a independência total da Índia em relação ao Reino Unido.</p> <p><b>1943</b> Manifesto do povo argelino de Ferhat Abbas, pedindo um novo estatuto para a Argélia.</p> <p><b>1945</b> Levantamento de Setif, na Argélia, duramente reprimido pelo exército francês.<br/>Fundação da Liga Árabe, no Cairo.<br/>Sukarno proclama a independência da Indonésia.<br/>Ho Chi-Minh proclama a República Democrática do Vietname.</p> <p><b>1946</b> Início da guerra da Indochina.</p> <p><b>1947</b> Independência da Índia e do Paquistão.<br/>A França reprime a insurreição de Madagáscar.</p> <p><b>1949</b> Os Países Baixos reconhecem a independência da Indonésia.</p> <p><b>1954</b> Derrota francesa de Diên Biên Phu.<br/>A França assina os acordos de Genebra que põem fim à presença francesa na Indochina.<br/>Acções armadas do FLN marcando o início da guerra da Argélia.</p> <p><b>1955</b> Conferência afro-asiática de Bandung.</p> <p><b>1956</b> Independência de Marrocos e da Tunísia.<br/>O coronel Nasser nacionaliza o canal de Suez. Uma operação militar franco-britânica visando retomar o controlo do canal tem de ser abandonada perante as pressões americanas e soviéticas.</p> | <p><b>1957</b> Independência da Malásia e do Gana, ex-colónias britânicas.</p> <p><b>1960</b> Independência das colónias francesas da África negra.<br/>Independência do Congo belga.<br/>Independência da Nigéria.<br/>Criação da OPEP.</p> <p><b>1961</b> Primeira conferência dos países não alinhados em Belgrado.</p> <p><b>1962</b> Acordos de Évian e independência da Argélia.</p> <p><b>1963</b> Independência do Quênia.<br/>Fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Addis Abeba, na Etiópia.</p> <p><b>1964</b> Primeira reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) em Genebra.</p> <p><b>1966</b> Conferência tricontinental de Havana.</p> <p><b>1967</b> Início da guerra do Biafra.</p> <p><b>1970</b> Quarta conferência dos não alinhados em Argel.</p> <p><b>1971</b> Conflito indo-paquistanês e independência do Bangladesh, ex-Paquistão oriental.</p> <p><b>1974</b> Independência da Guiné-Bissau.</p> <p><b>1975</b> Independência de Angola e Moçambique, ex-colónias portuguesas.</p> |
|---|---|

Figura 1: Descolonização após 1945<sup>1</sup>

<sup>1</sup> BONIFACE, *Atlas das Relações Internacionais*, p. 21

## ANEXO B

### Angola Colonial

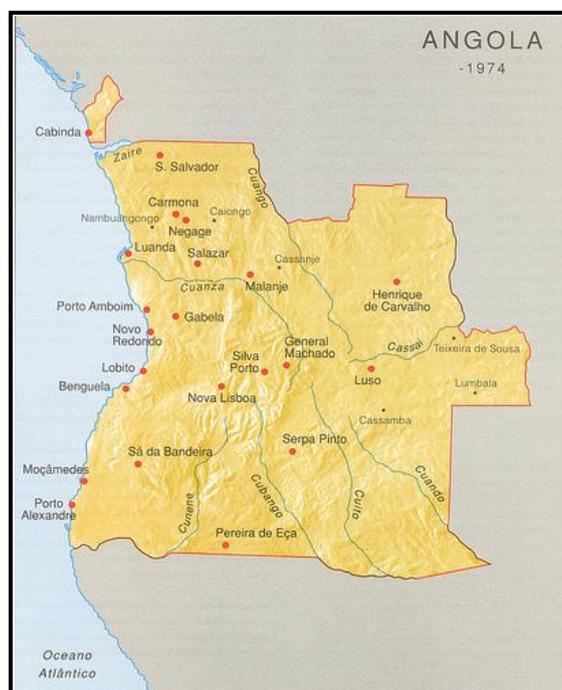


Figura 2: Angola Colonial<sup>2</sup>



Figura 3: Fronteira do Caiana<sup>3</sup>

<sup>2</sup> ANGOLA COLONIAL. (consultado em 05 de Agosto, 9h00) Disponível: <http://www.flickr.com/photos>.

<sup>3</sup> CAIANDA, (consultado em 05 de Agosto de 2010; 9h00). Disponível: <http://cc115.blogspot.com/2008>.

## ANEXO C

### Congo Belga

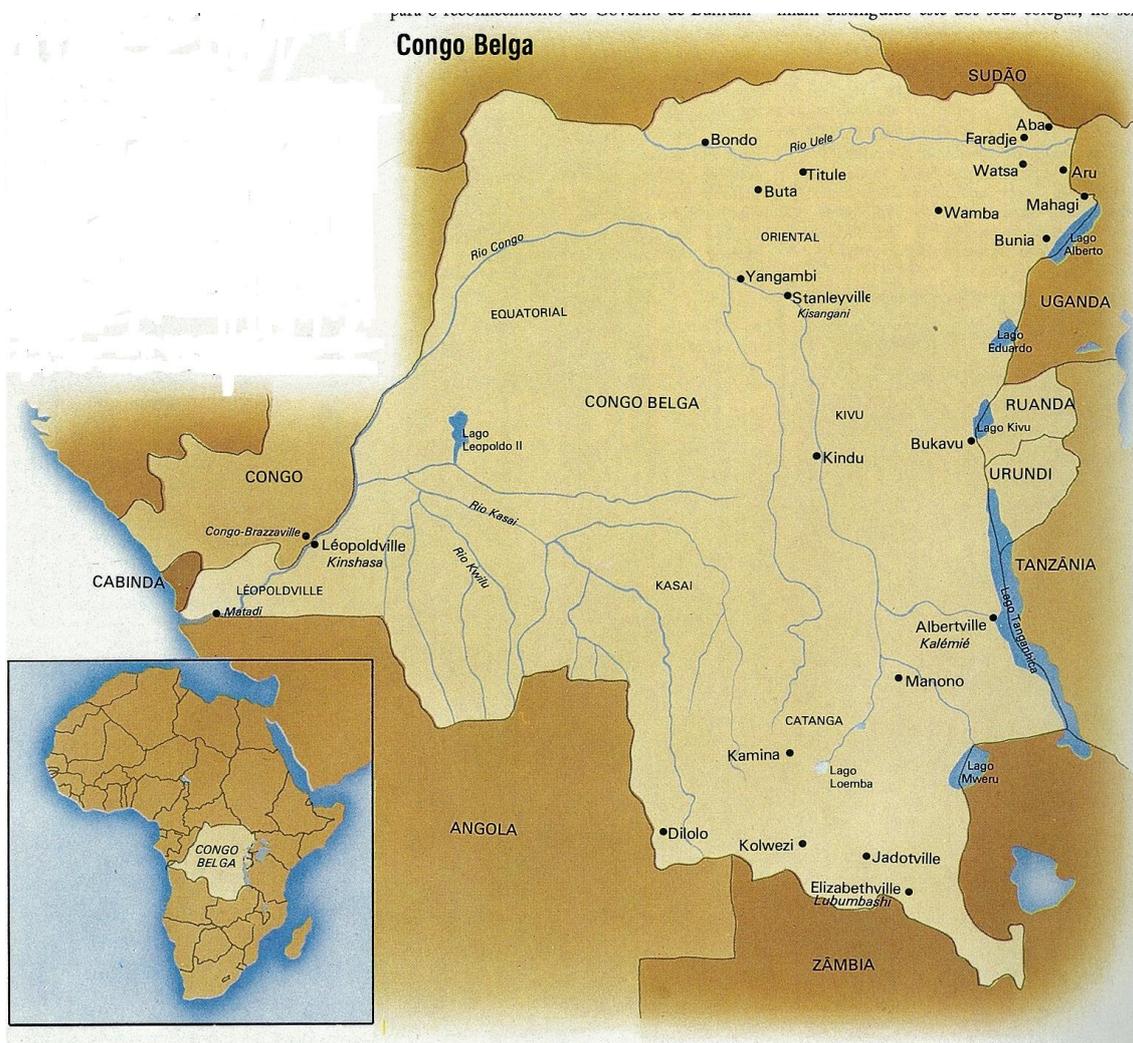


Figura 4: Congo Belga<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Adaptado de JANKE, *O Banho de Sangue do Congo*, p. 141

## ANEXO D

### Localização Geográfica do Catanga

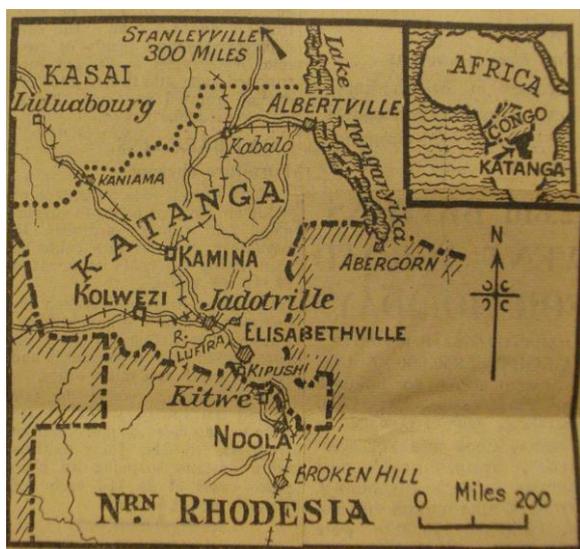


Figura 5: Província do Catanga<sup>5</sup>



Figura 6: Província do Catanga<sup>6</sup>

“O Catanga trata-se de uma região tão grande como a França (496 965 Km<sup>2</sup>), situada em pleno coração do bloco continental africano, de difícil acesso e bastante afastada da costa: 1500 a 2000 km. Trata-se de uma região de savanas que ficam inundadas no período das chuvas e na seca cobertas de ervas secas, havendo porém algumas áreas semi-áridas e montanhas pouco arborizadas. O Catanga está situado no hemisfério sul entre os paralelos 5 a 14 e os meridianos 22 31 este de Greenwich. A principal característica da geografia física do Catanga é a existência de uma grande extensão de planaltos acidentados, que ocupam toda a região sul e oeste e cujas altitudes variam entre os 1 100 e os 1 700, o que atenua consideravelmente o rigor do clima tropical. Nos vales do Lualaba a altura média é de 500m. Esta região é conhecida pelo Alto-Catanga e coincide com as áreas industriais e mineiras, onde a temperatura média anual regula a de Miami e Nice – 20° C. A fronteira meridional é constituída pela linha de partilha das águas das bacias do Zambeze e do Zaire. Com efeito, apenas alguns quilómetros de Elisabethville, junto ao monte Musofi a 1550 metros de altitude, nasce com o nome de Lualaba o rio Zaire, o qual atravessa extensas planícies pantanosas formando uma complicada rede de lagos, riachos e canais naturais e depois dá origem a rápidos e quedas importantes mais para o norte do Catanga. Não deixa de ser curioso apontar o facto de alguns estudiosos afirmarem que a bacia hidrográfica do Alto Lualaba na sua origem comunicava com o Nilo e não com o Zaire. Num período geológico indeterminado este sistema hidrográfico foi captado pelo Zaire num local ainda hoje, nitidamente visível, perto de Kongolo e que coincide com as chamadas “Portas do Inferno”.

<sup>5</sup> AHD, PAA, Maço 46, Processo: 950, 161: Artigo do “Daily Telegraph”, 1963.

<sup>6</sup> KATANGA. (consultado em 04 de Agosto, 17h00). Disponível: <http://pt.wikipedia.org>,

*Além daqueles dois importantes rios cujas nascentes se encontram na região, nascem ou atravessam o Catanga numerosos outros cursos de água como o Lomami e o Kasai que se dirigem para a região do Cuvette Central, ou para as planícies do Lualaba, dando por vezes origem a quedas de água importantes, ou então para o sul para o Zambeze.*

*O Catanga é uma região rica em recursos vegetais e minerais mas foi uma região, desde tempos longínquos, muito pouco habitada. Segundo os cálculos imperfeitos da administração colonial belga, em 1900 havia um habitante por km<sup>2</sup>. Mas na altura da independência continuava a ser uma província muito pouco habitada, apesar de possuir um clima saudável e ser um pólo de atracção de trabalhadores do Kasai e também do Kivu. Em 1960 a sua população era de 1 760 000 habitantes (42 000 europeus) que se encontravam nas cidades: Elisabethville (175 000), Jadotville (75 000), Albertville (28 000), Kohvesi (45 000), Kamina (20 000). Existem extensas planícies quase desertas como as áreas de Mubila, Malimbu e Kundelungu.*

*Além disso é uma região com uma fauna muito abundante e variada, nomeadamente nas áreas de mais baixa altitude com clima quente e húmido, em contraste com a temperatura média dos planaltos e que correspondem ao extenso vale de Lualaba e às regiões fronteiriças.*

*O Catanga é limitado a oeste por Angola, ao norte pelo Kasai, a leste pelos lagos Tanganica, Moero e Bangueolo, a sul e a sudoeste pela Zâmbia. Tem um clima de duas estações: a seca e chuvosa. Na época pluviosa as chuvas (de Fevereiro a Abril e de Outubro a Dezembro no norte-Catanga e de meados de Outubro ao final de Abril nos planaltos) repartem-se por uma média de 110 dias, ou seja dia sim dia não, no período chuvoso.*

*Existem alguns dialectos como o lunda-quioco, os dialectos do Kasai, mas a língua veicular dos catangueses é o Ki-Swaili e a língua oficial o francês.*

*A rede ferroviária estendia-se por 2 497 km (era a maior do Congo) dos quais 526 km estavam electrificados. O Catanga está ligado por vias-férreas, directamente ao Lobito, através do Caminho-de-ferro de Benguela; à Beira e Lourenço Marques através dos “Rodhesia Railwais”. Através de via fluvial navegável (nacional) Leopoldville-Port Francqui está também ligado ao porto de Matadi e através do Lago Tanganica ao caminho-de-ferro Kigoma-Dar-Es-Salaam. O Catanga tinha na altura da independência 1 370 kms de vias fluviais (lagos e rios) navegáveis. Além disso dispunha, em 1960, de 6 984 km de estradas consideradas boas; 27 108 km de estradas transitáveis e 1 250 km de estradas particulares.*

*Finalmente, o Catanga dispõe de importantes jazigos minerais de cobre e ferro que começaram a ser descobertos em 1893 pelo geólogo belga Cornet. No entanto, uma das primeiras notícias acerca das minas de cobre do Catanga, data de 22 de Março de 1798 e vem referido no relatório do explorador português Dr. Francisco José Maria de Lacerda e Almeida, Governador dos rios de Sena em Moçambique que já fala do grande chefe Cazembe, ao sul do lago Moero, que possuía minas de cobre e de ouro e que estava*

*então em guerra com um potentado cujas terras produziãam o cobre amarelo, o latão. Em 1806, dois mulatos portugueses, idos de Angola, visitaram o rei Cazembe ao atravessarem o Catanga e falaram das colinas onde se encontravam as pedras verdes donde extraiam o cobre. (...) Além disso possui importantíssimas reservas minerais de estanho, cobalto, manganês, cadmium, germanium, ouro e prata. A variedade e quantidade destes minérios levaram alguns estudiosos a considerar o Catanga como autêntico escândalo geológico<sup>7</sup>.*

---

<sup>7</sup> SAPIM, Francisco, *A luta pela independência do Catanga*, p. 18-21.

## ANEXO E

### Os Povos do Catanga

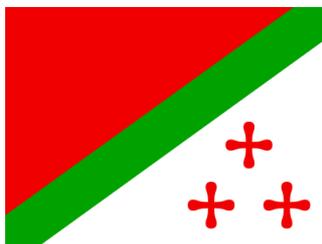


Figura 7: Bandeira da Província do Catanga<sup>8</sup>

*“Os grandes grupos étnicos considerados como originários no Catanga são os seguintes:*

*Lundas que também habitam o leste de Angola e noroeste da Zâmbia, havendo alguns núcleos minoritários no sudoeste do Kasai. (...) Convém desde já recordar que os lundas do Catanga tiveram contactos directos com os portugueses instalados no litoral de Angola através das tribus Bangalas e possivelmente também com os nossos compatriotas radicados na costa oriental sobretudo através dos comerciantes de Tete e de Sena que percorriam o interior do sertão.*

*Os Balubas do Catanga, numericamente o maior grupo étnico da Província, com grandes afinidades com os lubas do Kasai, seriam talvez os descendentes de um antigo reino de caçadores de marfim, fundado no século XIII e conhecido por reino do Kuba, instalado entre os rios Kasai e o Sankuru e que teria entrado em decadência com o expansionismo do reino do Congo (sec. XV) e depois com o Império Lunda. (...)*

*Os Bayekas são os descendentes de um grupo de caçadores que se deslocaram de Uniamuezi chefiados pelo Musiri ou M’Siri e se instalaram no centro do Catanga com capital em Bunkeya. (...)*

*Tschokwes ou Quiocos povo que se espalha por quase toda a área habitada pelos lundas e que esteve sempre ligado por laços sanguíneos ao reino Mwata Yamvo, constituindo mesmo o grupo linguístico lunda-quioco. Existem quiocos em todo o leste de Angola, no norte da Zâmbia e seriam todos originários da tribo Tschokwes (para lá do rio Kasai) descendentes do grupo que acompanhou Dumba Já Tembo na sua migração para o sudoeste da Lunda entre 1595 e 1650. (...)*

*Os Basangas constituíam pequenos núcleos espelhados pelo sul do Catanga em aldeolas ou nos arredores das cidades, muito misturados com os Lundas e Quiocos, havendo quem os classifique como um dos povos menos estudados e talvez dos mais antigos da região e de origem desconhecida mas ligados aos antigos reinos luba-lunda. (...)<sup>9</sup>*

<sup>8</sup> BANDEIRA DA PROVINCIA DO CATANGA. (consultado em 04 de Agosto, 17h00). Disponível: <http://pt.wikipedia.org>,

<sup>9</sup> SAPIM, Francisco, *A luta pela independência do Catanga*, p. 22-27.

## ANEXO F

### A União Mineira do Alto Catanga (UMHK)

*“A UMHK possuía o monopólio mundial do urânio desde 1926. As relações do Governo português com a grande empresa vinham dos tempos de II Guerra Mundial, quando Portugal entrou no mercado da venda de urânio à Alemanha, que por sua vez tinha posto em causa este monopólio ao invadir a Bélgica, porque o urânio era refinado em Olen. Em 1939, Frederic Joliot-Curie, então director do Centro Nacional de Investigação Científica, de Paris, negociou com a UMHK o fornecimento de 5 toneladas de óxido de urânio, como contrapartida da construção de um reactor e de um milhão de francos em troca da comunicação das descobertas científicas feitas pelo CNRS. Este urânio foi transferido para Londres antes da chegada das tropas alemãs a Paris.*

*Os americanos recebiam igualmente urânio da UMHK. Foi a UMHK que lhes forneceu 1500 toneladas para o projecto Manhattan de onde saíram as bombas atómicas de Hiroshima e Nagasaki (...).*

*A UMHK funcionava com os mesmos princípios da Diamang em Angola. Eram, aliás, contemporâneas e tinham participações financeiras cruzadas. Construir escolas, enfermarias, dispensários, hospitais e infra-estruturas desportivas, e dispunha de uma linha de crédito quase ilimitada do Banco da Société Générale da Bélgica. Em 1959, os lucros belgas da UMHK ultrapassaram os 3,5 biliões de francos belgas (as taxas sobre as exportações constituíam mais de 50% dos rendimentos do Governo). Em 1960, as vendas da UMHK atingiram o montante de 200 milhões de dólares americanos e a companhia produziu 60% do urânio ocidental, 73% do cobalto, 10% do cobre. A UMHK tinha ainda interesses em 24 outras actividades, desde a produção eléctrica à química e ao caminho-de-ferro. Era este empório que estava por detrás de Tchombé, da independência do Catanga e dos mercenários”<sup>10</sup>.*

---

<sup>10</sup> GOMES, Carlos de Matos; AFONSO, Aniceto, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VIII*, p. 42-43.

## ANEXO G

### Principais Partidos Congolese e Catangueses

#### Movimento Nacional Congolês (MNC)

“O MNC foi constituído, em 10 de Outubro de 1958, por um grupo de jovens intelectuais evoluídos. O principal fundador foi Patrice Lumumba e da comissão provisória faziam parte Cyrille Adoula, Gaston Diomi, Joseph Ileo, Alphonse Nguvulu, Antoine Ngwenga. Desde o início que o MNC pretendeu ser um partido não tribal, colocando-se portanto acima dos grupos e associações de raiz étnica que se estavam a constituir (1955-1959) por todo o Congo e que serviriam de base às futuras administrações provinciais após a independência mas que só agrupados em coligações poderiam governar o país. Daí o facto do MNC ter sido o primeiro agrupamento político com projecção em toda a colónia e que pretendia espalhar-se por todo o território e, por isso mesmo, defendeu desde o início uma base unitarista para o futuro estado, ao contrário da maioria dos outros partidos de raiz étnica e de base regional que defendiam uma Constituição Federal com larga autonomia para as províncias. (...)”<sup>11</sup>

#### Associação dos Bakongos (ABAKO)

“A ABAKO foi fundada por Edmond Landu, em 1950, com o nome da “Associação dos Bakongos para a unificação, expansão e defesa da língua kikongo” acabando por tornar-se num movimento essencialmente tribal, cujo objectivo era defender as tradições do povo “Quicongo”. Desde o início da sua actividade política, aquele movimento caracterizou-se por uma razoável organização e pela coerência com que apresentava as suas reivindicações nacionalistas tornando-se conhecido internacionalmente, sobretudo porque a sua acção e propaganda se exerciam na capital da colónia, onde se verificavam constantemente recontros violentos entre a polícia colonial e os bandos de desempregados africanos, muitos dos quais pertenciam à ABAKO. Com efeito as autoridades belgas, em Janeiro de 1959, responsabilizaram os dirigentes da ABAKO pelos sangrentos motins ocorridos na capital da colónia, tendo prendido o seu Presidente Kasavubu e dissolvido aquele partido que, no entanto, retomou algum tempo depois a sua actividade com o nome de “Aliança dos Bakongos” mantendo porém a mesma sigla “ABAKO. (...)”<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> SAPIM, Francisco, *A luta pela independência do Catanga*, p. 83.

<sup>12</sup> SAPIM, Francisco, *A luta pela independência do Catanga*, p. 88-89.

## Confederação das Associações do Catanga (CONAKAT)

*“A CONAKAT foi em Fevereiro de 1957 e organizada como partido político em Julho de 1958, teve como objectivo inicial reunir os povos originários do Catanga e englobava pequenos agrupamentos de raiz tribal e base étnica (...).*

*Com efeito em Fevereiro de 1957 a CONAKAT foi fundada por um grupo de jovens catangueses entre eles Evariste Kimba, Dominique Diur, Henri Kambola, Albert Nyembo, Justin Meli, Albert Kishiba, Rodolphe Yav e Godefroid Munongo. Antes da elaboração dos estatutos, a Presidência foi exercida interinamente por Mathieu Kalenda e a Vice-Presidência por Moisés Tchombé. Após a aprovação dos Estatutos, Godefroid Munongo foi eleito Primeiro Presidente Geral da CONAKAT, lugar que não pode contudo ocupar por a legislação colonial belga interditar a qualquer funcionário público o exercício de funções dirigentes partidárias, sendo então designados Moisés Tchombé e Jean Kibwe para os cargos de Presidente e Vice-Presidente.*

*Quanto aos principais motivos que levaram à criação da Confederação, o próprio Tchombé, numa entrevista concedida ao “*Courrier d’Afrique*”, em 10 de Dezembro de 1959, afirmou: “O nosso movimento foi de início um movimento de reacção contra a situação existente na nossa província: ele é obra de catangueses autênticos ...e nasceu depois das eleições de 1957”. Com efeito (...) os principais grupos étnicos do Catanga esses grupos autênticos eram os Balubas do Catanga, Bayekas, Basongas, Quiocos e os que eram considerados estrangeiros eram os Lulus e os Balubas do Kasai: (...)*

*A CONAKAT nasceu por isso como uma reacção de defesa contra o perigo dos não autóctones (que viviam no Catanga à menos de duas gerações) controlarem futuramente toda a vida política. (...)*

*O programa político da CONAKAT enviado para o Ministro de Estado Belga para o Congo em 2 de Fevereiro de 1959 esquematizava-se em três pontos: Autonomia para o Catanga e União com a Bélgica; monopólio das funções públicas nas mãos dos catangueses autênticos; medidas favoráveis à autoridade dos meios tradicionais. (...)<sup>13</sup>*

---

<sup>13</sup> SAPIM, Francisco, *A luta pela independência do Catanga*, p. 93-95.

## ANEXO H

### Principais Intervenientes

#### MOISÉS KAPENDA TCHOMBÉ (1917 / 1969)



Figura 8: Tchombé<sup>14</sup>

*“Nascido em Sandoa, perto de Dilolo, no Catanga, e filho de um próspero comerciante em toda a área abrangida pelo caminho-de-ferro de Benguela / Elisabethville (J. Kapenda Tchombé & Sons), foi educado por missionários metodistas norte-americanos. Sendo considerado como um évolué, elite educada com a qual os belgas pretendiam uma futura classe governante congoleza, iniciou-se na política, em 1951, ao ser eleito Conselheiro Provincial do Catanga. Em 1958, tomou parte na fundação do partido político CONAKAT. Distinguia-se dos outros políticos congolezes pela sua moderação e hábitos tipicamente europeus”<sup>15</sup>.*

#### PATRICE LUMUMBA (1925 / 1961)



Figura 9: Lumumba<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> AHD, PAA, Maço 1093, Processo 960,16, 1964: TCHOMBÉ, *Il Faut Sauver Le Congo*, 1964.

<sup>15</sup> VIDAL, João Machado, *As Guerras do Congo, Portugal e a Aviação*, p. 42.

<sup>16</sup> LUMUMBA. (consultado em 05 de Agosto, 7h00). Disponível: <http://fuzzil.blogspot.com/2008/06/patrice-lumumba>.

*“Oriundo da tribo Batatela, nascido em Katakó Kombe, era, em 1956, funcionário dos correios quando foi preso por roubo de selos. Na prisão escreveu um tratado de sociologia. Em 1958, assistiu em Acra, à Conferência Pan-Africana, patrocinada por Moscovo. Considerado um nacionalista radical e anti-ocidental, foi fundador do MNC (MNC/Lubumba) e apresentava um programa que previa a manutenção do Congo Belga como uma Nação unitária. Em Janeiro de 1960, foi convocado a participar na conferência em Bruxelas para a Independência do Congo. À data da independência foi nomeado Primeiro-ministro”<sup>17</sup>.*

### **JOSEPH KASAVUBU (1917 / 1969)**



Figura 10: Kasavubu<sup>18</sup>

*“Originário da tribo Bakongo, foi nomeado líder do Partido ABAKO, em 1954. Em 1957, foi eleito presidente do Município de Dendele, na área de Leopoldville e era considerado um político moderado e de grande popularidade pelas autoridades belgas. À data da independência Presidente da República”<sup>19</sup>.*

### **JOSEPH DÉsirÉ MOBUTU (1930 / 1997)**



Figura 11: Mobutu<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> VIDAL, João Machado, *As Guerras do Congo, Portugal e a Aviação*, p. 42.

<sup>18</sup> KASAVUBU. (consultado em 05 de Agosto, 7h00). Disponível: <http://www.google.pt/imgres>, 05 de Agosto, 7h00

<sup>19</sup> VIDAL, João Machado, *As Guerras do Congo, Portugal e a Aviação*, p. 42.

<sup>20</sup> MOBUTU. (consultado em 05 de Agosto, 7h00). Disponível: <http://www.google.pt/imgres>,

*“Nascido em Banzville, perto de Gbadolite, filho do chefe dos Ngbakas, passa inicialmente a juventude em Lisala. Depois de concluir os estudos secundários, na missão católica de Coquilhatville (Mbandaka) ingressa na Force Publique onde chega a Sargento, posto máximo dos congoleses. Após o serviço militar inicia-se como repórter/jornalista no Jornal “L’Avenir Colonial Belge”. Dotado de espírito de liderança, coragem física e grande ambição, insinua-se no meio político de Lumumba. Pouco tempo após a independência ingressa na Força Aérea Congoleza como Coronel e, pouco tempo depois, torna-se Chefe do Estado-maior da FAC”.*<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> VIDAL, João Machado, *As Guerras do Congo, Portugal e a Aviação*, p. 42.

ANEXO I

CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

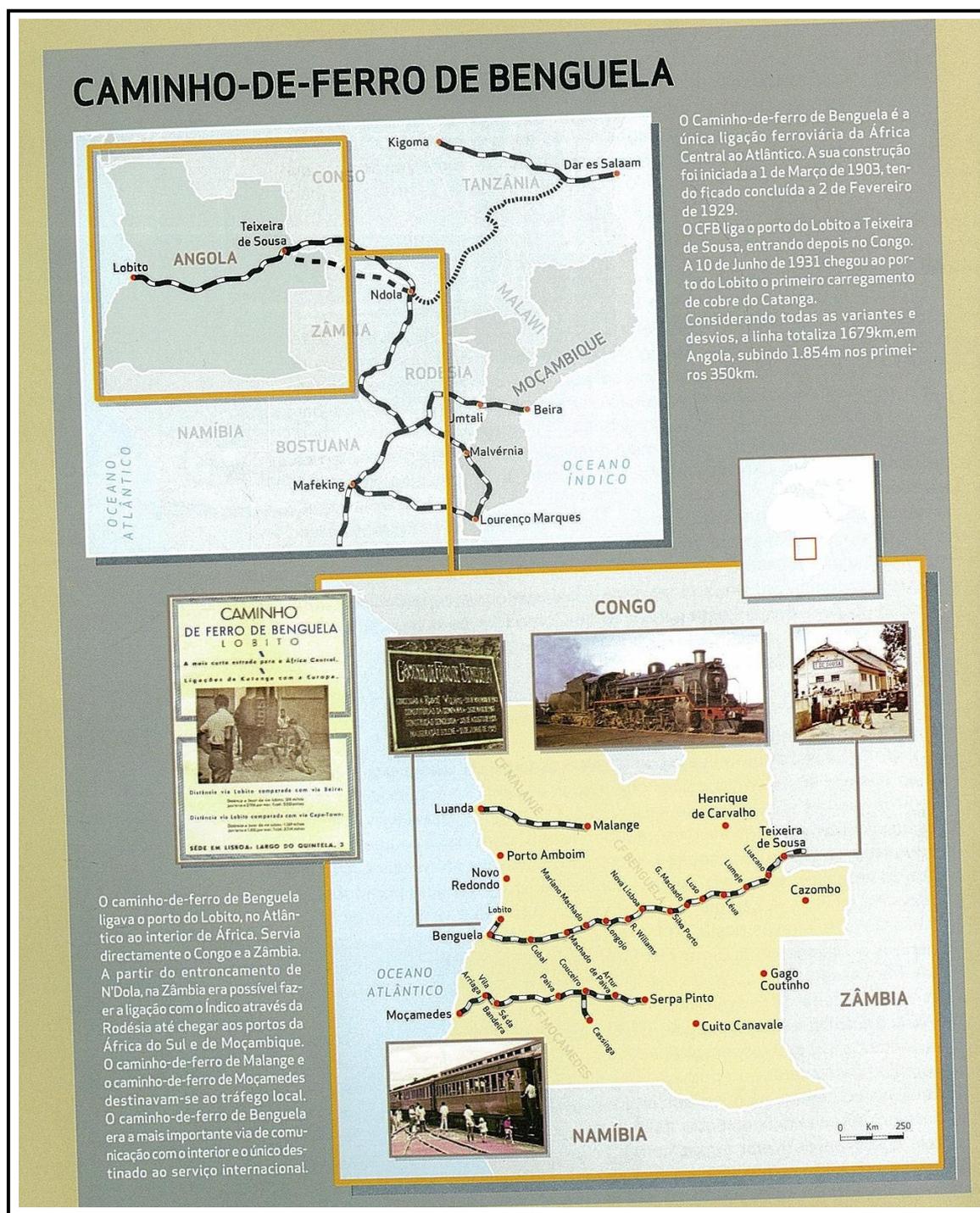


Figura 12: Caminho-de-ferro de Benguela<sup>22</sup>

<sup>22</sup> GOMES; AFONSO, *Guerra Colonial, Vol. VII*, p. 42.

Nota: Para demonstrar a superioridade da via Lobito, pela maior rapidez da ligação Catanga-Europa, sobre todas as outras, bastam os seguintes números: **Via LOBITO:** (linha do Catanga) **9.872Km**; **Via BEIRA:** **15.726Km**. CFB. (consultado em 29 de Abril de 2010, pelas 12 horas). Disponível: [www.camacupa.com/dnn/Terra/Transportes/CaminhoFerroBenguela](http://www.camacupa.com/dnn/Terra/Transportes/CaminhoFerroBenguela).

## ANEXO J

### CONSTITUIÇÃO DO CATANGA

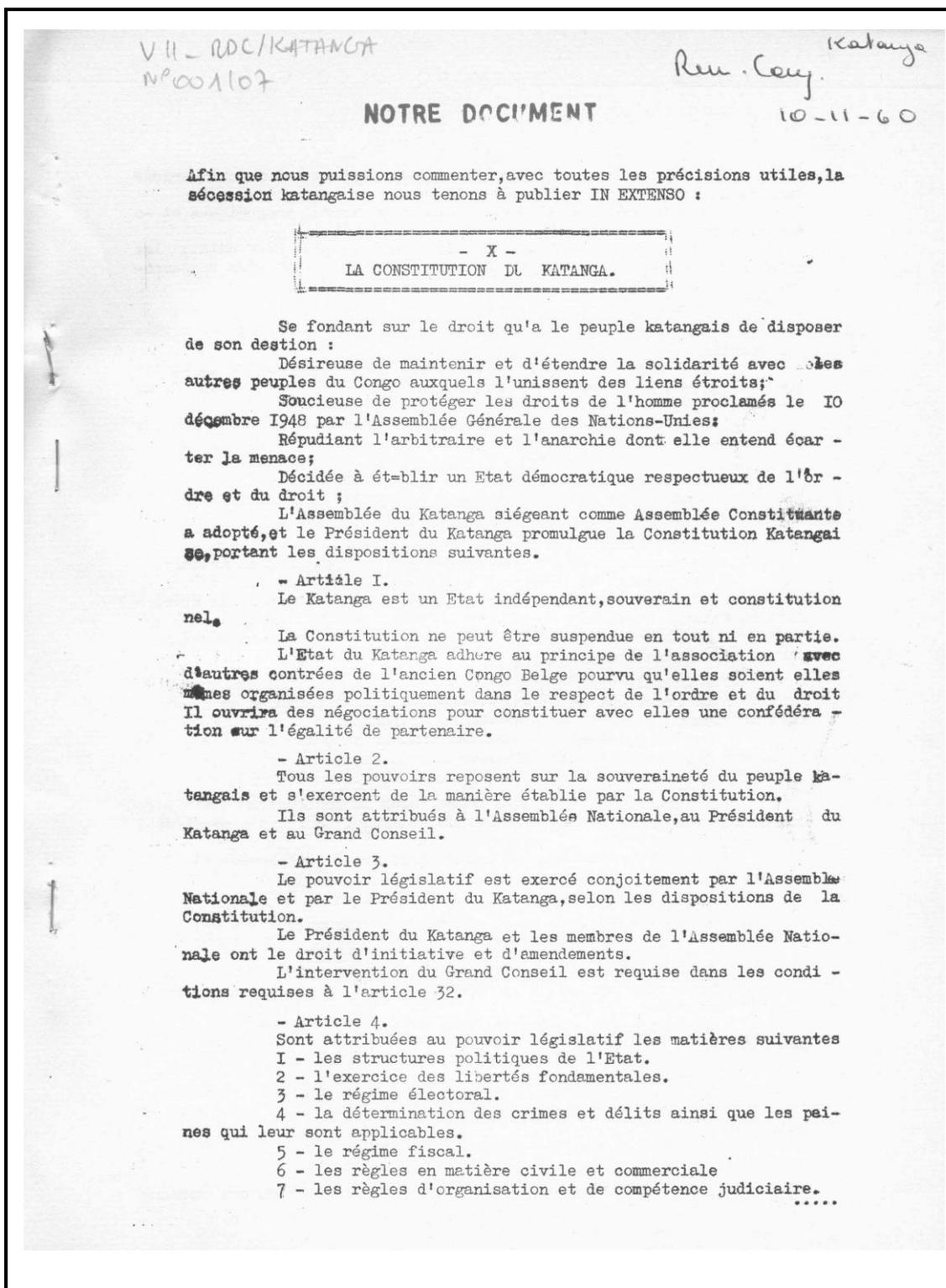


Figura 13: Constituição do Catanga de 1960<sup>23</sup>

<sup>23</sup> CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

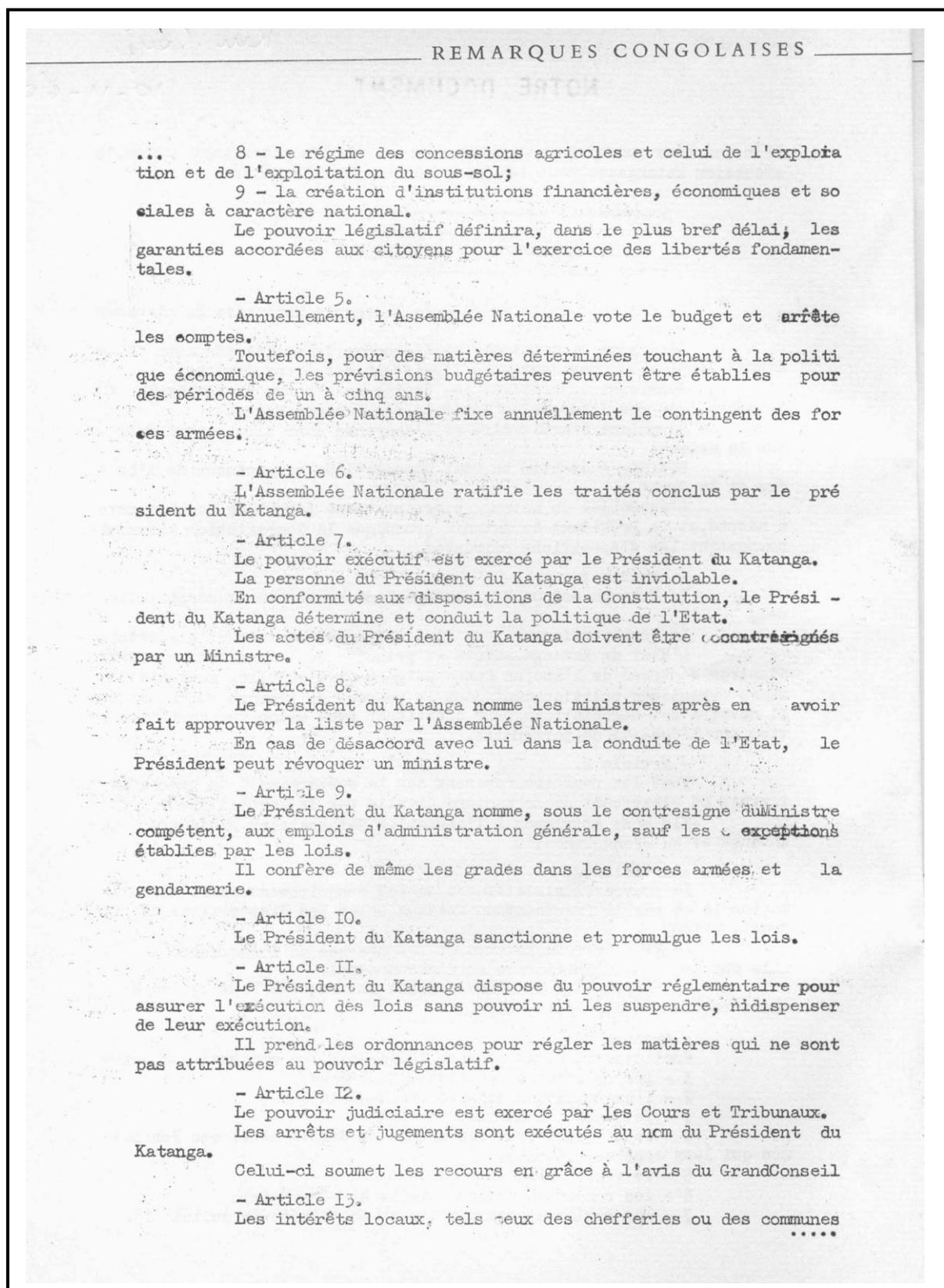


Figura 14: Constituição do Catanga de 1960<sup>24</sup>

<sup>24</sup>CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

REMARQUES CONGOLAISES

sont réglés par les autorités locales, conformément à la Constitution et aux lois.

- Article 14.

L'Assemblée Nationale comprend:

1 - des membres cooptés par les représentants élus et choisis parmi les chefs coutumiers et les notables.

2 - des membres élus au suffrage universel et secret.

La loi règle le mode d'élection des membres élus au suffrage universel sur la base d'un représentant par 25.000 habitants et d'un représentant supplémentaire pour une dernière fraction de population supérieure à 20.000 habitants, par circonscription électorale.

Elle règle de même le mode de cooptation sur la base d'un nombre de membres cooptés égal à 15 % du nombre des membres élus. Le vote se fait au scrutin secret, à un seul tour en une opération unique pour tous les mandats. Les candidats élus sont désignés dans l'ordre des voix obtenues quel que soit le nombre de celles-ci. En cas de partage des voix, le plus âgé l'emporte.

- Article 15.

L'Assemblée vérifie les pouvoirs de ses membres et juge les contestations qui s'élèvent à ce sujet.

- Article 16.

Les séances de l'Assemblée Nationale sont publiques.

Néanmoins, l'Assemblée peut décider le huis-clos. Elle décide ensuite si la séance doit être reprise en public sur le même sujet.

- Article 17.

Il est tenu un procès-verbal des séances.

Sa publicité est assurée dans les conditions déterminées par le règlement de l'Assemblée.

- Article 18.

L'Assemblée Nationale se réunit de plein droit chaque année les premiers mardis des mois de mars et de septembre, à moins qu'elle n'ait été réunie antérieurement par le Président du Katanga.

Elle doit rester réunie chaque année quarante jours au moins et nonante jours au plus.

Le Président du Katanga prononce la clôture de la session.

- Article 19.

Le Président du Katanga a le droit de convoquer l'Assemblée Nationale en session extraordinaire. Il en avertit préalablement le Président et lui fait part des motifs de la convocation.

- Article 20.

Le Président du Katanga a le droit de dissoudre l'Assemblée Nationale. Il en avertit préalablement le Président de l'Assemblée et lui fait part des motifs de la dissolution.

L'acte de dissolution contient convocation des électeurs dans les trois mois et de l'Assemblée dans les quatre mois.

- Article 21.

Le Président du Katanga peut ajourner l'Assemblée Nationale.

Toutefois, cet ajournement ne peut excéder le terme d'un mois ni être renouvelé dans la même session sans l'assentiment de l'Assemblée.

- Article 22.

A chaque législature, l'Assemblée nomme son Président, et com-  
.....

Figura 15: Constituição do Catanga de 1960<sup>25</sup>

<sup>25</sup>CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

pose son bureau.

- Article 23.

Toute résolution est prise à la majorité absolue des suffrages. En cas de partage des voix, la proposition mise en délibération est rejetée.

Le règlement de l'Assemblée dispose à l'égard des élections auxquelles celle-ci doit procéder, sauf en ce qui est prévu à l'alinéa dernier de l'article 14.

- Article 24.

Les membres de l'Assemblée ne peuvent participer aux délibérations auxquelles ils ont un intérêt personnel direct.

Le Président de l'Assemblée est chargé de veiller à l'application de cette disposition.

- Article 25.

Les membres de l'Assemblée Nationale représentent la nation et non une circonscription électorale.

Tout mandat impératif est nul.

Le droit de vote des membres de l'Assemblée est personnel.

- Article 26.

Aucun membre de l'Assemblée Nationale ne peut être poursuivi ou recherché à l'occasion des opinions et des votes émis par lui dans l'exercice de ses fonctions à l'Assemblée.

Le Président de l'Assemblée a le devoir de veiller au souci de la vérité et à la courtoisie des débats.

- Article 27.

Aucun membre de l'Assemblée Nationale ne peut, pendant la durée de session, être poursuivi ni arrêté en matière répressive qu'avec l'autorisation de l'Assemblée, sauf le cas de flagrant délit.

La détention ou la poursuite d'un membre si l'Assemblée le requiert, sans que cette suspension puisse dépasser la durée de la session en cours.

- Article 28.

Il est interdit de présenter en personne des pétitions à l'Assemblée Nationale.

Celle-ci a le droit de renvoyer aux Ministres les pétitions qui lui sont adressées. Les Ministres sont tenus de donner des explications sur leur contenu, chaque fois que l'Assemblée l'exige.

- Article 29.

L'Assemblée Nationale détermine par son règlement le mode suivant lequel elle exerce ses attributions. Ce règlement se conformera aux principes suivants:

1 - le Président a la police de l'assemblée.

2 - les présentations et élections de candidats se font au scrutin secret;

3 - un projet de loi ne peut être soumis au vote de l'Assemblée qu'après avoir été adopté article par article.

4 - sur l'ensemble d'une loi, il est voté par appel nominal et à haute voix; les votes peuvent également être émis par un système technique donnant des garanties identiques;

5 - l'Assemblée a le droit d'amender et de diviser les articles et les amendements proposés;

6 - tout amendement à un projet de budget entraînant un accroissement de dépenses doit prévoir les voies et moyens nécessaires et

Figura 16: Constituição do Catanga de 1960<sup>26</sup>

<sup>26</sup> CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

Le Président du Katanga prononce la clôture de la session.

- Article 34.  
Le Président du Katanga a le droit de convoquer le Grand Conseil en session extraordinaire. Il en avertit préalablement le Président de l'Assemblée Nationale et le Président du Grand Conseil et leur fait part des motifs de la convocation.

- Article 35.  
Le fonctionnement du Grand Conseil fait application des articles 15, 16, 17, 22, 23, 24, 27 et 28.  
Les alinéas 2 et 6 de l'article 30 sont applicables au Grand Conseil.

- Article 36.  
Au cas de dissolution de l'Assemblée Nationale par application de l'article 20, les chefs coutumiers se réunissent, à l'invitation du Président du Katanga, pour procéder à une nouvelle élection du Grand Conseil, comme il est dit à l'article 31.

- Article 37.  
Le Président du Katanga est élu, au vote secret, par l'Assemblée Nationale et le Grand Conseil réunis en assemblée commune. Celle-ci est présidée par le Président de l'Assemblée Nationale.  
Pour être valablement constituée, l'assemblée commune doit réunir la moitié au moins des membres du Grand Conseil.  
Chaque membre n'a droit qu'à une voix.  
La désignation du Président du Katanga est acquise à la majorité des deux tiers des voix des membres présents.  
Avant l'élection du Président, l'Assemblée Nationale fixe à la majorité simple le montant annuel de la liste civile.

- Article 38.  
Le Président du Katanga est tenu de convoquer l'Assemblée Nationale et le Grand Conseil en assemblée commune dans les trente jours de leur élection pour procéder à la législation de son successeur. Il ne sort de charge qu'au jour de cette désignation.  
Il est tenu de procéder de même manière lorsqu'il a fait application de l'article 20.

- Article 39.  
La durée du mandat à l'Assemblée Nationale et au Grand Conseil ainsi que la durée du mandat de Président du Katanga, sont de 4 ans.

- Article 40.  
En cas de vacances de la présidence du Katanga survenant au cours d'une législature, le Président de l'Assemblée exerce temporairement les pouvoirs du Président du Katanga, sauf ceux qui sont prévus aux articles 8 et 9.  
Il sera procédé à l'élection du nouveau Président du Katanga sur convocation du Président de l'Assemblée Nationale, conformément à ce qui est dit aux articles 37 et 38.  
La convocation doit être faite dans les 30 jours de la vacance. En aucun cas, la durée de la vacance ne peut excéder soixante jours.  
Le Président du Katanga élu de la sorte achève le mandat de son prédécesseur.

- Article 41.  
Lorsque le fonctionnement régulier des autorités constitutionnelles est interrompu, le Président du Katanga peut, en vue d'assurer, dans le plus bref délai, l'exercice normal des pouvoirs, prendre sur avis du Président de l'Assemblée Nationale toutes les mesures requises  
...

Figura 17: Constituição do Catanga de 1960<sup>27</sup>

<sup>27</sup> CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

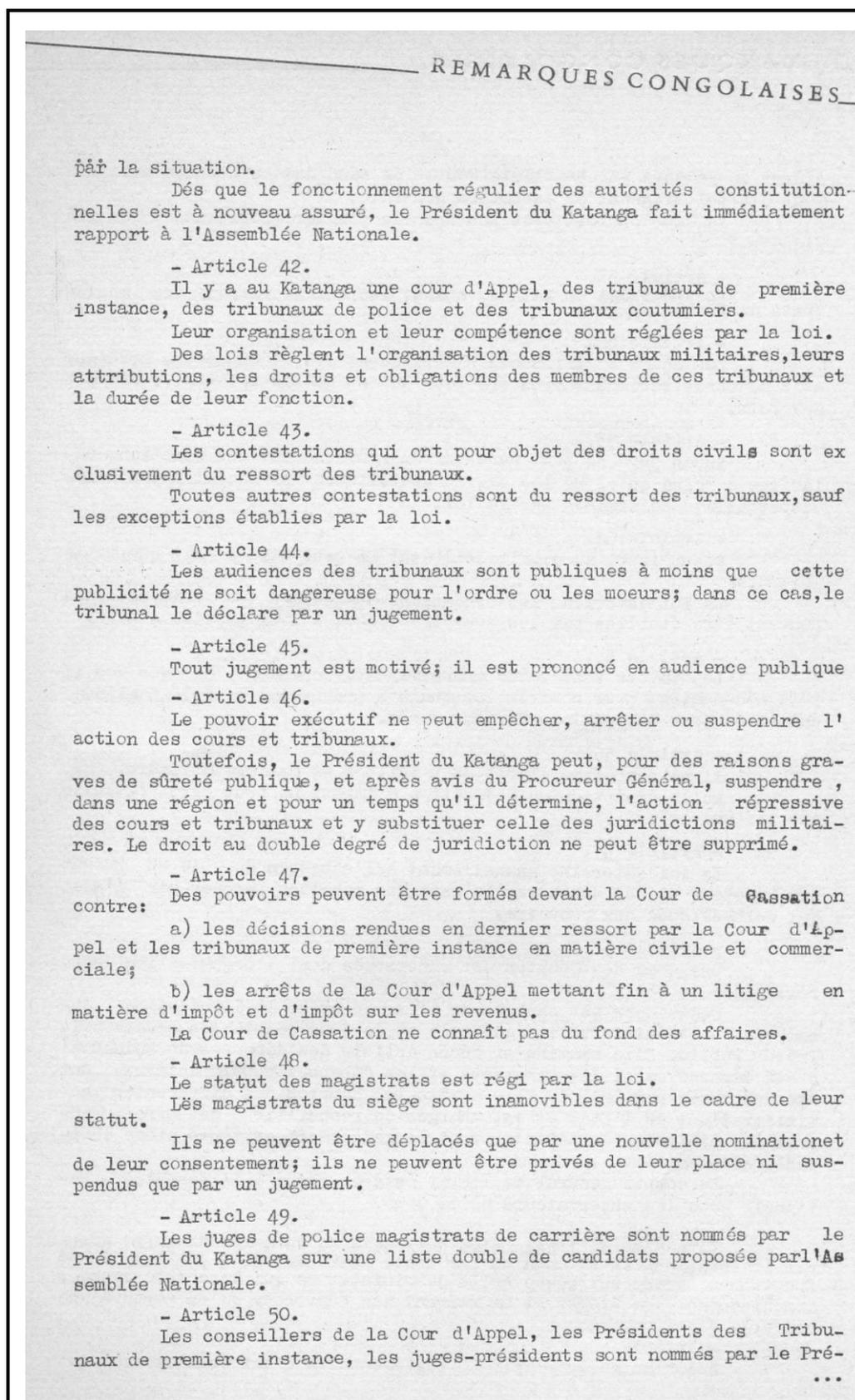


Figura 18: Constituição do Catanga de 1960<sup>28</sup>

<sup>28</sup>CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

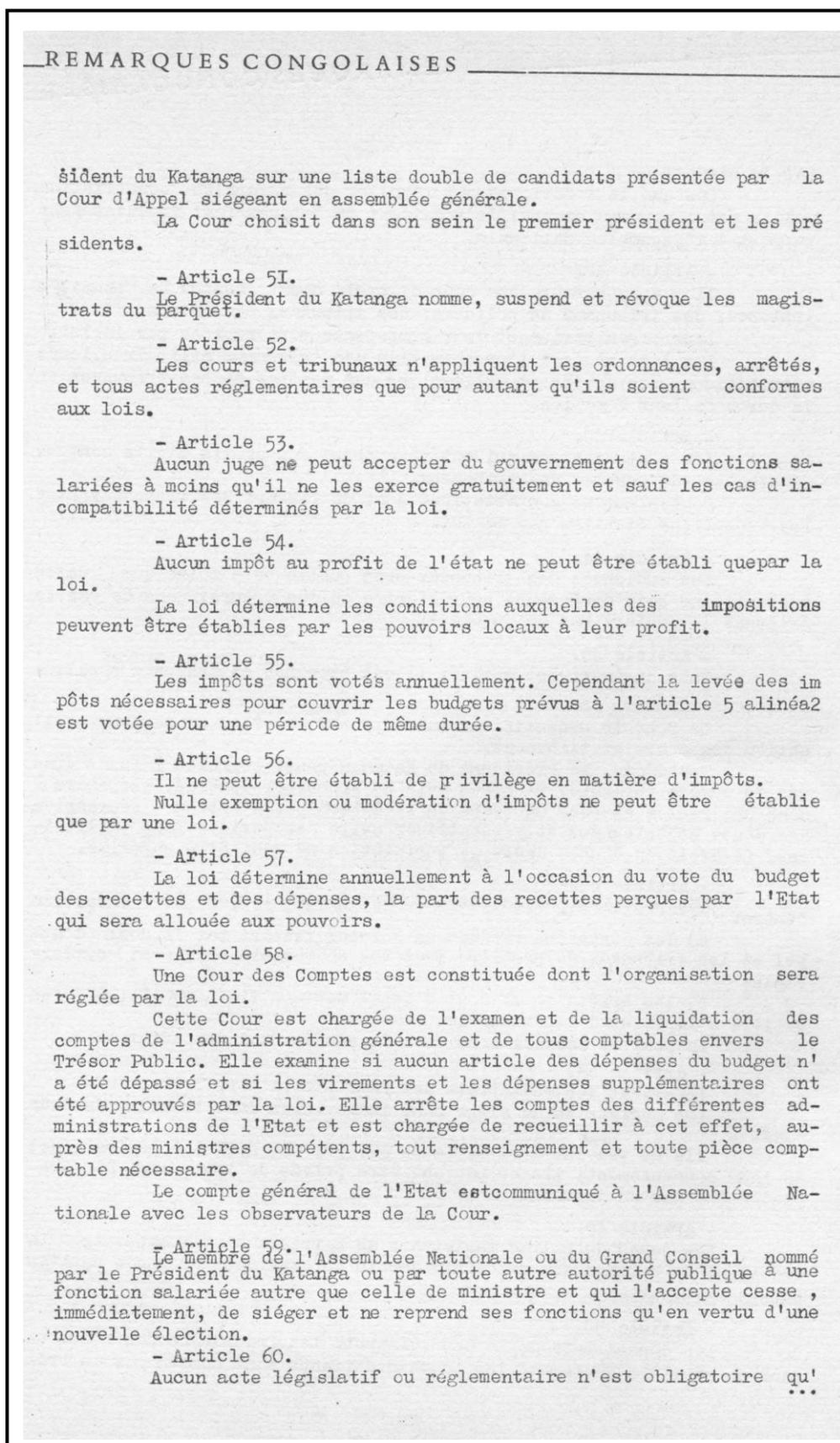


Figura 19: Constituição do Catanga de 1960<sup>29</sup>

<sup>29</sup> CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

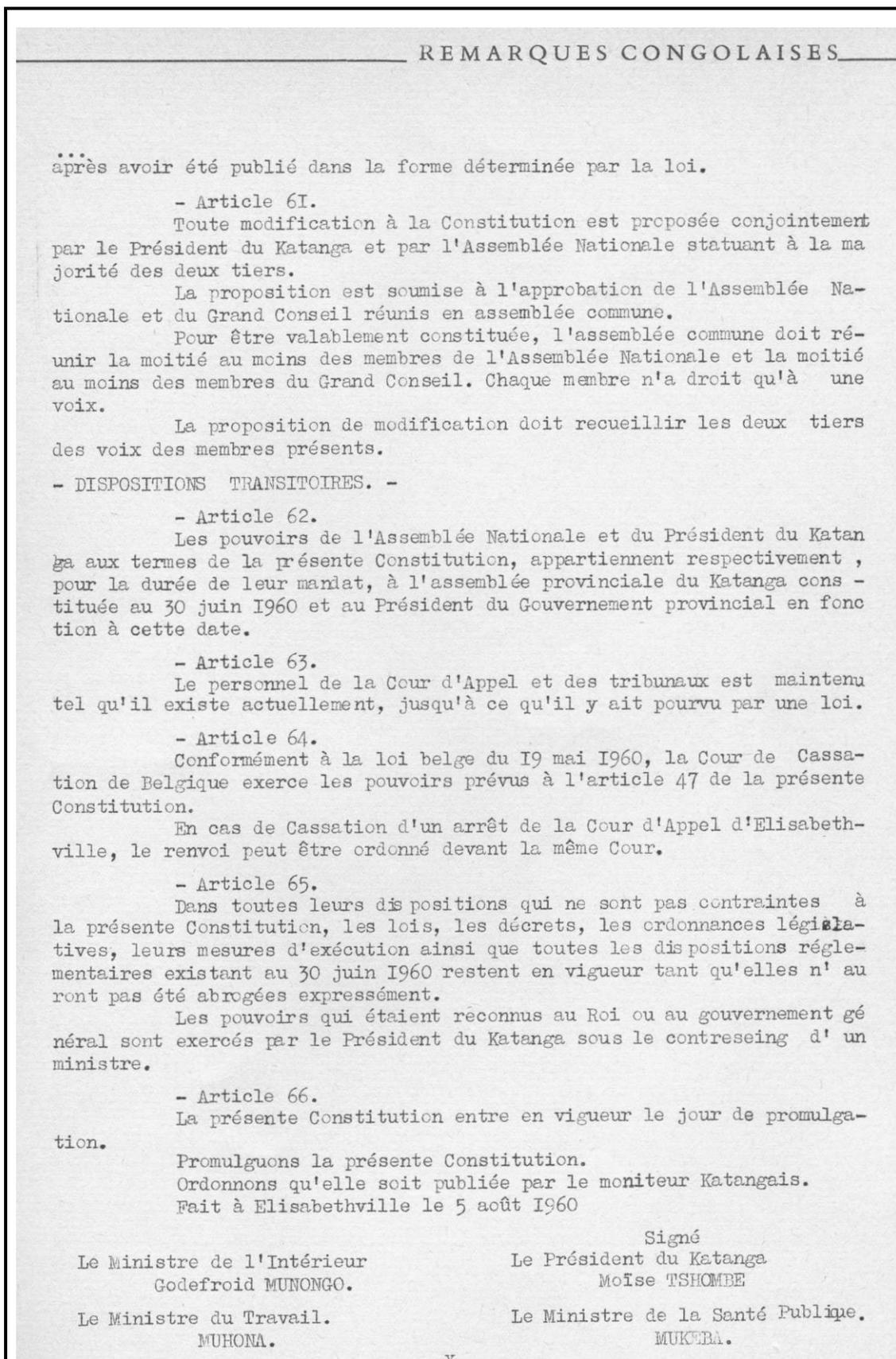


Figura 20: Constituição do Catanga de 1960<sup>30</sup>

<sup>30</sup> CONSTITUIÇÃO DO CATANGA. (consultado em 5 de Agosto, 09h00) Disponível: <http://www.archive.org/details/texts>.

## ANEXO K MERCENÁRIOS

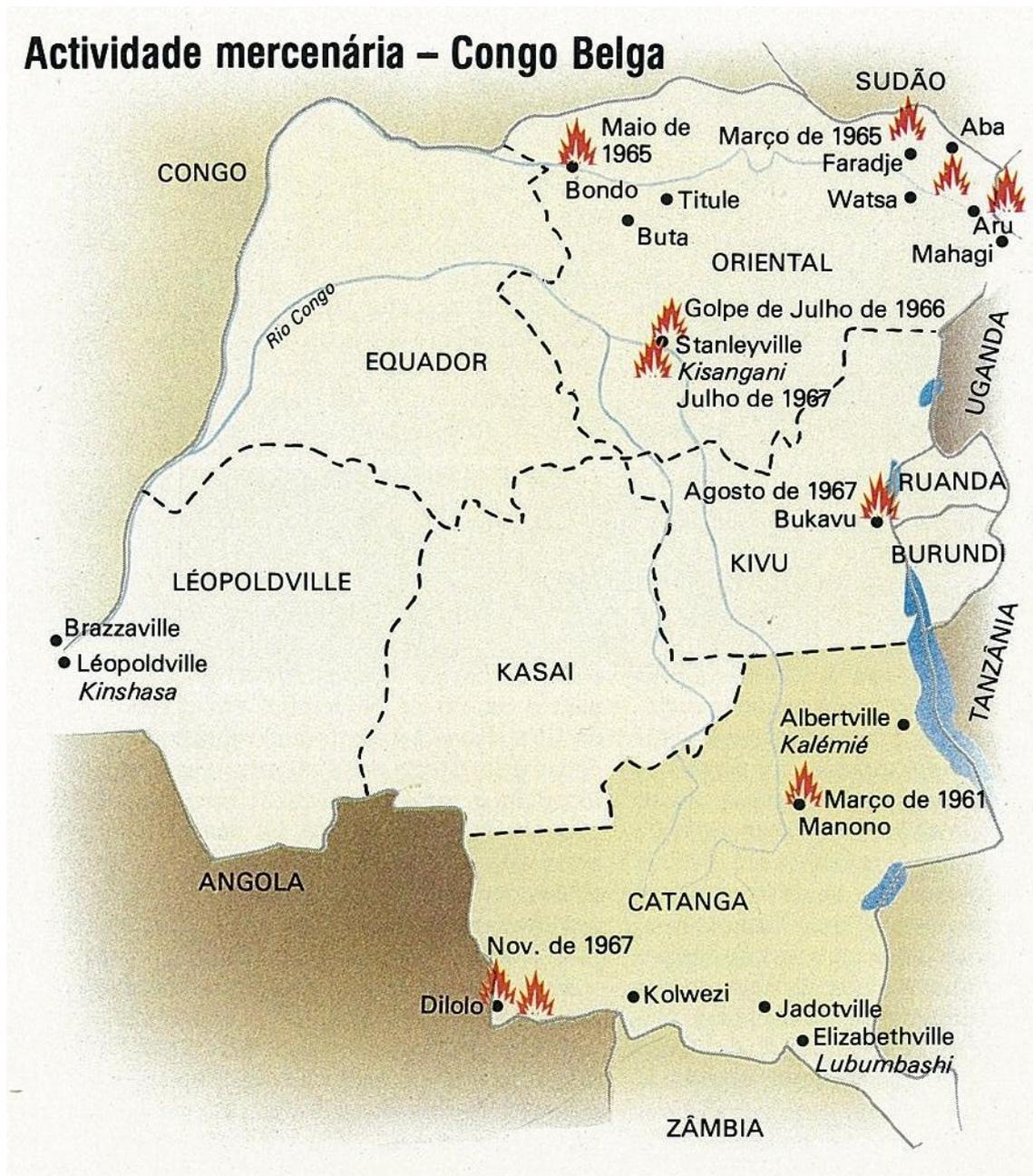


Figura 21: Actividade Mercenária no Congo - Belga<sup>31</sup>

<sup>31</sup> JANKE, *Banho de Sangue no Congo*, p. 145

## OS PROTAGONISTAS:

### *Jean Schramme*



Figura 22: Schramme<sup>32</sup>

*“Jean Schrame nasceu em Rondonópolis, no Brasil. Aos 18 anos instalou-se no Congo, onde dirigiu uma plantação, Manteve-se no país após a independência em 1960 e envolveu-se nas guerras civis com a ajuda dos milicianos que trabalhavam com ele na plantação. Em 1967 participou no golpe de estado de Tchombné contra Mobutu, em colaboração com os mercenários de Bob Denard. O golpe foi um desastre e Schramme, que tinha recebido o posto de coronel no Exército catanguês, dirigiu-se para Stanleyville (Kisangani) depois para Bukavu, na fronteira do Ruanda. Aí o seu 10º Comando, composto por 123 mercenários e 600 gendarmes catangueses, enfrentou as tropas do Exército do Congo 20 vezes superiores. Ameaçado de derrota, com falta de munições, Schramme retirou-se para o Ruanda.*

*Schramme e alguns dos seus homens regressaram à Bélgica em 1968. Foi condenado a 20 anos de prisão por morte de um mercenário e morreu em 1988”<sup>33</sup>.*

---

<sup>32</sup> SCHRAMME. (consultado em 5 de Agosto, 12h00). Disponível: <http://www.elgrancapitan.org/>.

<sup>33</sup> GOMES, Carlos de Matos; AFONSO, Aniceto, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VIII*, p. 44.

## Bob Denard

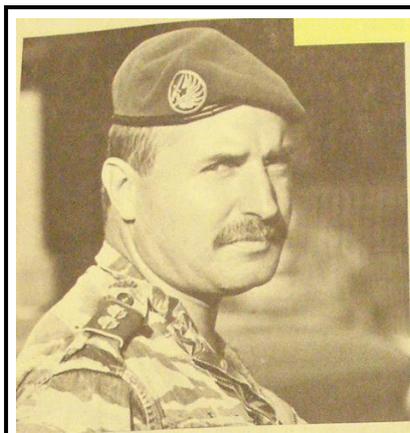


Figura 23: Bob Denard<sup>34</sup>

“Gilbert Bourgeaud, dito Bob Denard, foi o mais influente e conhecido de todos os mercenários que operaram em África depois das independências das antigas colónias europeias. Participou em várias missões na África francesa a partir dos anos 60, como homem dos serviços secretos franceses. Como referiu ao ser detido em Paris no regresso de mais um golpe, tudo o que fez foi ao serviço da França. De 1960 a 1963, foi o chefe do grupo armado que ficou conhecido como os “Affreux” do Catanga, que apoiavam Moisés Tchombé quando este declarou a independência do território a 11 de Julho de 1960. Após a queda de Kolwesi e a derrota dos mercenários, refugiou-se em Angola, com o acordo do Governo de Salazar, sendo repatriados para França com os seus homens. A mudança de alianças de Portugal, dos EUA para França, também passou por estas cumplicidades na gestão das aventuras com mercenários. Em 1967, de novo no Congo, ao serviço de Mobutu, participou com Jean Schramme na revolta dos mercenários. Foi ferido em Kisangani (Stanleyville) e os seus mercenários derrotados na última tentativa de secessão do Catanga. Depois da aventura congoleza, Denard participou em várias outras, sempre ao serviço dos interesses mais ocultos da França – golpes nas Comores e no Benim, apoio ao tráfico de armas para furar o embargo à África do Sul, acções terroristas contra países africanos que lhe eram hostis como Moçambique e Angola”<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> AHD, PAA, Maço 1085, Processo 960,16, Artigo do Jornal “Porquois Pás?”, 1968.

<sup>35</sup> GOMES, Carlos de Matos; AFONSO, Aniceto, *Os Anos da Guerra Colonial, Vol. VIII*, p. 44.

## ANEXO L

### CRISE FINAL DO CATANGA



Figura 24: Crise Final do Catanga<sup>36</sup>

<sup>36</sup> Adaptado de GOMES; AFONSO, *Guerra Colonial, Vol. V*, p. 23

ANEXO M

NOVO ESTADO NA ÁFRICA CENTRAL

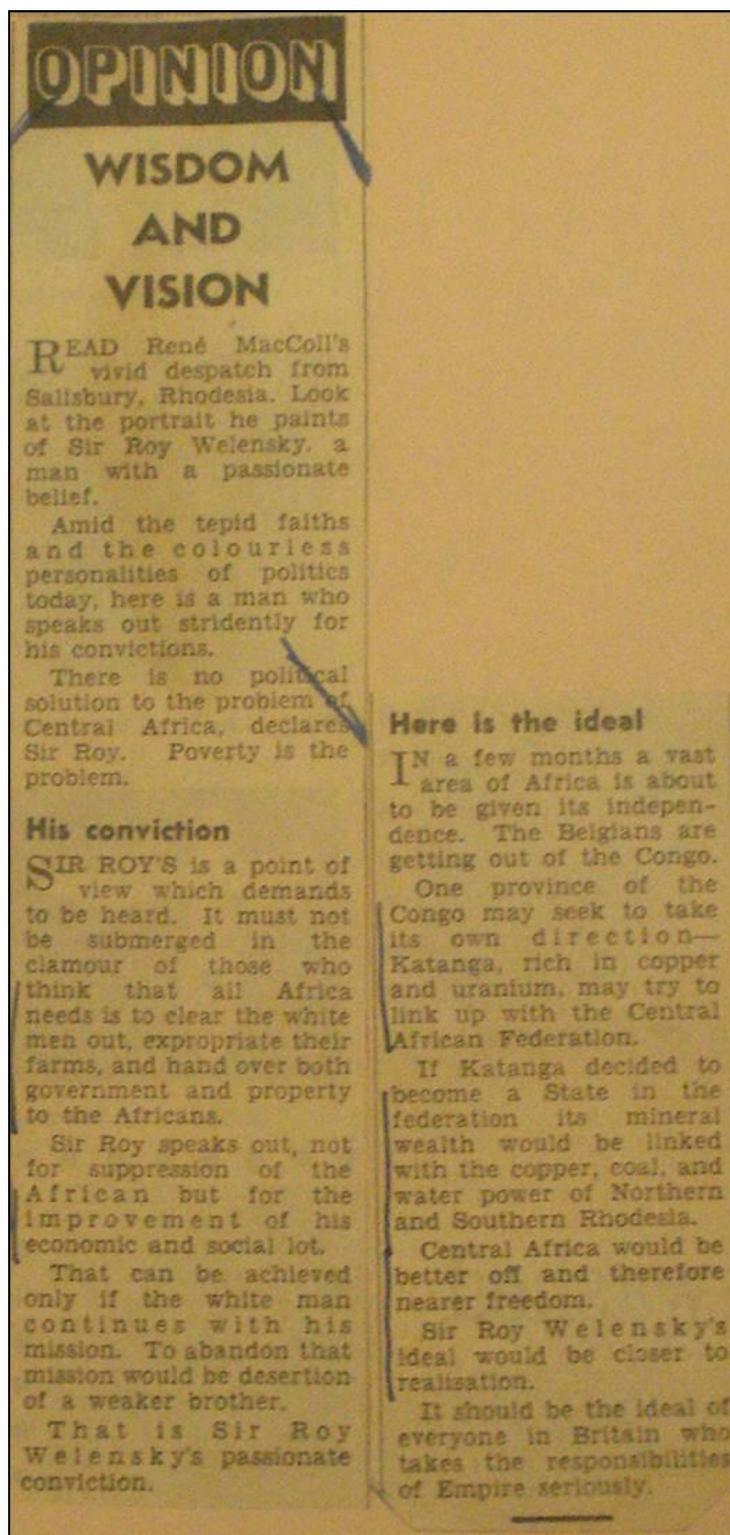


Figura 25: Artigo do Jornal "DAILY EXPRESS"<sup>37</sup>

<sup>37</sup> AHD, PAA, Maço: 1095, Processo 959,16, 1960.

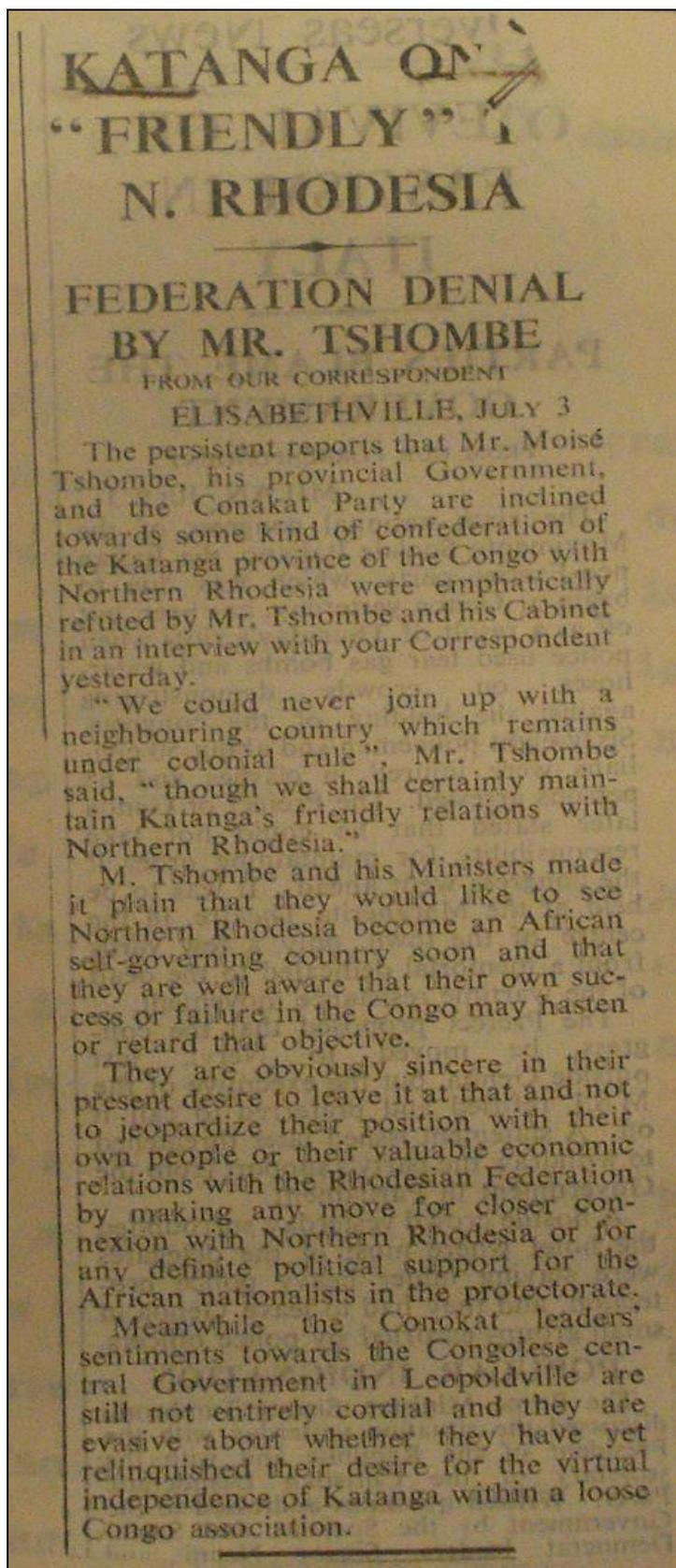


Figura 26 Artigo do Jornal "TIMES"<sup>38</sup>

<sup>38</sup> AHD, PAA, Maço: 1095. Processo 959,16, 1960.

ANEXO N  
MISSÃO CATANGUESA EM LISBOA

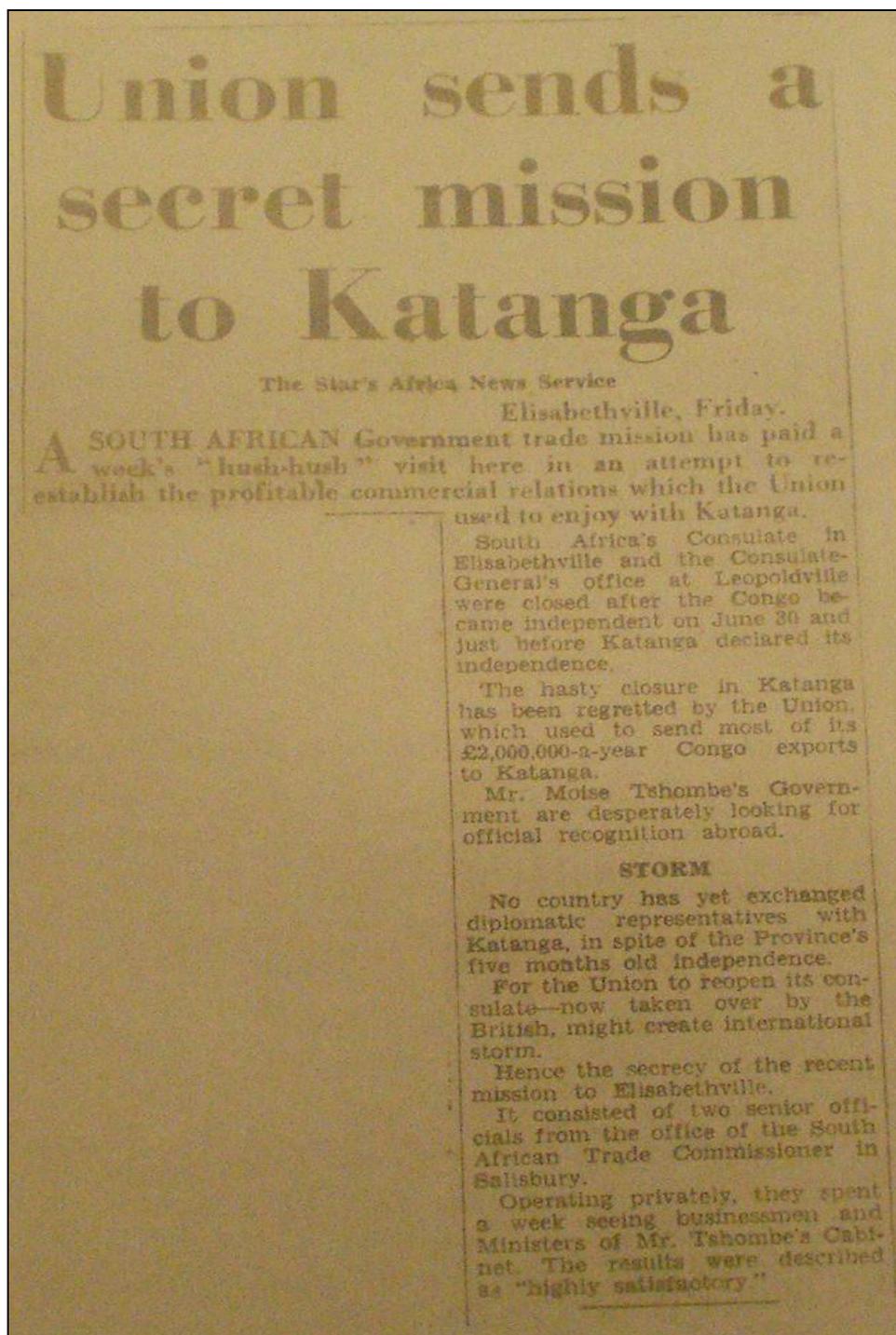


Figura 27: Artigo do Jornal "THE STAR"<sup>39</sup>

<sup>39</sup> AHD, PAA, Maço: 1095, Processo 960,16, 1960.



Figura 28 Artigo de Jornal não identificado<sup>40</sup>

<sup>40</sup> AHD, PAA, Maço: 1095: Processo 959,16, 1960.

## ANEXO O

### PACTO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA

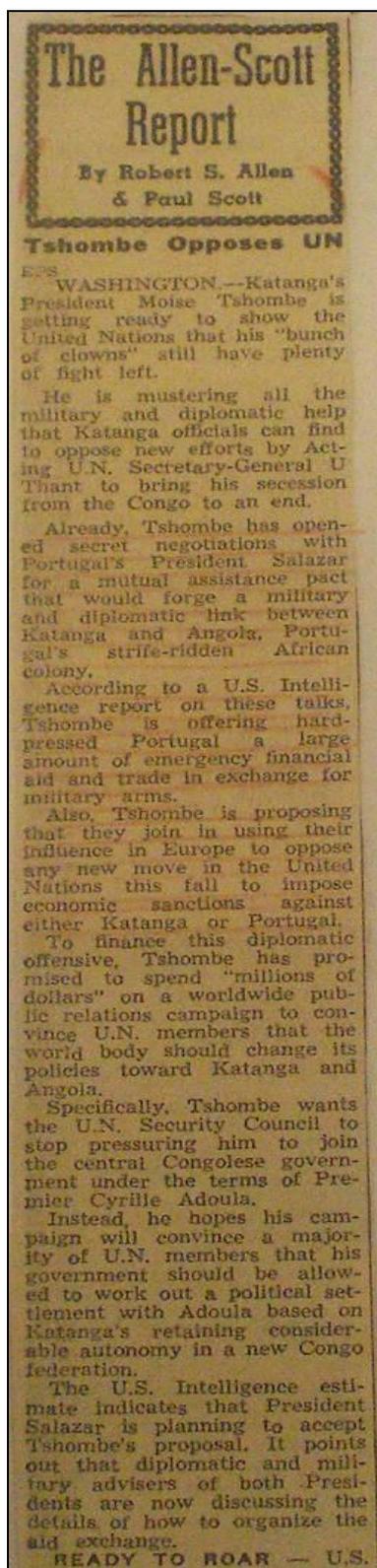


Figura 29: Artigo do Jornal "MAINICHI DAILY NEWS"<sup>41</sup>

<sup>41</sup> AHD, PAA, Processo 959,161, 1962.



Figura 30: Artigo do Jornal Cubano "REVOLUCIÓN"<sup>42</sup>

<sup>42</sup> AHD, PAA, Maço: 1095, Processo 959,161, 1962.

ANEXO P

TÉCNICOS PORTUGUESES PARA O KATANGA



Figura 31: Artigo do Jornal “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”<sup>43</sup>

<sup>43</sup> FONTE: AHD, PAA, Maço: 1095, Processo 960,161, 1961.

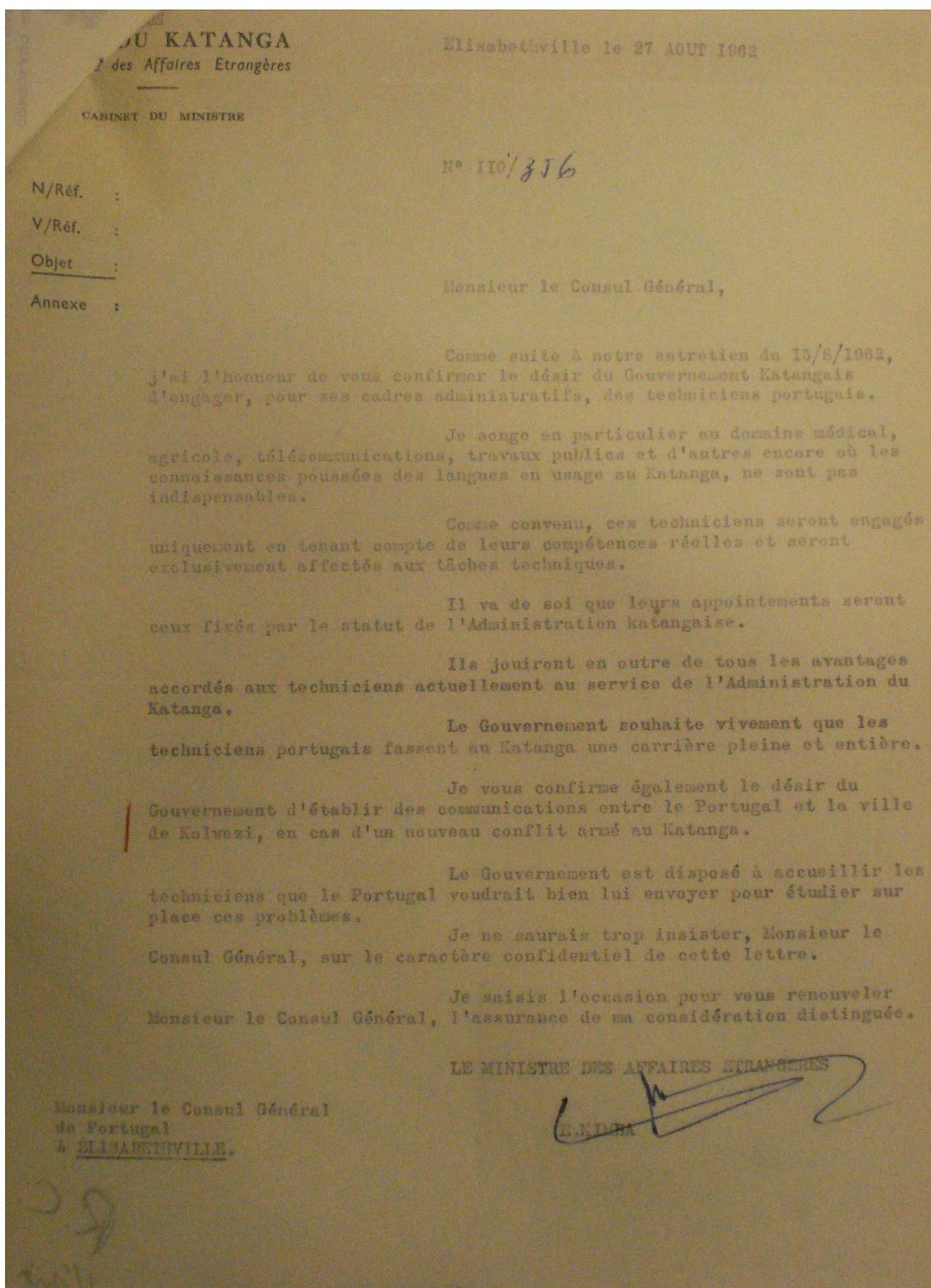


Figura 32: Carta de Kimba<sup>44</sup>

<sup>44</sup> AHD, PAA, Maço: 1095, Processo 960,161, *Carta do Ministro Kimba a solicitar a ida de técnicos para aquela Província*, 1961.

## ANEXO Q

### ARMAMENTO PORTUGÊS PARA O CATANGA

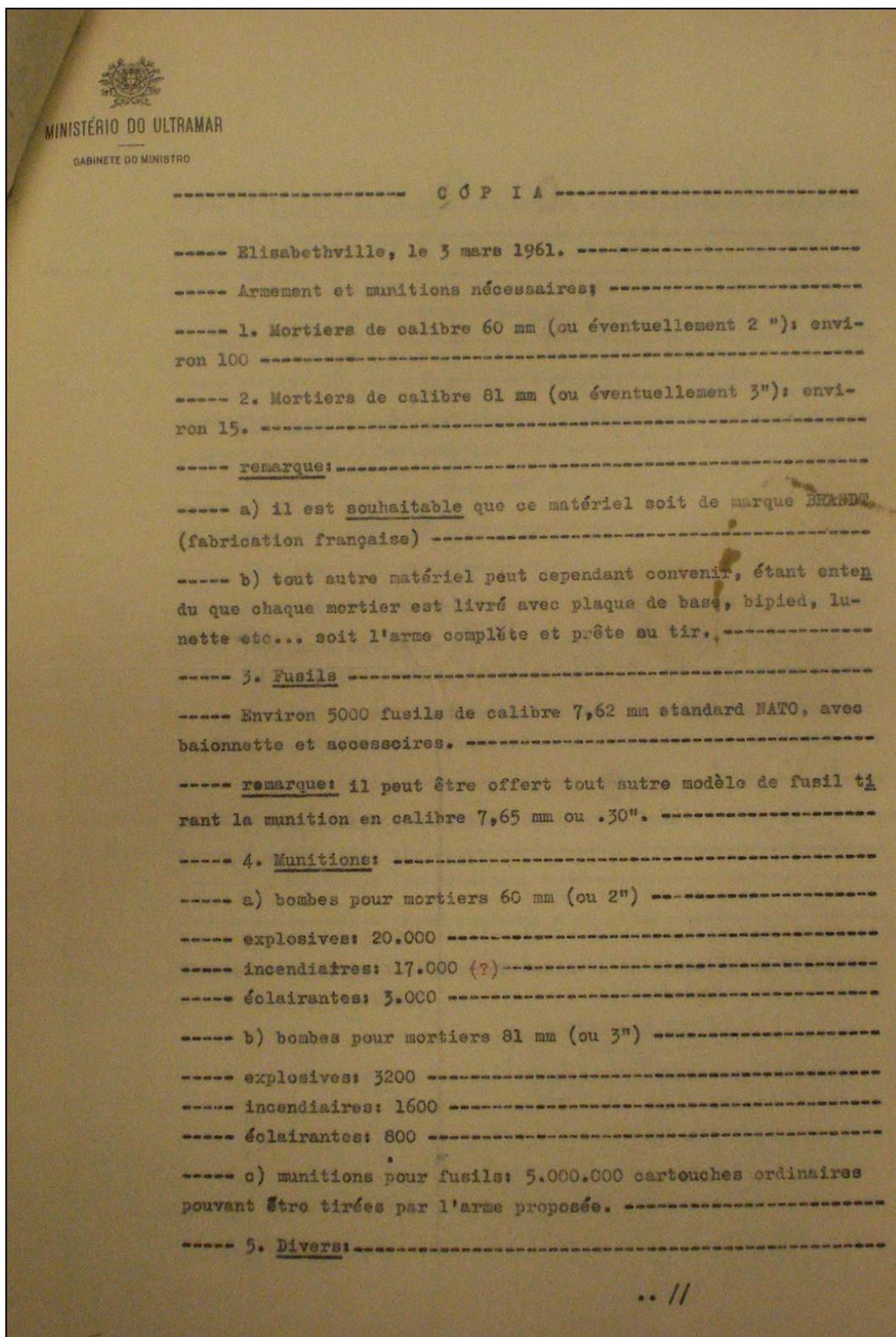


Figura 33: Lista do Material de Guerra Solicitado<sup>45</sup>

<sup>45</sup> AHD, PAA, Maço 1095, Processo 960,161: *Ofício n.º 895/B/6/4 do Ministério do Ultramar*, 1961.

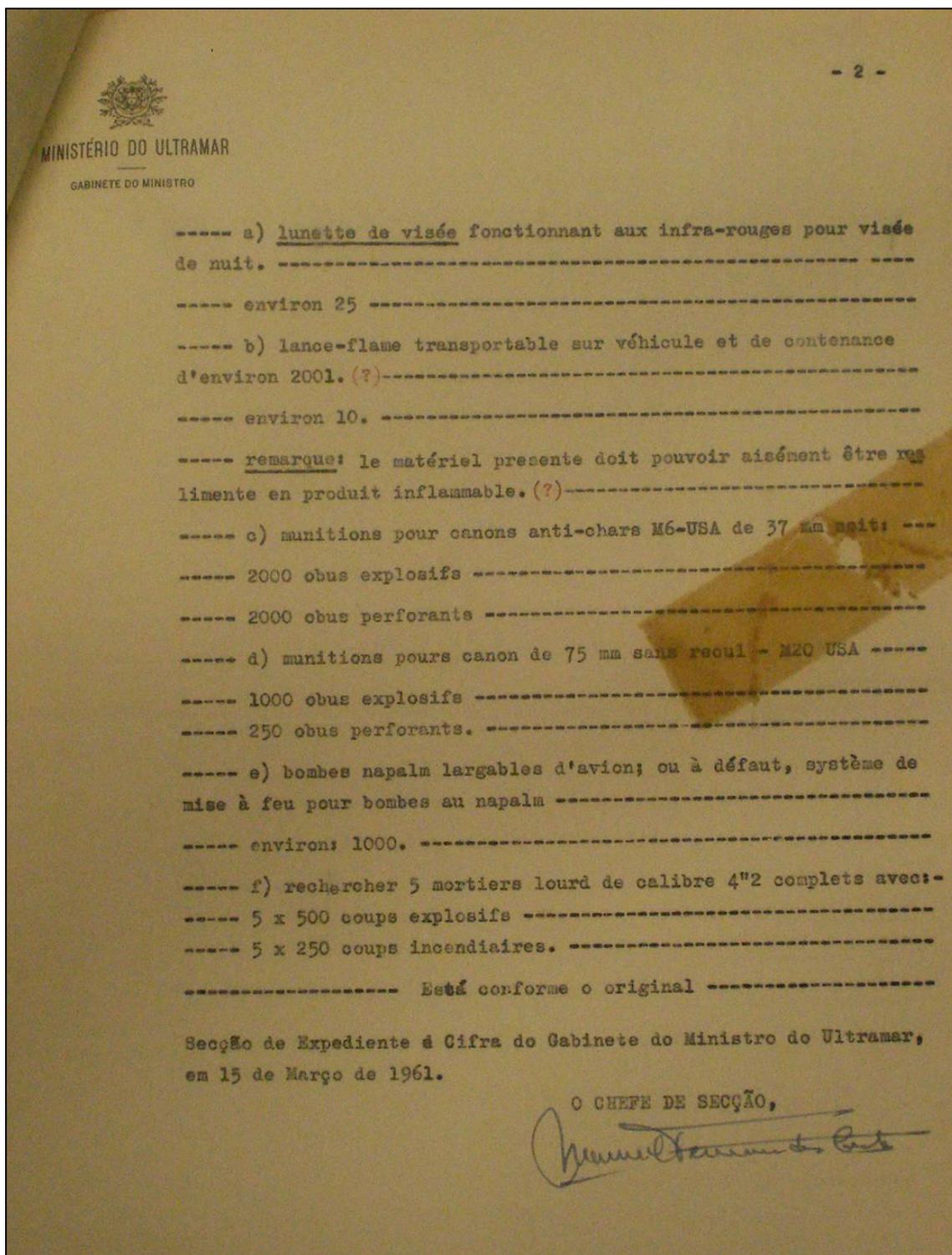


Figura 34: Lista do Material de Guerra Solicitado<sup>46</sup>

<sup>46</sup> AHD, PAA, Maço 1095, Processo 960,161: *Ofício n.º 895/B/6/4 do Ministério do Ultramar*, 1961.

**ANEXO R**  
**MATERIAL VENDIDO PELA NORTE IMPORTADORA**

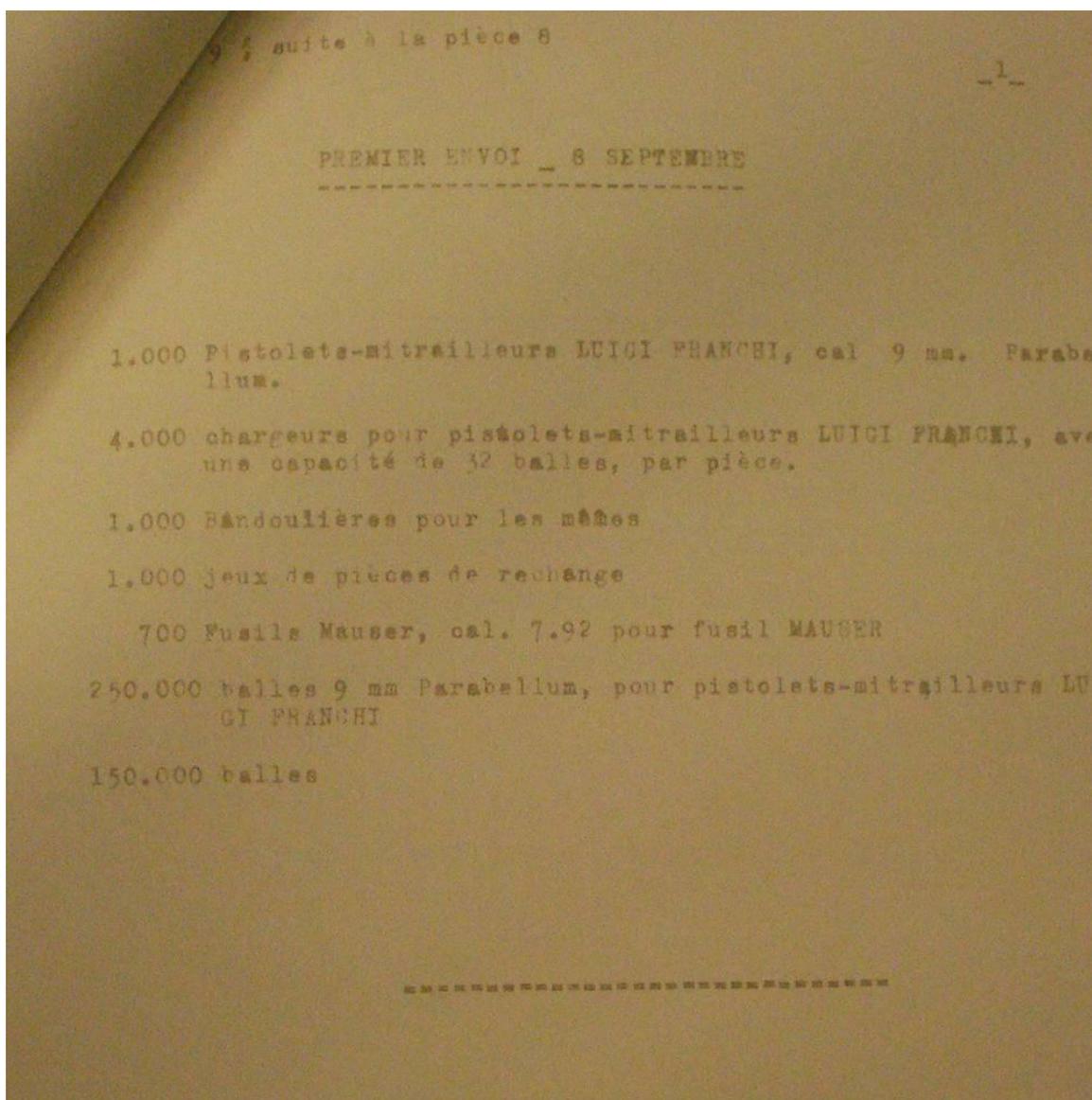


Figura 35: Lista do Material de Guerra Vendido pela Norte Importadora<sup>47</sup>

<sup>47</sup> AHD, PAA, Processo 960,161: *Lista de Material Anexada ao Relatório do Major Cardoso*, 1963.

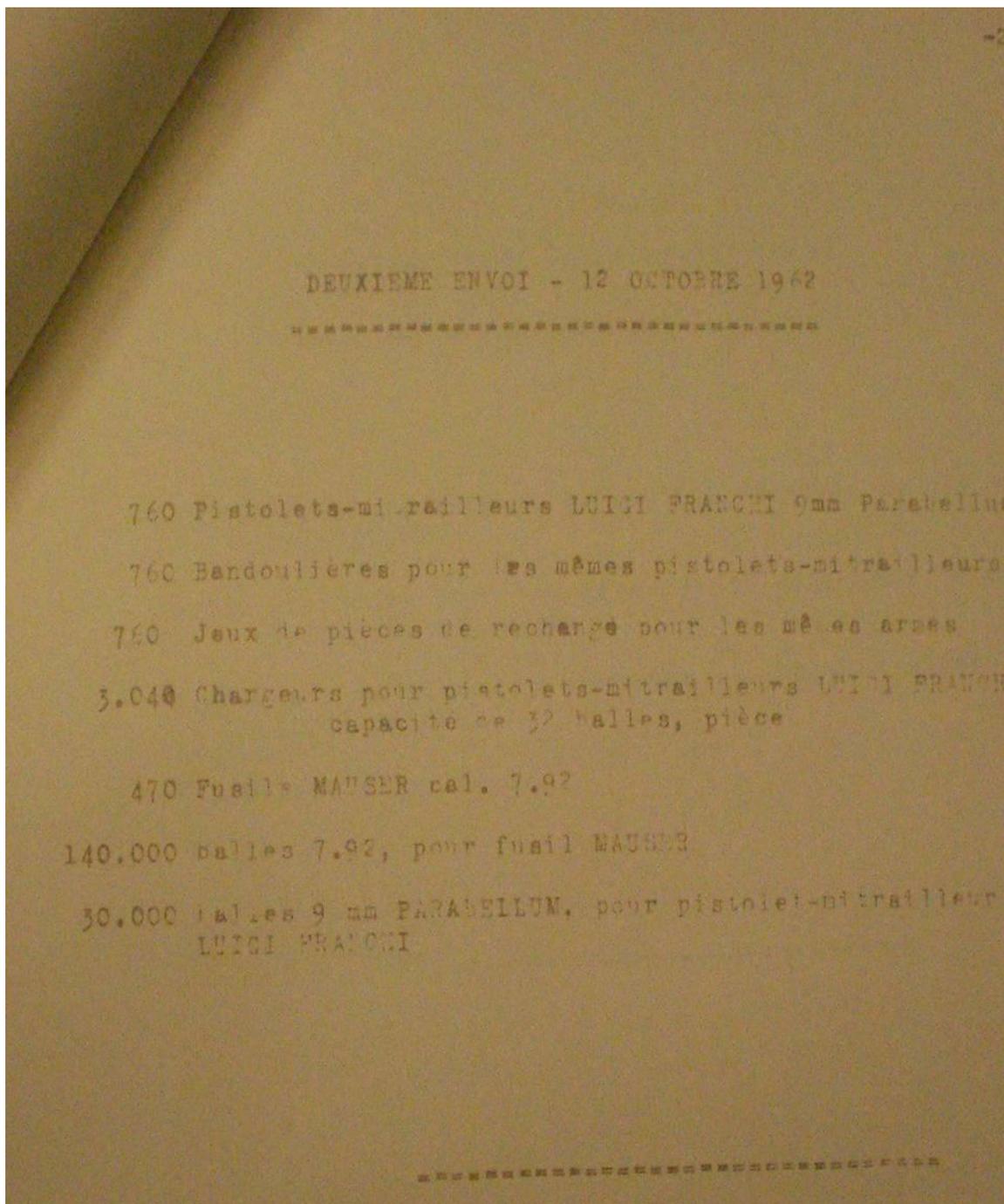


Figura 36: Lista do Material de Guerra Vendido pela Norte Importadora<sup>48</sup>

<sup>48</sup> AHD, PAA, Processo 960,161: *Lista de Material Anexada ao Relatório do Major Cardoso*, 1963.

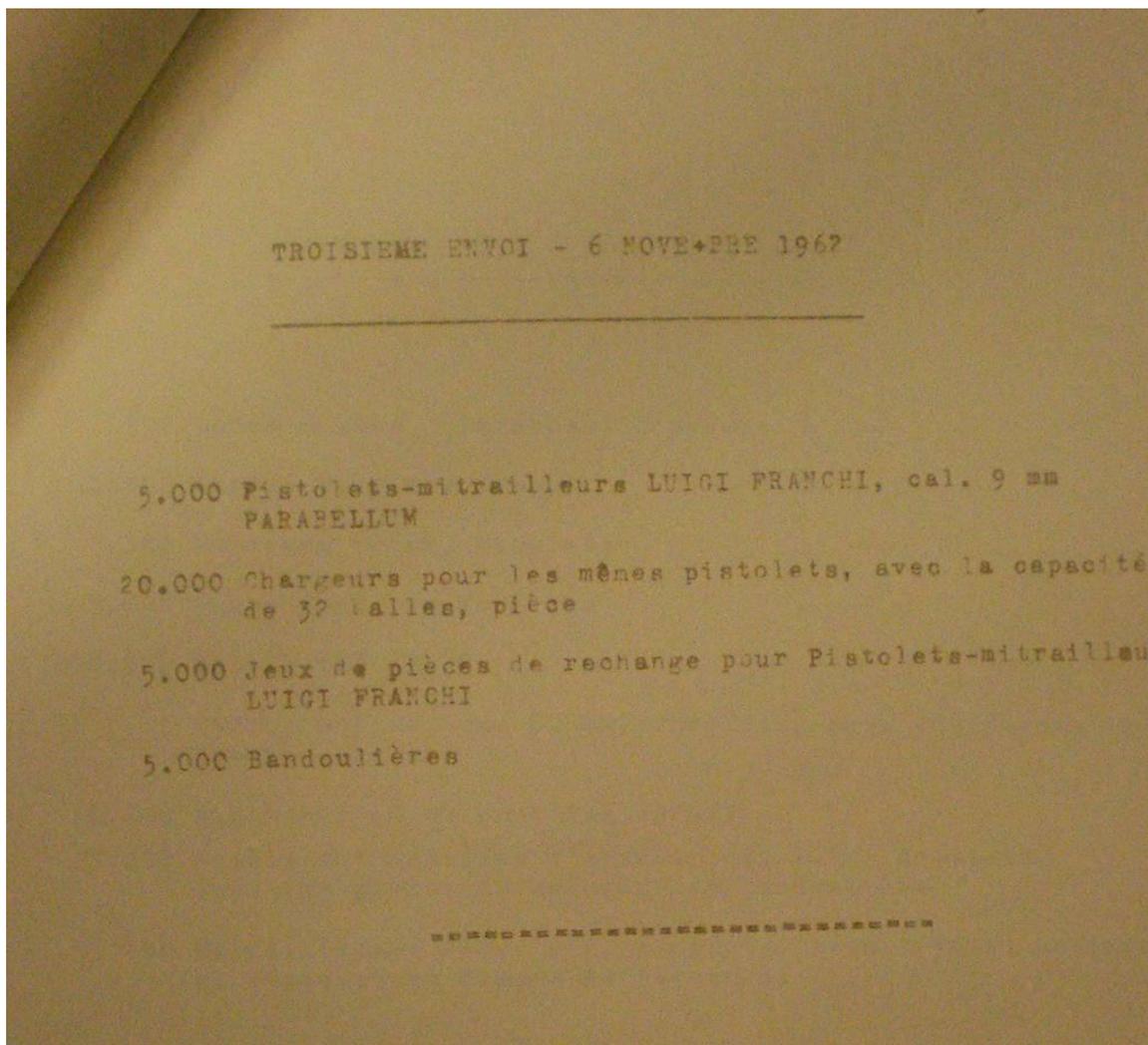


Figura 37: Lista do Material de Guerra Vendido pela Norte Importadora<sup>49</sup>

<sup>49</sup> AHD, PAA, Processo 960,161: *Lista de Material Anexada ao Relatório do Major Cardoso*, 1963.

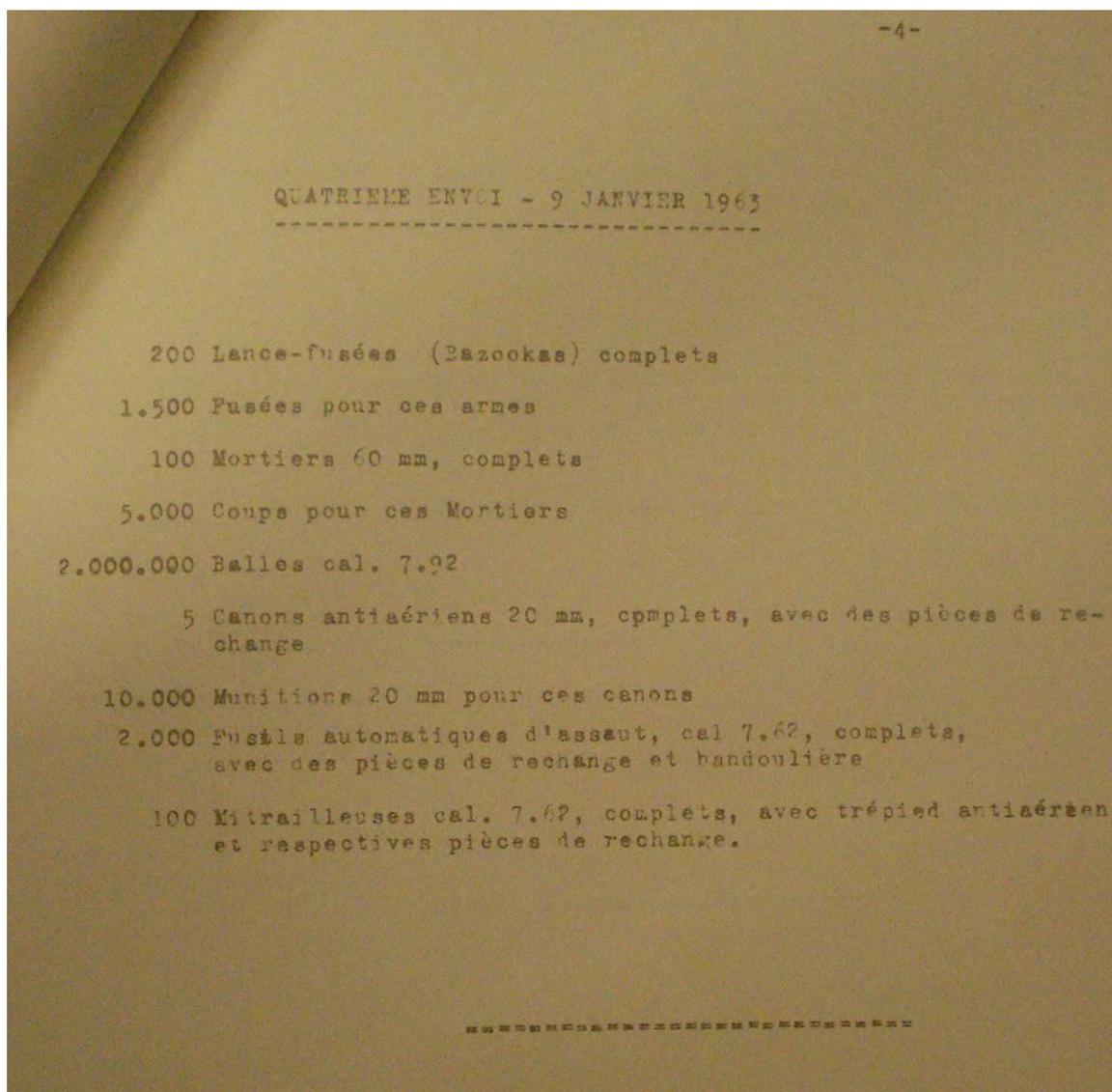


Figura 38: Lista do Material de Guerra Vendido pela Norte Importadora<sup>50</sup>

<sup>50</sup> FONTE: AHD, PAA, Processo 960,161: *Lista de Material Anexada ao Relatório do Major Cardoso*, 1963.

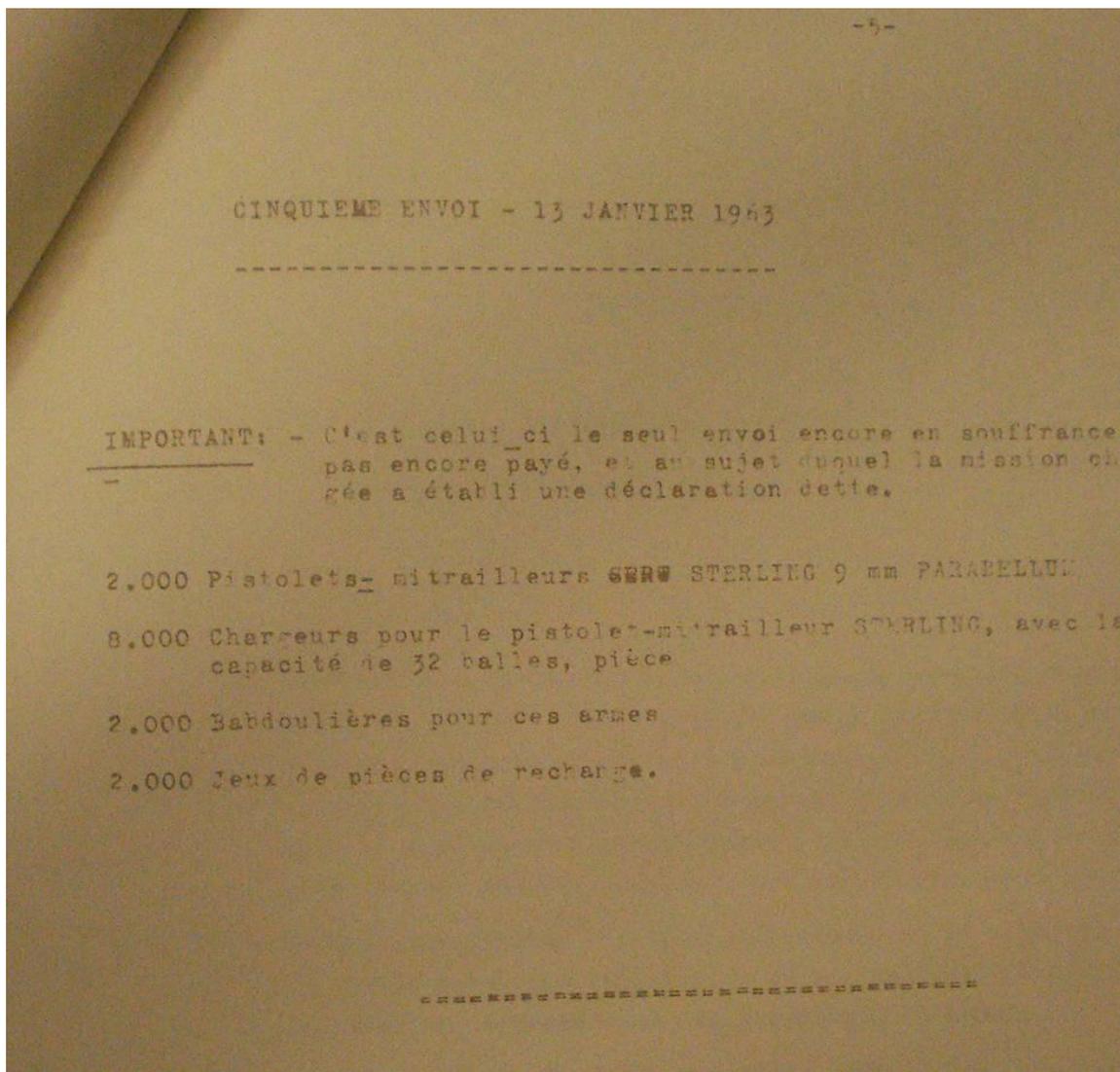


Figura 39: Lista do Material de Guerra Vendido pela Norte Importadora<sup>51</sup>

<sup>51</sup> FONTE: AHD, PAA, Processo 960,161: *Lista de Material Anexada ao Relatório do Major Cardoso*, 1963.

## ANEXO S

### PORTUGAL E A RECUSA À ONU



Figura 40: Artigo do Jornal do Equador “QUITO”<sup>52</sup>

<sup>52</sup> AHD, PAA, Maço 1095, Processo 960,16, 1963.

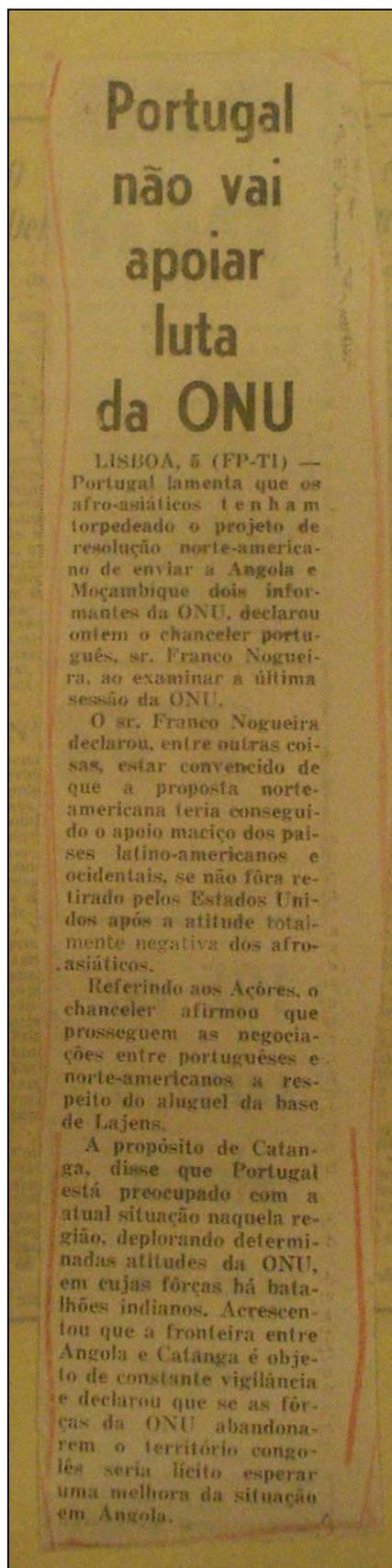


Figura 41: Artigo do Jornal “JORNAL DE NOTÍCIAS”<sup>53</sup>

<sup>53</sup> AHD, PAA, Maço 1095, Processo 960,16, 1963.

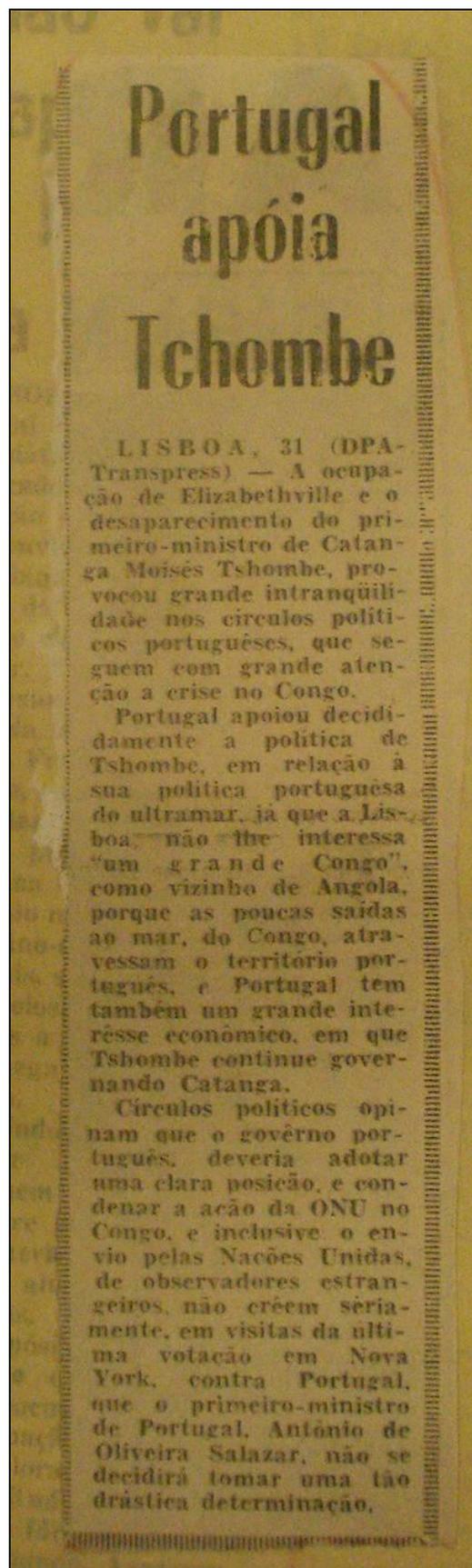


Figura 42: Artigo do Jornal "JORNAL DE NOTÍCIAS"<sup>54</sup>

<sup>54</sup> AHD, PAA, Maço 1095, Processo 960,16, 1963.

ANEXO T  
COMEVAK

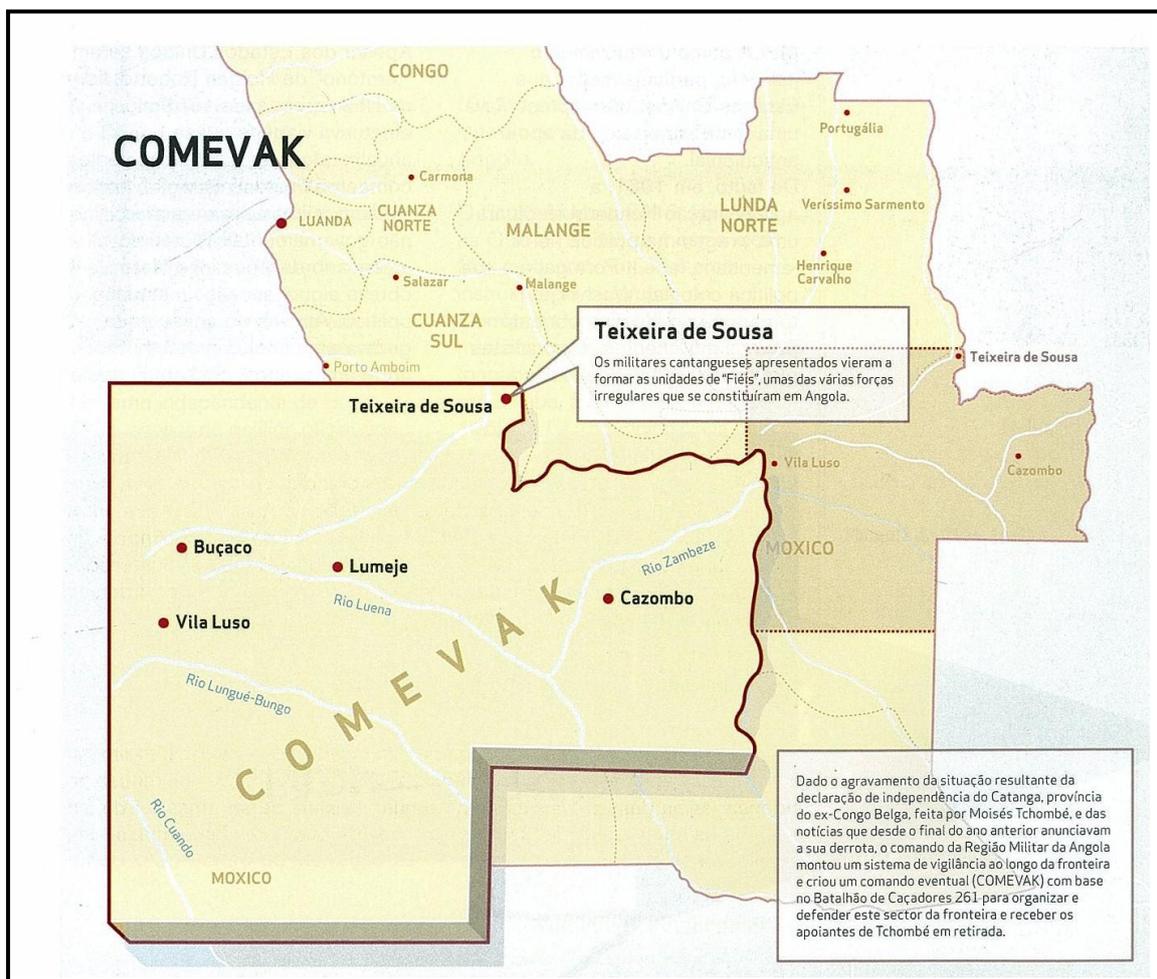


Figura 43: COMEVAK<sup>55</sup>

<sup>55</sup> GOMES; AFONSO, *Guerra Colonial, Vol. IV*, p. 19

## ANEXO U

### Aviação do Catanga (AVIKAT)

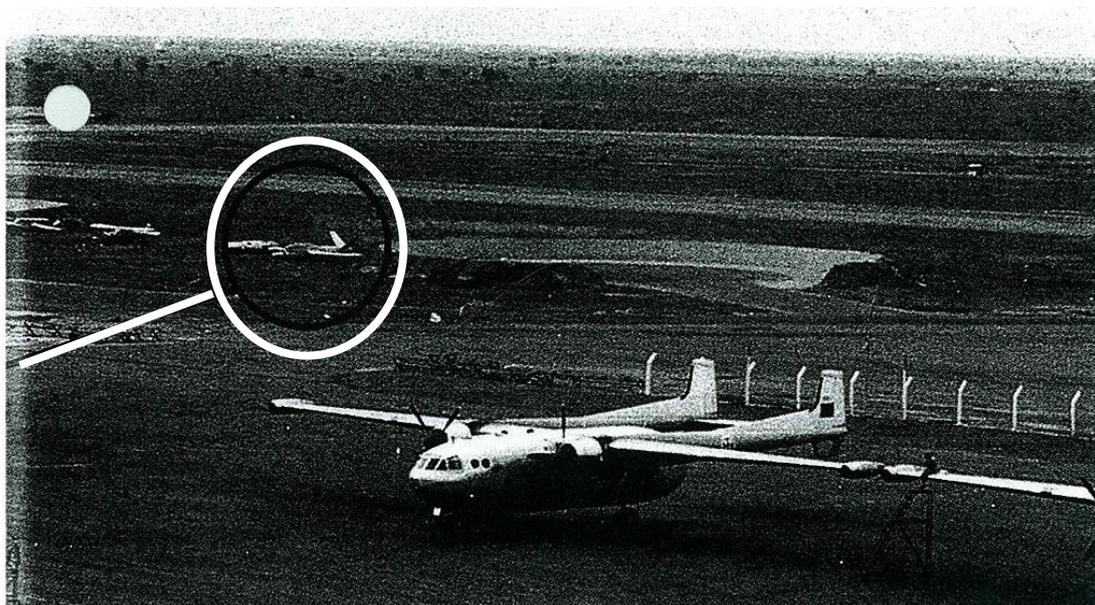


Figura 44: Base Aérea n.º9 em Luanda, podendo observar-se um Fouga Magister da AVIKAT<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Foto da Força Aérea Portuguesa. In VIDAL, *Guerras no Congo*, p. 43

## ANEXO V

### Carta de Salazar a Tchombé

*“1. Presidente do Conselho envia as mais sinceras felicitações pelo cargo confiado a W. e faz os melhores votos por que seja feliz na sua missão.*

*2. O Governo português agradece reconhecidamente a mensagem. Compreende bem extrema delicadeza da tarefa e do seu lado fará o possível por que não se suscitem quaisquer dificuldades, antes se preste o maior apoio. Agirá com a máxima prudência e descrição para não comprometer a acção de W., nem insistirá em atitudes externas que só possam ser empreendidas com riscos graves.*

*3. Parece ao governo português que maiores e mais urgentes tarefas são tentar a pacificação das diversas regiões, estabilizar as populações para recomeço do trabalho normal, prover ao seu sustento se necessário, e a reactivação económica do país. Tudo o mais depende disto. Mas se para tarefas económicas a OUA não interessa grandemente, é necessário boa vontade e confiança dos países africanos para que a atmosfera de paz se restabeleça na região pelo que outras coisas devem ser sacrificadas a esse objectivo. Seja qual for a posição tomada por W. quanto a nós, países africanos revolucionários e socialistas tipo RAU, Argélia, etc., hão-de promover e manter hostilidade ao governo congolês que queira trabalhar em ambiente confiante com europeus. Mas há outros países africanos que podem contrabalançar aqueles (na acção se não nos votos) se a atitude tomada for prudente.*

*4. Maneira porventura mais eficaz de pôr estes problemas em reuniões, como a próxima reunião do Cairo, é levar a reconhecer que: a) não se dispõe de força para resolver os problemas políticos nos termos defendidos por alguns e b) há entretanto vantagem, para estabilizar independências adquiridas, na cooperação com certos países. Estes, por seu desenvolvimento e relevância da sua posição geográfica (Angola, Moçambique) podem prestar a outros, como Congo, Malawi, Rodésia do Norte, grandes serviços. E não sendo viável obtê-los dos governos destes territórios sem os tratar com Portugal, deveria ser reconhecido, ou não posto de lado, o obter deste, cooperação vantajosa para todos nas actuais circunstâncias de África.*

*5. Apesar da descrição que seria por nós compreendida até que W. consiga consolidar a sua posição através do Catanga e, por esta, através da Rodésia do Norte. Primeiro ponto é mais grave para o Congo do que para Angola visto que formações militares e estrangeiras (suponhamos argelinas) representam grande perigo para a estabilidade política congoleza por obedecerem em primeiro lugar às directrizes políticas dos países de origem, e isso antes de servirem o terrorismo em Angola. Tomamos a este respeito boa nota e agradecemos promessa feita. Esperamos melhor oportunidade por outras atitudes mais em harmonia com as relações de boa vizinhança.*

6. *Quanto aos gendarmes catangueses vamos dar ás autoridades competentes instruções para na fronteira Teixeira de Sousa-Dilolo entrarem em contacto com as entidades indicadas por W., aguardamos as conversações em que se definam os termos em que a devolução se há-de fazer*<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> “A transmissão foi feita por intermédio da embaixada de Portugal em Leopoldville. Anote-se que, na mensagem, por via altamente secreta, Tchombé é designado por W.” NOGUEIRA, Franco, *Salazar, A Resistência*, Vol. V, p. 570-572.

## ANEXO X

## VISITA DE TCHOMBÉ A LISBOA

18 AFRICAN WORLD August, 1965

## MR. TSHOMBE'S FRUITFUL EUROPEAN TOUR

### New Trade Agreements and Promises of Technical Assistance

*African World Correspondent*

THE round of visits to various European countries carried out by the Congolese Prime Minister during the last two months has been very successful, resulting in the conclusion of a number of agreements which will contribute significantly to the Congo's economic recovery. Summarising the results of his tour at a Press conference in Madrid, Mr. Tshombe said that the aid promised by France, Belgium, West Germany, Spain and the United States and the agreements signed with those countries would enable the Congo to establish modern plants for her secondary industries and to improve communications by building new roads and bridges which were at present lacking.

In West Germany Mr. Tshombe met Professor Carstens, State Secretary in the Federal Ministry of Foreign Affairs. A statement issued by the Congolese Embassy in Bonn said that fruitful talks on political questions and closer economic co-operation had taken place. Agreement was reached on a West German loan for the rebuilding of the Kongolo and Kamayolo bridges, and the work will begin within the next six months. The Federal Government also promised to provide technical assistance and training facilities for rural development and labour. According to German sources the question of military aid was not discussed.

From Bonn Mr. Tshombe flew to Madrid, where he was received by General Franco and Señor Castella, Spanish Foreign Minister, with whom he signed a trade agreement and provisions for technical and financial aid. Under these agreements, concluded for one year and renewable thereafter, Spain is to supply the Congo with wool, textiles, agricultural machinery, drugs and chemicals, cotton, salt and dried fish, while the Congo will export to Spain timber, rubber, tea, coffee, copper, zinc and manganese.

During his visit to Paris, where he had talks with President de Gaulle and members of the French Government, Mr. Tshombe met Dr. Kamuzu Banda, Prime Minister of Malawi, with whom he discussed the policy of the African States and agreed to establish diplomatic relations between their two countries. This is seen in Brussels as a diplomatic move to align the African States opposed to the spread of Chinese Communist influence in Tanzania, and to whom the proposed Tanzania-Zambia railway, for which the Chinese have offered assistance, is of vital interest.

A good deal of mystery surrounds a reported visit to Portugal by the Congolese Prime Minister, which according to Mr. Tshombe never took place. It is recalled that on two occasions Mr. Tshombe has declared his readiness to assist the Portuguese African Provinces to gain their independence, and it is believed that there has been an exchange of views between him and the Portuguese Government as a preliminary to negotiations. A few days later it was learned that Roberto Holden's Angolan "government in exile" in Leopoldville was in difficulties, with demands for Holden's removal from the leadership of the movement.

### Parliament Postponed

MEANWHILE, new political difficulties have arisen in the Congo since the recent legislative elections. The first meeting of the new Parliament was to have taken place on June 30, the fifth anniversary of Congolese independence, but towards the end of June Mr. Tshombe announced that the opening of Parliament would have to be postponed "because of electoral circumstances". This referred to the dispute over election results in the Central Congo, Kwilu, Goma and Rutshuru districts, which were annulled by the Leopoldville Court because of alleged irregularities, and new elections are to be held in these provinces.

There have been reports of serious differences between President Kasavubu and Mr. Tshombe over their respective positions under the Constitution, which gives the President power to appoint or dismiss the Government and thus drastically reduces the Prime Minister's authority. The next Presidential election is due in December, and in the meantime Parliament will have to decide whether Mr. Tshombe's "transition government" is to continue in office until the end of the year, or whether a new definitive government should be formed now. It seems likely that the present team will remain in office with some modifications until after the Presidential election. Mr. Tshombe has denied that he intends to offer himself as a candidate for the Presidency.

### Rwandese Refugees in Tanzania

ON the completion of the airlift of 3,000 Rwandese refugees from the Congo to Tanzania, Mr. Felix Schnyder, United Nations High Commissioner for Refugees, sent a telegram to President Nyerere of Tanzania, thanking him on behalf of the refugees, who through Tanzania's generosity have now found a friendly welcome and the basis for a promising future in his country.

The airlift was set up late in 1964 to transfer those among the Rwandese refugees in the Kivu Province whose position had become precarious as a result of events in that region, as surface routes to Tanzania were closed on account of disturbances in the area. Helped by local Red Cross volunteers and religious missions the refugees were assembled at Bukavu and were then transported by boat up Lake Kivu to Goma. There, together with refugees in the Goma district, they were given a chance to leave by plane. The aircraft owned by Transair, a Swedish company, landed at Tabora some 350 miles away. After immigration and health formalities, the refugees then proceeded on a day's journey by train and truck to Mwesi, where the Tanzanian authorities and the Lutheran World Federation, acting on behalf of the Tanganyika Christian Refugee Service, organised reception facilities. On arrival in Mwesi, the refugees built family huts and started to work clearing and cultivating the ten acres of land given to each household by Tanzania. The settlement at Mwesi is at present in full process of development.

There are less than 40,000 refugees still in the Kivu. The United Nations High Commission is continuing to promote their firm settlement through a variety of measures, among them being the I.L.O. zonal integration and development project drawn up by I.L.O. experts at the request of U.N.H.C.R. and financed with assistance from them. I.L.O. personnel in the Kivu have also co-operated in the implementation of the airlift.

ON his way home from London, Dr. Banda, the Malawi Prime Minister, told a Press conference at Salisbury Airport, where he was received by Rhodesia's Minister of External Affairs, Mr. Clifford Dupont, that Mr. Ian Smith was right when he warned Mr. Harold Wilson that attempts to call a constitutional conference would be regarded as interference in Rhodesia's internal affairs. He added: "I would have said the same thing if I was in his position."

Dr. Banda said that his solution to the Rhodesian problem would be for Mr. Smith, Mr. Harper, and the banned nationalist leaders, Mr. Joshua Nkomo and the Rev. Ndabaningi Sithole, to meet. In his view the best place to meet would be at a constitutional conference. He would not comment on President Kaunda's offer to allow British troops to use Zambia as a base for operations in Rhodesia; but he said that should this happen and a solution to the Rhodesian problem be imposed by force, it would not be a solution at all.

Figura 45: Artigo do Jornal "AFRICAN WORLD"<sup>58</sup><sup>58</sup> AHD, PAA, Maço 1093, Processo 960.16: *Jornal "African World"*, 1965.



Figura 46: Artigo do Jornal “L'ETOILE DU CONGO”<sup>59</sup>



Figura 47: Artigo do Jornal “L'ETOILE DU CONGO”<sup>60</sup>

<sup>59</sup> AHD, PAA, Maço 1093, Processo 960.16: *Jornal L'Etoile du Congo*, 1965.

<sup>60</sup> AHD, PAA, Maço 1093, Processo 960.16: *Jornal L'Etoile du Congo*, 1965.